Curso

Licenciatura em Letras

Língua Portuguesa

modalidade a distância

Disciplina

Morfologia

MATERIAL DIDÁTICO
ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO
Maria Cristina Ataide Lobato
Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

REVISÃO
Ana Lygia Almeida Cunha

COORDENAÇÃO DE EDIÇÃO
Maria Cristina Ataide Lobato

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Oficina de Criação da Universidade Federal do Pará

IMPRESSÃO
Gráfica Universitária - UFPA

Reimpressão 2013

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP) –
Biblioteca do ILC/ UFPA, Belém – PA

Ferreira, Marília de Nazaré de Oliveira.
Morfologia/ Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira e Lobato, Maria Cristina Ataide. – Belém: editAedi, 2013. v.10.
Textos didáticos do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – Modalidade a Distância.
ISBN: 978-85-65054-00-3
1. Morfologia. 2. Língua Portuguesa. 3. Linguística. I. Maria Cristina Ataide Lobato. II. Título.

Maria Cristina Ataide Lobato
Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Curso Licenciatura em Letras

Língua Portuguesa
modalidade a distância

Disciplina
Morfologia

editAedi
Assessoria de Educação a Distância • UFPA
Belém-Pa
2013

volume 10

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Aloizio Mercadante Oliva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEC
José Henrique Paim Fernandes

SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES/MEC)
Luis Fernando Massonetto

DIRETOR DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO
EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Hélio Chaves Filho

DIRETOR DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAS
E CURSOS EM ENSINO A DISTÂNCIA0
Marcello Ferreira

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Carlos Edilson de Almeida Maneschy

VICE-REITOR
Horácio Schneider

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

ASSESSOR ESPECIAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
José Miguel Martins Veloso

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
Otacílio Amaral Filho

DIRETOR DA FACULDADE DE LETRAS
Thomas Massao Fairchild

COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA – MODALIDADE A DISTÂNCIA
Maria de Fátima do Nascimento

Parcerias
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA
PREFEITURA MUNICIPAL DE D. ELISEU
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ

SUMÁRIO

Unidade 1 – A Morfologia Histórica 9
Atividade 1 Aspectos históricos da língua portuguesa 11
Atividade 2 A herança morfológica do latim vulgar 21

Unidade 2 - A Morfologia e a Linguística 35
Atividade 3 Pressupostos teóricos 37
Atividade 4 Objeto de estudo da morfologia 55

Unidade 3 – Conceitos Fundamentais da Morfologia 69
Atividade 5 Vocábulo mórfico e morfema 71
Atividade 6 Análise mórfica e tipos de morfemas 89

Unidade 4 – Estrutura e Formação dos Vocábulos em Português 105
Atividade 7 Elementos básicos do vocábulo mórfico 107
Atividade 8 Processos de formação dos vocábulos 121

Unidade 5 – Estrutura Nominal e Verbal do Português 141
Atividade 9 O nome e suas flexões 143
Atividade 10 O verbo e suas flexões 159

Unidade 6 – A Classificação Vocabular em Português 183
Atividade 11 Critérios para a classificação vocabular 185
Atividade 12 Classificação dos vocábulos 199

APRESENTAÇÃO

Bem-vindo(a) à disciplina MORFOLOGIA do Curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa – modalidade a distância, da Universidade Federal do Pará.

Esta disciplina que agora se inicia considera você, aluno(a), o(a) protagonista de sua aprendizagem e, portanto, capaz de articular diversos saberes, teóricos e práticos; vivenciar processos de construção coletiva de conhecimentos, constituindo-se, assim, em um agente de mudanças capaz de intervir no campo em que atua com autonomia, determinação e ética.

O material didático da disciplina Morfologia foi elaborado com o objetivo de contribuir para sua formação como professor(a) de Língua Portuguesa, considerando a qualidade, a seriedade e a cientificidade condições necessárias à formação de profissionais comprometidos com a transformação social, com a humanização das relações sociais, com a liberdade e com a justiça social.

Antes de tudo, convém esclarecer sobre a denominação *Morfologia* para esta disciplina no lugar de *Morfossintaxe.* É indiscutível que a nomenclatura *morfossintaxe* seria mais apropriada considerando que tópicos da morfologia se sobrepõem à sintaxe, como é o caso do fenômeno da flexão, que não é exclusivamente morfológico, por estar ligado também à concordância, isto é, à sintaxe. Não há como negar tal fato, já que uma língua em funcionamento opera, simultaneamente, nos seus dois eixos, o paradigmático e o sintagmático. Todavia, não há inconveniente algum na designação *morfologia* se o que se pretende, como método de trabalho, é limitar o campo de observação apenas ao âmbito do vocábulo, por razões didáticas. Do contrário, tudo seria morfossintaxe na gramática, pois até nos estudos fonológicos há sintaxe, se for levado em conta que os fonemas nem sempre são unidades funcionais estanques, mas unidades que podem se associar para formar sílabas.

Mais do que ofertar conteúdos e possibilidades de aprofundamento em Morfologia, este material didático pretende oferecer aportes teóricos e metodológicos, em uma perspectiva interativa, para motivá-lo(a) à busca de conhecimentos e estimulá-lo(a) à construção de estratégias de aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento de competências profissionais.

A cada unidade da disciplina, você conhecerá novos conceitos, abordando conteúdos especialmente selecionados e adotando uma linguagem que facilite seu estudo a distância.

Nos próximos dias estaremos juntos, compartilhando idéias, experiências e aprofundando conhecimentos sobre a Morfologia da Língua Portuguesa. Será um período muito enriquecedor para todos nós.

Apesar de ser um curso a distância, isso não significa que você estará sozinho nessa caminhada. Para sua aprendizagem, você contará com o auxílio permanente do professor da disciplina e dos tutores presenciais e a distância. Entre em contato com o professor da disciplina e com os tutores presenciais e a distância sempre que sentir necessidade, seja presencialmente aos sábados ou nos horários semanais disponibilizados pelo seu tutor presencial, seja pelo fórum no ambiente virtual do curso, seja por e-mail com os tutores a distância ou pelo telefone 0800. Nossa equipe terá o maior prazer em atendê-lo, pois sua aprendizagem é nosso maior objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Professoras Maria Cristina Ataide Lobato e Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

HISTÓRICA

A MORFOLOGIA

unidade 1

ASPECTOS **HISTÓRICOS** DA LÍNGUA PORTUGUESA

atividade 1

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de
- compreender o percurso constitutivo da língua portuguesa;
- relembrar que a língua portuguesa proveio do latim vulgar;
- diferenciar o latim clássico do latim vulgar.

Antes de começarmos os estudos morfológicos do português atual, convém retomar alguns aspectos históricos de nossa língua.

Para relembrar: você sabe qual a origem da língua portuguesa? É provável que tenha sido fácil responder à pergunta, já que esse assunto foi tratado na disciplina Filologia Românica. Vamos agora rever alguns aspectos importantes da origem da língua portuguesa.

LÍNGUAS ROMÂNICAS
São as que conservam vestígios indeléveis de sua filiação ao latim no vocabulário, na morfologia e na sintaxe. Há dez línguas românicas: o português, o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o reto-romano, o dalmático, o romeno e o sardo.

JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR
Foi um lutador pela implantacão da Linguística Moderna no Brasil. Chamado de "Pai da Linguística no Brasil", publicou incansavelmente até sua morte prematura (1970), aos sessenta e seis anos. Membro fundador da Academia Brasileira de Filologia, fundada em 1969 sob sua orientação, escreveu vários livros que se tornaram referência na área, entre eles *Estrutura da Língua Portuguesa,* lançado em 1970. Estudou com Roman Jakobson, nos Estados Unidos, sendo fortemente influenciado por esse linguista.

GUERRAS PÚNICAS
Consistiram numa série de três guerras que opuseram a República Romana e a República de Cartago, cidade-estado fenícia, no período entre 262 a.C e 146 a.C. Ao fim das Guerras Púnicas, Cartago foi totalmente destruída. A partir daí, Roma passou a dominar todo o comércio do Mediterrâneo e de grande parte da Europa.

Origem da língua portuguesa

A língua portuguesa proveio do latim vulgar, que os romanos introduziram na Lusitânia, região situada ao ocidente da Península Ibérica. É correto afirmar que o português é o próprio latim modificado, portanto o idioma falado pelo povo romano não morreu, mas está vivo, transformado, no grupo de línguas românicas, também chamadas de novilatinas ou neolatinas.

O português, o romeno, o italiano, o francês e o espanhol (além do catalão, do provençal, do rético, do sardo e do veglioto) resultam da evolução do latim, que se implantou numa vasta região da Europa em virtude de conquistas militares e do consequente domínio cultural e político de Roma, a partir do século III a.C.

Segundo Joaquim Mattoso Camara Junior, em *História e estrutura da língua portuguesa*, o latim entrou definitivamente na Península Ibérica a partir do século II a.C., em consequência da segunda guerra púnica. A entrada do latim na península teria feito desaparecerem as línguas nativas, supostamente de natureza ibérica e/ou céltica (população tida como a mais antiga na península).

O declínio militar e político do Império Romano, as invasões germânicas do século V a.C. e a ocupação islâmica do século VIII d.C. não impediram a evolução linguística natural do latim na boca das populações submetidas, ditas moçarábicas. O latim, já muito distanciado de suas origens e regionalmente diversificado, passa então para uma outra fase, o chamado romanço, nome convencional dos múltiplos e variadíssimos falares regionais em que se diferenciou o latim por toda a Romênia, durante a primeira parte da Idade Média.

Por volta do século XI d.C., no condado de Portugal, localizado na região do Porto, desenvolve-se, como língua nacional, uma forma de romanço peculiar, a partir do qual se teria constituído a língua portuguesa.

Na segunda metade do século XIII, a língua portuguesa já apresentava uma língua literária, uma rica poesia lírica. Já a língua escrita corrente e a prosa literária foram mais tardias e tiveram de substituir o hábito da redação em latim.

ROMANÇO (OU ROMANCE)
Era como se chamava o conjunto das modificações regionais do latim, das quais resultaram as línguas românicas.

MARCO TÚLIO CÍCERO
Foi um filósofo, orador, escritor, advogado e político romano. Visto como uma das mentes mais versáteis da Roma antiga, distinguiu-se como linguista, tradutor e filósofo. Hoje em dia, ele é apreciado principalmente pelo seu humanismo e por seus trabalhos filosóficos e políticos.

CAIO JÚLIO CÉSAR AUGUSTO
Foi o primeiro imperador romano. Tanto os escritores antigos quanto os mais recentes discordam quanto à importância de Augusto, mas normalmente reconhecem suas realizações no estabelecimento de uma administração eficiente e de um governo estável, bem como na obtenção de segurança e prosperidade para o Império Romano.

Com base na língua escrita, pode-se dividir a língua portuguesa em dois períodos:

1 Período arcaico: até o século XV;

2 Período moderno, compreendendo:

2.1 período moderno clássico – séculos XVI e XVII – e

2.2 período moderno pós-clássico – séculos subsequentes.

O idioma dos romanos, ao transformar-se num instrumento literário, passou a apresentar dois aspectos cada vez mais distintos: o clássico e o vulgar. Não eram duas línguas diferentes, mas duas modalidades da mesma língua: um essencialmente oral, característico das classes plebéias da aristocrática Roma antiga – o latim vulgar – e outro, o latim clássico, a língua culta assentada na supremacia de uma classe aristocrática, os chamados patrícios. Esses dois aspectos distintivos do latim espelhavam, portanto, a estratificação social da comunidade: o uso "elegante" dos patrícios, e o outro, "indisciplinado" e "desleixado", mais próprio da plebe.

Considerava-se latim clássico a língua escrita configurada nas obras dos escritores latinos. Caracteriza-se pelo apuro do vocabulário, pela correção gramatical, pela elegância do estilo. Era uma língua artificial, rígida, que não refletia a vida trepidante e mutável do povo. O período de ouro do latim clássico é representado pela época de Cícero e de Augusto. É então que aparecem os grandes artistas da prosa e do verso, que levam a língua ao seu maior esplendor.

Chamava-se latim vulgar o latim falado pelas classes inferiores da sociedade romana. Incluía-se nessa classe a imensa multidão de pessoas incultas, que eram de todo indiferentes às criações do espírito, que não tinham preocupações artísticas ou literárias, que encaravam a vida pelo lado prático, objetivamente.

Pertenciam a essas classes os soldados, os marinheiros, os artífices, os agricultores, os barbeiros, os sapateiros, os taverneiros, os artistas de circo, etc., homens livres e escravos, que se acotovelavam nas ruas, que se comprimiam nas praças, que freqüentavam o fórum, que superlotavam os teatros, toda essa gente, enfim, que fazia parte das camadas sociais mais humildes.

Com a ruína do Império Romano, o latim vulgar se expandiu livremente. O germe da diferenciação se foi acentuando cada vez mais nos povos que o adotaram como idioma comum. Foram essas transformações, que ele sofreu em cada região, que resultaram no surgimento dos diferentes *romances* e, posteriormente, das várias línguas neolatinas.

As particularidades do latim vulgar poderiam ser verificadas no vocabulário, na fonética, na morfologia, na sintaxe. Algumas dessas particularidades existiam também no latim clássico, porém se acentuaram mais no vulgar.

A língua portuguesa proveio do latim vulgar. É o próprio latim modificado. Foi trazida para o Brasil no final do século XV (1500) pelos portugueses quando a língua portuguesa encontrava-se na fase chamada de "português moderno clássico".

Em terra brasileira, a língua portuguesa encontrou-se com tribos indígenas e seus dialetos e línguas nativas. Ao entrar no Brasil como colonizador, o português experimentou uma situação semelhante à do latim durante a romanização da Península Ibérica. Criou-se uma língua geral de intercurso entre os portugueses e os índios – o tupinambá. A partir do século XVII, acrescentou-se a contribuição africana, de grupos Bântu e não-Bântu.

O breve estudo que acabamos de fazer sobre a história da língua portuguesa tem o propósito de retomar o percurso constitutivo do português desde a sua formação no latim até o português moderno, fase em que chegou ao Brasil.

Nesse brevíssimo estudo, dissemos também que a língua portuguesa originou-se do latim vulgar, sistema essencialmente falado, o que dificultou a sua reconstrução.

EXERCÍCIO

Até aqui retomamos, num breve estudo, o percurso histórico da língua portuguesa, que você já teve oportunidade de conhecer durante o desenvolvimento da disciplina Filologia Românica. Então, responda: Que aspectos do estudo que acabamos de fazer, sobre a origem da língua portuguesa, você considera relevantes para entender a evolução de nosso idioma? Após refletir sobre esse assunto, poste suas conclusões no fórum onde estaremos aguardando sua participação. Lembre-se: sua participação no fórum é importantíssima e será levada em conta na sua avaliação. Discuta esse assunto também com seu(sua) tutor(a) e seus colegas no próximo encontro presencial.

Aspectos morfológicos dos dois latins

Já dissemos que o português, assim como as demais línguas e dialetos românicos de que temos notícia, se originou do latim falado, língua trazida para a Península Ibérica por volta do século II a.C., em decorrência dos avanços e das conquistas políticas do Império Romano. Naturalmente, essa língua deve ter evoluído diferentemente em função dos diversos locais em que foi implantada e dos vários contatos travados com outras línguas, outras culturas e outros povos.

Apesar da dificuldade em reconstruir o latim vulgar, uma vez que era um sistema essencialmente falado, sabe-se que nele as línguas românicas tiveram sua origem. Entre os estudiosos, não há divergência sobre a origem das línguas românicas. Veja como se manifestou Coutinho (1976, p. 30-31) a esse respeito:

> Produto de uma contribuição tão variada em que ao lastro primitivo, de humilde origem rural, se haviam sobreposto elementos diversos dialetais ou de outra procedência, esse latim encerrava já em si o germe da diferenciação, que se foi acentuando cada vez mais, desde que o adotaram como idioma comum povos tão diversos pela língua e pelos costumes.
>
> Foram essas transformações, que ele sofreu em cada região, que deram em resultado o aparecimento dos diferentes *romances* e, posteriormente, das várias línguas neolatinas.

Sobre as afirmações da origem das línguas românicas, você pode estar se questionando: se o latim vulgar era um sistema essencialmente falado, como foi feita a sua reconstituição?

A dificuldade para reconstruir esse latim falado, vivo e corrente não impediu que se conhecessem alguns de seus pormenores:

> Os poucos informes que temos do *latim vulgar* são-nos ministrados: a) pelos trabalhos dos gramáticos, na correção das formas errôneas usuais; b) pelas obras dos comediógrafos, quando apresentam em cena pessoas do povo, falando; c) pelas inscrições, que nos legaram humildes artistas plebeus; d) pelos cochilos dos copistas; e) pelos erros ocasionais dos próprios escritores cultos, principalmente dos últimos tempos. (Coutinho, 1976, p. 31)

As obras escritas sem a preocupação da gramática e do estilo, entre elas as dos escritores cristãos, foram fontes de informação segura para o conhecimento do latim vulgar, cujos traços – no vocabulário, na fonologia, na morfologia e na sintaxe – o diferenciavam do latim clássico.

Segundo Coutinho (1976, p. 33-34), o latim falado, em contraposição à morfologia do latim clássico, caracteriza-se:

1) pela redução das cinco declinações do latim clássico – proveniente da confusão da quinta (*glacies, ei*) com a primeira (*glacia, ae*) e da quarta (*fructus,us*) com a segunda (*fructus*) – a três;

2) pela redução dos casos – em todas as declinações, o nominativo absorveu o vocativo; o genitivo, o dativo e o ablativo, já desnecessários pelo emprego mais freqüente das preposições, foram substituídos pelo acusativo (por exemplo, o ablativo plural *cum discentibus* costumava aparecer no latim falado com acusativo *cum discentes*);

3) pela tendência a tornar masculinos os nomes neutros, quando no singular – *fatum* (neutro) e *fatus* (masculino) –, e os nomes femininos, quando no plural – *foliae (*neutro) e *folia* (feminino);

4) pela confusão nas conjugações verbais – *florire* (*florere*), *tóndere* (*tondére*).

CASOS

No latim clássico, cada substantivo ou adjetivo pode tomar seis formas, ou "casos":

- Caso nominativo (sujeito e predicado nominal);
- Caso acusativo (objeto direto);
- Caso dativo (objeto indireto);
- Caso genitivo (indicando posse ou especificação);
- Caso ablativo: (complementos circunstanciais).

Também existem resquícios de um sétimo caso de origem europeia, o locativo, que indica localização (por exemplo: Urbi, *na cidade).*

Examinando essas quatro características, observa-se que elas revelam um processo de intersecção entre fonologia e morfologia, em função da essência da modalidade falada do sistema latino.

As reduções apontadas nos itens 1 e 2 se explicam por uma tendência fonológica do latim falado de obscurecer segmentos finais de palavras. Assim, pela proximidade fonética de algumas desinências de casos em algumas das declinações, notadamente a quarta e a segunda, neutralizaram-se certas distinções, reduzindo os casos a uma única alternância: nominativo *versus* acusativo. Dessa forma, houve perdas morfológicas no sistema do latim falado em função da sua evolução fonológica.

Também nas reduções apontadas nos itens 3 e 4 observa-se intersecção entre processos fonológicos e morfológicos: a confusão entre o neutro e o masculino e entre o neutro e o feminino, resultando na absorção do primeiro pelos últimos, e a confusão entre os temas das conjugações verbais – esta última característica está diretamente relacionada à perda da quantidade das vogais do latim clássico.

Seguindo na apresentação das características morfológicas do latim falado, Coutinho aponta traços indicadores dessa língua oral que manifestam uma tendência à perífrase. Assim, a morfologia do latim vulgar caracteriza-se:

5. pela substituição das formas sintéticas do comparativo (*certior*) e do superlativo (*justissimus*) pelas formas analíticas na língua falada – *plus* ou *magis certus*; *multum justus*;

6. pela substituição do futuro imperfeito do indicativo por uma perífrase em que entrava o infinitivo de um verbo e o indicativo de *habere* – assim, *amabo, debebo, audiam* foram substituídos por *amare habeo*, *debere habeo* e *audires habeo*;

7. pelo emprego de perífrases, formadas pelo verbo *sum* e pelo particípio passado de outro verbo, em lugar das formas passivas sintéticas – assim, *amatus sum* e *auditus sum* em lugar das formas clássicas, *amor* e *audior*;

PERÍFRASE

Expressão de uma relação gramatical pela utilização de uma sequência de palavras, e não por afixação, como no caso das conjugações. Em termos gerais, perífrase designa qualquer sintagma ou expressão mais desenvolvida que substitui outras.

8. pelo emprego de uma perífrase verbal, constituída pelo infinitivo e o imperfeito do indicativo de *habere* (*amare habebam*, *audire habebam*), que deu origem ao nosso condicional.

Além dessa tendência à perífrase, manifestada pelo latim vulgar, Coutinho apresenta outras características morfológicas que podem ser agrupadas como tendência à regularização e à simplificação do inventário morfológico do latim clássico:

9. regularização de alguns infinitivos irregulares – *essere* em vez de *esse*, *potere* por *posse,* e *volere* por *velle*;

10. simplificação de alguns tempos verbais – o mais-que-perfeito do subjuntivo clássico (*amassem, legissem, audissem*) aparece substituindo o imperfeito do mesmo modo verbal: *amarem, legerem, audirem* (seguindo essa mesma tendência, caem em desuso o supino, o futuro do imperativo e o perfeito do infinitivo);

11. os verbos depoentes (*sequor, mentior, irascor*), que constituíam uma conjugação à parte no latim clássico, transformam-se em ativos no latim vulgar (*sequo, mentio, irasco*).

Coutinho ainda destaca uma características do latim vulgar, a saber:

12. o uso do demonstrativo *ille, illa*, e do numeral *unus, uma,* como artigos – *ille homo, illa domus, unum templum.*

As características acima apontadas evidenciam um inventário morfológico "empobrecido" do latim vulgar em relação ao latim clássico escrito. Essas perdas morfológicas foram determinadas pelo processo fonológico em evolução.

EXERCÍCIO

Considerando o estudo que você acabou de fazer sobre as características morfológicas do latim vulgar, em contraposição à morfologia do latim clássico, marque F (falso) ou V (verdadeiro) nas alternativas abaixo. Compare suas respostas com o gabarito que será disponibilizado no próximo encontro tutorial presencial.

( ) A essência do latim clássico era a modalidade falada.

( ) As diferenças entre o latim clássico e o latim vulgar se manifestavam apenas na morfologia.

( ) A reconstrução (ou o estudo do funcionamento) do latim vulgar não chegou a ser feita porque este se manifestou apenas na modalidade oral.

( ) A evolução fonológica do latim vulgar trouxe perdas morfológicas para o sistema do latim clássico.

( ) Houve uma redução morfológica do latim vulgar em relação ao latim clássico, por isso aquele era considerado empobrecido.

RESUMO DA ATIVIDADE 1

Nesta atividade, você retomou aspectos históricos da origem da língua portuguesa, já abordados na disciplina Filologia Românica. Além disso, você estudou as diferenças morfológicas entre o latim clássico e o latim vulgar, fundamentais para compreender o sistema morfológico do português moderno, que será tratado nas próximas unidades.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *História da lingüística.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica.* 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa.* São Paulo: Ática, 1990.

COMPLEMENTAR

ALI, Manuel Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa.* 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática.* São Paulo: Iozon, 1968.

_____**.** *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CARDOSO, Wilton e CUNHA, Celso F. da. *Estilística e gramática histórica; português através de textos***.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1918.

FARIA, Ernesto. *Fonética Histórica do Latim.* 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

ILARI, Rodolfo. 1999. *Lingüística Românica.* São Paulo: Ática.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil***.** Rio de Janeiro: Presença, 1977.

A **HERANÇA** MORFOLÓGICA DO LATIM VULGAR

atividade 2

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de compreender como mudanças ocorridas no sistema fonológico do latim vulgar determinaram uma reorganização no sistema morfológico-gramatical do português e, assim, instauraram novas marcas para o sistema moderno.

Neste ponto de nosso estudo, acreditamos que você já compreendeu que a língua portuguesa proveio do latim vulgar, introduzido pelos romanos na Lusitânia, região situada ao ocidente da Península Ibérica.

Na atividade anterior, tivemos oportunidade de verificar que uma série de transformações fonológicas/morfológicas ocorreram na evolução do latim clássico para o latim vulgar e que, posteriormente, não foram mais recuperadas nas várias línguas românicas. Concluímos também que, ao mesmo tempo em que traços do latim clássico desapareciam, novos traços surgiam no latim falado e foram mantidos no português. Assim, se de um lado houve perdas, de outro, elas foram, de certa forma compensadas.

Para entender melhor o que são perdas fonológicas pensemos no uso da preposição "para" no português atual. Veja bem: atualmente é muito comum, no português falado, o uso dessa preposição na forma reduzida "pra", ocorrendo aí a perda do fonema "a", porém essa redução não é apropriada na língua escrita formal. Talvez, com a evolução da língua, desapareça a forma "para" e se instaure apenas a forma "pra". Mas não é possível afirmar neste momento se haverá realmente essa perda fonológica.

Voltemos, então, ao latim. O inventário morfológico do latim vulgar, já "empobrecido" em relação ao do latim clássico escrito, se mantém, então, no português arcaico, cujo marco é o século XVI.

Perdas morfológicas no português moderno

Vejamos agora como ficou o sistema morfológico do português, considerando-se que grande parte dos traços pertinentes ao latim clássico já não apareciam herdados pela modalidade falada do latim. "Certamente, dada a origem do português a partir do latim falado, tais traços já simplificados no latim vulgar não voltam a reaparecer no sistema português" (Tarallo, 1990, p. 120).

Coutinho (1976, p. 66-67) apresenta algumas características gerais do sistema morfológico do português arcaico que confirmam a herança morfológica do latim falado. Vejamos:

> Na língua arcaica, os nomes terminados em *-nte*, *-or*, e *-ês* eram uniformes: *a infante*, *mha senhor*, *língua português;* alguns que atualmente não se modificam no plural flexionavam-se antigamente: *ourívezes*, *alférezes*, *arráezes*; muitos tinham gêneros diferentes: *fim*, *mar*, *planeta*, *cometa*, etc., eram outrora femininos, ao passo que *tribo*, *coragem*, *linguagem*, eram masculinos; a segunda pessoa do plural dos verbos terminava em *-dês*, ainda hoje conservado nos monossilábicos, ou quando a essa desinência precede consoante nasal ou *r*: *amades*, *devedes*, *ouvides*; o particípio passado dos verbos da 2ª conjugação terminava em *-udo*: *perdudo*, *conhoçudo*, terminação que ainda se conserva em *manteúdo*, *conteúdo*, *teúdo*, *temudo*; havia particípios presentes em *-nte*, os quais depois se tornaram adjetivos, substantivos ou preposições: *temente*, *durante*; a terminação da terceira pessoa do pretérito era *-om*, como já vimos *ouveram*, *amarom*; encontravam-se formas verbais, que por analogia ou por outro motivo qualquer foram substituídas por outras: *arco* (ardo), *senço* (sinto), *jaço* (jazo), *meresco* (mereço), *este* (esteja), *trager* (trazer), *pugi* (pus), *quigi* (quis), *verria* (viria), *querria* (quereria), *fezeste* (fizeste), *som* (sou), *prougue* (prouve), etc.

O trecho acima permite observar que, na passagem do latim falado para o português arcaico, houve perdas morfológicas nos nomes e nos verbos que exemplificam a herança não-herdada do latim clássico, mas que confirmam a manutenção do inventário morfológico a partir do latim falado: as formas neutras dos substantivos e adjetivos latinos foram absorvidas quer pelas masculinas quer pelas femininas, e o português não tem hoje expressão gramatical para a categoria semântica neutra. Quanto ao caso, as formas nominais latinas também caminharam de um estado de flexão casual para o seu quase total desaparecimento em português. O fator original desta mudança morfológica é, como já dito, de natureza fonética e fonológica. Sobre a manutenção do inventário morfológico a partir do latim falado, Tarallo (1990, p. 121) assim completa as observações de Coutinho:

PERDAS MORFOLÓGICAS

Assim consideram-se as perdas de aspectos morfológicos do sistema com reduções de gênero, número e caso dos substantivos, redução dos tempos verbais, etc. Essas reduções ou perdas, no caso do latim, eram compensadas pela conquista de novos traços que o sistema realizou nessa mesma parte da gramática.

> Sobre os nomes, Coutinho observa que o português arcaico era caracterizado por uma profunda redução no gênero. Assim, alguns substantivos eram uniformes, enquanto outros nomes eram marcados com gênero diferente ao que sobreviveu no sistema moderno. Alguns nomes, como *ourives*, que não são mais marcados formalmente no plural moderno, apareciam flexionados no português arcaico. O verbo era marcado por *-des* na segunda pessoa do plural, mantendo, via evolução fonológica, a forma *-tis* da conjugação clássica. Os particípios presentes em *-nte*, vigentes no sistema de então, seriam posteriormente reanalisados em outras partes da gramática. Há, pois, um testemunho de perda nessa passagem, do latim ao português arcaico. Vejamos a exemplificação dessas características do português arcaico em uma cantiga, cuja data provável de composição figura o ano de 1189:
>
> *"No mundo non me sei parelha,*
> *mentre me for' como me vay,*
> *ca já moiro por vos – e ay!*
> *mia senhor branca e vermelha,*

queredes que vos retraya
quando vus eu vi em saya!
Mao dia me levantei,
que vus enton non vi fea!
E, mia senhor, dês aquel di'aya!
me foi a mi muyn mal,
e vos, filha de Don Paay
Moniz, e bem vuz semelha
d'aver eu por vos guarvaya,
pois eu, mia senhor, d'alfaya
sunca de vos ouve nen ei
valia d'ña correa"

Referência Bibliográfica

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica.* 6. ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1996.

As perdas sofridas pelo português, da evolução do latim ao sistema moderno, concentraram-se nas flexões dos nomes latinos, nos casos e nas declinações: redução do número de declinações e número de casos, resultado da tendência do latim vivo e falado a obscurecer e, aos poucos, cancelar o final (ou os segmentos finais) das palavras. Essa redução encontra sua justificativa na mudança fonológica que desencadeou uma reorganização morfológica no sistema, perdurando tão-somente um caso (dos seis originais no latim clássico) e três declinações (das cinco existentes no latim escrito) em português.

Ganhos morfológicos no português moderno

Na passagem do latim vulgar para o português não houve somente perdas morfológicas. O sistema cria uma forma inteiramente nova, cuja origem se explica a partir de mudanças acontecidas em outras partes da gramática. Vamos nos ocupar agora dos ganhos que se verificaram na passagem do latim vulgar para o português. Comecemos por ler o trecho abaixo, em que Tarallo (1990, p. 132-133) dispensa especial atenção a tais ganhos:

> O conceito de perdas morfológicas pressupunha, na realidade, revestir uma antiga função com uma nova forma, assim evidenciando diferenças de registro linguístico e não propriamente de organização gramatical. A forma sintética do futuro imperfeito do indicativo, *amabo* e *audiam*, perdeu-se, no sistema do latim falado, em favor de uma forma perifrástica, *amare habeo* e *audire habeo,* em função do registro linguístico, escrito *versus* falado. A função, pois, é preservada; a forma aparece, entretanto, diferentemente vestida, constituindo, assim, uma perda morfológica *não-encaixada*, não de função, mas de forma.
>
> Há situações na evolução dos sistemas linguísticos, todavia, em que de duas, uma: ou uma função não-marcada formalmente passa a receber marca formal, sem que a gramática tenha "forçado" a marcação; ou o sistema, por dentro de si mesmo, via analogia (como o explicaria um bom neogramático tradicionalista), cria uma nova forma, não para retomar uma antiga função, mas, sim, para estabelecer uma inteiramente nova. Nos dois casos diremos que houve ganhos morfológicos *não-encaixados.* Assim, a terceira pessoa do verbo em latim clássico não aparecia

> formalmente marcada por pronome pessoal, mas simplesmente através da flexão verbal. No latim vulgar e, mais tarde, nas demais línguas românicas, a terceira pessoa do verbo, singular e plural, além de pela flexão verbal, começa a ser marcada por pronome. A questão do emprego dos pronomes pessoais bem como o nascimento do artigo nas línguas românicas exemplificam o primeiro caso de ganho morfológico *não-encaixado*. Sobre o segundo, a criação analógica, dizem os compêndios de gramática histórica que um dos traços morfológicos característicos do latim falado foi o "emprego de uma perífrase verbal, constituída pelo infinitivo e o imperfeito do indicativo de *habere*, que deu origem ao nosso condicional: *amare habebam, audire habebam*".

Quais seriam, então, as características morfológicas fundamentais do latim? É desse assunto que nos ocuparemos a seguir.

1 O nome

Para compreender as características dos nomes em latim, leia o fragmento a seguir, de Joaquim Mattoso Camara Jr. (1975, p. 73-75):

> A língua latina reunia sob o conceito amplo de nome as duas classes de palavras chamadas "substantivos" e "adjetivos". A diferença entre elas era fundamentalmente de emprego sintático. Os substantivos eram nomes em função de centro (ing. *head*) de uma construção sintática dentro da oração. Os adjetivos eram nomes que se reportavam aos substantivos e indicavam essa dependência pela sua "concordância" com o respectivo substantivo, isto é, uma apresentação, por desinência, das mesmas categorias de caso, de número e de gênero, que o substantivo possuía implícita ou explicitamente.
>
> Assim, numa construção de sujeito, o respectivo substantivo, centro da construção, estava no caso nominativo e podia ser acompanhado de adjetivo no mesmo caso. Referindo-se a um indivíduo ou a mais de um indivíduo, apresentava-se respectivamente no "número" singular ou plural; e o mesmo número cabia ao adjetivo que o acompanhasse. Além da frase particular em que se achava, mas de maneira constante, paradigmaticamente, o substantivo pertencia a um dos três gêneros – masculino, feminino ou neutro; e, da mesma sorte, o adjetivo acompanhante em qualquer frase trazia a marca do mesmo gênero. Numa oração como *puer vidit lupum* (em qualquer ordem de colocação das palavras – *vidit puer lupum, lupum puer vidit, lupum vidit puer,* etc., cf. § 12, I), *puer* era o sujeito, pois estava no nominativo, e *lupum,* que estava no acusativo, era o objeto (direto). Quaisquer adjetivos com que se expandisse a oração vinham necessariamente no nominativo, se se reportavam ao sujeito, e no acusativo, se se referissem ao objeto: em *abiectus lupum puer vidit famelucum*, por exemplo, o adjetivo *abiectus* "desesperado", no nominativo, diz-nos o estado de espírito do menino (*puer*), enquanto o lobo (*lupum*) que ele viu (*vidit*) é qualificado com esse adjetivo no acusativo (*famelicum*). Concomitantemente, como os substantivos *puer* e *lupum* são do gênero masculino e na frase representam um único indivíduo de cada espécie, os adjetivos estão ambos no gênero masculino e no número singular.
>
> É importante observar, para a tipologia nominal latina, que, enquanto a expressão do caso e do número era nítida no substantivo, a do gênero só se tornava, em princípio, claramente explícita através de um adjetivo.

> O substantivo *lupus* (nominativo) era masculino, ao lado de *quercus* "carvalho", que era feminino, com as mesmas desinências de *lupus* em todos os casos (acusativo, por exemplo, *quercum*); mas "um carvalho abatido" é *quercum abiecta*, com a marca de feminino no adjetivo, que referindo-se a *puer* vimos no masculino (*abiectus*).
>
> Os casos, que eram ao todo seis, apresentavam desinências variantes, conforme o nome. Na base dessa variação, os gramáticos latinos dividiam os substantivos em 5 "declinações", ou agrupamentos formais. Na realidade, porém, as diferenças fundamentais criavam 3 agrupamentos, que eram as chamadas 1ª, 2ª e 3ª declinações. Por elas é que se pautaram afinal, no latim vulgar, todos os substantivos latinos.
>
> Houve, ao mesmo tempo, como já vimos (§ 12, I), uma redução gradual e paulatina dos casos, com um processo de sincretismo lento mas firme, que no romeno ibérico culminou com a fixação dos nomes na forma única de acusativo para qualquer função sintática, inclusive a de sujeito.
>
> A desinência de acusativo essencial era *-m*, no singular, e *-s*, no plural. Era a vogal silábica a que essas consoantes se seguiam que classificava o substantivo numa das três "declinações" básicas: *rosam: rosas* (-a-, 1ª decl.), *lupum: lupos* (*ŭ / ō,* 2ª decl., ou, com a evolução do vocalismo, § 4, II, *-o-*), *artem: artes* (*-e-,* 3ª decl.).
>
> Com o esvaimento de /m/ final, o sistema nominal, para os três grupos, ficou sendo desinência zero (ø) no singular, e desinência *–s* no plural.
>
> É esta, em princípio, a estrutura dos nomes portugueses (cf.: *rosa: rosas, lobo: lobos, arte: artes*).

2 O pronome

Em latim, o sistema dos pronomes pessoais tinha para ponto de partida o eixo falante-ouvinte, que se estabelece num ato de comunicação. Assim, o falante indicava-se a si mesmo como *ego* (pessoa que fala) e a um outro, como *tu*. A forma pronominal, como a nominal, variava morfologicamente como nominativo, acusativo, genitivo, etc.: *ego* e *tu* (nominativo) alternavam-se, respectivamente, com *mei*, *tui* (genitivo), *mihi, tibi* (dativo) e *mē, tē* (acusativo-ablativo). Para Camara Jr. (1975, p. 92),

> No sistema morfológico geral da língua latina, eram essas outras formas as de uso constante e frequente, porque a indicação do falante ou do ouvinte como sujeito, que cabia a *ego* ou *tu,* conforme o caso, vinha dada em desinência na própria forma verbal. Nestas condições, *ego* e *tu* só se empregavam por uma redundância enfática ou como "vocativos", numa comunicação isolada, ou numa frase de verbo inexpresso (*Ego bônus* "Eu sou bom").

Para se expressar no seu nome e também no de outras pessoas, o falante usava a forma *nōs,* e a forma *vōs* para se dirigir a mais de uma pessoa. A distribuição das formas causais era um tanto diferente: havia um genitivo (*nostrum, vestrum*) e um dativo-ablativo (*nobis, uobis*), enquanto o acusativo coincidia com o nominativo.

O latim clássico não levava em conta uma terceira pessoa no sistema de pronomes pessoais. A flexão verbal indicava quando o sujeito não era nem o ouvinte nem o falante,

e a especificação desse sujeito era feita pelo respectivo nome substantivo ou por um pronome demonstrativo em função do campo mostrativo da comunicação. O sistema do pronome pessoal só veio a se ampliar no latim vulgar, quando vamos encontrar as formas *ĭille, ĭlla,* com função de pronome demonstrativo.

No sistema demonstrativo, os elementos eram indicados pela sua posição em referência a um outro: *hĭc*, para indicar o que estava próximo do falante, *ĭste,* para o que estava próximo do ouvinte, e uma série de outros pronomes para o que estava além dessas duas áreas mostrativas: *ĭlle,* de valor indicativo preciso, *is*, de indicação vaga: *ĭpse*, que reiterava uma indicação anterior, à maneira de "o mesmo", em português. Os pronomes demonstrativos tinham formas específicas para cada um dos três gêneros (masculino, feminino, neutro) com desinências para os cinco casos.

No latim clássico, indicava-se posse por meio de pronomes pessoais adjetivos, em concordância com o nome substantivo dado: *frequentia vestra* (a vossa afluência); *domus mea* (a minha casa).

> Os possessivos eram da 2ª declinação, no masculino, e, no feminino, da 1ª declinação, exatamente como os demais adjetivos de tema em ŭ/o. Eram quatro séries, correspondentes aos quatro pronomes pessoais: *meus, meã* (*ego*, gen. *mei*); *tuus, tua* (*tu,* gen. *tui*); *noster, nostra* (*nos,* gen. *nostrum*); *uester, uestra* (*uos*, gen. *uestrum*) (Camara Jr., 1967, p. 93).

A língua latina possuía um sistema de pronomes "reflexivos" de 3ª pessoa. O acusativo reflexivo *se* – *se quisque dilit:* cada um (*quisque*) ama sua própria pessoa –; o possessivo reflexivo no feminino ablativo *sua* – *agit pro domo sua* ([ele] age em seu próprio proveito).

3 O artigo

O artigo, nas línguas românicas, proveio do demonstrativo *ĭlle,* na sua forma acusativa. Era usado diante de um nome substantivo para opor o indivíduo definidamente visualizado a qualquer outro da mesma espécie. Também na função de artigo, a forma *lo* perdeu o /*l*/ inicial e reduziu-se a *o.*

Daí o artigo português: *o* (masc.), *a* (fem.), singular e plural, respectivamente, *os, as.*

4 Os indefinidos

Na língua latina, os pronomes "indefinidos-interrogativos" assinalavam a ausência de uma indicação de posição, em oposição aos demonstrativos, e eram vazios de representação específica, em oposição aos nomes em geral. A forma básica era um radical primário – *quis* (masc. fem.), *quid* (neutro) – do qual derivou uma série de outras formas: *quisquis*, por reduplicação, e *quidam, quispiam, aliquis, quiuis, etc.,* por composição, com uma distribuição de acordo com certos matizes de significação, como, por exemplo, a atitude de indiferença do falante a respeito da indefinição.

5 Os relativos

Eram os seguintes os pronomes relativos no latim: nominativos *qui* (masc.), *quae* (fem.), *quod* (neutro) e acusativos *quem, quam, quod.*

6 O advérbio

Havia no latim três tipos básicos de advérbios:

- Advérbios locativos e temporais: situavam o evento comunicado no espaço ou no tempo em relação à posição espacial ou temporal do falante: *hic* (neste lugar em que falo), *istic* (nesse lugar em que estás), *illic* (naquele lugar); *nunc* (neste momento em que falo), *tunc* (então, noutro momento), *hodie* (hoje), *heri* (ontem), *cras* (amanhã), etc.

- Advérbios modais: assinalavam "modos de ser" do evento: *semper* (sempre), *iam* (já), *tarde* (tarde), *male* (mal), etc.

7 O verbo

O verbo em latim era eminentemente flexional. Como no português atual, a flexão verbal servia para, de um lado, indicar o sujeito do verbo, de outro, para designar certas características que acompanham a significação intrínseca da forma verbal. A expressão do verbo se faz essencialmente na "voz ativa". Eram três as categorias verbais em latim: "aspecto" concluso ou inconcluso, a "ocasião" da ocorrência, o "modo" que servia para exprimir uma apreciação do que se queria dizer (modo indicativo, subjuntivo e imperativo). Havia também as formas nominais – infinitivo, gerúndio e particípios – diferenciadoras do latim clássico e do latim vulgar (falado).

8 A preposição

O uso das preposições no latim clássico era restrito a dois casos – o acusativo e o ablativo –, já indicadores da subordinação ao verbo. As línguas românicas eliminaram a flexão casual e a marca da subordinação ao verbo recaiu exclusivamente na preposição. Porém, o que mais caracteriza a estrutura românica é a utilização da preposição para a relação nominal, isto é, a subordinação de um substantivo a outro.

9 As conjunções

Na tradição latina, havia duas espécies de conectivos: conjunções coordenativas (sindéticas e assindéticas) e conjunções subordinativas. No latim, como no português, a partícula coordenativa por excelência é *et* (e), por meio da qual apresenta-se uma palavra, um grupo lexical, uma oração ou uma comunicação inteira como seguimento de outra. Para a oposição, o latim vulgar desenvolveu o uso de *magis* (mais).

Vamos agora refletir um pouco sobre o que acabamos de observar em relação aos ganhos morfológicos do português e das línguas românicas em geral. As substituições dos casos latinos pelas preposições, a emergência dos artigos e do pronome pessoal de

terceira pessoa, bem como o uso mais frequente dos de primeira e de segunda pessoas revelam que herdamos do latim falado uma estrutura sentencial redundante, em que o sujeito, por exemplo, é marcado duas vezes – pelo pronome pessoal e pela flexão do verbo – e, de outro lado, por pronomes clíticos adverbiais que, por meio de sua presença, visibilizam as funções dos constituintes da sentença. Nesse sentido, poderíamos dizer que o latim vulgar, enquanto modalidade falada do latim, era caracterizado por redundâncias (Tarallo, 1990, p.139).

Conclui-se, então, que, em relação ao latim clássico, em virtude de outras mudanças acontecidas no sistema fonológico, o sistema morfológico-gramatical do português se reorganizou, instaurando novas marcas para o sistema moderno, quais sejam:

■ o surgimento das preposições como compensações internas ao sistema em substituição à gramática latina de casos, no estabelecimento das relações entre os constituintes das sentenças (e dos sintagmas);

■ o nascimento do futuro do pretérito;

■ a emergência dos artigos;

■ a criação de um pronome pessoal para as terceiras pessoas, singular e plural, distribuído em formas tônicas e átonas.

EXERCÍCIOS

1 Vamos ver se você compreendeu o que acabamos de estudar. Identifique, na cantiga transcrita abaixo, as características do português arcaico e compare-as com as do português moderno.

"No mundo non me sei parelha,
mentre me for' como me vay,
ca já moiro por vos – e ay!
mia senhor branca e vermelha,
queredes que vos retraya
quando vus eu vi em saya!
Mao dia me levantei,
que vus enton non vi fea!
E, mia senhor, dês aquel di'aya!
me foi a mi muyn mal,
e vos, filha de Don Paay
Moniz, e bem vuz semelha
d'aver eu por vos guarvaya,
pois eu, mia senhor, d'alfaya
sunca de vos ouve nen ei
valia d'ũa correa"

2 No estudo que acabamos de fazer, tanto Camara Jr. quanto Tarallo destacaram que o latim era uma língua redundante. Nas próximas atividades, você verificará que essa característica se mantém no português moderno, por isso é importante conhecer esse fenômeno. Vamos discutir, então? Explique como se configurava essa redundância no latim vulgar e apresente as suas conclusões no encontro com seu tutor e seus colegas no próximo sábado.

LEITURA COMPLEMENTAR

Para complementar o estudo que você acabou de fazer, leia o texto abaixo, de Joaquim Mattoso Camara Jr. (1975, p. 19-25), que aborda a evolução do latim e sua estrutura durante a evolução, o que permite a compreensão das motivações para a estrutura específica do português. Em seguida, aponte no fórum os aspectos que você considera mais relevantes no texto.

O LATIM E SUA EVOLUÇÃO

1 A língua de Roma

O latim tinha se estabelecido na região do Lácio, na Itália, como parte dos movimentos migratórios dos Indo-Europeus, deslocando-se da Europa oriental.

A cidade de Roma, centro dessa nova população latina, foi também o centro da língua, como um dialeto urbano, que afinal se impôs como língua comum mas, a princípio, se diferençava bastante dos dialetos rústicos em volta, estendidos do curso inferior do rio Tibre até os Apeninos e os Montes Albanos. A importância da cidade já é preponderante no séc. III a.C. A sua organização social assentava na supremacia de uma classe aristocrática, os "patrícios", que de início eram os únicos a deter os poderes políticos. Separavam-se, tanto política como social e economicamente, de uma grande massa de habitantes um tanto amorfa, a "plebe", em que entravam certos contingentes de população rural, feita citadina, estrangeiros imigrantes e escravos libertos. Os patrícios exageravam os aspectos dessa heterogeneidade dos plebeus para os considerarem fora do quadro dos genuínos cidadãos romanos.

Naturalmente a dicotomia social favorecia uma dicotomia do uso linguístico. Aí estavam as condições de uma oposição entre o uso "elegante", que era o dos patrícios, e outro indisciplinado e desleixado, mais próprio da plebe. Era uma situação a que procura corresponder a divisão teórica, tradicional, entre latim clássico e latim vulgar, respectivamente, adotada nos estudos romanísticos. Não é possível, entretanto, resolver tão simplesmente essa sutil conceituação diática.

O que se entende por latim clássico era também a base da língua escrita e da língua literária *stricto sensu*. Estava sujeito a uma disciplina rigorosa e era tema de atenção por parte dos intelectuais e, mais particularmente, dos gramáticos, que desde cedo se inspiraram na gramaticologia grega. Como uso refletido e aprendido, resistia às forças evolutivas da língua, cingia-se a um padrão estrito, que procurava ser imutável, e prestava-se mal para a vida social corrente, cotidiana.

No intercâmbio diário, mesmo da parte dos patrícios, funcionava um latim que era mais propriamente vulgar do que clássico. Acresce que as conquistas, no âmbito político, social e econômico, por parte dos plebeus, através de uma prolongada luta de classes, concorreram para diluir a diferenciação linguística no uso falado: os patrícios foram aceitando melhor o uso plebeu, e os plebeus foram procurando amoldar-se melhor ao uso elegante. Entretanto, na língua escrita cuidada e na língua literária, a disciplina gramatical se enrijecia e mais se firmava um ideal de latim clássico como língua "fixada" e estática.

Na realidade, o latim vulgar é o que corresponde essencialmente ao nosso conceito de língua viva. O latim clássico só era língua viva na medida em que recebia influência do latim vulgar e se tornava, com isso, mais maleável e mesmo um tanto dinâmico.

Na língua escrita, havia uma gradação de interferência. Eram, a rigor, constantes, mesmo na língua literária em seu sentido estrito, quer pelas condições populares das obras (como é o caso das comédias de Plauto no séc. III a.C.), quer pelas intenções estilísticas do autor (como sucede mais tarde e em muito menor grau na lírica de Catulo e nas sátiras de Horácio). O Cristianismo, posteriormente, com a sua literatura religiosa para as massas, concorreu definitivamente, afinal, para dar uma feição vulgar intensa à língua escrita romana.

Em sentido oposto, a norma clássica atuava no latim vulgar e lhe matizava o uso, conforme as situações de comunicação e os meios sociais.

Na realidade, o latim vulgar só se define como um contraste com a norma ideal do latim clássico. Não é uma unidade linguística em qualquer momento de sua história. Diversifica-se em dialetos sociais e, diacronicamente, é uma continuidade de mudanças.

É justo dizer que as línguas românicas provêm do latim vulgar no sentido relativo de que resultaram de um latim dinâmico, essencialmente de língua oral, em processo de perene evolução. Elementos do latim clássico, que estão nas origens românicas, são os que se integram no processo evolutivo, fazendo-se "vulgares".

2 Fragmentação linguística da România

À medida que a língua de Roma se expandia pela Itália e por outras províncias do império, entrava no latim vulgar o dado novo da variação no espaço. No período áureo, até o séc. I a.C., pelo menos, a dialetação parece ter sido discreta, e, em parte, era neutralizada pelo ideal do latim clássico, que regia as atividades políticas e administrativas, se ensinava nas escolas das províncias e se difundia com a literatura romana. Foi naturalmente aumentando com o correr do tempo, não só devido às forças centrífugas, mas também porque a rede administrativa e escolar se enfraquecia e a literatura ia se afastando, cada vez mais, da norma clássica.

Houve, entretanto, várias outras causas, as mais, para firmarem afinal a fragmentação linguística da România, de que resultaram as línguas românicas.

Em primeiro lugar, há um fator cronológico. As diversas regiões foram conquistadas e latinizadas em épocas diferentes e receberam um latim menos ou mais evoluído. A romanização da península ibérica precedeu a das Gálias, e uma e outra foram posteriores à da Itália; a da Dácia foi particularmente tardia. Na Ibéria, a Lusitânia só se latinizou, francamente, muito depois da Bética e mesmo de grande parte da Província Tarraconense.

As condições sócio-econômicas também eram muito diversas, e a diversidade sócio-econômica acarreta necessariamente certa diversidade linguística. Nesse particular, A Lusitânia era um país de vida essencialmente rural, sem os grandes centros urbanos e comerciais da Bética, por exemplo.

Costuma-se citar também o contato com línguas muito distintas, a que o latim se superpunha e vinham a constituir assim os mais variados substratos linguísticos para ele; para a Lusitânia tem se alegado uma predominância do elemento celta ou, pelo menos, celtibero. Com as invasões germânicas, a partir do séc. IV, principalmente, elites governantes estrangeiras se estabeleceram nas províncias. Mudaram de língua, em favor do latim, mas as línguas abandonadas passaram, por sua vez, a superstratos dos latins provincianos; na península ibérica, o pequeno império dos Suevos demorava na Lusitânia, do Tejo para cima, e, durante algum tempo, toda a península foi um grande império visigótico. É verdade que a ação dos substratos linguísticos, que não é mais do que um caso de empréstimos, feitos por uma língua dominante à língua vencida [6], foi, de maneira geral, secundária na România: e o mesmo se pode dizer dos empréstimos de superstrato [7].

Causa muito mais profunda foi, para cada região, o maior ou menor contato com o latim de Roma através dos tempos.

Roma era a cabeça política, social e cultural do Império, o grande centro irradiador das inovações lingüísticas, que trabalhavam em medida crescente o seu latim vulgar. Ora, essas inovações atingiam em grau diferente as diversas províncias, conforme a distância e a posição de cada uma dentro ou à margem das grandes correntes de comunicação do Império. Umas eram áreas que participavam da vida linguística da capital, como a Itália e as Gálias. Outras eram áreas "laterais", um tanto ao lado dessa vida lingüística, como de maneira geral a Ibéria. E havia ainda as áreas "isoladas", como a Sardenha e a Dácia. A Lusitânia, que aqui nos interessa especialmente, como berço da língua portuguesa, era, das três províncias ibéricas, a área que se pode considerar mais lateral.

3 Estrutura do latim e sua evolução

No seu período áureo, o latim ainda se apresenta como uma língua flexional, não só no verbo, mas também no nome. A norma do latim clássico procurou fixar-lhe os sistemas de flexão. Eles já estavam, não obstante, num processo de simplificação e remodelação, e o nome, particularmente, tendia para outra estrutura.

A deflexionalização nominal se fez sentir muito cedo nos usos vulgares e se insinuava até na língua escrita. Intensificou-se com o correr dos séculos, por baixo das prescrições, muitas vezes convencionais, da gramática clássica, e acabou por citar a tipologia nominal que aparece nas línguas românicas.

Naturalmente a remodelação morfológica dos nomes está ligada a uma remodelação paralela dos padrões sintáticos, e uma nova tipologia frasal também pouco a pouco se estabeleceu.

As partículas conectivas, ditas "preposições", e a ordem dos vocábulos na frase tornaram-se o meio de expressão das relações sintáticas, que no tipo linguístico flexional assenta essencialmente em desinências nominais específicas. Assim, das desinências de nominativo para o nome sujeito, e de acusativo, para o nome objeto (direto), que permitiam variações livres e estilísticas de uma frase como – *puer vidit lupum* (*lupum puer vidit, lupum vidit puer, vidit lupum puer*, etc.), passou-se à

ordem gramatical românica – (*o*) *menino viu* (*o*) *lobo* [8], cuja fixação se esboçou relativamente cedo no latim vulgar. As preposições, por sua vez, já eram usadas ao lado das desinências de acusativo e ablativo, para caracterizarem certos complementos verbais. Acabaram por chamar a si a genuína indicação sintática (propiciando o desgaste fonético das desinências) e se estenderam a outros tipos de complemento, que eram indicados pelas desinências de dativo ou genitivo, conforme o caso. Do dativo para um nome em função de objeto indireto (*dare puero*) passou-se para a construção românica – *dar* a(*o*) *menino*, decorrente do emprego da preposição *ad* com o nome no acusativo, que no latim clássico era privativo dos complementos de direção (*ire ad templum*; port. i*r a*(*o*) *templo*). Analogamente, a subordinação de um nome a outro, por meio da desinência de genitivo, foi pouco a pouco substituída por construção de preposição com ablativo; no séc. II d. C. já se encontra num epitáfio cristão – *de Deo múnus*, modelo do padrão português (*dádiva de Deus*), em vez da construção clássica – *Dei múnus,* com *Dei* no genitivo.

Quanto à fonologia, havia da mesma sorte fortes tendências evolutivas. Não encontravam maior resistência no latim vulgar, desatento à ortoépia clássica, e foram desenvolvendo um processo de mudança muitas vezes radical.

A predominância da sílaba tônica e do seu contraste com as sílabas átonas, dentro do vocábulo, rompeu o jogo delicado das quantidades das vogais, que de início alternavam numa oposição distintiva entre longas e breves (*mālum* "maçã", *mălum* "mau", etc).

Alterou-se a silabação e a tipologia da sílaba, e contrações e elisões violentas transformaram o volume fonético dos vocábulos. Tal foi o ponto de partida para a remodelação do sistema de vogais e do de consoantes, em diretrizes peculiares a cada região.

O léxico, como a parte mais característica dos dialetos sociais, apresentou sempre grandes diferenças entre o latim clássico e o latim vulgar. Neste último, sujeito à incoercível dinâmica de uma língua viva espontânea, ele sofreu aumentos e substituições por empréstimo, não só de ordem cultural, mas também no contato íntimo com outras línguas num mesmo território regional. Surgiram novos modelos de derivação e composição. Ocorreram consideráveis mudanças de significação, por metáfora, ou ampliação ou restrição do campo semântico. Ao mesmo tempo, certos termos elegantes iam ficando confinados à dição retórica e poética e saíam do uso da língua viva.

Por outro lado, a dialetação regional foi, como era de esperar, intensa no léxico, que é a parte da língua onde mais se refletem as experiências peculiares a um dado ambiente bio-social. É desta ordem, por exemplo, a discrepância entre port. *manteiga* e fr. b*eurre*, com it. *burro*, ou entre port. *queijo* e fr. *fromage* (designação que opõe o italiano, o português e o espanhol ao francês, provençal e catalão); a divergência de radicais corresponde à de espécie e fabrico.

Em referência às inovações léxicas que partiam de Roma, a difusão era de alcance variável, conforme a situação das áreas em face do centro irradiador. À Lusitânia, ou ainda às outras províncias ibéricas, não chegaram, como áreas "laterais", muitas mudanças léxicas que o impulso expressivo das massas urbanas criava incessantemente em Roma. O português e o espanhol conservaram, por exemplo, o tradicional verbo latino *comedere* (por. c*omer*), enquanto a Itália e as Gálias adotavam o novo e expressivo *manducare* (it. *mangiare,* fr. *manger).*

Assim, se compreende a diferença estrutural entre o latim e as línguas românicas, dele provenientes, e a diferenciação das línguas românicas entre si.

Ficam, ao mesmo tempo, em princípio explicadas as motivações para a estrutura específica do português, que aqui se pretende delinear.

RESUMO DA ATIVIDADE 2

A atividade que você acabou de estudar tinha como propósito levá-lo(a) a conhecer as transformações morfológicas na passagem do latim falado para o português arcaico, que confirmam a manutenção do inventário morfológico do português atual a partir do latim falado: houve perdas de declinações e de casos latinos; surgiram as preposições como compensações internas ao sistema em substituição à gramática latina de casos, no estabelecimento das relações entre os constituintes das sentenças (e dos sintagmas). Entre os ganhos, destaca-se o nascimento do futuro do pretérito, a emergência dos artigos e a criação de um pronome pessoal para a terceira pessoa, singular e plural, distribuído em formas tônicas e átonas. Para complementar o estudo da evolução do latim, que motivou a estrutura específica do português, indicamos a leitura do texto de Joaquim Mattoso Camara Jr. (1975, p. 19-25).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *História da lingüística.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica.* 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

TARALLO, Fernando. *Tempos lingüísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa.* São Paulo: Ática, 1990.

COMPLEMENTAR

ALI, Manuel Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa.* 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática.* São Paulo: Iozon, 1968.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

E A LINGUÍSTICA

A MORFOLOGIA

unidade 2

PRESSUPOSTOS **TEÓRICOS**

atividade 3

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de
- situar a morfologia no contexto dos estudos linguísticos;
- conhecer os princípios básicos do estruturalismo.

Na unidade anterior, você teve oportunidade de relembrar alguns aspectos da origem da língua portuguesa, já estudados em outras disciplinas deste curso. Agora, vamos nos deter, mais precisamente, na disciplina Morfologia, cujo estudo agora iniciamos.

Responda: você saberia nos dizer o que vem a ser Morfologia? É provável que você não tenha dificuldade em responder a esta questão porque nos ensinos Fundamental e Médio entrou em contato com algumas questões referentes à estrutura mórfica da língua portuguesa. Com certeza, você estudou a estrutura e a formação das palavras. Lembra também do estudo das classes de palavras? E o estudo da concordância e da regência? Então, a estrutura mórfica do português faz parte do conteúdo da disciplina português dos ensinos Fundamental e Médio. Todavia, nesses níveis de ensino, o estudo é feito de maneira sucinta, repetitiva e dogmática, com certa uniformidade terminológica ditada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

Veja: para a NGB, a morfologia trata das palavras
a) quanto a sua estrutura e formação,
b) quanto a suas flexões e
c) quanto a sua classificação.

Mas, nesse âmbito, o estudo da morfologia não lhe parece muito amplo?

Para começar a entender de que trata a Morfologia. Atente para o que nos diz Rosa (2000, p. 15) no texto abaixo:

> A consulta ao étimo, no caso de *morfologia,* nos dirá que o termo provém das formas gregas *morphê,* "forma", e *logos,* "estudo, tratado". Tentar definir um fenômeno tomando como ponto de partida o étimo do termo que lhe dá nome é uma estratégia explicativa de longa tradição no Ocidente nos estudos sobre diferentes áreas do conhecimento. De algum modo se concebe a existência, na origem de uma palavra, de significados ou relações que o tempo encobriu. **Morfologia** significa, com base nos seus elementos de origem, o "estudo da forma". Mas o que tal definição nos diz acerca de o que vem a ser morfologia? Não muito, como veremos.

ÉTIMO
"[Do Gr. etymon, pelo lat. Etymon.] S. m. Vocábulo que constitui a origem de outro" (Ferreira, 1999, p. 849).

Primeiramente, o termo **forma** pode ser tomado, num sentido amplo, como sinônimo de *plano de expressão*, em oposição a *plano do conteúdo*. Nesse caso, a *forma* compreende dois níveis de realização: os sons, destituídos de significado mas que se combinam e formam unidades com significado; e as palavras, as quais, por sua vez, têm regras próprias de combinação para a composição de unidades maiores. Mas a *palavra* não precisa ser interpretada, necessariamente, como a unidade fundamental para representar a correlação entre o plano de expressão e o do conteúdo. Podemos atribuir esse papel ao *morfema*. Temos aqui, por conseguinte, duas unidades distintas como possíveis centros de interesse de nossos estudos de morfologia.

A diferença no tocante à unidade em que se centra o estudo morfológico – o *morfema* ou a *palavra* – redunda de maneiras diferentes de focalizar a morfologia. De modo muito geral, e correndo o risco de uma simplificação exagerada, podemos dizer que a noção de morfema está relacionada com o estudo das técnicas de segmentação de palavras em suas unidades constitutivas mínimas, ao passo que os estudos que privilegiam a noção de palavra preocupam-se com o "modo pelo qual a estrutura das palavras reflete suas relações com outras palavras em construções maiores, como a sentença, e com o vocabulário total da língua" (Anderson, 1992:7; 1988:146).

Um segundo problema com relação à definição tomada do étimo, e mesmo com relação a definições que possamos extrair de dicionários, é serem elas vagas. Ao definirmos morfologia como *o ramo da gramática que estuda a estrutura das palavras,* por exemplo, não fazemos referência ao tipo de interesse que temos nos dados, tampouco ao tipo de dados que nos interessam. *Morfologia* é um termo que não tem a mesma realidade de uma pedra ou de uma árvore: pressupõe determinado modo de se conceber o que sejam *linguagem* e *língua*, e somente como parte desse quadro mais amplo – isto é, de uma teoria – é que podemos compreender que tipo de estudo está sendo levado em conta. Até mesmo se precisamos ter na gramática algo que chamemos *morfologia* (...).

Referência Bibliográfica

ANDERSON, Stephen R. *A morphus Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 434pp.

PLANO DE EXPRESSÃO

É o campo a que pertencem as unidades não significativas, como, por exemplo, fonemas e sílabas, que tomados isoladamente não querem dizer nada. Se tomarmos o sintagma em seu sentido mais amplo (qualquer construção, em qualquer nível, resultante da articulação de unidades menores), poderemos concluir que a sílaba é um sintagma no plano da expressão.

PLANO DE CONTEÚDO

É o campo a que pertencem as unidades significativas ou segmentos significativos de uma palavra, como, por exemplo, o sufixo –mente nos advérbios de modo. O traço que permite a distinção entre o plano de expressão e o plano de conteúdo é de natureza qualitativa: a ausência ou presença de significado.

Como você pode perceber com a leitura do trecho acima, morfologia é o estudo da forma, mais especificamente das formas significativas das palavras. O termo "forma" pressupõe um plano de expressão em oposição a um plano de conteúdo. Entende-se como plano de expressão os sons destituídos de significado, objeto de estudo da fonologia. Já o plano do conteúdo compreende a palavra, com suas unidades menores de significação – os morfemas.

Com o intuito de delimitar mais acuradamente o que cabe à morfologia estudar, vamos expor, primeiramente, o que estudam alguns segmentos centrais dos estudos linguísticos, como a sintaxe e a fonologia, e, em seguida, passaremos ao objeto de estudo da morfologia.

A sintaxe é a parte da gramática que estuda a combinação de palavras ou sintagmas para formar frases, bem como a função dessas palavras ou sintagmas dentro da frase. Da mesma forma, a morfologia estuda, por exemplo, a combinação de radicais com flexões ou de bases com afixos ou, ainda, de mais de uma base para formar compostos, produzindo palavras flexionadas ou complexas. Em todos esses processos tem-se um *combinar,* um *pôr junto* unidades menores para formar unidades maiores.

Já a fonologia se ocupa "dos sons da linguagem", ou, mais especificamente, da função, do comportamento e da organização dos sons enquanto itens linguísticos.

No âmbito de uma perspectiva formalista na atualidade, interessam-nos neste estudo questões que dizem respeito à interação entre a morfologia e o restante da gramática e também entre ela e o léxico. Portanto, pretendemos subsidiá-lo(a) para, ao final desta disciplina, ser capaz de responder às seguintes questões:

a) Qual a unidade básica de estudo na morfologia?
b) Que tipo de estrutura as palavras têm?
c) Como essa estrutura está relacionada à gramática e ao léxico?
d) Como essa estrutura reflete a relação entre palavras?

Com o propósito de situar a morfologia no contexto histórico dos estudos linguísticos, leia o texto abaixo de Lopes (2003, p. 19-21):

Síntese histórica dos estudos linguísticos

> Até o século XVIII os estudos linguísticos estavam voltados para uma das duas correntes dominantes, a *nocional* e a *filológica.*
>
> Seguindo a *corrente nocional*, cujos principais representantes são Platão, Aristóteles, os estóicos da Grécia Clássica, Varrão, os modistas da Idade Média e os gramáticos de Port-Royal que buscavam a língua universal ideal, os estudos linguísticos baseavam-se na gramática greco-latina, que empregava a linguagem como uma realidade estática sem qualquer variação temporal, espacial ou social, passível de ser traduzida em normas de bem falar e bem escrever.
>
> Por outro lado, seguindo a *corrente filológica*, cujos principais representantes são os gramáticos alexandrinos, Prisciano, os vernaculistas Antonio Nebrija, João de Barros etc., do século XVI, e, mais recentemente, os gramáticos normativos Celso Cunha, Lindley Cintra e Rafael Seco, dentre outros, os estudos linguísticos, apesar de não ignorarem a variação linguística, concebiam a linguagem dentro de uma visão *normativa prescritiva* com a adoção do binômio *correto/incorreto* em que toda variação é tida como desvio, razão pela qual não só se buscava descrever como também preservar as formas *clássicas* da linguagem, privilegiando-se a escrita em detrimento da fala.

No século XIX, contra a concepção imobilista da gramática greco-latina, surge o método *histórico-comparativo* das *gramáticas comparadas*, como resultado da comparação de línguas diferentes para se depreender as origens comuns e tendo como destaque a figura do alemão Franz Bopp. Descobre-se, então, que as línguas são mutáveis, como os fenômenos naturais.

Como reação aos comparatistas, surgiram os *neogramáticos* em 1878, defendendo o princípio da infalibilidade das leis fonéticas e tendo por concepção uma equivocada ideologia evolucionista positivista, razão pela qual foram denominados *evolucionistas naturalistas fisicalistas*, ao contrário dos comparatistas, denominados *evolucionistas naturalistas biologistas*, ambos antecessores do *evolucionismo culturalista* de Ramón M. Pidal e de Jules Gilliéron propagado nas três primeiras décadas do século XX.

No fim do século XIX e começo do século XX, o suíço Ferdinand de Saussure revolucionou os estudos da linguagem ao romper com o comparativismo histórico atomista e enveredar pela trilha do modelo estruturalista com o qual estabeleceu a Linguística como ciência propriamente dita, isto é, como ciência autônoma.

O *estruturalismo*, priorizando, a princípio, o estudo da *língua* sobre a *fala* numa perspectiva sincrônica descritiva, passou a vê-la como um sistema de oposições, Desenvolveu-se, principalmente a partir da terceira década do século XX, não só no continente europeu, através dos linguistas Hjelmslev e Tesnière, dentre outros, como também no continente americano, através dos linguistas Bloomfield (com sua gramática sintagmática que introduz a análise em constituintes imediatos), Wells, Hockett, Gleason, Harris (com sua teoria distribucional) e Chomsky, que reformulou e enriqueceu o estruturalismo norte-americano baseando-se nas propostas de Harris, ao propor o seu modelo de gramática gerativa transformacional. Todavia, o modelo estruturalista da gramática sintagmática ficou a desejar em virtude de seu caráter formalista de restrição da análise à forma em detrimento do aspecto semântico e de dirigir sua atenção para o nível da *fala* o invés da *língua*, ignorando, assim, a estrutura profunda sobre a qual se deve trabalhar; enquanto que o modelo da gramática gerativa transformacional fracassou em razão de suas frequentes reformulações e do seu caráter onomasiológico (opaco) e não semasiológico (translúcido) predito por Ruwet. E foi exatamente esse fracasso que provocou o surgimento da Gramática dos Casos, da Semântica Gerativa, da Pragmática, etc. Com isso, houve uma mudança de direção do *formalismo* (autônomo) para o *funcionalismo* (interdisciplinar), do estudo enfocado na *linguística do sistema* (microlinguística) para a *linguística do discurso* (macrolinguística), dentro da qual se inserem, além da *Pragmática,* a *Análise do Discurso,* a *Análise da Conversação* e a *Linguística Textual* (voltadas para o estudo dos usos individuais da linguagem), a *Sociolinguística* e a *Etnolinguística* (voltadas para o estudo dos usos coletivos da linguagem).

Sintetizando, GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ (2002: 143) dispõe os estudos linguísticos em três grandes paradigmas, de acordo com o seguinte quadro:

LINGUÍSTICA TRADICIONAL	LINGUÍSTICA ESTRUTURAL - GGT	LINGUISTICA DA COMUNICAÇÃO
normativa	descritivo-explicativa	descritivo-explicativa
correção	gramaticalidade	eficácia comunicativa
transcendente	imanente	imanente-transcendente
língua escrita	língua oral	todas as linguagens
atomista	sistêmica	Sistêmica
palavra	oração (enunciado)	Texto
morfologia	fonologia-sintaxe	Pragmática, Sociolinguística
linguagem	língua	Comunicação
norma linguística	competência linguística	competência comunicativa
significação	Significado	Sentido

Referência Bibliográfica:
GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. *De pragmática y semántica.* Madrid: Arco/ Libros, 2002

Como você constatou com o breve passeio pela história dos estudos linguísticos que a leitura do texto permitiu fazer, as ciências recortam o campo da diversidade observacional de maneiras que lhes pareçam apropriadas para o tipo de entidades e explicações que lhes são preferenciais. Isso significa que cada teoria delimita uma certa região da realidade como seu objeto de estudos.

HISTÓRIA DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS
Para retomar a abordagem dos estudos linguísticos, releia o texto "A linguística no século XX", que serviu de Leitura Complementar na disciplina Estudos da Enunciação (p. 44-52).

Até o século XIX, a palavra é a unidade de estudo da linguística histórica e comparada e o termo *morfologia* ainda não era conhecido. Nos estudos tradicionais, as gramáticas se restringiam: (a) ao conhecimento do vocabulário e sua classificação em partes do discurso; e (b) às categorias gramaticais que nos dão as variações possíveis para uma palavra. Juntos, (a) e (b) constituem-se no estudo das partes do discurso. A relação entre (a) e (b) é estreita: em última análise, a classe a que pertence a palavra a inclui entre as *palavras variáveis* (o nome e o verbo) ou entre as *invariáveis* (os advérbios), além de indicar, no caso das primeiras, quais as marcas flexionais que se podem esperar (as *declinações* e as *conjugações*); do mesmo modo, a presença de determinadas marcas indicaria a que classe se deveria atribuir a palavra.

O termo *morfologia* começa a ser utilizado em meados do século XIX. Atribui-se sua criação ao escritor e cientista alemão Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832), começa a ser utilizado. A morfologia desenvolve-se, então, como um estudo histórico. A noção de *palavra* permanece central, mas sua estrutura passa a despertar interesse na medida em que os elementos que a constituem são elos no estabelecimento de relações

entre uma dada língua, no caso o português, e um ancestral linguístico. No início do século XX, o tipo de estudo histórico passou a receber fortes críticas. Começa, então, o Estruturalismo.

Você já teve oportunidade de conhecer alguns dos princípios do estruturalismo em duas disciplinas deste curso: Estudos da Enunciação e Sintaxe, os quais são importantes retomar antes de você se aprofundar nos estudos morfológicos que ora iniciamos. Volte ao material dessas duas disciplinas e relembre os princípios do estruturalismo, seus principais representantes e seguidores e, principalmente, sua contribuição para os estudos linguísticos.

Inegavelmente, a base dos estudos mórficos assenta-se nos ensinamentos de Saussure, que alinhou em sua obra "Curso de Linguística Geral", princípios até hoje relevantes como, por exemplo, a concepção da língua como um sistema. A nova visão consolida o estudo sincrônico. O morfema torna-se a unidade básica da morfologia e também da sintaxe; os estudos voltavam-se para os morfemas e seus arranjos e não era muito clara a distinção entre morfologia. Linguistas da época consideraram a *morfologia* como "a gramática interna das palavras" e a *sintaxe*, como o estudo de "sua gramática externa e das sequências de palavras".

CAMARA JR.

"O mestre Mattoso foi um desbravador. Abordar esse assunto depois dele implica ser, em grau maior ou menor, seu discípulo. Mattoso, porém, não primou pela simplicidade. Suas exposições nem sempre tinham preocupações didáticas, Além disso, seus amplos conhecimentos de linguística universal levaram-no a mesclar, com frequência, arrazoados de linguística geral com aplicações à língua portuguesa, tornando-se, por vezes, hermético a não-iniciados no assunto. E ainda dispersou seus ensinamentos por várias obras, havendo necessidade de juntar as partes e darlhes tratamento sequencial coerente. E não faltam posicionamentos conflitantes, se cortejadas essas obras" (Zanotto, 2006, p. 07-08).

Na adaptação desses princípios à língua portuguesa, o mérito maior, sem sombra de dúvida, cabe a Camara Jr, que alargou e aprofundou a abordagem da estrutura mórfica em nossa língua.

São esses princípios que aprofundaremos agora com o texto abaixo em que as professoras Maria Cecília Pérez de Souza e Silva e Ingedore Villaça Koch (1991, p. 7-13) fazem uma breve revisão dos princípios básicos da linguística estrutural pertinentes para o desenvolvimento das atividades posteriores. Vamos, então, à leitura do texto.

1 – REVISÃO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO ESTRUTURALISMO

Até fins do século XVIII, os estudos linguísticos eram baseados na gramática greco-latina, que partia de princípios lógicos e através deles procurava deduzir os fatos da linguagem e estabelecer normas de comportamento linguístico. Pressupunha-se uma fixidez da língua; consequentemente, as descrições gramaticais tinham um caráter essencialmente normativo e filosófico.[1]

Contra essa concepção estática, os estudiosos da linguagem rebelaram-se no século passado, enfatizando então a mudança incessante da língua, através de um processo dinâmico e coerente.

Originaram-se, assim, a gramática comparativa e a linguística histórica: a primeira, comparando entre si os elementos de línguas distintas com o objetivo de depreender-lhes as origens comuns e de reconstituir a protolíngua de que se originaram e a segunda, procurando explicar a formação e evolução das línguas. As mudanças linguísticas eram consideradas como fenômenos naturais em contraposição à fixidez preconizada pela gramática greco-latina.

Ainda no fim do século XIX e começo do século XX, embora dominasse o ponto de vista histórico-comparativo, alguns linguistas já se preocupavam com a ideia de que, ao lado de um estudo evolutivo da língua, deveria haver também um estudo sincrônico ou descritivo. Quem realmente rompeu com a visão historicista e atomista dos fatos linguísticos foi F. de Saussure, ao conceituar a língua como sistema e ao preconizar o estudo descritivo desse sistema. Nasce, assim, o estruturalismo como método lingüístico.

1.1 – Língua e Fala

A *língua* é ao mesmo tempo um sistema de valores que se opõem uns aos outros e um conjunto de convenções necessárias adotadas por uma comunidade linguística para se comunicar. Ela está depositada como produto social na mente de cada falante de uma comunidade, que não pode nem criá-la, nem modificá-la. Assim delimitada, ela é de natureza homogênea.

A *fala* é a realização, por parte do indivíduo, das possibilidades que lhe são oferecidas pela língua. É, portanto, um ato individual e momentâneo em que interferem muitos fatores extralinguísticos e no qual se fazem sentir a vontade e a liberdade individuais. Apesar de reconhecer a interdependência entre *língua* e *fala*, Saussure considerava como objeto da linguística a língua (por seu caráter homogêneo), procurando entendê-la e descrevê-la do ponto de vista de sua estrutura interna.

De acordo com A. Martinet (1960), a oposição entre *língua* e *fala* pode também exprimir-se em termos de *código* e *mensagem*: o código representa a organização que permite enunciar a mensagem, e a mensagem limita-se a concretizar a organização do código.

Um dos princípios essenciais propostos por Saussure é a definição da *língua* como um sistema de *signos*[2] e de leis combinatórias. O autor ilustra essa ideia através de uma comparação com o jogo de xadrez: se substituirmos as peças de madeira por peças de marfim, a troca é indiferente, mas se diminuirmos ou aumentarmos o número de peças, essa mudança atinge a gramática do jogo... O valor respectivo das peças depende de sua posição sobre o tabuleiro, da mesma forma que, na língua, cada termo tem seu valor por oposição a todos os outros termos (Saussure, 1967).

1.2 – Sincronia e Diacronia

Embora a linguística histórica do século XIX tenha reconhecido a especificidade dos estudos diacrônicos, Saussure foi o primeiro linguista a estabelecer uma distinção nítida entre *sincronia* e *diacronia.*

A fim de melhor salientar a diferença entre os dois pontos de vista, o autor traçou dois eixos, um horizontal (A – B) e outro perpendicular (C – D), representando o primeiro, o eixo das simultaneidades, ou seja, a *sincronia,* e o segundo, o eixo das sucessividades, ou seja, a *diacronia.*

O eixo das *simultaneidades* representa relações entre fenômenos existentes, das quais se exclui toda a intervenção do tempo. A língua é considerada como um

conjunto de fatos estáveis, estudados como elementos de um sistema que funciona num determinado momento do tempo.

O eixo das *sucessividades* representa os fenômenos que foram se modificando numa sucessão no tempo; tais fenômenos não são isolados, mas acarretam modificações no sistema, determinando a passagem de um estado de língua a outro.

Do ponto de vista metodológico, Saussure reivindicou a autonomia para a pesquisa sincrônica, utilizando a imagem já citada do jogo de xadrez. Durante uma partida, a disposição das peças muda a cada lance, mas em cada um deles a disposição pode ser inteiramente descrita a partir da posição em que se encontra cada peça. Pelo andamento do jogo, num momento dado, não é necessário saber quais foram os lances jogados anteriormente, em que ordem eles se sucederam: o estado particular da partida e a disposição das peças podem ser descritos sincronicamente, isto é, sem nenhuma referência aos lances anteriores. O mesmo ocorre com as línguas: elas se modificam constantemente, mas podemos explicar o estado em que elas se encontram num momento dado (Saussure, 1967). Por exemplo, os futuros do presente e do pretérito se constituíram pela combinação do infinitivo do verbo principal mais uma modalidade do *indicativo presente* e *pretérito imperfeito* do verbo *haver* funcionado como auxiliar. A explicação diacrônica nos dá, pois, cantar(h)ei, cantar(h)ia. No entanto, do ponto de vista sincrônico, essa aglutinação tornou-se obscura mediante uma nova distribuição de constituintes que nos permite descrevê-los como marcados pelas desinências modo-temporais /-re/ e /-ria/, sem qualquer referência à sua evolução.

1.3 – Sintagma e Paradigma

As unidades linguísticas relacionam-se umas às outras de dois modos distintos. Por um lado, temos as relações *sintagmáticas* que ocorrem dentro do enunciado e que são diretamente observáveis (relações "in praesentia"). Tais relações decorrem do caráter linear e temporal da linguagem humana.

Por outro lado, temos as relações entre unidades capazes de figurar num mesmo contexto e que, pelo menos nesse contexto, se excluem mutuamente. Essas relações decorrem do fato de um elemento poder figurar em lugar de outro, em um dado contexto, mas não simultaneamente. Denominam-se *paradigmáticas* e ocorrem com os elementos que não estão presentes no discurso (relações "in absentia"). Os paradigmas consistem em inventários de elementos linguísticos, agrupados de acordo com critérios pré-estabelecidos.[3]

Considerando-se a frase:

"O PMDB propõe coalizão"

PDT união

PTB junção

as relações entre *propõe* e seus vizinhos contextuais *PMDB* e *coalizão* são sintagmáticas. Nessa mesma frase existem, em cada ponto, possibilidades de substituição: *PDT, PTB,* por exemplo, podem figurar no mesmo contexto de *PMDB;* o mesmo sucede com os substantivos *união* e *junção*, suscetíveis de aparecer no lugar de *coalizão*.

As dicotomias saussureanas tem sido objeto de várias interpretações e críticas que são importantes para a complementação desta exposição, mas dispensáveis para a compreensão da análise descritiva a que nos propomos.

1.4 – A Dupla Articulação da Linguagem

A dupla articulação[4], na hipótese funcionalista de A. Martinet, consiste em uma organização específica da linguagem humana, segundo a qual todo enunciado se articula[5] em dois planos. No primeiro plano, ou primeira articulação, o enunciado divide-se linearmente em unidades significativas: frases, vocábulos e morfemas. Assim, o enunciado *Nós falávamos bem,* articula-se, isto é, divide-se em três vocábulos: *nós-falávamos-bem.* Enquanto *nós* e *bem* são indivisíveis em unidades menores, *falávamos* decompõe-se em quatro morfemas *fal – á – va – mos.* Cada uma dessas unidades significativas[6] pode, no mesmo ambiente, ser substituída

	nós	
por outras no eixo paradigmático	eu	ou pode, num
	vocês	

ambiente diferente, achar-se combinada no eixo sintagmático: *Nós* chegamos. Dirigiu-se a *nós*. Falou sobre *nós* calmamente.

No segundo plano, ou segunda articulação, cada morfema, por sua vez, se articula em unidades menores desprovidas de significado: os *fonemas,* de número limitado em cada língua. Assim, o morfema *nós*, divide-se em três fonemas /n/ /ó/ /s/, cada um dos quais pode ser substituído por outros no mesmo ambiente /v/ /ó/ /s/, /v/ /á/ /s/ ou combinar-se com outros para formar um morfema diferente: a*n*o, *n*ão.

A dupla articulação evita sobrecarga da memória e permite economia de esforços na produção e compreensão da linguagem verbal; sem ela, seria preciso recorrer a morfemas e fonemas diferentes para designar cada nova experiência.

A terminologia usada para designar as unidades de primeira articulação varia muito. A. Martinet designa-as *monemas*, distinguindo, ainda, os *lexemas*, monemas que se situam no léxico e *morfemas*, os que se situam na gramática. Já a linguística norte-americana, de modo geral, denomina os monemas de morfemas, distinguindo os morfemas *lexicais* /*cant-*/ dos *gramaticais* /*-a-*/ /*-va*/, terminologia que adotaremos neste texto.

1.5 – Descritivo e Normativo

A partir de Saussure, os estudos linguísticos concentraram-se no estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona como meio de comunicação entre os seus falantes e na descrição da estrutura que a caracteriza.

A abordagem *descritiva* fica melhor caracterizada em oposição à *normativa.* A primeira explicita, enumera e classifica a estrutura das frases, dos morfemas que constituem as frases, dos fonemas que constituem os morfemas e das regras de combinação dessas diferentes unidades. Trata-se de um trabalho de definição, classificação, interpretação e não de julgamento ou legislação. A última procura prescrever as normas, discriminando os padrões linguísticos e elegendo um deles como de "bom uso", muitas vezes a partir de critérios de ordem social e não linguística. Ao longo dos anos, as gramáticas normativas foram estabelecendo preceitos avaliativos, isto é, instruções que muitas vezes se resolvem em *diga x, não diga y.*

Frente a essa distinção, uma questão tem sido colocada com frequência: deve a gramática normativa ser abandonada?

Pensamos, como Camara Jr. (1.970), que a falha não está no fato de as gramáticas serem prescritivas, mas sim no de basearem-se em descrições inadequadas e falsas. Cabe à linguística descritiva descrever os padrões em uso nos quais a gramática normativa possa basear-se, de tal modo que a norma não seja uniforme e rígida, mas se mostre elástica e contingente, adaptando-se às diferentes situações.

Este trabalho visa a contribuir no sentido de se atingir tal objetivo, apresentando uma descrição sincrônica da estrutura morfológica do português em sua modalidade escrita.

NOTAS

1. As gramáticas do português, seguindo a orientação da época, limitavam-se de modo geral, a apresentar normas para bem falar e bem escrever.

2. Entende-se por *signo linguístico,* conforme Saussure, um conjunto formado de duas partes: uma perceptível, o *significante* ou *imagem acústica*, e uma inteligível, o *significado.* O significante é o complexo sonoro audível que encerra o significado ou conceito.
Ex.: "cravo" - significante: /Kravu/
- significado: a ideia da flor que o complexo sonoro desperta no ouvinte e no falante, quando se produz esta combinação de sons.

O signo é o resultado da união entre um **significante** e um **conceito** e não entre uma **coisa** e um **nome**.

3. Os critérios para os agrupamentos paradigmáticos podem ser **morfológicos** (por ex. as classes de palavras), **sintáticos** (por ex. as funções gramaticais), **semânticos** (por ex. as sinonímias e antonímias) etc.

4. Este item 1.4, referente à dupla articulação, foi calcado em Dubois, Jean (1973), p. 67 e 68.

5. Articulação significa, também, em linguística, o ato de produzir os sons da fala através do aparelho fonador.

6. O conceito de unidades mínimas significativas apóia-se no fato de não serem possíveis outros desmembramentos, sob pena de os segmentos não terem significado na estrutura em exame.

Referência Bibliográfica

MARTINET, A. (1960). *Élements de linguistique Générale.* Paris. Armand Colin. Trad. Port. Lisboa. Livraria Sá da Costa. 1964.

SAUSSURE, F. de (1967). *Cours de Linguistique Générale.* Paris. Payot. 4.ed. Trad. bras. SP. Cultrix, 1969.

As ideias doutrinárias do estruturalismo linguístico não devem ser tomadas como ultrapassadas, pois não se trata de uma corrente ou uma tendência linguística. O estruturalismo é um ponto de vista epistemológico. Logo, seus princípios podem apoiar estudos linguísticos de diversas naturezas. A partir de agora, seguindo a orientação estruturalista e tendo como ponto de partida os princípios de Mattoso Camara Jr., passaremos a nos ocupar da morfologia da língua portuguesa, tomando por base a modalidade escrita.

Antes disso, porém, vamos verificar se você compreendeu bem os princípios básicos do estruturalismo. Passemos, então, aos exercícios. Resolva-os e discuta as respostas com seu(sua) tutor(a) durante o próximo encontro presencial. Não se esqueça: as dúvidas também podem ser esclarecidas com os tutores a distância, pela internet, por e-mail ou pelo telefone.

EXERCÍCIOS

A partir da leitura do texto de Souza e Silva e Koch (1991, p. 07-13), resolva as questões abaixo:

1. Estabeleça a distinção entre *língua* e *fala*.

2. Conforme o princípio da dupla articulação da linguagem, as palavras podem ser divididas de duas formas. Informe as unidades de primeira e de segunda articulação em cada uma das seguintes palavras: *invariavelmente, amabilidade, dentista, exclusivistas, descolamento.*

3. Distinga e justifique, nas afirmações a seguir, as noções linguísticas em jogo (sincronia – diacronia; sintagma – paradigma) e a abordagem (normativa ou descritiva) utilizada pelo autor:

a) Em uma corrida de carro, se optarmos por documentá-la pela fotografia, a perspectiva será estática.

b) "Não se emprega artigo antes dos pronomes de tratamento, com exceção de *senhor(a), senhorita* e *dona*" (Ernani Terra, p. 94).

c) "O elemento básico, central, de uma construção morfológica é chamado de núcleo, em oposição à periferia" (Basilio, 1974b, p. 93).

d) "Quanto à colocação ou procedência dos pronomes na frase, é de boa norma, não propriamente gramatical, mas de distinção e elegância, dar prioridade à primeira (eu), quando se trate de alguma coisa menos agradável, ou que importe responsabilidade, ou, ainda, nas manifestações de autoridade e hierarquia; em caso contrário, por modéstia e delicadeza, a primeira pessoa, a que fala, coloca-se em último lugar..." (Rocha Lima, p. 310).

e) "Raiz é o elemento originário e irredutível em que se concentra a significação das palavras, consideradas do ângulo histórico" (Cegalla, 1976, p. 53).

f) "Como é sabido, o plural, em *–aeis, -eis* (= *ees*), *-is (= iis* ou ies*)*, *-oes* e *–ues* dos nomes terminados em *–al, -el, -il, -ol, -ul* é devido à queda do / intervocálico; a terminação *–iles* deu, q uando tônica, *-ies*, que passou para *–iis* e depois se reduziu a *–is*, e, quando átona, *-ees*, que mais tarde, por dissimilação ou devido ao lugar ocupado pelo último *e*, se tornou em *–eis*, evolução que igualmente sofreu a tônica *–eles*..." (*Fonética e Morfologia*. Lisboa, Livraria Clássica Edit. P. 236 e 237).

4. No texto abaixo, procure detectar os paradigmas seguintes:

a) de termos/expressões que exprimam oposição de idéias;

b) de palavras relacionadas à religiosidade;

c) de palavras/expressões relacionadas aos correios;

d) de verbos de segunda conjugação, entre outros elementos pertencentes aos diversos paradigmas da língua:

"Cheguei ao ponto construtivo destas considerações. João Brandão, que às vezes é modelo de sabedoria relativa (a absoluta consiste em deixar a fantasia agir), contou-me que todo o ano recebe um cartão nestes termos: 'CALMA RAPAZ'.

'E quem é que te manda este cartão?', perguntei-lhe. 'Eu mesmo. Entro na fila, compro o selo, boto na caixa. Porque se eu não fizer isto, ninguém o fará por mim. Ao receber a mensagem, considero-a mandada por amigo vigilante e discreto, e faço fé na recomendação, que eu não saberia me impor, diante do espelho'. Pausa e continuação: 'Tem me ajudado muito. Você já reparou que ninguém deseja calma a ninguém, na época de desejar coisas? Deseja-se prosperidade, paz, amor, isso e aquilo ('tudo de bom pra você'), mas todos se esquecem de desejar calma para saborear esse tudo de bom, se por milagre ele acontecer, e principalmente o nada de bom, que às vezes acontece em lugar dele. Como você está vendo, não chega a ser um voto que eu dirijo a mim próprio, pelo correio. É uma vacina'.

Vacinemo-nos, amigos. (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Receita de Ano Novo.* Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 89-90.)

LEITURA COMPLEMENTAR

Com o propósito de complementar a breve revisão que acabamos de fazer dos princípios básicos da linguística estrutural pertinente para o desenvolvimento dos capítulos posteriores, leia o texto de Camara Jr, "Gramática e seu conceito", que faz parte de sua obra clássica "A Estrutura da Língua Portuguesa" (1973, p. 01-06).

Gramática e seu conceito

A gramática descritiva ou sincrônica é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, num dado momento (Gr. *syn-* "reunião", *chrónos* "tempo), como meio de comunicação entre os seus falantes, e na análise da estrutura, ou configuração formal, que nesse momento a caracteriza.

Quando se emprega a expressão gramática descritiva, ou sincrônica, sem outro qualificativo a mais, se entende tal estudo e análise como referente ao momento atual, ou presente, em que é feita a gramática.

Já tinha em princípio esse objetivo a gramática tradicional elaborada a partir da Antiguidade Clássica para a língua grega e em seguida a latina. Em português, desde Fernão de Oliveira e João de Barros no séc. XVI, vêm se multiplicando as gramáticas, pautadas pelo modelo greco-latino, intituladas quer descritivas, quer expositivas. Ora, mais propriamente normativas, se limitam a apresentar uma norma de comportamento linguístico, de acordo com a sempre repetida definição – "arte de falar e escrever corretamente". Ora, mais ambiciosas e melhor orientadas, procuram ascender a um plano que bem se pode chamar científico em seus propósitos, pois procuram explicar a organização e o funcionamento das formas linguísticas com objetividade e espírito de análise.

Tiveram este último propósito as chamadas "gramáticas filosóficas", como em português a de Jerônimo Soares Barbosa no séc. XVIII. Embora tenha havido recentemente, com a escola norte-americana de Noam Chomsky, certo empenho

em valorizar essas "gramáticas filosóficas" (Chomsky, 1966), deve se reconhecer que a crítica que a elas se fez, desde os princípios do séc. XIX até meados do séc. XX, era em essência procedente. O fundamento para a ciência da gramática, por elas entendida, era a disciplina filosófica da lógica, como a delineara Aristóteles na Grécia Antiga e depois Descartes no séc. XVII. A gramática foi entendida como ancilar do estudo filosófico que trata das leis do raciocínio. A justificativa estava no pressuposto de que a língua, em sua organização e funcionamento, reflete fielmente essas leis.

Havia aí, antes de tudo, um círculo vicioso. A língua servia para ilustrar a lógica, e a lógica para desenvolver a gramática. Depois, a lógica aristotélica a ainda a cartesiana, mesmo quando remodelada, já nos meados do séc. XIX pelo filósofo inglês John Stuart Mill, está longe de satisfazer aos requisitos de uma análise rigorosa e precisa das leis do raciocínio. Tanto que a filosofia do séc. XX procurou recriar a disciplina em linhas matemáticas, sob o título de "lógica simbólica", num afã em que se destacou especialmente o filósofo inglês Bertrand Russel. Finalmente, a base lógica que se pode depreender na organização e nos processos comunicativos das línguas é uma compreensão intuitiva das coisas permeada por toda a vivência humana. Em vez de refletirem um exame objetivo e despersonalizado das coisas, as línguas refletem a maneira de as ver por parte de homens que se acham nelas interessados e até integrados.

Nem a lógica aristotélica, nem a lógica simbólica podem fazer justiça, por isso, à organização íntima de uma língua humana.

A partir do séc. XIX outro caminho se esboçou. A tendência foi colocar o estudo da gramática sob a égide da psicologia. A nova atitude se apoiava na filosofia romântica, que salientava os aspectos psicológicos, ou mesmo antilógicos, que as línguas revelam, como se via aparecer em todo o procedimento humano. Insistia-se na carga de emoção e fantasia, que atua nesse procedimento e também na comunicação linguística.

A linguística, que se firmara e desenvolvera no séc. XIX como ciência autônoma, restringindo-se à comparação das línguas umas com as outras para poder depreender entre elas origens comuns ("gramática histórico-comparativa") e em seguida como história das suas mudanças através dos tempos ("gramática histórica"), não se preocupou diretamente com a descrição linguística. Mas indiretamente favoreceu a orientação psicológica. Assim, Hermann Paul (1846-1921), o grande teórico alemão da linguística do seu tempo, que ele queria exclusivamente histórica, deu, não obstante, uma achega para um tratamento descritivo psicológico, como já observou com razão Friedrich Kainz (Kainz 1941, 9).

O interesse pelo estudo descritivo, na linguística, firmou-se nos princípios do séc. XX. Em 1908, o linguista alemão Anton Marty já afirmava que, no estudo das línguas – "ao lado das leis históricas há leis descritivas" (Marty 1950, 19). De maneira mais cabal, sistemática e profunda, o linguista franco-suiço Ferdinand de Saussure, nos seus cursos na Universidade de Genebra, de 1908 a 1911, compendiados postumamente em 1916 por dois de seus maiores discípulos (Sausurre 1922, 117), dividiu a linguística em "diacrônica" (através do tempo, ou seja, histórica) e "sincrônica", denominação que já aqui se comentou. Por "linguística sincrônica" ele entende a gramática descritiva, cientificamente conduzida, isto é, de maneira sistemática, objetiva e coerente.

O propósito fundamental de Saussure era ver essa gramática como disciplina "autônoma" (Saussure 1922, 25), independente das disciplinas filosóficas da lógica e da psicologia, como de quaisquer outras ciências. Foi o que o seu discípulo indireto, o linguista dinamarquês Louis Hjelmslev, colocou em termos muito claros, alguns anos depois. Para Hjelmslev, é preciso "distinguir nitidamente o âmbito da linguística" (entenda-se "sincrônica") "que estuda a atividade pela qual se comunica um conteúdo de consciência de um indivíduo a outro, e a psicologia, que, como a lógica, se ocupa em examinar o próprio conteúdo da consciência humana" (Hjelmslev 1928, 24).

Paralelamente com essa nova orientação europeia, se desenvolveu nos Estados Unidos da América o princípio e a técnica de uma gramática descritiva. Primeiro, com o antropólogo Franz Boas, auxiliado por uma brilhante equipe, na qual preponderou a figura de Edward Sapir (1884-1939), houve o propósito de estabelecer as gramáticas descritivas das línguas indígenas norte-americanas, ainda existentes, e em seguida com o mesmo Sapir e especialmente Leonard Bloomfield (1887-1949) a nova escola também se orientou para uma linguística descritiva em sentido lato, procurando remodelar as gramáticas descritivas das línguas de civilização europeia. Um grande grupo de discípulos diretos e indiretos de Bloomfield elaborou técnicas descritivas cada vez mais objetivas e rigorosas.

A tendência da escola de Bloomfield, que a distingue das escolas descritivas europeias derivadas de Saussure, foi por de lado o valor significativo das formas linguísticas. O motivo, muitas vezes implícito, dessa tendência foi o medo de se entrar através do estudo das significações, novamente, na lógica e na psicologia.

Como, entretanto, a língua existe essencialmente como meio de comunicação entre os homens e as significações linguísticas estão evidentemente na base de tal comunicação, a gramática descritiva era assim levada a um verdadeiro beco sem saída. Daí, nos próprios Estados Unidos da América, uma reação recente contra o trabalho de Bloomfield e seus discípulos. Essa reação, que partiu principalmente lá de Noam Chomsky, já aqui citado, foi muitas vezes desnecessariamente agressiva e não poucas vezes injusta.

Na realidade, Sapir, explicitamente, e, implicitamente, Saussure já tinham respondido com acerto a essa dificuldade. As línguas, como já frisamos, repousam numa lógica imanente e numa psicologia coletiva intuitiva, que a lógica, em qualquer de seus aspectos (de Aristóteles, de Descartes, de Stuart Mill e simbólica), e a psicologia clássica não tinham considerado. Para Sapir, até, o estudo descritivo de uma língua e do seu mundo de significações é a melhor maneira de penetrar nessa lógica e nessa psicologia, que escapam ao estudo filosófico tradicional (Sapir 1969, 32, 152). Por isso, ainda nos princípios do séc. XIX, o filósofo alemão Wilhelm von Humboldt, cuja voz então ficou isolada, via implicitamente uma gramática descritiva compreendendo a análise da "forma externa" de uma língua (seus sons vocais, suas desinências e assim por diante) e a análise da sua "forma interna", isto é, do seu mundo de significações.

Chegamos assim a uma conclusão preliminar sobre o que se deve entender por uma gramática descritiva, de cunho rigoroso, sistemático e coerente.

Resta o problema de saber se tal gramática é possível sem levar em conta as considerações de ordem histórica. Ou, em outros termos, se o estudo sincrônico é possível sem um paralelo estudo diacrônico que lhe sirva de apoio.

Foi a convicção dessa possibilidade, ou antes, dessa necessidade que constituiu uma das grandes contribuições de Saussure nos seus cursos, acima aludidos, na Universidade de Genebra, nos princípios do séc. XX.

Entretanto, algumas correntes linguísticas contemporâneas, especialmente europeias, ainda rejeitam esse ponto de vista.

É, não obstante, o ponto de vista teoricamente certo. Antes de tudo, há a circunstância de que os falantes de uma língua nada sabem espontaneamente da história dela e a manejam apesar de tudo de maneira plenamente eficiente. Depois, há a observação de que muitas vezes o conhecimento histórico, aplicado à análise sincrônica, a torna absurda. Por exemplo, port. *comer* vem do lat. *comedere*, em que *com-* no verbo português é a raiz e distingue esse verbo de *beber* ("deglutir um alimento sólido" *versus* "ingerir um alimento líquido"); da mesma sorte, *mim* corresponde ao lat. m*ihi*, que era um "dativo" (forma em função de "objeto indireto"); mas *mim* em português se emprega não por isso (que ele em regra não é) mas por ser regido de preposição (em função que em latim corresponderia a *me* no ablativo e às vezes no acusativo). Finalmente, na análise histórica partimos sempre de uma análise sincrônica, tomada como ponto de parti*da* (lat. *comedere*, por exemplo, sem cogitar de formas anteriores indo-europeias que historicamente a explicariam). É sincronicamente que consideramos *comedere* = *com* + *ed* + *ere*.

Este ponto será desenvolvido em todo o correr do presente livro, que quer ser uma gramática descritiva, sem implicações diacrônicas.

Uma consideração final para terminar essa introdução.

Vimos que a gramática greco-latina era normativa e se podia definir como – "a arte de falar e escrever corretamente".

Será que essa gramática deve ser abandonada, como sustentam alguns linguistas, especialmente norte-americanos? Um deles, por exemplo, intitulou um seu livro de divulgação linguística – *Deixe a sua língua em paz* (*Leave your language alone*) (Hall 1950).

A resposta que parece certa é que há em tal atitude uma confusão entre duas disciplinas correlatas mas independentes.

A gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. Há assim, por exemplo, os preceitos práticos da higiene, que é independente da biologia. Ao lado da sociologia, há o direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade.

A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o linguista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar "tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa" (Tonnelat 1927, 167).

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas.

Há a esse respeito algumas considerações, que se fazem aqui necessárias. Antes de tudo, a gramática normativa depende da linguística sincrônica, ou gramática descritiva em suma, para não ser caprichosa e contraproducente. Regras de

direito que não assentam na realidade social, depreendida pelo estudo sociológico puro, caem no vazio e são ou inoperantes ou negativas até. Só é altamente nociva uma higiene que não assenta em verdades biológicas. Não se compreende uma situação inversa. Depois, mesmo quando convém a correção de um procedimento linguístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista da sua posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa. Finalmente, a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica. O professor não fala em casa como na aula e muito menos numa conferência. O deputado não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como falaria numa sessão da Câmara. E assim por diante.

Quando o linguista sincrônico se insurge contra o gramático normativo ou o professor de língua, é em regra porque este e aquele declaradamente desobedecem a esses 3 preceitos. Impõem as suas regras praxistas como sendo linguística. Corrigem às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento linguístico que querem corrigir e com isso só criam confusão e distúrbio. Partem do princípio insustentável de que a norma tem de ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer.

O remédio é o professor de língua e os homens em geral aprenderem os princípios gerais da linguística. Para isso, a melhor solução parece ser fornecer-lhes uma gramática descritiva desinteressada de preocupações normativas.

Há apenas uma observação final a fazer. Se a língua é variável no espaço e na hierarquia social, ou ainda num mesmo indivíduo conforme a situação social em que se acha, a gramática descritiva pode escolher o seu campo de observação. Se ela tem em vista, indiretamente, o ensino escolar, como é o objetivo implícito do presente livro, a escolha está de certo modo predeterminada. A descrição não tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou remotamente regional. Muito menos vai assentar num uso elaborado e sofisticado, como é, por exemplo, a língua da literatura. Partirá do uso falado e escrito considerado "culto", ou melhor dito, adequado às condições "formais" de intercâmbio linguístico no sentido inglês do adjetivo.

RESUMO DA ATIVIDADE 3

Nesta atividade, buscamos delimitar brevemente o objeto de estudo da Morfologia e situamos o campo de interesse dessa disciplina no contexto histórico dos estudos linguísticos. Fizemos também uma breve retomada dos princípios do estruturalismo linguístico, cujo conhecimento é de fundamental importância para estudos sobre a estrutura das palavras.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *Lições de Morfologia da Língua Portuguesa*. Jacobina: Tipô-Carimbos, 2003.

SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura Mórfica da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.

COMPLEMENTAR

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

SANDALO, Maria Filomena Spatti. Morfologia. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à lingüística, domínios e fronteiras*. v.1. São Paulo: Cortez, 2001.

OBJETO DE **ESTUDO** DA MORFOLOGIA

atividade 4

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- conhecer brevemente a evolução dos estudos morfológicos;
- reconhecer a delimitação do campo de interesse da Morfologia;
- conhecer os dois ramos da Morfologia: a morfologia flexional e a morfologia lexical.

Na atividade anterior, situamos a Morfologia no contexto dos estudos linguísticos e fizemos uma revisão dos princípios básicos do estruturalismo. Agora, nosso objetivo será delimitar o campo de interesse da Morfologia. Para isso, vamos retomar algumas reflexões sobre a língua.

Então, reflita sobre a afirmação "A língua é um instrumento de comunicação". Essa é uma afirmação muito repetida, de caráter amplo e complexo, mas verdadeira. A língua é um instrumento de comunicação por meio do qual o homem manifesta seu mundo interior. É graças a esse instrumento que o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento que ele influencia e que é por ele influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas a língua é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na mediação do pensador.

Certamente, você já refletiu bastante sobre esse fenômeno complexo que é a língua quando cursou as disciplinas **Estudos da Enunciação** e **Filosofia da linguagem**, entre outras. Portanto, nosso propósito neste momento é provocar a sua reflexão para que possamos contextualizar os estudos morfológicos no campo dos estudos linguísticos. Feitos os devidos esclarecimentos, podemos continuar.

A língua é um sistema complexo, passível de ser abordado, portanto, de muitos ângulos, o que lhe possibilita segmentações diversas e enfoques distintos de investigação. A Sintaxe, a Morfologia e a Fonética e Fonologia, entre outras, são ciências que têm como objetivo o estudo da língua e sua funcionalidade, com objetos de estudos diferentes, quais sejam o sistema sintático, o sistema mórfico e os sistemas fônico e fonológico, respectivamente.

Você estudou o sistema sintático da língua portuguesa ao cursar a disciplina **Sintaxe** (Abdon, Brito e Ferreira, 2009), quando teve oportunidade de refletir sobre aspectos sintáticos referentes às línguas em geral (Unidade 1); mecanismos sintáticos

do latim (Unidade 2); e expedientes sintáticos do português (Unidades 3, 4, 5, 6). A partir de agora, nesta disciplina, será aprofundado o estudo da língua na perspectiva da Morfologia e, em momento posterior, você estudará os sistemas fonético e fonológico da língua portuguesa, que serão abordados na disciplina **Fonética e Fonologia**. Essa multiplicidade de áreas de estudo se justifica porque, como já dissemos, a língua é, realmente, um sistema complexo, passível de ser abordado, portanto, de diversos ângulos. Contudo, essa possibilidade de segmentação da língua só faz sentido teoricamente, com objetivos essencialmente metodológicos.

Nesta disciplina, não escaparemos à segmentação com propósitos didáticos, sem perder de vista o caráter funcional da língua como instrumento de comunicação. Nesse sentido, é importante ressaltar que a língua é, por excelência, meio de comunicação, com muitas funções, com níveis, registros variados, mas sempre, acima de tudo, meio pelo qual o homem expressa o que deseja, e o faz, geralmente, sem ter consciência da complexidade, da compartimentação ou de polêmicas conceituais.

É importante que fique claro, ainda, que nosso interesse a partir de agora será o estudo da Morfologia numa perspectiva sincrônica, isto é, tomaremos a palavra como objeto de estudo em sua funcionalidade atual. O estudo seria diacrônico se o interesse do estudo fosse a história morfológica da língua, a evolução mórfica das palavras, tendência predominante até o final do séc. XIX que não será objeto de nossa reflexão daqui para a frente.

Breve histórico

Os gramáticos greco-latinos não conheciam o termo *morfologia*. Para a gramática clássica, as palavras eram consideradas "todos indivisíveis", com variações acidentais (flexões) em suas formas, dentro dos diferentes paradigmas. Para essa gramática, que era de base filosófica, o essencial era a classificação das palavras de acordo com essas características variáveis ou "acidentes" como, por exemplo, as declinações, que serviam para marcar os nomes em face dos verbos.

No século XVIII, a descoberta do sânscrito (antiga língua sagrada da Índia) permitiu aos estudiosos um exame dessa gramática que, ao contrário da greco-romana, reconhecia a estrutura interna das palavras, depreendendo unidades mínimas como raízes e afixos. Aqui se encontram as sementes das futuras pesquisas estruturalistas nos domínios da ciência da linguagem.

A palavra morfologia foi usada como termo linguístico somente no século XIX, por volta de 1860, englobando a flexão e a derivação. Até então a palavra era usada como termo biológico, criado por Goethe, em 1830, para designar o estudo das formas dos organismos vivos. Segundo Laroca (1993, p. 12), o seu uso em linguística se deve à influência do modelo evolucionista de Darwin sobre os estudos da linguagem. Os

gramáticos e filólogos acreditavam que pelo estudo da evolução das palavras em indo-europeu seria possível descobrir a origem da linguagem.

A partir daí, houve então um interesse crescente pelo estudo sistemático dos processos de formação de palavras, numa perspectiva histórica, pois os gramáticos consideravam as formas mínimas constituintes das palavras como elementos originários.

Com o Estruturalismo, que teve em Saussure seu principal representante, a descrição morfológica dos constituintes linguísticos ganhou impulso, apesar de ainda não ser considerada como disciplina autônoma da sintaxe.

No Brasil, em 1942, Joaquim Mattoso Camara Jr. lançou a primeira edição dos seus *Princípios de linguística geral,* obra pioneira publicada em língua portuguesa. A partir daí, desenvolveram-se estudos de morfologia derivacional, numa abordagem gerativa, destacando-se os trabalhos de Jackendoff e Aronoff. No Brasil, em 1980, a professora e linguista Margarida Basilio publicou sua tese de doutorado, *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa* (Petrópolis, Vozes), a que se seguiram inúmeras outras.

Conceito e objeto

A palavra morfologia vem do grego *morphē* + *ia* = tratado, estudo das formas. A Morfologia é uma disciplina que se ocupa do sistema morfológico da língua, do aspecto formal das palavras. É o ramo da linguística que trata das formas das palavras em diferentes usos e construções. Em outras palavras, a Morfologia trata da estrutura interna das palavras, dos seus constituintes significativos mínimos ou morfemas. Assim, a Morfologia pode ser definida como o estudo dos morfemas e seus arranjos na formação das palavras.

MORFEMAS
São unidades mínimas portadoras de sentido. Em outras palavras, os morfemas são formas (significativas) recorrentes que não podem, por sua vez, ser analisadas novamente em formas (significativas) recorrentes menores. Isso quer dizer que é uma forma significativa recorrente mínima, que mantém o mesmo traço semântico em todas as estruturas em que ocorre.

Sintetizando, podemos dizer que a Morfologia é a parte da gramática que descreve as unidades mínimas de significado, sua distribuição, variantes e classificação, conforme as estruturas em que ocorrem, a ordem que ocupam, os processos na formação de palavras e suas classes. Segundo Sandalo (2001, p. 181),

> A Morfologia é o ponto de maior controvérsia no estudo de linguagem natural. Especialistas se debatem tomando posições que vão desde aquelas que consideram a Morfologia como o principal componente do estudo gramatical, até aquelas que desconsideram totalmente o nível morfológico na construção de uma teoria gramatical.

Para delimitar melhor o campo de estudo da Morfologia, passemos agora à leitura do capítulo "O que estuda a Morfologia?" do livro de Sandmann (1991, 15-22), "Morfologia Geral". O autor inicia esse capítulo com um texto de Bertolt Brecht, transcrito

a seguir, e que lhe serviu para expor os objetos de estudo da Linguística do Texto, da Sintaxe, da Fonologia e, por último, da Morfologia.

O analfabeto político

> O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem de decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas multinacionais.
>
> Bertolt Brecht

A partir de pequenas amostras do que estudam a Linguística do Texto, a Sintaxe e a Fonologia, Sandman delimita o que cabe à Morfologia investigar. Como neste momento interessa-nos o estudo desta última disciplina, transcrevemos abaixo o trecho que trata especificamente do objeto de estudo da Morfologia com o intuito de lhe oferecer uma definição mais precisa do que cabe à Morfologia estudar.

Vamos, então, ler o texto de Sandmann:

Morfologia

Sandmann (1991, p. 15-22)

Inicialmente um pensamento oportuno de Huddleston (22):

> As duas unidades básicas da sintaxe são a sentença e a palavra. A sentença é a unidade maior da sintaxe: quando nos movemos para cima, além da sentença, passamos da sintaxe para a análise do discurso; a palavra é a unidade menor da sintaxe: movendo-nos para baixo, além da palavra, passamos da sintaxe para a morfologia.

Já segundo Matthews (1947: 154):

> > Tradicionalmente, a morfologia estuda a *estrutura interna* das palavras e suas relações com outras palavras dentro do paradigma. A sintaxe, por sua vez, se ocupa com suas funções exteriores e com sua relação com outras palavras no interior da sentença.

Como o enfoque do objeto de estudo da morfologia é a preocupação central do presente capítulo, vamos deter-nos um pouco mais no que caberia a essa subdisciplina linguística considerar no texto "O analfabeto político".

Se revirmos o que a sintaxe e a linguística do texto consideraram em nosso texto de análise, podemos concluir que elas se ocupam, em níveis e sob aspectos diferentes, das relações sintagmáticas. A sintaxe, por exemplo, ocupa-se das diferentes funções dos sintagmas que compõem a frase (sujeito, predicado, complemento, predicativo, adjunto) ou das relações dentro dos sintagmas (num sintagma nominal temos, exemplificando, núcleo e adjunto). Os fenômenos da concordância e da regência são também aspectos a considerar dentro do eixo sintagmático, a saber, da sintaxe. Agora um pronome pessoal como *ele*, que aponta para um substantivo que ocorreu anteriormente, é um elemento que empresta coesão a um texto e, como tal, também estabelece uma relação sintagmática ou do eixo horizontal da linguagem.

É igualmente um fato do eixo sintagmático a apresentação ordenada e sistemática dos argumentos que embasam uma afirmação que se fez, emprestando coerência a um texto.

Já a morfologia encontra seu objeto de estudo nas relações paradigmáticas ou do eixo vertical da linguagem, nas relações que se podem estabelecer entre elementos que não estão todos simultaneamente presentes numa frase ou texto. Se dissermos, por exemplo, que em "Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos", *ouve, fala* e *participa* são predicados, exercem a função de predicar, estaremos falando de relações entre elementos presentes na mesma sequência: ser predicado é uma função que se atribui a um verbo em sua relação com um sujeito, no caso o pronome *ele*. Se, agora, observarmos que as três palavras que exercem a função de predicado têm em comum o fato de receberem flexões exclusivas dessas palavras, isto é, se conjugam, e as incluirmos, consequentemente, numa mesma classe, a classe dos verbos, estaremos estabelecendo relações paradigmáticas.

Talvez o que se está querendo expor fique mais claro se transportarmos a frase acima para o passado (Ele não ouviu, não falou, nem participou) ou para o futuro: Ele não ouvirá, não falará, nem participará. As relações que normalmente saltam aos olhos entre *fala, falou* e *falará* ou entre as diferentes formas dos outros verbos são relações entre elementos não-presentes na mesma sequência ou no mesmo sintagma, ou, como diria Jacobson (1971: 40), invocando Saussure, "(...) o segundo (modo de arranjo) une os termos *in absentia* como membros de uma série mnemônica virtual". Chamamo-las, pois, relações paradigmáticas, relações entre elementos ausentes, entre elementos lexicais que integram o estoque de unidades que é o léxico. Classificar essas palavras como verbos, dizer que se conjugam, isto é, que podem receber flexões próprias e exclusivas da classe de palavras chamada *verbo*, levantar o possível rol dessas flexões verbais é exemplo do objeto que cabe à morfologia investigar.

Poderíamos lembrar aqui também que a concordância é um fato da sintaxe e é estudada por ela, mas o como a concordância se realiza, quais os meios, que tipos de flexões são utilizados é tarefa da morfologia. O mesmo se pode dizer da regência. Ela é um fato da sintaxe. Agora, se ela se realiza com ou sem preposição ou com flexões de caso como no latim e no alemão é assunto da morfologia.

Classificar ou dividir as palavras por propriedades que são próprias ou exclusivas de determinado grupo delas tem sido uma preocupação típica da morfologia. Mas classificar as palavras de acordo com critérios preestabelecidos, principalmente invocando apenas um critério, não tem sido uma tarefa fácil. Se invocarmos o critério morfológico ou formal, dividiremos as palavras do português em dois grandes grupos: palavras variáveis e palavras invariáveis. As variáveis poderão ser divididas em palavras que recebem flexões de gênero e número (o substantivo, o pronome e o adjetivo) e em palavras que recebem flexões de pessoa e número, tempo, modo e aspecto: o verbo. Logo se vê a precariedade desse critério: preposição, conjunção e advérbio, palavras invariáveis, ficam num mesmo bolo. Seria o caso, por exemplo, das palavras *e* (do sapato e do remédio), *tão* (tão burro), *que* (tão burro que se orgulha) e *não* (não ouve) do nosso texto "O analfabeto político". Por outro lado, esse critério não nos permite distinguir o adjetivo do substantivo pela flexão de número. Em nosso texto ocorrem, por exemplo, o adjetivo *político* (o analfabeto político) e o substantivo *político* (o político vigarista), que o uso apenas do critério morfológico da flexão não permite distinguir.

Distinguir as palavras pelo critério semântico também leva a impasses. As gramáticas normativas tradicionais costumam dizer, por exemplo, que "adjetivo é a espécie de palavra que serve para caracterizar os seres ou os objetos nomeados pelo substantivo (...)" (Cunha, 1976: 170). Se em nosso texto de análise isso é verdadeiro de *político* referido a *analfabeto (o analfabeto político),* ou referido a *acontecimentos* (dos acontecimentos políticos), de *vigarista* referido a *político* (o político vigarista), não é menos verdade dos substantivos *lacaio, analfabeto* e *bandido,* que, ao mesmo tempo em que designam seres (Cunha, 1976: 121), os caracterizam. Dizer que verbos exprimem ações ou fatos (Cunha, 1976: 253) – do nosso texto de análise isso vale de *fala* (ele não fala), por exemplo – não é menos verdade de substantivos como *regulagem* (a regulagem do motor), *fechamento* (o fechamento das comportas) ou *ovada* (ele levou uma ovada na cabeça), ou de adjetivos como *enfatizante* (pronúncia enfatizante) e *intimidatório* (tática intimidatória). Dizer, finalmente, que verbos indicam estado (Cunha, 1976: 253) também vale de adjetivos, por exemplo de *abandonado* (o menor abandonado), de nosso texto.

Um terceiro critério de classificação das palavras é o sintático ou funcional, o qual leva em conta a função da palavra ou sua distribuição na frase, critério hoje privilegiado pelos linguistas. No texto "O analfabeto político", a palavra *político* é adjetivo nos sintagmas *o analfabeto político, dos acontecimentos políticos, das decisões políticas, da sua ignorância política,* porque em função de adjunto adnominal dos substantivos-núcleos *analfabeto, acontecimentos, decisões* e *ignorância* e por sua distribuição ou ocorrência depois do substantivo. Já em *o político vigarista, político* é substantivo, porque núcleo do sintagma. O mesmo se pode dizer de *política,* parte do sintagma verbal *odeia política* em que *política* é o núcleo sem adjuntos do sintagma nominal-objeto direto *política,* palavra que significa "a arte ou ciência política". Note-se que ao sintagma *o político vigarista* poderia corresponder *a política vigarista,* isto é, o feminino de *o político,* "a mulher, ou a profissional da atividade política", unidade lexical não registrada pelo Aurélio mas que poderia perfeitamente ser formada, a exemplo de *a policial*, também não registrada pelo *Aurélio,* mas encontrada na *Folha,* de 2/2/90, p. F-4: "(...) uma mulçumana, uma policial, uma juíza (...)". É claro que a distinção entre os três substantivos o *político* "o profissional da política", a *política* "a mulher profissional da política" e a *política* "a ciência ou arte política" se baseia em critérios semânticos, não nos socorrendo o critério morfológico e, com dificuldade, o sintático. Aliás, o critério sintático, isto é, o da distribuição das palavras na frase, leva a um número grande de classes de palavras. Bergenholtz & Schaeder (14), no livro que eles caracterizam de "tentativa" de classificar as palavras da língua alemã, listam cinquenta e uma classes e dizem:

> Esse critério de distribuição deixa-se manusear mais ou menos consequentemente. Um sistema de classes de palavras desenvolvido segundo critérios distribucionais rigorosos teria possivelmente como resultado bem mais de cem classes de palavras.

Fatos como esses fazem com que se continue a utilizar, de maneira geral, mais de um critério, sendo que Mattoso Camara (1973) diz, no verbete *classes de vocábulos,* entre outras coisas: "À divisão primária pelo critério semântico-formal (sic!), deve-se acrescentar uma divisão secundária pelo critério funcional".

Mais alguns aspectos de nosso texto "O analfabeto político" que poderiam ser analisados pela morfologia: A sintaxe nos diz, por exemplo, que o adjetivo *político* tem as formas que exibe nos sintagmas *analfabeto político, acontecimentos políticos e*

ignorância política por causa da concordância nominal do adjunto com o núcleo do sintagma. Ora, a morfologia se preocuparia em fazer o levantamento das flexões de gênero e número do adjetivo no português. A morfologia perguntaria, por outro lado, que tipo de fenômeno fez com que *político,* em *o político vigarista*, se tornasse um substantivo (no português nós usamos corretamente *político* como substantivo, sendo que há numerosos derivados dessa palavra substantivada: politicagem, politicastro, politiquilho, etc.). Outra pergunta da morfologia seria a origem do substantivo *política* "a arte ou ciência política". No caso anterior talvez se esteja diante de um fenômeno de conversão, sendo que neste é de suspeitar tenha havido uma abreviação, a elipse, exemplificável em a *empregada doméstica → a doméstica, o guarda de segurança → o segurança.*

A morfologia, baseada na competência linguística lexical, questionaria a relação das palavras de nosso texto *acontecimento* com *acontecer*, de *ignorância* com *ignorar,* de *assaltante* com *assaltar* e de *vigarista* com *vigário* e perguntaria quem são e que função tem esses elementos acrescentados no final dessas palavras, tornando-as mais longas, de sentido e comportamento diferentes. Outra questão seria verificar se esses elementos acrescidos, *-ante (-nte),* por exemplo, são recorrentes no vocabulário da língua: *democratizar → democratizante, absorver → absorvente, ouvir → ouvinte.*

Como mais um exemplo de nosso texto focalizamos a palavra *multinacional.* Considerando que existem na língua a base *nacional* e outras palavras com a sequência de fonemas ou sílabas *multi- (multitubular, multiangulado, multívago,* todas do Aurélio, e *multimídia,* da Folha, de 25/12/89, p. C-5), é o caso de perguntar o que é esse elemento *multi-*. O Aurélio considera-o um "elemento de composição", um radical preso, pois não ocorre isolada e livremente na frase. Seria, no entanto, o caso de perguntar se não se trata de um prefixo, elemento que expressa uma idéia geral e se presta, como tal, à formação de palavras derivadas em série.

Questão essencial na morfologia e que nos ocupará no capítulo seguinte é a distinção entre sufixo ou sufixo derivacional e flexão ou sufixo flexional. Foi dito, por exemplo, que o *–s* de *políticos,* em *acontecimentos políticos,* e que o *–a* de *política,* em *ignorância política,* são flexões de número e gênero, respectivamente. *Político,* de *o político vigarista*, é um substantivo masculino. Se formarmos o correspondente feminino *política* "mulher profissional da política", o *–a* também será flexão ou é sufixo? Em outros termos, estamos diante de um processo flexional ou derivacional? Se dissermos que é um processo flexional, diremos que *política* é apenas uma forma vocabular diversa do mesmo lexema. Se dissermos que é um processo derivacional, estaremos dizendo que os substantivos *o político* "aquele que trata ou se ocupa de política" e *a política* "aquela que trata ou se ocupa de política" são lexemas ou unidades lexicais distintas. Contrariamente à Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, a todas as gramáticas escolares tradicionais que temos consultado e autores como Zanotto (1986:55ss.), Monteiro (1987: 66ss.), Macambira (1978: 18ss.) e Mattoso Câmara (1971: 53), somos de parecer que o feminino de substantivos, mesmo quando expresso apenas por *–a* (ministro – ministra, doutor – doutora), é sufixo ou sufixo derivacional e não flexão, desinência ou sufixo flexional.

Após a leitura do texto de Sandmann, você é capaz de apontar o objeto de estudo da Morfologia? Confirme sua interpretação com o esquema de leitura do texto que apresentamos a seguir:

• A Morfologia estuda a estrutura interna das palavras e suas relações com outras palavras dentro do paradigma.

• A Morfologia encontra seu objeto de estudo nas relações paradigmáticas ou do eixo vertical da linguagem, nas relações que se podem estabelecer entre elementos que não estão todos simultaneamente presentes numa frase ou num texto.

• Cabe à Morfologia

- classificar ou dividir as palavras por propriedades que são próprias ou exclusivas de determinado grupo delas e levantar o possível rol de suas flexões;

- classificar as palavras de acordo com os critérios morfológico ou formal, semântico e sintático ou funcional;

- explicar como a concordância se realiza, quais os meios e que tipos de flexões são utilizados;

- explicar como a regência se realiza, isto é, com ou sem preposição ou com flexões de caso, como no latim e no alemão;

- fazer o levantamento das flexões de gênero e número das palavras;

- explicar as mudanças de sentido das palavras em determinado contexto;

- explicar a origem das palavras;

- explicar os processos de derivação das palavras;

- explicar os morfemas (unidades mínimas significativas da língua);

- distinguir sufixo ou sufixo derivacional e flexão ou sufixo flexional.

Agora, que você já conhece o objeto de estudo da Morfologia, passemos a conhecer a divisão dessa ciência.

Divisão

A Morfologia divide-se em dois ramos: a *morfologia flexional* e a *morfologia lexical.*

A *morfologia flexional* (ou gramatical) estuda as relações entre as diferentes formas de uma mesma palavra, isto é, o seu paradigma flexional. Como a flexão é uma variação de caráter morfossintático, interessa à morfologia flexional explicar como a concordância se realiza, quais os meios e que tipos de flexões são utilizados. Vejamos esse princípio no exemplo:

Antigamente as chuvas não provocavam tantos alagamentos.

Aqui há uma nítida relação de dependência entre o verbo *provocavam* e o substantivo *chuvas* (concordância na terceira pessoa do plural), além da perfeita combinação sin-

CARÁTER MORFOSSINTÁTICO

A flexão é um fenômeno que ocorre no corpo das palavras que se flexionam. Logo, é um fato morfológico. Mas só ocorre entre palavras que contraem entre si uma função quando se relacionam sintaticamente. Logo, é um fato sintático. Podemos concluir, então, que a flexão é uma variação de caráter morfossintático, isto é, é uma manifestação mórfica de uma relação sintática.

tagmática entre o advérbio *antigamente* e o emprego do pretérito imperfeito do indicativo em *provocavam*. Explicar as relações de concordância entre verbo e sujeito e as relações sintagmáticas entre o sentido do advérbio e o tempo verbal é tarefa da morfologia flexional. A morfologia flexional conta com as seguintes propriedades:

> a) A Morfologia Flexional não altera categorias. Ela estabelece ligações entre as palavras. Assim, na frase *eu falo,* o morfema *o* mostra que o sujeito da sentença é primeira pessoa. Na frase *Os macacos caíram da árvore*, o plural no artigo, *s*, indica que o núcleo do sintagma nominal é plural, e o morfema *m* indica que o sujeito da sentença é terceira pessoa do plural. Assim, a Morfologia Flexional acena para a Sintaxe, ficando difícil de aceitar a sua não-relevância para a Sintaxe;
>
> b) A Morfologia Flexional é produtiva. Assim, qualquer verbo pode ser marcado por um morfema indicando terceira pessoa do plural e qualquer artigo pode ser pluralizado. Exceções são muito raras, enquanto exceções no paradigma derivacional são muito freqüentes.
>
> Evidência clara da relevância da Morfologia Flexional para a Sintaxe vem de morfemas que indicam caso. Algumas línguas são caracterizadas por apresentarem alguns morfemas adicionados ao núcleo de um sintagma nominal indicando o papel sintático deste sintagma; esses morfemas são conhecidos como morfemas de caso. Por exemplo, o caso nominativo mostra que o sintagma nominal é sujeito, o caso acusativo mostra que o sintagma nominal é objeto direto, o caso ergativo indica que o sintagma nominal é sujeito de um verbo transitivo. Assim, fica muito difícil pensar que a Morfologia pode ser totalmente processada antes da Sintaxe, uma vez que morfemas flexionais, como morfemas de caso, fazem referência a estruturas sintáticas (Sandalo, 2001, p. 193-194).

Diferentemente da *morfologia flexional*, a *morfologia lexical* trata da estrutura das palavras e dos seus processos de formação; das relações entre paradigmas diferentes. Assim, interessa à *morfologia lexical* explicar, por exemplo, como os pares amor/amoroso, nobre/nobreza se relacionam derivacionalmente. Portanto, é tarefa da morfologia lexical explicar que *amoroso* deriva de *amor* por meio do sufixo derivacional –*oso* e que nobreza deriva de nobre por meio do sufixo *-eza*. São as seguintes as propriedades da morfologia derivacional:

> a) A Morfologia Derivacional tem a característica de alterar a categoria gramatical de uma palavra. Assim, em nosso exemplo *nacionalização*, trabalhamos com vários morfemas derivacionais. Vimos a transformação de um substantivo em adjetivo, deste adjetivo em verbo e, finalmente, deste verbo em substantivo novamente. Caso a categoria não seja alterada pela adição de um morfema derivacional, um novo traço de significado que pode ser parafraseado por uma palavra independente é adicionado. Por exemplo, se adicionarmos *re* ao verbo *fazer*, temos *fazer de novo*.
>
> b) A Morfologia Derivacional não é produtiva, isto é, não é qualquer morfema derivacional que pode ser adicionado a qualquer raiz. Morfemas derivacionais têm muitas restrições de co-ocorrência; assim, podemos adicionar o morfema *iz* ao substantivo *hospital* e criar *hospitali**iz**ar*, mas não podemos adicioná-lo ao substantivo

> *clínica* e criar *clin**iz**ar*. Devemos dizer *clinicar*; devemos memorizar que podemos dizer *hospitalizar* e não podemos dizer *clinizar*. Este é um argumento para acreditar-se que a Morfologia Derivacional é um fenômeno lexical, uma vez que o léxico é visto neste modelo como um receptáculo de irregularidades e memorizações (Sandalo, 2001, p. 193-194)

Finalizamos aqui o estudo a que nos propusemos nesta atividade. Passemos, então, aos exercícios, cujas respostas serão discutidas no próximo encontro tutorial presencial. Não esqueça, porém, de entrar no fórum para participar ali das discussões sobre o assunto que está sendo estudado. Lembre-se que essas discussões são importantíssimas para a aprendizagem do conteúdo.

EXERCÍCIOS

1. Para fixar o que acabamos de estudar, julgue os itens abaixo e assinale apenas os que você considera corretos.

( ) A língua é um sistema complexo, por isso seu estudo só pode ser feito de forma compartimentalizada.
( ) Os gramáticos greco-latinos não reconheciam a estrutura interna das palavras.
( ) Não compete à Morfologia explicar os fenômenos da concordância e da regência.
( ) As flexões nominais e verbais são explicadas pela Morfologia.
( ) O objeto de estudo da Morfologia se encontra no eixo das relações paradigmáticas.

2. Identifique, nos exemplos em destaque, os fenômenos de interesse da Morfologia Flexional e os de interesse da Morfologia Lexical:

a) Gat**inha** sempre irá designar gata pequena?
b) As **filas** para o cinema **estavam** enormes.
c) **Cantar/cantarolar/cantador**.
d) Na infância, **eu brincava** muito com **meus primos**.
e) O **paraense** é um povo alegre?

3. Considerando o objeto de estudo, estabeleça a distinção entre Sintaxe e Morfologia. Poste essa distinção no fórum.

LEITURA COMPLEMENTAR

O texto que propomos como leitura complementar dos assuntos tratados na atividade 4 tem o propósito de apresentar noções básicas relacionadas aos domínios dos estudos morfológicos. Vamos, então, ler uma parte do capítulo intitulado "Morfologia", de autoria de Sandalo (2001, p. 181-184).

A Morfologia e suas unidades básicas

A Morfologia é frequentemente definida como o componente da Gramática que trata da estrutura interna das palavras. Mas o que é uma palavra? A existência de palavras é assumida como uma realidade pela maioria de nós, lingüistas ou não. No entanto, não é simples definir o que é uma palavra, Na Linguística, como em qualquer ciência, um dos problemas básicos é identificar critérios para definirmos as unidades básicas de estudo. Em línguas isolantes, como o chinês, cada palavra carrega apenas um significado, mas em línguas polissintéticas, como a língua *kadiwéu*, falada no Mato Grosso do Sul, ou o georgiano, falado na Europa oriental, certas sequências de sons, assumidas por seus falantes como palavras, carregam significados traduzidos por frases em línguas como o português. Assim, como podemos ter certeza de que *jotagangetagadomitiwaji* do *kadiwéu* é uma palavra e não uma frase? O significado não nos ajuda. Esta sequência de sons significa "eu falo com eles por vocês". Critérios semânticos não nos ajudam a definir uma palavra em línguas como o português tampouco. Como saber se *construtor* e *aquele que constrói* são palavras do português? Ambos têm o mesmo significado. Assim, se nosso critério for significado, deveríamos dizer que ambas as sequências pertencem à mesma classe gramatical. No entanto, nosso conhecimento de falantes de português nos sugere que a primeira é uma palavra, mas a segunda sequência é uma frase.

Critérios fonológicos também não nos ajudam. É impossível elaborar um teste baseado em critérios fonológicos que possa ser categoricamente aplicado para qualquer língua para sabermos se estamos lidando com uma palavra ou frase. Algumas pessoas já tentaram definir palavras pelo acento. Segundo este critério, uma palavra deveria contar com um acento principal (i.e. de maior intensidade) e alguns conceitos secundários. No entanto [detergente] e [detergente], ambos com um acento principal e um secundário, correspondem a uma frase e uma palavra, respectivamente. Essa ambiguidade é explorada pela seguinte piada:

(1) O que é detergente?
É o ato de prender pessoas.

Muitos lingüistas preferem definir palavras usando critérios sintáticos, os quais parecem funcionar em qualquer língua do mundo. Uma sequência de sons pode ser definida como uma palavra se (i) puder ser usada como resposta mínima a uma pergunta e se (ii) puder ser usada em várias posições sintáticas. Em (2), *nabos* ocorre como a menor resposta possível à questão dada. Em (3), a palavra *nabos* ocorre como objeto da sentença e em (4) ocorre como sujeito. Isto é, esta sequência de sons pode ocorrer em mais de uma posição sintática. É, portanto, uma palavra.

(2) O que Maria comprou na feira hoje?
Nabos.
(3) Maria comprou nabos na feira hoje.
(4) Nabos foi o que Maria comprou na feira hoje.

Um elemento como *lhe* pode ocorrer em mais de uma posição na sentença, como demonstrado em (5) e (6): *lhe* pode ocorrer antes ou depois do verbo. *Lhe* é uma palavra?

(5) Maria quer *lhe* dar um livro de presente.
(6) Maria quer dar-*lhe* um livro de presente.

Palavra é a unidade mínima que pode ocorrer livremente. Uma vez assumida essa concepção de palavra, podemos distinguir vários elementos que carregam

exatamente o mesmo significado, mas que não têm o mesmo *status* gramatical. Assim um pronome clítico, como *lhe*, embora possa carregar o mesmo significado que um pronome, não pode ser caracterizado como uma palavra, uma vez que não atinge os critérios sintáticos anteriormente definidos. Por exemplo, o pronome clítico *o* "terceira pessoa singular masculino" (Maria *o* viu na feira) não pode ocorrer como resposta a uma pergunta e não pode servir como sujeito da sentença. Não é, portanto, uma palavra. Mas o pronome *ele*, embora carregue o mesmo significado, isto é, "terceira pessoa singular masculino", qualifica-se como uma palavra, pois pode ocorrer isoladamente e em várias posições sintáticas. No português brasileiro vernáculo, *ele* ocorre em qualquer posição argumental (*Ele me viu, Eu vi ele, José deu um livro para ele).*

A pergunta "como podemos ter certeza de que *jotagangetagadomitiwaji* do *kadiwéu* é uma palavra e não uma frase?" pode ser respondida da seguinte forma: a sequência de sons do *kadiwéu* obedece aos critérios sintáticos apontados, sendo, portanto, uma palavra, mesmo que, em português, ela seja traduzida como uma sentença.

Uma vez definido o que é uma palavra, temos definida a unidade máxima da Morfologia. O que seria a unidade mínima deste componente da Gramática? As unidades mínimas da Morfologia são os elementos que compõem uma palavra. Seriam fonemas e traços, como definidos no capítulo *Fonologia*, neste mesmo volume? Não. A Morfologia tem seus próprios elementos mínimos. O conhecimento desses elementos é o que nos permite entender o significado de palavras que nunca ouvimos antes. Ao nos depararmos com uma palavra como *nacionalização*, mesmo sem nunca termos ouvido esta palavra, podemos descobrir o que ela significa se soubermos o significado de *nação*, "pátria", e o significado dos elementos que derivam novas palavras em português: *al,* "elemento que transforma um substantivo em adjetivo", *izar,* "elemento que transforma um adjetivo em verbo" e *cão*, "elemento que transforma verbo em substantivo". Assim, ao adicionarmos *nação* e *al* , criamos o adjetivo *nacional* e, ao adicionarmos *izar*, temos o verbo *nacionalizar*. Finalmente, ao somarmos *cão* com *nacionalizar*, formamos o nome (ou substantivo, segundo a terminologia da Gramática tradicional) *nacionalização*. A palavra *nacionalização* significa ato de nacionalizar. Seu significado é derivado do significado das partes que compõem esta palavra. Os elementos que carregam significado dentro de uma palavra são rotulados de *morfemas* e são estes a unidade mínima da Morfologia. Apesar de muitas pessoas afirmarem que a palavra é a unidade mínima que carrega significado, o morfema é que o é.

RESUMO DA ATIVIDADE 4

Num breve histórico, você teve oportunidade de saber que apenas no século XIX a Morfologia foi utilizada como termo linguístico e que os gramáticos greco-latinos consideravam as palavras como formas indivisíveis. Em seguida, delimitamos o campo de interesse da Morfologia e lemos o texto de Sandmann (1991) para complementar nosso estudo. Finalizamos esta atividade, então, identificando os dois ramos da Morfologia: a morfologia flexional e a morfologia lexical.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 1993.

SANDALO, Maria Filomena Spatti. Morfologia. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à lingüística, domínios e fronteiras*. v.1. São Paulo: Cortez, 2001.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.

COMPLEMENTAR

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de Morfologia*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo, Contexto: 2000.

FUNDAMENTAIS DA MORFOLOGIA

CONCEITOS

unidade 3

VOCÁBULO MÓRFICO E **MORFEMA**

atividade 5

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- reconhecer o vocábulo mórfico como objeto de estudo da Morfologia;
- distinguir palavra e morfema;
- conhecer as unidades formais livres, presas e dependentes de uma língua;
- definir vocábulo mórfico e morfema;
- reconhecer que uma palavra pode ser constituída por um ou vários morfemas.

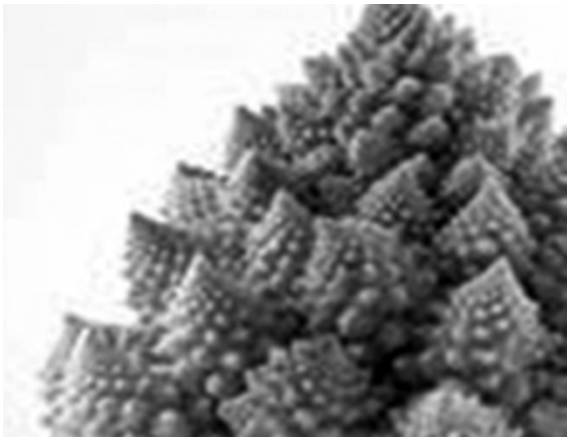
Bate-papo inicial: morfologia e couve-flor dão samba?

Observe bem a foto abaixo. O que você vê?

Provavelmente você responderá que viu "um pedaço verde de uma planta" ou "uma verdura que parece couve-flor ou brócolis!". As duas respostas seriam aceitáveis, mas o que a foto mostra é uma parte de uma couve-flor. Na verdade, neste momento, o nome da verdura não importa tanto. O exercício de observação que acabamos de propor tinha como objetivo verificar sua percepção sobre a estrutura da verdura, isto é, como suas partes menores se juntam.

Vamos então continuar nossa observação. Quem já viu uma couve-flor sabe que ela é constituída de inúmeros pedacinhos menores (pedúnculos florais carnosos, comestíveis, reunidos, que se vão juntando até formarem o todo).

Observe, agora, uma outra ilustração:



Muito bem! As observações sobre a couve-flor, que acabamos de fazer, tinham o propósito de desvendar uma questão fundamental a ser tratada nesta unidade, que é aprender como é formada uma palavra. Vamos, então, retomar o que foi dito sobre a Morfologia na atividade 4: "A Morfologia é uma disciplina que se ocupa do sistema morfológico da língua, do aspecto formal das palavras. É o ramo da linguística que trata das formas das palavras em diferentes usos e construções. Em outras palavras, a Morfologia trata da estrutura interna das palavras, dos seus constituintes significativos mínimos ou morfemas". Como você vê, interessa à Morfologia o estudo das palavras e seus constituintes mínimos. E o que se entende por palavra e por constituinte mínimo? Vamos, então, começar pela definição de palavra.

O problema da palavra

Apesar de ser uma entidade real, a palavra escapa às delimitações e definições dos linguistas que, para isso, valem-se de critérios fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para defini-la apropriadamente, conforme os modelos teóricos que seguem. Não há, portanto, uma definição generalizante e universal para a palavra.

Em princípio, poderíamos entender por palavra o segmento gráfico separado na escrita por espaço em branco. Assim, em "A natureza está revoltada", podemos dizer que há quatro palavras: *a, natureza, está, revoltada.* Note-se que essa definição é do ponto de vista da linguagem escrita.

Os estruturalistas definiram palavra como uma forma, ou seja, "um traço vocal recorrente que tem significado" (Bloomfield, 1933, p. 27). Veja que nesta definição o autor usou um critério fonológico (traço vocal) para definir palavra.

Uma definição mais moderna poderia identificar a palavra como equivalente a signo linguístico, o signo de Saussure, resultante, como sabemos, da união de um significante

e um significado. Mas, no caso da frase "A natureza está revoltada", todos os elementos são signos? Claro que não. Não é possível afirmar que o artigo "a" da frase é um signo, pois ele não é uma idéia em si, ao contrário de *natureza, está* e *revoltada,* que possuem significação, isto é, expressam ideias. Além disso, certos autores, como André Martinet (1971), consideram signo linguístico até uma frase inteira. Na verdade, a imprecisão quanto à definição de palavra persiste.

Uma sequência como *leve-me* é uma palavra do ponto de vista fonológico, pois *me* é equivalente a uma sílaba átona em relação ao verbo e não pode funcionar sozinho, isolado como enunciado. Já de uma perspectiva gramatical ou sintática, *leve-me* é equivalente a duas palavras: *me* é um pronome em função de objeto e pode ser mudado de posição para antes do verbo: *me leve*. Tal fato não ocorre com sílabas comuns. Por exemplo, não é possível a inversão do sufixo "zinho" (**zinhocafê*) de *cafezinho*. Logo, essa impossibilidade de mudança de posição é um critério gramatical para verificarmos se temos ou não duas palavras. Relembre-se da inteireza da couve-flor!

LEONARD BLOOMFIELD

Foi um linguista que viveu entre os anos de 1887 a 1949. Foi considerado o pai do estruturalismo nos Estados Unidos. Estudou filologia alemã na Universidade de Harvard, onde se formou como bacharel (1906) e recebeu o doutorado na Universidade de Chicago (1909). Depois ensinou em várias universidades (1909-1927) e começou (1917) a pesquisar o Tagalog e outros idiomas extensivamente, trabalhando, na década seguinte, no agrupamento dos idiomas nativos americanos. Fundou a Sociedade Linguística da América (1924) e se iniciou como pesquisador de línguas indoeuropéias e depois em ameríndias. Também interessou-se por questões pedagógicas e desenvolveu diversos sistemas para o ensino da leitura e de línguas estrangeiras. Nomeado professor de linguística em Yale (1940), ficou nessa função até a morte. Seus principais livros foram An Introduction to the study of language (1914) e Language (1933), em que sintetizou a teoria e a prática de análise linguística. Para muitos, é considerado seu trabalho principal, o texto clássico de linguística estrutural, seu próprio estruturalismo. Faleceu em New Haven, Connecticut, e em muitos estudos é considerado, junto com o linguista compatriota Edward Sapir (1884-1939), um precursor do Estruturalismo Americano, seguido por seu discípulo, o linguista de religião judaica, Zellig Sabbetai Harris (1909-1992).
(*http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_2589.html*, acessado em 31/10/2009 às 8h)

Essa imprecisão conceitual recomenda deixar *palavra* servindo a seu uso tradicional e partir para definição de um termo substituto, o *vocábulo mórfico.*

Vocábulo mórfico

O centro de interesse da Morfologia é o *vocábulo mórfico* (morfológico ou formal). Esse vocábulo mórfico é divisível em unidades significativas menores, ou então constitui ele mesmo essa unidade, aí morficamente indivisível. Essas unidades mínimas significativas são os *morfemas*.

O *vocábulo mórfico* foi estabelecido pelo linguista norte-americano Leonard Bloomfield em 1993, tendo em vista o seu funcionamento na frase. Para esse autor, as unidades formais de uma língua são *livres* e *presas*. Consideram-se *livres* as unidades formais que podem funcionar isoladamente como comunicação suficiente. São formas autônomas que sozinhas podem constituir frase. Uma maneira prática de identificar as formas livres é por meio de pergunta e resposta. Por exemplo, *açaí,* no enunciado: *"O que*

você está bebendo?", "Açaí", ou então, vocábulos que couberem como resposta à pergunta "Você entendeu o que eu disse?". Assim, respostas a essa pergunta, como "Não", "Sim", "Mais ou menos", "Infelizmente", etc. são formas livres.

> O recurso da pergunta e resposta é prático, mas não exclusivo, para caracterizar as formas livres, que podem manifestar-se em qualquer contexto, mesmo fora do discurso direto.
>
> O fato de uma forma figurar, ou a possibilidade de poder figurar sozinha, quer numa pergunta, quer em resposta ou em outro contexto, caracteriza-a como forma livre e, portanto, como vocábulo mórfico.
>
> Os substantivos, os verbos, os adjetivos são sempre formas livres. Também o são parte dos advérbios, parte dos pronomes e o numeral.
>
> (Zanotto, 2006, p. 21)

As formas presas só funcionam ligadas a outras. É o caso dos afixos e das desinências, como a marca de plural em *praia-s,* o prefixo *des* em *desfazer,* a desinência número-pessoal *mos* em *falamos,* etc.

O vocábulo morfológico ou formal é a unidade a que se chega quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres. A forma livre será *simples*, se for indivisível em unidades mórficas menores, como radical, afixos, desinências, vogal temática. Se for divisível, será *composta*.

Veja as diversas constituições que as formas compostas podem ter:

Formas livres	**Constituição**
amor	1 forma livre indivisível
in capaz	1 forma presa (in) e 1 forma livre (capaz)
des leal dade	1 forma livre (leal) e duas formas presas (des; dade)
des control ad o s	5 formas presas
vai vai	2 formas livres

O linguista Joaquim Mattoso Camara Jr, para abranger as partículas *proclíticas* e *enclíticas* em português (artigos, preposições, pronomes átonos, a partícula que, etc.), introduziu um terceiro conceito, o de formas *dependentes*, que funcionam ligadas às livres, porém sem autonomia no discurso. Fazem parte desse grupo os artigos, as preposições e as conjunções. Observe o exemplo:

***A**s nuvens **de** chuva formaram-**se** rapidamente*

Em negrito, destacamos as formas dependentes: o artigo *a*, a preposição *de* e o pronome *se*. Com toda a razão, você deve estar se questionando: "Mas o que difere as formas dependentes das formas presas?" Vamos, então aos esclarecimentos. Enquanto as presas são parte do vocábulo e ocupam posição fixa junto à forma de que fazem parte (como o *-s* marcador de plural em "A*s*" e em "nuven*s*", ou o sufixo *-mente*, em

rapidamente, no exemplo acima), as dependentes constituem elas mesmas um vocábulo, embora sem autonomia no discurso, e podem mudar de posição em relação ao vocábulo de que dependem (*se* formaram, não *se* formaram*),* ou aceitam a intercalação de outras formas (as *densas* nuvens; as nuvens *carregadas* de chuva).

Assim, ao introduzir o conceito de forma *dependente*, Camara Júnior ampliou o conceito de *vocábulo formal*: "O vocábulo formal é a unidade a que se chega quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres ou dependentes" (1973, p. 59-60).

Em *Os periquitos gostam dos frutos da samaumeira* existem sete vocábulos mórficos, assim constituídos:

a) *os:* forma dependente composta por uma forma dependente e uma presa (o-s);
b) *periquitos:* forma livre composta por três formas presas (periquit-o-s);
c) *gostam:* forma livre composta por três formas presas (gost-a-m);
d) *dos:* forma dependente composta por duas formas dependentes e uma forma presa (de-o-s);
e) *frutos:* forma livre composta por três formas presas (frut-o-s);
f) *da:* forma dependente composta por duas formas dependentes (de-a);
g) *samaumeira:* forma livre composta por três formas presas (samaum-eir-a).

Cada uma dessas unidades mínimas indivisíveis que formam o vocábulo formal é um *morfema: unidade lingüística dotada de forma e significação.*

As definições que acabamos de expor sobre as formas livres, presas e dependentes, aparentemente claras para delimitar o vocábulo formal, nem sempre dão conta de explicar situações não plenamente resolvidas. É o caso das palavras compostas, de locuções estereotipadas, de frases feitas, que são caracterizadas como unidades sintaticamente indissociáveis, mas que morficamente se comportam como unidades compostas, como, por exemplo, *guarda-chuva*, *casa de detenção* e *fazer de conta.* Esses itens linguísticos atestam a imprecisão de limites entre a Morfologia e a Sintaxe.

Vamos, agora, conhecer um pouco das unidades mínimas dotadas de forma e significação – os morfemas – que formam o vocábulo formal.

Morfema

Voltemos a nossa couve-flor para observá-la em detalhes. Cada pedaço que a constitui é uma parte de sua estrutura. Do mesmo modo são as partes da palavra. Os linguistas verificaram que as palavras eram compostas por constituintes que indicavam noções gramaticais ou funcionais – os *morfemas.*

Dentre os vários lingüistas que contribuíram para o desenvolvimento da compreensão acerca dos morfemas, destaca-se Bloomfield, para quem morfema "é uma

forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores" (1933, p. 27). O mesmo autor, anos mais tarde, complementou a definição anterior, dizendo que morfema "é uma forma linguística que não mantém semelhança fonético-semântica com qualquer outra forma" (Bloomfield, 1933, p. 161).

De acordo com Basilio (1974, p. 80), tais definições de Bloomfield contemplam o morfema em duas dimensões – forma e significado – e correspondem a duas etapas fundamentais no processo de identificação de morfemas: na segmentação, quando são separadas sequências fônicas mínimas significativas recorrentes na cadeia de fala, e na classificação, quando são considerados membros do mesmo morfema os morfes que têm distintividade fonético-semântica comum. Por isso cabe estabelecer a diferença entre morfema e morfe. Atribui-se ao morfema a definição de unidade formal abstrata, provida de um (ou mais de um) valor semântico – referencial ou gramatical. Pode-se concluir que o morfema é uma abstração que envolve significados e possibilidades combinatórias. A dualidade abstrato-concreto mostrou a conveniência de uma designação específica para esse outro aspecto do morfema, o morfe. Cada morfe representa concretamente um dado morfema, havendo em alguns momentos coincidência entre tais usos.

Tomemos como exemplo os morfes *cant-*, radical do verbo *cantar*, e *cant-*, radical do substantivo *canto* (sinônimo de *ângulo*, *quina*). Que tipo de distinção há entre eles? Há distinção de som ou fonética? Não, eles têm formas idênticas: {cant-}. Entretanto, apesar de ter a mesma forma, há distintividade semântica entre eles. Logo, esses dois morfes não são membros do mesmo morfema.

Assim, podemos dizer que a Morfologia é o estudo dos morfemas. E uma vez que cada morfema é um átomo de som e de significado, a Morfologia é o estudo desses átomos, no dizer de Rosa (2000, p. 50).

RADICAL

Alguns estudiosos estabelecem distinção entre radical e raiz, vinculando a designação de raiz à perspectiva diacrônica. Essa distinção se faz necessária quando o estudo enfoca as duas perspectivas, a diacrônica e a sincrônica, pois nem sempre há coincidência entre esses dois enfoques: em comer, o radical é com- (comida, comilão), ao passo que a raiz é ed-. Para sua melhor compreensão, leia o texto de Kehdi (1993), disponível como leitura complementar desta atividade. Como a perspectiva adotada neste estudo é a sincrônica, usaremos o termo radical sempre que quisermos nos referir ao elemento irredutível e comum às palavras de uma mesma família, isto é, ao seu semantema. Conforme Dubois et al (1973, p. 499), "chama-se radical uma das formas assumidas pela raiz nas diversas realizações das frases. O radical é, pois, distinto da raiz, forma abstrata que serve de representação a todos os radicais, que são suas manifestações". Uma outra definição do mesmo autor para radical é a seguinte: "aquele dentre os morfemas de uma palavra que não é afixo e ao qual está associado o significado. Em porteiro, port- é o morfema radical. Mar é um morfema radical" (Idem, p. 499).

ÁTOMO

Conceito emprestado da Química. É a menor partícula que ainda caracteriza um elemento químico. Até fins do século XIX, o átomo era considerado a menor porção em que se poderia dividir a matéria. Nesta atividade, portanto, de forma análoga, o morfema é como um átomo, isto é, a menor parte constituinte de uma palavra.

Crystal define essa disciplina da seguinte maneira:

> Ramo da gramática que estuda a ESTRUTURA ou as FORMAS das PALAVRAS, principalmente por meio de construções com MORFEMAS. Tradicionalmente distingue-se da SINTAXE, que lida com as regras que regem a combinação das palavras nas SENTENÇAS. A morfologia em geral divide-se em dois campos: o estudo das FLEXÕES ("morfologia flexional") e o estudo da FORMAÇÃO DE PALAVRAS ("morfologia derivacional" ou "lexical"). Quando os estudos morfológicos enfatizam a técnica de analisar palavras em morfemas, como ocorreu com os estruturalistas americanos nas décadas de 40 e 50, usa-se o termo morfêmica. A "análise morfêmica", neste sentido, faz parte de um estudo linguístico SINCRÔNICO; a análise morfológica é uma expressão mais geral, aplicada também aos estudos DIACRÔNICOS. A análise morfológica pode tomar diversas formas. Uma delas é fazer um estudo DISTRIBUCIONAL dos morfemas e variantes morfêmicas que ocorrem nas palavras (a análise das "combinações morfotáticas"), como nos MODELOS de ITEM-E-COMBINAÇÃO de descrição. Uma outra abordagem estabelece "operações" ou "processos morfológicos", que consideram as relações entre as formas das palavras como substituições (ex.: substituir o /ei/ de *take* pelo /u/ de *took),* como nos modelos de ITEM-E-PROCESSO. Na linguística GERATIVA, a morfologia e a sintaxe não são dois NÍVEIS separados; as REGRAS sintáticas de uma gramática se aplicam à estrutura das palavras, assim como aos SINTAGMAS e às sentenças; e as noções morfológicas emergem apenas no momento em que o resultado do componente sintático precisa receber uma REPRESENTAÇÃO FONOLÓGICA (através das regras MORFOFONOLÓGICAS). (ver Matthews, 1974; Robins, 1980: Cap.5).

ANÁLISE MORFÊMICA

Os princípios dessa análise serão explicados mais adiante, ainda nesta atividade

COMBINAÇÕES MORFOTÁTICAS

São as relações entre as sequências morfêmicas. Por exemplo, o fato de o prefixo in- (como em incerto ou infeliz) ocorrer antes da forma à qual se prende dá-se por meio de uma combinação morfotática da língua portuguesa. A morfotática trata das restrições à combinação de morfemas, considerando sua distribuição. Para isso, observa formas, ordem (linear), construções e hierarquias de constituintes. Pelo termo tática, de acordo com Rosa (2000, p. 61), compreende-se qualquer teoria sobre a combinação de unidades similares, como fonemas com fonemas (seria a fonotática), morfemas com morfemas (morfotática).

MODELOS DE ITEM-E-COMBINAÇÃO

De acordo com Dubois et al (1973, p. 355), "a gramática ou modelo de item e arranjo (ou combinação) descreve um enunciado como formado de itens linguísticos mínimos, gramaticalmente pertinentes, chamados morfemas, combinados entre si conforme certas regras de arranjo de uns em relação aos outros (conforme uma certa combinatória). O modelo de item e arranjo é o modelo dos constituintes imediatos. Uma regra de item e arranjo é desta forma: "a frase é formada da sequência sintagma nominal + sintagma verbal"; ou "comia é constituído da raiz verbal com- seguida do afixo de passado -ia".

MODELOS DE ITEM-E-PROCESSO

Segundo Dubois et al (1973, p.355), "a gramática ou modelo de item e processo consiste em descrever as diversas formas realizadas em um enunciado como o resultado de uma operação efetuada sobre uma forma ou item de base. Assim dir-se-á que o substantivo construção é o resultado de um processo de derivação que se aplica a um item de base constrói e acarreta modificações morfológicas nesse item (ou raiz). Da mesma forma, dir-se-á que a forma comia é obtida pelo processo do tempo passado aplicado à raiz verbal (ou item) com-. Uma regra de item e processo, como "com- + passado, dá comia". O modelo de item e processo é o da gramática tradicional e da linguística funcional".

REGRAS MORFOFONOLÓGICAS

São regras que estão em um nível intermediário entre a morfologia e a fonologia. Como a morfofonologia (ou morfonologia ou morfofonêmica) é a parte da gramática que lida com a forma fonológica dos morfemas, palavras e construções, sem atenção ao significado, regras morfofonológicas são aquelas que operam nessas fronteiras.

Ainda em busca de uma conceituação para morfema, é importante atentar para o fato de que não se deve confundir morfema com palavra, uma vez que pode haver coincidência entre essas duas noções. É o caso de palavras como *rei*, em língua portuguesa, constituída de um único morfema. Entretanto, nem sempre morfema e vocábulo se equivalem. Uma palavra como *reis*, por exemplo, é constituída de dois morfemas: *rei*, que significa "soberano de uma nação monárquica", e *-s*, que significa plural. Sabe-se que o *-s* não ocorre em isolamento, isto é, não é usado sozinho, não é mesmo? Logo, de acordo com as definições já dadas, *-s* não é uma palavra, mas é uma parte significativa de palavras como *reis, leis, pés* e muitas outras, o que nos permite afirmar que *-s* é um morfema.

Também pode ocorrer de o morfema ser constituído de um só fonema ou de uma só sílaba, como em *e, há, -a* (desinência de feminino), mas será por simples coincidência.

Morfema, então, é a unidade mórfica mínima, podendo coincidir, mas não se confundindo nem com vocábulo, nem com sílaba, nem com fonema. "Morfema é a unidade mórfica mínima de que se compõe o vocábulo. No âmbito da morfologia é indivisível em unidades menores. É obrigatoriamente portadora de alguma significação ou função gramatical (Zanotto, 2006, p. 29). Quando o vocábulo for indivisível, equivale a um único morfema: é *monomorfêmico.*

Retomando as noções sobre a palavra, tratadas no início desta atividade, é importante ressaltar que a linguística do século XX enfatizou a noção de *morfema*, retirando da noção de *palavra* o valor que até então lhe era atribuído pelos estudos tradicionais.

A mudança de ênfase dada agora ao morfema correspondeu a uma mudança no modelo de análise gramatical diferente daquele herdado da tradição greco-latina.

Um desses modelos – o Estruturalismo norte-americano – estabeleceu um método para identificar que partes específicas do material fonológico de uma forma complexa expressavam as diferentes partes de um significado também complexo. Desse modo, as unidades de som e de significado assim obtidos eram os *elementos mínimos* ou *itens* de análise. As técnicas de análise fonológica se desenvolveram primeiro; posteriormente, foram transpostas para o terreno da morfologia. Na próxima atividade, você terá oportunidade de se aprofundar um pouco mais nos estudos morfológicos, compreendendo como se faz uma análise mórfica e quais os tipos de morfemas que ocorrem nas línguas humanas, em especial, no português.

Vamos, agora, exercitar o que você aprendeu nesta atividade. Não se esqueça de entrar no fórum para participar das discussões sobre os assuntos estudados. Resolva os exercícios propostos a seguir e reflita sobre as respostas com seus colegas e com o(a) tutor(a) no próximo encontro presencial. Bom trabalho!

EXERCÍCIOS

1. Assinale apenas as afirmações que estiverem corretas e justifique as que não forem assinaladas:

( ) Não há distinção conceitual entre palavra e morfema.
( ) Em uma frase como *Os passarinhos adoram banana* todas as palavras expressam ideias, isto é, possuem uma significação.
( ) Os artigos e as preposições são formas livres simples.
( ) As formas dependentes podem variar de posição na frase.
( ) O conceito de vocábulo formal abrange as formas livres, as presas e as dependentes.

2. Considerando a frase abaixo, indique o número de vocábulos mórficos e classifique-os em formas livres, presas e dependentes:

Felizmente, todos os alunos compreenderam a atividade.

3. Associe a coluna A à coluna B

Coluna A	**Coluna B**
(a) Formas livres	( ) partículas proclíticas e enclíticas
	( ) pronomes átonos
(b) Formas presas	( ) sequências com autonomia semântica
	( ) artigos
(c) Formas dependentes	( ) preposições
	( ) sufixo *-eiro*, como em pedr*eiro*

LEITURA COMPLEMENTAR

Agora, leia os textos abaixo, que tratam da necessidade de se definir o enfoque metodológico – sincrônico ou diacrônico – ao se proceder a estudos morfológicos; da conceituação da palavra e da segmentação dos morfemas, complementando o estudo que acabamos de fazer. Poste no fórum os aspectos mais relevantes do texto. Aproveite!

SINCRONIA E DIACRONIA

Considerando-se que uma língua é o resultado de evoluções ocorridas ao longo dos séculos, podemos enfocá-la de dois pontos de vista diferentes: ou fixamo-nos no estado atual, com preocupações marcadamente descritivas (enfoque sincrônico), ou procuramos compreender-lhe o processo evolutivo, acompanhando-a desde as mais antigas fases até hoje, o que se torna tanto mais realizável quanto mais dispusermos de documentos escritos da língua em questão (enfoque diacrônico).

Não julguemos, todavia, que a utilização de uma ou de outra postura seja uma mera questão de escolha; sincronia e diacronia podem contrapor-se quanto a métodos e resultados.

Tomemos, a título de ilustração, o verbo *pôr*. Nossas gramáticas consideram-no como uma anomalia da segunda conjugação. Realmente, a evolução histórica da língua portuguesa confirma essa observação.

O verbo *ponĕre,* em latim, evolui normalmente para *pôr*, em português, conforme se pode observar na cadeia evolutiva:

Ponĕre > *ponére* > *poner* > *põer* > *poer* > *pôr*

Essas diferentes formas são decorrentes de transformações fonéticas bem caracterizadas através dos séculos e suficientemente explicitadas em nossas gramáticas históricas. Não é nosso objetivo, aqui, explicar os detalhes esclarecedores das etapas apontadas; interessa-nos, sim, mostrar que *poer*, da segunda conjugação, evolui para *pôr,* e que vestígios da antiga forma *poer* encontramos em adjetivos como *poente* e *poedeira.*

Podemos, entretanto, chegar à mesma conclusão se dispensarmos a explicação histórica e fixarmo-nos no funcionamento do português atual.

Observemos, p.ex., que algumas das formas conjugadas do verbo *pôr* apresentam a vogal temática *-e-,* da segunda conjugação: *pusEmos*, *pusEra*, *pusEsse.*

Acrescente-se, também, que as três conjugações do português constituem paradigmas caracterizados pelo fato de serem representados por vários verbos: pertencem à primeira conjugação verbos como *amar*, *cantar*, *falar* etc.; *beber*, *comer*, *correr* etc. ilustram a segunda conjugação; a terceira conjugação é representada por verbos como *existir*, *partir*, *sumir* etc.

Ora, verbo em *-or* só temos *pôr*, que dá origem a derivados como *contrapor*, *decompor*, *repor* etc. Portanto, o verbo *pôr* não constitui paradigma como os demais verbos acima mencionados.

Essas observações podem levar-nos a crer que, afinal, a escolha de uma posição sincrônica ou diacrônica é indiferente, visto que ambas conduzem ao mesmo resultado.

Notemos, contudo, que nem sempre o resultado é o mesmo. Sirva-nos de exemplo o verbo *comer*.

Em latim, o verbo correspondente a *comer* é *edére*, com radical *ed-*. No presente do indicativo, algumas formas desse verbo se confundiam com o verbo *esse*: ao lado de *edo*, *edit* havia as variantes *edo*, *es*, *est*.

Com o objetivo de diferençar mais esses dois verbos, o latim vulgar da Península Ibérica antecederá o primeiro de um prefixo, *cum-* (que exprime companhia), e o resultado, *cum edére* / *cumedére,* em virtude de uma série de transformações fonéticas, produzirá a forma *comer*. O cotejo de *comer* com *comida*, *comilança*, *comilão* conduz-nos à conclusão de que o radical comum a essa série é *com-* (diferentemente do radical latino *ed-*).

COTEJO
Significa comparar buscando semelhanças a partir do confronto com formas semelhantes.

Esse exemplo permite-nos constatar que nem sempre os enfoques sincrônico e diacrônico levam às mesmas conclusões.

De um ponto de vista metodológico, é aconselhável, portanto, que se separem as duas posições. Adotaremos, ao longo de nossa exposição, uma postura sincrônica com relação a alguns aspectos da morfologia portuguesa, porque acreditamos que o conhecimento dos mecanismos de funcionamento de um idioma no seu "aqui e agora" deve anteceder as explicações de caráter histórico, indiscutivelmente necessárias e esclarecedoras, mas que devem ser invocadas num segundo momento.

O PROBLEMA DA PALAVRA

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a morfologia deve ocupar-se das palavras quanto à sua estrutura e formação, bem como quanto às suas flexões e classificação.

Concentrando-se a morfologia na palavra, é necessário, inicialmente, que levantemos e discutamos algumas propostas de caracterização desse elemento.

Ainda segundo a NGB, a palavra, considerada, do ponto de vista fonético, como constituída de fonemas e sílabas e provida ou não de tonicidade, recebe a designação de *vocábulo*; *palavra* é a denominação mais adequada se enfocarmos o ponto de vista semântico. Não levaremos em conta, aqui, essa distinção, e os dois termos serão utilizados como sinônimos.

Apresentamos, em seguida, alguns critérios com vistas à caracterização da palavra, assinalando as dificuldades correspondentes.

Palavra e unidade acentual

Tomemos, por exemplo, um critério fonético: a palavra seria uma unidade acentual, um conjunto marcado por um só acento tônico.

Não há dúvida de que *mármore, xícara, café* correspondem ao critério proposto; contudo, uma expressão como *com o chinelo* também satisfaz à exigência acima – a preposição *com* e o artigo definido *o* são átonos e o substantivo *chinelo* é paroxítono; o grupo apresenta um só acento tônico, mas não constitui uma palavra do ponto de vista gráfico. Em resumo, existem unidades acentuais que não são palavras; esse critério fonético revela-se parcial e, portanto, insuficiente.

Palavra e homonímia

Se procurarmos caracterizar a palavra sob o aspecto semântico, os casos de homonímia revelar-se-ão problemáticos. Consideram-se homônimas as formas

linguísticas de mesma estrutura fonológica, porém inteiramente distintas quanto ao ponto de vista significativo.

Poderíamos afirmar que *manga,* nos seus diferentes significados, é uma só palavra; ou haveria tantas palavras *manga* quanto os diversos significados correspondentes? A resposta é menos simples do que parece; basta levar em conta as divergências dos dicionários, relativamente à solução do problema.

Acrescente-se, ainda, que o fato de a palavra ter um sentido atualizado dentro de um contexto específico (frasal/textual), o que gera o fenômeno da polissemia (possibilidade de variações de sentido em função dos diferentes contextos), impede o estabelecimento de limites claros entre esta última e a homonímia.

Palavra e lexia

Vejamos se o conceito de lexia, proposto por Bernard Pottier, pode ser-nos de alguma utilidade para a caracterização do vocábulo.

Segundo o autor, entende-se por lexia a unidade lexical memorizada. Dentre os diferentes tipos de lexia, destaquemos aqui as lexias simples e as compostas.

B. Pottier propõe alguns testes formais para a determinação das lexias, dos quais um dos mais operatórios é o da não-separabilidade dos elementos componentes. Aplicando-o ao substantivo composto *guarda-chuva*, p.ex., notemos que qualquer modificador acrescentado a esse substantivo não pode romper o grupo em questão:

guarda-chuva *novo* / *novo* guarda-chuva

*guarda-*novo*-chuva (construção inaceitável)

Não é o que se observa com um vocábulo como *obedecerei*. O acréscimo de um pronome pessoal oblíquo a essa forma verbal acarreta a separação de seus elementos constitutivos: *obedecer*-**te**-*ei*. Assim sendo, *obedecerei* não seria uma lexia, embora possa ser reconhecido como uma palavra.

Assinalemos, contudo, que, se não podemos estabelecer correspondência automática entre palavra e lexia simples (como o ilustrou o exemplo acima), o teste da não-separabilidade permite-nos levantar um grande número de compostos não-dicionarizados. Sirva-nos de exemplo a expressão *casa de detenção*. Qualquer adjetivo a ela acrescentado não pode ocupar posição interna relativamente ao grupo:

casa de detenção *abandonada*

*casa *abandonada* de detenção (construção inaceitável)

Ora, o comportamento de *casa de detenção* é o mesmo do grupo *guarda-chuva*, acima apontado. São, portanto, dois exemplos de substantivos compostos.

Os critérios apresentados neste capítulo não são os únicos possíveis. Revelam, todavia, a complexidade que caracteriza a palavra e, por conseguinte, as dificuldades da elaboração de uma morfologia baseada nesse elemento.

A SEGMENTAÇÃO MORFEMÁTICA

As unidades mínimas significativas

Expusemos, no capítulo anterior, algumas dificuldades associadas à caracterização do vocábulo. Partiremos, aqui, da hipótese de que a palavra é um elemento de constituição complexa, cuja análise poderá conduzir a uma base mais rigorosa para os estudos morfológicos.

Tomemos a título de ilustração a forma verbal *falávamos*. Como a conjugação verbal portuguesa é caracterizada por uma riqueza de flexões, é possível comparar a forma proposta com as demais que a ela se associam. Estabeleceremos, como princípio, que as comparações devem ser feitas por pares; cada par deve apresentar uma só relação de semelhança e uma só relação de diferença. Comparemos, inicialmente,

falávamos

falava

O elemento comum (relação de semelhança) é *falava;* o elemento diferencial é *-mos,* que só ocorre na primeira forma.

Consideraremos, também, que os elementos destacados devem ter um valor significativo. No par acima, *-mos* indica que a ação expressa no passado é realizada por um grupo de pessoas, entre as quais se inclui o falante.

A forma comum – *falava* – é igualmente decomponível, como o mostra a comparação seguinte:

falava

fala

O segmento destacado – *-va* – indica que a ação expressa pelo verbo se desenrola num passado que se prolonga (pretérito imperfeito do indicativo).

Convém assinalar que nem sempre um único par nos permite depreender o segmento correto. Outros pares devem ser estabelecidos para confirmar ou infirmar certos resultados. Se tivéssemos comparado *falava* com *falara*, teríamos isolado o *-v-*. O recurso a outras comparações – *falava* / *fala*; *falava* / *falasse* – permite-nos corrigir esse resultado para *-va*.

Podemos ainda prosseguir com um novo par

fala

falo

que nos fornece os segmentos *-a* e *-o*. Como a forma proposta é *falávamos*, interessa-nos o *-a*. Baseados exclusivamente nesse par, deveríamos interpretar *-a* como índice de terceira pessoa do singular do presente do indicativo (em oposição ao *-o*, marca de primeira pessoa do singular do mesmo tempo).

Mais uma vez, a comparação com as outras formas do mesmo verbo vai conduzir-nos à interpretação correta; *falAva*, *falAremos*, *falAriam*, embora correspondam a tempos e pessoas diferentes, apresentam a mesma vogal *-a-*, que é, na verdade, marca da primeira conjugação.

Finalmente, comparando

fala

chora

destacamos os elementos *fal-* e *chor-*, que indicam ações diferentes.

Portanto, a forma verbal apresentada é constituída de quatro elementos: *fal* + á + *va* + *mos*.

Com relação a esses segmentos, convém ressaltar os seguintes aspectos:

1) são unidades portadoras de sentido;

2) são elementos recorrentes, de grande produtividade na língua; *fal* figura em

toda conjugação do verbo *falar,* bem como em derivados, como *falador*; *-a-* é marca de todos os verbos da primeira conjugação (*falar, cantar, chorar*); *-va-* caracteriza o pretérito imperfeito do indicativo de qualquer verbo da mesma conjugação (*falava, cantava, chorava*); *-mos* é índice de primeira pessoa do plural, independente de tempo, modo e conjugação (*falamos, falássemos, temíamos*);

3) a ordem desses segmentos é rígida; qualquer alteração resulta em formas inaceitáveis na língua (p.ex.: * *falámosva*).

Como são elementos contíguos, podem ocorrer alterações fonológicas em alguns deles. Em português, são frequentes os casos de crase e elisão. Se compararmos *gosto* com *gostoso*, destacamos apenas *-so*, como elemento diferencial; contudo, os pares *creme / cremoso*, *sabor / saboroso* permitem-nos depreender *-oso.* Trata-se do mesmo segmento, visto que o segundo membro de cada par apresenta um traço significativo comum. A vogal final de *gosto* e a inicial de *-oso*, por serem idênticas, fundiram-se, de acordo com a regra fonológica da crase. Com relação ao par *creme / cremoso*, notamos que o *-e,* átono, de *creme* se elide diante do *o-* de *-oso*; trata-se, agora, de um caso de elisão.

Essas unidades mínimas significativas recebem o nome específico de morfemas.

A dupla articulação da linguagem

Baseando-nos, agora, no par

fala

mala

destacamos *f-* e *m-*, que já não são elementos providos de sentido. A substituição de *f-* por *m-* contribui, entretanto, para distinguir os vocábulos *fala* e *mala.*

Essas unidades distintivas, desprovidas de sentido, recebem a designação de fonemas. Convenciona-se representar os fonemas entre barras oblíquas: /f/ e /m/.

Os pares caracterizados por apresentarem formas que se distinguem por um só traço diferencial são designados como pares mínimos. Quando, na comparação das formas, a substituição de um traço por outro acarreta uma mudança de sentido, realizamos o que se denomina uma comutação.

Entre os morfemas e os fonemas, há uma diferença qualitativa: enquanto aqueles são significativos, estes são distintivos. Com base nessa oposição, André Martinet estabelece a teoria da dupla articulação da linguagem: a uma primeira articulação, representada por unidades significativas (Andre Martinet designa como monemas), acrescenta-se uma segunda articulação, de unidades distintivas (os fonemas).

Convém esclarecer que, ao contrário do que nossa exposição poderia levar a crer, as técnicas de análise fonológica se desenvolveram primeiro; posteriormente, foram transpostas para o terreno da morfologia.

Embora o termo *monema*, segundo A. Martinet, não seja exatamente sinônimo de *morfema*, é esta última designação que se vem generalizando cada vez mais e que manteremos ao longo deste trabalho.

A importância do sentido

O valor significativo dos morfemas tem algumas implicações, que passamos a expor a seguir.

Os pares *canta* / *cantas* e *mesa* / *mesas* permitem-nos depreender *-s*. Ocorre que, no primeiro, o elemento destacado indica segunda pessoa do singular, ao passo que, no segundo, é marca de plural. Como os valores significativos são diferentes, devemos reconhecer, aí, dois morfemas homônimos.

Além da diferença de significado entre os dois, há também diferenças de caráter formal. O *-s* de *cantas* opõe-se às terminações de outras formas (*canta, cantamos, cantais, cantam*); com relação a *mesas*, a única oposição que podemos estabelecer é entre *mesa* e *mesas*.

Ao operarmos com determinados pares, devemos evitar as falsas comutações, que podem levar-nos a destacar elementos desprovidos de sentido. Assim, a comparação entre os membros do par *lei* / *legal* pode sugerir-nos que *-i* e *-gal* são morfemas, o que é falso, visto que não são, em português, segmentos portadores de significado. Temos, aqui, um elemento indecomponível – *lei* – e uma forma variante *leg-*.

Cumpre, ainda, esclarecer que os segmentos comuns ao par devem ter o mesmo valor semântico. Para determinar os morfemas de *capacidade*, não poderíamos compará-lo com *capa* ou com *cidade*, que, embora existentes em português, não têm nenhuma relação significativa com o vocábulo proposto. A única comparação possível, no caso, é com *capaz*; como resultado, obtemos a forma *capac-*, variante.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português.* 2.ed.
São Paulo: Ática, 1993, p. 07-17.

RESUMO DA ATIVIDADE 5

Do que se expôs anteriormente, você deve ter fixado que as formas livres, as presas e as dependentes constituem os vocábulos mórficos, unidades centrais de interesse da Morfologia. Também deve ter chegado à conclusão de que o vocábulo mórfico tanto pode ser constituído por uma única unidade morficamente indivisível como pode ser composto de duas ou várias unidades menores. Essas unidades menores indivisíveis são os *morfemas* – unidades obrigatoriamente portadoras de alguma significação ou função gramatical. A Morfologia, portanto, é o ramo da gramática que estuda os morfemas.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
CRYSTAL, David. *The Penguin Dictionary of Language*. England: Penguin Books, 2nd ed. 1999.
KEHDI, Valter. *Morfemas do português.* 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

MARTINET, André. Elementos de Linguística Geral. 8. ed. Lisboa: Martins Fontes. 1971.
ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2002.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura Mórfica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna / Caxias do Sul: Educs, 2006.

COMPLEMENTAR

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral: como introdução aos Estudos Superiores de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1980.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1994.

ELSON, Benjamin F. e PICKETT,Velma B. *Beginning morphology and syntax*. Dallas, TX: Summer Institute of Linguistics. 1988.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 1993.

MATTHEWS, P. H. *Concise Oxford Dictionary Linguistics*. Oxford University Press, New York, 1997.

PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Belo Horizonte: UFMG. 1972.

SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

ANÁLISE **MÓRFICA** E TIPOS DE MORFEMAS

atividade 6

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- conhecer os princípios básicos e auxiliares da análise mórfica;
- proceder à análise mórfica de um vocábulo formal para depreensão de seus morfemas;
- reconhecer os princípios morfológicos da alomorfia, neutralização, cumulação, neutralização e alternância vocálica;
- conhecer e diferenciar tipos de morfemas quanto ao significado e tipos de morfemas quanto ao significante;
- descrever morfemas de línguas humanas, com atenção especial aos da língua portuguesa.

Na atividade anterior, você teve oportunidade de aprender que o vocábulo mórfico pode ser constituído por uma única unidade morficamente indivisível ou pode ser composto de duas ou várias unidades menores. As unidades menores indivisíveis são os *morfemas*.

Do que estudamos anteriormente, também deve ter ficado claro que o morfema é a unidade elementar no âmbito da morfologia. É, portanto, unidade mínima significativa, pertencente à primeira articulação, segundo André Martinet. Não deve, então, ser confundida com a unidade mínima distintiva, o fonema, da segunda articulação.

No texto de Kehdi (1993), "A segmentação morfemática", proposto como leitura complementar da atividade 5 desta disciplina, você teve oportunidade de verificar como uma análise pode conduzir à depreensão dos morfemas. Vamos, agora, conhecer melhor os procedimentos dessa análise para a descrição dos morfemas. Como depreender, destacar cada um dos morfemas constituintes do vocábulo mórfico.

Análise mórfica

A análise mórfica é a depreensão das formas mínimas do vocábulo mórfico. Por meio dela, procede-se à descrição dos morfemas, de acordo com uma significação e uma função elementar que lhes são atribuídas dentro da significação e da função do vocábulo na frase. Portanto, para proceder com segurança à depreensão dos morfemas, é preciso considerar a sua significação, (1): "Os morfemas são unidades significativas. Só faz sentido considerar um segmento de vocábulo como morfema se esse segmento for significativo, se for responsável por parte da significação total do vocábulo" (Zanotto, 2006, p. 24).

1. Relembre o que disse Kehdi (1993), leitura complementar da Atividade 5, a respeito da importância da significação para depreensão dos morfemas.

O método para proceder à análise mórfica consiste na comutação. "Por esse nome [comutação] se entende a substituição de uma invariante por outra, de que resulta um novo vocábulo formal" (Camara Jr., 1973, p. 62). É uma operação contrastiva, por meio da qual substitui-se ou elimina-se parte da palavra, do que deverá resultar novo vocábulo. É importante ressaltar que dessa troca de elementos deve resultar nova significação, novo vocábulo. Vejamos o que diz Carone (1994, p. 27) sobre a comutação: "Prática originária da fonologia, a comutação revelou-se igualmente produtiva no plano do conteúdo, quando se processa a comutação de morfemas ou de vocábulos para estabelecer paradigmas".

Para compreender o método da análise mórfica, observe o exemplo no quadro abaixo:

livr-	-inh(o) -ã(o) -ari(a) -eir(o)

Os exemplos mostram que temos um mesmo radical – *livr-* – e vários sufixos *-inh(o),-ã(o), -ari(a), -eir(o).* Cada vez que substituirmos um sufixo por outro, formaremos novo vocábulo, com significação também nova. Nenhum desses quatro sufixos, porém, pode ser subdividido em unidades significativas menores (pode-se apenas destacar a vogal temática, que está entre parênteses). Podemos concluir, então, que os quatro sufixos são morfemas, são unidades mínimas significativas.

Para seu melhor entendimento, atente, agora, para o quadro abaixo, em que se procedeu à análise mórfica, mantendo-se cada um dos sufixos e comutando-se o radical:

livr- querid- bonit-	-inh(o)
fest- fof- carr-	-ã(o)
lat- carpint- borrach-	-ari(a)
tomat- cozinh- farof-	-eir(o)

É importante tomar dois cuidados ao proceder à comutação: não segmentar além do permitido pela funcionalidade dos elementos e não deixar de segmentar quando possível.

Nos exemplos do quadro acima, seria incorreta a segmentação *borra-ch-aria,* pois a significação básica, o radical, não é *borra-,* que não significa nada, portanto não tem função nenhuma no vocábulo e não existe como morfema em outros vocábulos. Nesse vocábulo o radical é *borrach-*. Também não seria possível considerar *borrachari-* como um morfema único, uma vez que as comutações mostram a existência de morfema *–aria,* encontrado nas formas *lat-aria* / *carpint-aria.* Já o morfema *borrach-* pode ser depreendido comutando-o com, por exemplo, *borrach-eiro.* Dessa forma, nunca é demais dizer que a noção de sílaba não tem nenhuma relação com morfema.

Para fixar melhor a técnica da comutação, visualize como ela seria aplicada na estrutura dos verbos:

a) radical	*cant-*	-a -e -o
b) vogal temática	result- anul- am-	*-a*
c) desinência modo-temporal	reserv-a- mand-a- enrol-a-	*-va*
d) desinência número-pessoal	compr-a- vend-e- dirig-i-	*-mos*

A tarefa da comutação está assentada basicamente no princípio da *oposição* linguística, estabelecido por Saussure, segundo o qual a língua é um sistema de oposições, isto é, os elementos da língua se distinguem pelos traços contrastivos que apresentam.

Dessa forma, toda oposição supõe *identidade* e *diferença.* A identidade permite que os elementos possam ser comparados. A diferença permite que se distingam. Nas palavras de Zanotto (2006, p. 27),

> A identidade e a diferença devem ser relativas ao aspecto que esteja sendo investigado. Se o interesse é fonológico, podemos comparar, por exemplo, /*pato*/ e /*bato*/, sendo a diferença o primeiro fonema, e a semelhança, os três últimos. Se o interesse for morfológico, é cabível comparar *vender* e *vendar*, sendo a diferença a vogal temática, que distingue as duas conjugações, e a base comum, o fato de pertencerem ao sistema verbal (não sendo pertinente à morfologia a coincidência de os elementos contrastivos serem fonemas).
>
> A diferença que os termos comparados apresentam é a *marca.*

O essencial a destacar, enfim, é que a depreensão dos vários morfemas é feita levando-se em conta a significação e fazendo comutações, com o objetivo de ressaltar identidade e diferenças entre os vocábulos.

Alomorfia

Ao lado da comutação, existem dois outros princípios da análise mórfica: a *alomorfia* e a *mudança morfofonêmica*. Vejamos o que dizem Silva e Koch (1991, p.21) a respeito da alomorfia:

> Os diferentes morfemas de uma língua não estão obrigatoriamente ligados a um segmento fônico imutável: por exemplo, o segmento /-s/ marca, de modo geral, o plural dos nomes em português, mas outros segmentos como /-es/ têm essa mesma função. Do mesmo modo, /-ria/, que marca o futuro do pretérito, tem uma variante /-rie/. Também os morfemas lexicais apresentam variantes: /ordem/, /orden-/, ordin-/ têm a mesma significação em *ordem, ordenar* e *ordinário*, respectivamente. A essa possibilidade de variação de cada forma mínima dá-se o nome de *alomorfia*.

Uma comparação para ilustrar o que seria esse fenômeno denominado *alomorfia* pode ser feita pela observação acerca do vestuário das pessoas. Para cada ocasião, faz-se uso de uma determinada vestimenta. Por exemplo, se uma pessoa pertence profissionalmente à área de saúde, ela vestirá roupa branca quando estiver atuando em sua profissão; na academia de ginástica, usará short e camiseta; na universidade, provavelmente vestirá calças compridas e camisas ou blusas de mangas (curtas ou compridas). Apesar de trocar de roupa nas diferentes circunstâncias, a identidade dessa pessoa continuará a mesma. Ela apenas veste-se distintamente cada vez que assume um papel social também distinto. Com o morfema ocorre a mesma coisa: um morfema comporta-se de diferentes maneiras, assumindo uma identidade fônica distinta. A esse comportamento dá-se o nome de *alomorfia*.

Já vimos que todo morfema apresenta uma forma e um significado. Mas a forma nem sempre permanece inalterada. Às vezes, em determinados ambientes, ocorrem variações sem que o *morfe* deixe de ser o mesmo. Dizemos então que acontece o fenômeno da alomorfia.

Aqui é oportuno estabelecer a distinção entre *morfema* e *morfe,* embora comumente se use apenas a primeira palavra para designar as duas entidades. Então vejamos.

Segmentando uma palavra como *gatinhos*, teremos o /-s/ final como marca de plural. Mas em pares de palavras como *cruz/cruzes, pilar/pilares, lápis/lápis; pires/pires* a marca de plural é /-es/ para os dois primeiros grupos e nenhuma para os dois últimos pares. Desse modo, /-s/ não é a única marca de plural em português. Nessa língua, o

plural tem dois *alomorfes,* cada um deles com uma distribuição determinada: /-s/ é acrescentado ao nome no singular se este terminar em vogal ou ditongo; /-es/, se terminado em consoante, exceto nomes paroxítonos terminados em /s/, como *lápis* e *pires,* quando a forma permanece invariável, uma vez que temos aí o alomorfe zero, sem realização fonêmica. O morfema de plural é, portanto, o conjunto de todas as realizações de cada um desses *morfes* ou *alomorfes*. A representação de um *morfe* que contém vários *alomorfes* é a seguinte: {*S*} →/*-s*~ ø ~.../ que se lê *o morfema* {*S*} *do plural realiza-se morfologicamente como –s, -es e ø, os quais estão em variação morfologicamente condicionada.* Em outras palavras, cada um desses *morfes* ou *alomorfes* têm um ambiente específico para sua ocorrência.

Para fixar melhor o fenômeno da alomorfia, tomemos os cognatos da palavra *pedra: pedreiro, pedrada, pedraria, apedrejar.* A significação lexical básica, o semantema, é *pedr-*. Todavia, em *petrificar,* o semantema mudou para *petr-,* conservando o mesmo significado. Então, é correto considerar *petr-* uma variação mórfica, um alomorfe de *pedr-*.

O alomorfe se distingue da *norma*. Ele constitui um desvio e, assim sendo, aparece com menos freqüência. Nos cognatos de *pedra,* o semantema quase sempre reveste a forma *pedr-*, que sem dúvida será a norma. A variação *petr-* ocorre poucas vezes e por isso será um alomorfe.

Mudança morfofonêmica

A alomorfia pode ser ou não fonologicamente condicionada. A não condicionada implica variações livres, que independem de causas fonéticas, como as alternâncias vocálicas em *faz, fez, fiz*. A fonologicamente condicionada consiste na aglutinação de fonemas, nas partes finais e iniciais de constituintes em sequência, acarretando mudanças fonéticas. Em outras palavras, podemos dizer que a variação mórfica pode ocorrer em função do contexto fonológico. Vamos esclarecer melhor. É regra geral a redução de /in/ a /i/ diante de consoante nasal da sílaba seguinte: *in*capaz / *i*mutável, em que o morfema /*in*/ se manteve na primeira forma e variou na segunda, condicionado pelo fonema nasal da sílaba seguinte. Outro exemplo seria o aparecimento de uma semivogal na forma *passeio* ao lado de *passear*, ou a troca de consoantes em *dúvida* / *indubitável*. Nesses casos, dizemos que houve uma *mudança morfofonêmica*, porque, operando entre fonemas, afeta o plano mórfico da língua. Conforme se pode verificar pelos exemplos dados, a mudança morfofonêmica é fonte constante de alomorfia.

Para dar conta de explicar as mudanças morfofonêmicas, linguistas estruturalistas como Hockett defenderam a necessidade

CHARLES FRANCIS HOCKETT nasceu em 17 de Janeiro de 1916 e morreu em 03 de novembro de 2000. Suas ideias tiveram grande repercussão no desenvolvimento do Estruturalismo Americano, no período pós-bloomfieldiano, geralmente referido como distribucionalismo ou estruturalismo taxonômico. Hockett escreveu o livro Course In Modern Linguistics, publicado em 1958, em que trata de questões de morfologia e sintaxe.

de se postular um nível intermediário entre a morfologia e a fonologia, ao qual atribuíram o nome de *morfofonêmica* – "ramo da gramática que lida com a forma fonêmica dos morfemas, palavras e construções, sem atenção ao significado" (Hockett, 1942, p. 107 *apud* Rosa, 2000, p. 62).

Neutralização

Outro fenômeno importante na análise mórfica é o da *neutralização,* que consiste na perda de oposição entre unidades significativas diferentes. Nas palavras de Camara Jr. (1973, p. 64), "A neutralização torna indistinta a diferença, ou melhor dito, anula a oposição entre dois morfemas pelo aparecimento de um morfema único". Como a alomorfia, ela pode ocorrer apenas no plano mórfico ou ser resultante de condicionamento fonológico.

Podemos observar a neutralização no plano mórfico em formas verbais como *viajaram*, em que se tem a mesma forma na terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo e do pretérito mais-que-perfeito do indicativo da língua portuguesa. Ainda em formas verbais, temos a neutralização entre a segunda e a terceira pessoas gramaticais em vários tempos verbais: não há distinção entre a forma verbal *comprava* para indicar primeira ou terceira pessoa do singular do pretérito imperfeito do indicativo; o mesmo ocorre com a forma *compraria,* no futuro do pretérito do indicativo.

Já no plano fonológico, ocorre a neutralização com a eliminação da oposição entre dois fonemas. Nesse caso, tem-se, em alguns tempos verbais, uma neutralização entre a segunda e a terceira conjugação em decorrência da perda de tonicidade da vogal temática, isto é, a oposição entre essas conjugações, caracterizada pelas vogais *–e* e *–i*, respectivamente, desaparece quando a vogal temática é átona final: *corres*, *corre*, *correm*; *divides*, *divide, dividem*.

Tipos de morfemas quanto ao significado

Vamos iniciar o estudo dos tipos de morfemas, considerando a função ou significação que o morfema desempenha no conjunto do vocábulo.

a) **Morfemas lexicais** são os portadores da significação básica do vocábulo. Martinet os denomina de *lexemas* e Vendryes, de *semantemas*. São eles os responsáveis pela significação não-gramatical, contida na raiz (ou radical primário) do vocábulo. Nesse sentido, o semantema é um tipo de morfema que se combina a outros para a atualização ou circulação do vocábulo entre os falantes da língua. Verbos, substantivos e adjetivos são as classes de maior carga semântica, concentrada exatamente no semantema. Ex.: des*controle*; *pratic*idade; *marc*ação etc.

b) **Morfemas gramaticais** são os responsáveis pelas funções gramaticais do vocábulo. Podem ser divididos em três grupos, de acordo com sua função:

1. **morfemas derivacionais** servem para formar novas palavras: são os prefixos e os sufixos. Ex.: *des-* (*des*mentir); *-eiro* (interess*eiro*).
2. **morfemas flexionais** respondem pelas flexões de tempo, modo, número e pessoa nos verbos, e de gênero e número nos nomes. Diferentemente dos morfemas derivacionais, os morfemas flexionais não criam novas palavras. Sua função é a de permitir que as formas se apresentem nas diversas flexões próprias dos nomes ou dos verbos. Ex.: a marca de feminino em *perua,* o morfema indicador de plural em *peruas,* o morfema que introduz a noção de primeira pessoa do plural em *vivemos*, etc.
3. **morfemas classificatórios** distribuem os vocábulos em categorias, isto é, em classes de nomes (substantivos e adjetivos) e de verbos. Esses morfemas são as vogais temáticas verbais (*-a, -e, -i)* e nominais (*-a, -e, - o)*. Ex.: vogais temáticas verbais *a, e, i* que se verificam nas formas *cancelar*, *vender* e *partir*; ou as vogais temáticas nominais que ocorrem nos nomes *casa*, *pele*, *caqui, campo*. Os nomes terminados por consoantes e vogais tônicas, como *mar* e *pajé,* são formas atemáticas.

Vejamos, então, como classificaríamos os morfemas dos vocábulos abaixo. Os morfemas lexicais estão escritos em maiúsculas e os gramaticais, em minúsculas:

1. malinha: *MAL- inh-a*
2. comas: *COM-a-s*
3. desfazer: *des-FAZ-e-r*
4. desentortadas: *des-en-TORT-ad-a-s*
5. aplicadíssimas: *APLIC-ad-íssim-a-s*

Resumindo, podemos dizer que são basicamente quatro as funções dos morfemas:

1. enfeixar a significação básica ..... raiz/radical (semantema),
2. derivar novas palavras ..... morfema derivacional (prefixos, sufixos),
3. flexionar as palavras ..... morfema/lexional (desinências),
4. distribuir as palavras em categorias ..... vogal temática (nominal e verbal).

Exemplificando:

Vocábulo	**MD**	**RD**	**MD**	**VT**	**MF**
enrolados	en-	-rol-	-ad-	-o-	-s
remarcadas	re-	-marc-	-ad-		-a-s
papelaria		papel-	-ari-	-a	
insatisfeitos	in-	-satisf-	-eit-	-o-	-s
maquinista		maquin-	-ist-	-a	

Tipos de morfemas quanto ao significante

Levando-se em consideração o significante, os morfemas dividem-se em cinco tipos: aditivo, subtrativo, alternativo, morfema zero (ø) e morfema latente. Essa classificação leva em conta o significante, isto é, o suporte, o material fônico, que pode ser um segmento acrescido, subtraído etc.

a) **Aditivo** – é o morfema resultante do acréscimo de um segmento fônico feito à base mórfica já existente (radical, tema). São exemplos os afixos (prefixos e sufixos), as vogais temáticas (nominais e verbais) e as desinências (nominais e verbais). São os que predominam em português, bem como em outros idiomas. Os afixos são morfemas presos, acrescidos ao radical, modificando-lhe o significado básico. As línguas são distintas quanto à existência de determinados tipos de afixos. De acordo com Rosa (2000, p. 52), "a morfologia das línguas costuma repousar predominantemente em apenas um desses dois tipos de afixos". Isto é, as línguas podem ser predominantemente prefixais ou sufixais, mas isto não quer dizer que elas tenham apenas um ou outro tipo de afixo.

Os afixos também se distinguem pela posição que assumem em relação ao radical. De um modo geral, prefixos antecedem o radical, como o morfema *in-* em *infeliz,* e sufixos seguem o radical, como *-al* de *arrozal.* Os infixos são morfemas que se inserem no interior de um radical, tornando-o descontínuo, quebrando a sequência de sons que o compõem. Na língua portuguesa não existem infixos. Não havendo infixos em português, podemos utilizar aqui, como exemplos, vocábulos de uma língua das Filipinas, o Bontoc. Veja:

1. fikas	"forte"	1a. fumikas "ele está ficando forte"
2. kilad	"vermelho"	2a. kumilad "ele está se avermelhando"
3. bato	"pedra"	3a. bumato "ele está se transformando em pedra"
4. fusul	"inimigo"	4a. fumusul "ele está se convertendo em um inimigo"

(Gleason, 1965, p. 29)

Pegue seu caderno de anotações e segmente os dados a fim de buscar a forma do infixo que se acrescentou às raízes da coluna à esquerda. Se você chegou à conclusão de que a forma do infixo é *-um-*, você acertou. O infixo é juntado à raiz após a sua primeira consoante. Talvez em uma primeira tentativa você tenha recortado *-mi-* , por causa de sua vivência como falante de língua portuguesa, que pensa em padrões silábicos de consoantes e vogais. Mas não desanime, porque as línguas humanas são mesmo bem diferentes.

Pertence à classe dos morfemas aditivos um tipo específico de morfema – os *cumulativos* – que resultam da acumulação de mais de uma noção gramatical numa forma linguística indivisível. É o caso dos morfemas em que as noções de modo e tempo se acumulam em um único morfema (/*va*/, por exemplo), o mesmo ocorrendo com as noções de número e pessoa (/*mos*/, por exemplo).

b) **Subtrativo** – resulta da supressão de um segmento fônico do morfema lexical. Embora bem mais raros em português, temos exemplos interessantes. Examinando os pares *anão/anã; irmão/irmã; órfão/órfã,* observamos que a noção de feminino, em vez de aparecer indicada pela adição de um morfema à forma masculina, processo básico de formação do gênero em português, decorre da própria subtração dessa forma. Também pode ser exemplo de morfema subtrativo a chamada formação regressiva de palavras: *foto* por *fotografia*, *cine* por *cinema.*

É curioso observar que, em certas ocorrências, o elemento subtraído é o semantema, permanecendo o prefixo, que passa a constituir nova palavra, autônoma: *extra* por *extraordinário, micro* por *microempresa, máxi* por *maxidesvalorização* (da moeda, em época de inflação). "O morfema subtrativo não é a presença de segmento fônico, nem sua eliminação, mas a oposição entre os dois estados. O morfema passa a ser uma abstração" (Zanotto, 2006, p. 33).

c) **Alternativo** – morfema que consiste na substituição de fonemas do radical, que passa a apresentar duas ou mais formas alternantes; dessa alternância resulta o morfema, como, por exemplo, em *digo/dizes.* Dois processos conhecidos como *ablaut* ou *apofonia* e *umlaut* ou *metafonia* apresentam alternância de vogais no interior de um radical. Em geral, esses processos são explicados em Linguística Histórica.

Crystal (1999, p. 1) define *ablaut* (ou *apofonia*) como uma mudança vocálica que leva a palavra a exercer uma função gramatical diferente. Como exemplo, Crystal aponta o verbo *drink* (*beber*), em que a alteração da vogal produz a forma *drank* do tempo passado, e *drunk*, do particípio passado. De acordo com o verbete, esse tipo de relação entre vogais é também chamado de *gradação vocálica* e é muito comum em línguas indoeuropeias. Matthews (1997, p. 2) define *ablaut* como uma variação morfológica de uma vogal do radical de uma palavra.

Já o fenômeno *umlaut* (ou *metafonia*) é definido como uma mudança sonora em que um som é influenciado pela vogal da sílaba seguinte de uma palavra. A forma *gosi* do alemão serve de exemplo: a vogal final é motivada pela mudança de /*o*/ (vogal posterior) para /*i*/ (vogal anterior), que resulta em *geese*, também vogal anterior. Esse é um caso de harmonização vocálica.

Em português, identificamos morfemas alternativos entre os nomes, em situações em que a vogal tônica /*ô*/ do masculino singular pode alternar com um /*ó*/ no feminino e no plural, conforme demonstram os exemplos *povo – povos; formoso – formosa.* A alternância nos nomes é um traço morfológico secundário, porque ela complementa as flexões de gênero e número. Observe, nos exemplos citados, que, além da alternância vocálica, o número e o gênero estão marcados nos morfemas flexionais (*-s,* em *povo<u>s</u>* e *–a,* em *formos<u>a</u>).* A esse respeito, Silva e Koch (1991, p. 23) assim se manifestam:

> Em português é mais adequado considerar-se tais alternâncias como morfemas redundantes, dada a sua função unicamente subsidiária, e enquadrá-los como uma subclasse dos *alternativos*, exceção feita ao par *avô-avó* e seus derivados. Nesse par, a marca sufixal de feminino está ausente e a distinção de gênero é indicada unicamente pela alternância que passa, no caso, a ser traço primário, distintivo e a ocorrer no fim do vocábulo, constituindo o verdadeiro morfema alternativo[1].

Autores como Zanotto (2006, p. 34), por sua vez, ressaltam dois tipos de alternância vocálica em português: a *morfêmica* e a *submorfêmica.*

Para o autor, a *alternância vocálica morfêmica* é a troca de uma vogal por outra, do que resultam morfemas diferentes. É o caso do par *avô-avó.* Essa troca é responsável sozinha pela marca (morfema) de feminino em oposição ao masculino, por isso é morfêmica. O morfema de feminino de *avó* não é o *-ó*, que faz parte do radical, mas a oposição estabelecida entre as duas formas. Assim ocorre com os verbos *fui, foi – tive, teve – punha, ponha. "*São ocorrências especiais no mecanismo da flexão portuguesa, que, afora esses e alguns outros casos, assenta basicamente em morfemas segmentais aditivos, isto é, segmentos fônicos acrescidos ao radical ou ao tema" (Idem, p. 34).

Já a *alternância vocálica submorfêmica* marca a presença de determinado fato gramatical, concomitantemente com a troca de vogais. É o que ocorre com a formação de feminino dos adjetivos terminados pelo sufixo *-oso*: *grandioso*, *grandiosa.* Aqui, a indicação de feminino é feita primeiramente pelo morfema aditivo sufixal *-a*; secundariamente, pela alternância de timbre fechado para timbre aberto das vogais. Por ser secundária, redundante, essa alternância é submorfêmica, sendo morfêmica a adição da marca de feminino *-a.* Outros pares de palavras que podem nos servir de exemplos são *porto, portos*; *tijolo, tijolos* e verbos que alteram a vogal do radical mudando de pessoa, ao mesmo tempo em que acrescentam a desinência número-pessoal, como *firo, feres; durmo, dormes*

d) Morfema zero – resulta da ausência significativa de morfema, em outras palavras, resulta da ausência de marca para expressar determinada categoria gramatical, que pode ser o masculino ou o singular. Só ocorre quando há oposição, isto é, quando o morfema lexical isolado assume uma significação gramatical em virtude da ausência do morfema que expressa a significação oposta. Observe que ele é bem diferente dos morfemas que vimos até agora. Vamos, então, observar alguns dados da língua portuguesa a fim de entendermos a natureza desse morfema:

---

1 Além da alternância de fonemas segmentais, também se encontra a de fonemas supra-segmentais. Em português, há uma oposição entre formas verbais paroxítonas e formas nominais proparoxítonas: fábrica-fabrica, exército-exercito, etc. Nestes casos, o morfema lexical enquadra-se numa determinada classe de palavra, de acordo com a incidência do acento de intensidade na penúltima ou na antepenúltima sílaba. O acento de intensidade também indica uma oposição entre tempos verbais, mais especificamente entre o mais-que-perfeito do indicativo e o futuro do presente. Por exemplo: cantara, vendera, partira./ cantará, venderá, partirá.

Masculino	Feminino	Singular	Plural
mestre**(ø)**	mestr**a**	disco**(ø)**	disco**s**
guri**(ø)**	guri**a**	ave**(ø)**	ave**s**
leitor**(ø)**	leitor**a**	livro**(ø)**	livro**s**
peru**(ø)**	peru**a**	terreno**(ø)**	terreno**s**
francês**(ø)**	francesa	mala**(ø)**	mala**s**
menino**(ø)**	menin**a**	peru**(ø)**	peru**s**
gato**(ø)**	gat**a**	javali**(ø)**	javali**s**

Nesses dados, a marca de feminino é sempre *-a* e sua ausência é significativa para a indicação de que a forma pertence ao gênero masculino. Também em relação ao número, a marca de plural é sempre *-s*, em oposição à ausência de marca no singular.

Foi com base nessa análise que o professor Joaquim Mattoso Camara Júnior postulou um morfema zero para o masculino e para o singular em português. Em português, o mecanismo gramatical de gênero e número baseia-se, essencialmente, em morfemas aditivos que ficam em oposição a morfemas zero **(ø).**

Alguns linguistas não aceitam a existência de um morfema zero, por considerarem desnecessária e insustentável a ideia de sua existência, do ponto de vista lógico, uma vez que seria possível considerar morfema zero as mais diversas descrições. Mesmo os linguistas que concordaram com a hipótese da existência do morfema zero advertiram para a utilização do conceito com parcimônia. Vejamos o que diz Monteiro (1991, p. 19) sobre aceitar ou não a existência do morfema zero na descrição dos morfemas:

> O morfema zero é, na realidade, um artifício para dar mais coerência à descrição da estrutura morfológica. Em inúmeras situações é demonstrada sua utilidade. Entretanto, é possível desprezá-lo, desde que se apliquem procedimentos ou técnicas descritivas também coerentes. Às vezes, sobretudo na flexão verbal, existe uma superabundância de morfemas zeros, o que parece dispensável. Todavia, eliminando-os, cria-se um acúmulo de exceções, o que contradiz a própria feição estrutural da língua.

O recurso deve, pois, ser entendido dentro do princípio da coerência descritiva. Sabemos com Matthews (1976, p. 96) que alguns linguistas consideram inadequada a utilização da noção do zero. Mas ainda cremos que, para a morfologia portuguesa, a técnica traz inúmeras vantagens metodológicas.

e) **Morfema latente ou alomorfe ø** – não apresenta morfema gramatical próprio para indicar qualquer categoria, isto é, não traz em si mesmo o contraste entre as categorias gramaticais. Mas não o confunda com o morfema zero, embora este tenha em comum com aquele a ausência de marca. Os vocábulos *lápis* e *colega* nos servirão para

estabelecer a distinção. Veja: esses vocábulos funcionam isolados (não existem formas opostas) e inalterados para indicar as significações gramaticais de singular-plural e de masculino-feminino, respectivamente. A designação *latente* provém do fato de que essas significações revelam-se indiretamente no contexto. Assim, em "Minha *colega* é um amor" podemos afirmar que *colega* indica uma pessoa do sexo feminino, ao contrário de "Meu *colega* viajou", que indica uma pessoa do sexo masculino. Também as significações de número revelam-se no contexto: em "Comprei um *lápis* preto" e "Comprei vários *lápis* pretos", o vocábulo *lápis* não se alterou em ambas as significações de singular e plural. Trata-se dos morfemas básicos de plural /*-s*/ e de feminino /*-a*/ que se realizam algumas vezes como ø na qualidade de alomorfes.

Bem, finalizamos aqui o estudo da Unidade 3, que tratou de conceitos básicos da Morfologia. Agora propomos os exercícios abaixo para fixar o que foi estudado na atividade 6. Você está preparado(a)? Então, "mãos à obra". Depois de responder às questões propostas, discuta-as com seu(sua) tutor(a) no próximo encontro presencial. Bom trabalho!

EXERCÍCIOS

1. Identifique, em cada uma das afirmações abaixo, o princípio morfológico – análise mórfica, comutação, cumulação, alomorfia, neutralização, alternância vocálica.

a) Permite a descrição rigorosa das formas de uma língua.
b) Os morfemas assumem, em certas situações, diferentes configurações fonemáticas.
c) Substituição de uma invariante por outra, de que resulta um novo vocábulo formal.
d) Fenômeno segundo o qual um só morfema contém em si dois ou mais valores, que não podem ser isolados concretamente pela segmentação.
e) Fenômeno que anula a oposição entre dois morfemas pelo aparecimento de um morfema único.
f) Fenômeno morfológico secundário que resulta na permuta de um fonema no interior do vocábulo.

2. Proceda à análise mórfica dos vocábulos abaixo e descreva os morfemas lexicais e gramaticais encontrados. Nos gramaticais, indique se o morfema é derivacional, flexional ou classificatório.

a) prata
b) camisolinha
c) arvoredo
d) perceberam
e) lavávamos

3. Levando em conta o significante, classifique os morfemas que se encontram à direita de cada par em aditivos, subtrativos, alternativos, morfema zero ou morfema latente.

a) ande – andemos
b) cor – cores
c) bonito – bonita
d) microônibus – micro
e) zoológico – zoo
f) pus – pôs
g) nua – nu
h) simples – simples

4. Indique cinco palavras do português que possuam alomorfes em sua estrutura. Justifique a ocorrência de alomorfia em cada exemplo.

5. Explique a diferença entre morfema zero e morfema latente, utilizando exemplos.

6.) No par *avô/avó*, qual o traço que distingue o masculino do feminino? É coerente falar de morfema zero nesse caso?

LEITURA COMPLEMENTAR

Para complementar o estudo do morfema zero, leia o texto de Monteiro (1991, p. 17-19) a seguir transcrito.

Morfema Zero

Muitas vezes um morfema zero deixa de estar presente na palavra. Isso não quer dizer que ele inexista, mas sim que está ausente. Esta ausência tem uma função ou significação e, por isso, é chamada de **ausência significativa.**

Vejamos:

a) O plural em português é marcado pelo morfema / -s / : casas, males, jardins, filtros... Nas formar **ourives, lápis, simples, pires** etc. não é possível considerar o /-s/ como índice de plural, uma vez que já exista no singular. Dizemos então que o plural é sinalizado pelo morfema zero, convencionalmente simbolizado por Ø.

b) Se o nome apresenta uma correspondência de formas (uma para o masculino, outra para o feminino), é evidente que ambas devem sem marcadas por morfemas distintos. Como o feminino é formado com o acréscimo do /-a/, este morfema é seu traço distintivo básico. Já o que caracteriza o masculino é ausência de morfema, ou seja, o Ø. Assim:

autor + Ø nu+Ø
autor + a nu+a

peru + Ø guri + Ø
peru + a guri + a

freguês + Ø André + Ø
fregues + a Andréi + a

c) Os chamados substantivos comuns de dois gêneros têm o zero como traço do feminino:
o estudante ≠ a estudante
o artista ≠ a artista
o doente ≠ a doente
o dentista ≠ a doente

d) O plural é marcado pelo /- s/. O singular pela ausência e consequente uso do Ø:

tigre + Ø	belo + Ø	ele + Ø	lhe + Ø	o + Ø
tigre + s	belo + s	ele + s	lhe + s	o + s

e) Em muitas formas verbais encontramos o morfema zero em oposição a outros morfemas:
(tu) estud + a + va + s
(ele) estud + a + va + Ø
(ele) estud + a + Ø + Ø

f) Até mesmo a raiz de um vocábulo pode ser formalmente vazia. É o caso dos artigos definidos em português:
√‾ Ø + o = o
√‾ Ø + o + s = os

g) Semelhantemente, não raras vezes, um morfema derivacional deve ser interpretado como zero. Se quisermos, por exemplo, produzir derivados da forma primitiva **flor,** utilizaremos morfemas como:
/- ej / - √flor + ej + ar
/-esc/ - √flor + esc + er
/-e / - √flor + e + ar

Mas em **florear** ou **florir,** a derivação se processa com o recurso de um zero lexical:

√flor + Ø + ar
√flor + Ø + ir

A terminação verbal nesses casos é constituída de vogal temática e desinência. Entre a raiz e essa terminação não ocorre nenhum morfema, porém todos os exemplos apresentados são de formas derivadas. Uma solução será, pois, admitir a existência do morfema zero no mecanismo da derivação portuguesa (Monteiro, 1978b)

Resta um esclarecimento. O morfema zero é, na realidade, um artifício para dar mais coerência à descrição de estrutura morfológica. Em inúmeras situações é demonstrada sua utilidade. Entretanto, é possível desprezá-lo, desde que se apliquem procedimentos ou técnicas descritivas também coerentes. Às vezes,

sobretudo na flexão verbal, existe uma superabundância de morfemas zeros, o que parece dispensável. Todavia, eliminando-os, cria-se um acúmulo de exceções, o que contradiz a própria feição estrutural da língua.

O recurso deve, pois, ser entendido dentro do princípio da coerência descritiva. Sabemos com Matthews (1976:96) que alguns linguistas consideram inadequada a utilização da noção de zero. Mas ainda cremos que, para a morfologia portuguesa, a técnica traz inúmeras vantagens metodológicas.

RESUMO DA ATIVIDADE 6

Na atividade 6, que acabamos de estudar, você aprendeu que, para depreender as formas mínimas dos vocábulos, isolando-se todos os elementos providos de significação, é necessário proceder à análise mórfica. A técnica principal da análise mórfica, que a impede de ser arbitrária, é a comutação – que se baseia no princípio de que tudo no sistema linguístico é oposição e consiste na substituição, pelo confronto, de uma forma por outra. Em seguida, foram descritos os princípios morfológicos da alomorfia, neutralização, cumulação, alomorfia e alternância vocálica. Finalmente, tivemos oportunidade de conhecer os tipos de morfemas da língua portuguesa, quanto ao significado – lexicais e gramaticais – e quanto ao significante – aditivos, subtrativos, alternativos, morfema zero, morfema latente.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994.

CRYSTAL, David. *The Penguin Dictionary of Language*. England: Penguin Books, 2nd ed. 1999.

MATTHEWS, P. H. *Concise Oxford Dictionary Linguistics*. Oxford University Press, New York, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.

COMPLEMENTAR

GLEASON JR., H.A. *Introdução a Linguística Descritiva*. Lisboa: Calouste Gulbekian. 1965.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto. 2ª ed. 2002.

E FORMAÇÃO DOS VOCÁBULOS EM PORTUGUÊS

ESTRUTURA

unidade 4

ELEMENTOS **BÁSICOS** DO VOCÁBULO MÓRFICO

atividade 7

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- reconhecer que a significação de um dado vocábulo pode ser decomposta em significações mínimas;

- conhecer os constituintes do vocábulo mórfico – o radical, a vogal temática, os afixos derivacionais e as desinências;

- aprender que há uma classificação hierárquica e um conjunto de regras bem definidas para o processo de estruturação do vocábulo.

Nas atividades 5 e 6, apresentamos as bases para o estudo da estrutura mórfica dos vocábulos em geral. Vimos que o vocábulo mórfico se constitui de um ou mais morfemas. Depois estudamos a sua constituição, o modo como se depreendem os morfemas que o constituem e alguns fenômenos responsáveis por alterações nas formas dos morfemas. Por fim, passamos em revista uma classificação dos morfemas do ponto de vista formal. Para complementar essas bases gerais do estudo dos morfemas, passemos agora a analisar os quatro elementos mórficos básicos que estruturam os vocábulos: o radical, a vogal temática, os afixos derivacionais e as desinências.

Radical

Examine o conjunto:
letra, letradal, letradão, letradete, letradice, letrado, letradura,
letramento, letreiro, letrismo, letrista, letrudo

Você percebeu que o elemento ***letr-*** aparece em todas as palavras? Podemos então dizer que essas palavras possuem um vínculo comum de forma. Mas não é só isso. Verifique que, além da semelhança de forma, há um vínculo de significação entre elas.

Porém nem sempre semelhanças nas formas equivalem a vínculos de significação. Vamos atestar o que estamos afirmando. Compare as palavras do grupo A com as do grupo B:

A {*terra, terrestre, terreno, terreiro*} **B** {*terror, terrível, aterrorizar, terrífico*}

Notamos que as palavras de ambos os grupos têm a mesma forma, porém o elemento comum -***terr-*** não tem a mesma significação: nas palavras do grupo A, ***terr-*** tem um vínculo de significação diferente do vínculo de significação que esse mesmo elemento tem entre as palavras do grupo B. E o que nós queremos dizer com isso? Vamos responder a essa pergunta.

A reflexão que acabamos de fazer leva-nos a compreender, inicialmente, o que é radical: elemento que se repete em todas as palavras cognatas, às vezes com pequenas variações (alomorfes). Segundo Saussure (1972, p. 255), radical é "o elemento irredutível e comum a todas as palavras da mesma família". Para Monteiro (1991, p. 12), "é a parte da palavra em que repousa a significação lexical básica".

PALAVRAS COGNATAS
São palavras que possuem o mesmo radical.

Vamos ver como Camara Jr. (1970, p. 47-48) se reportou ao radical:

> Há uma primeira classe de formas mínimas que se reporta diretamente à experiência do mundo bio-social que nos envolve e serve de assunto à comunicação linguística. São o núcleo de cada vocábulo, ou, em termos de estruturação mórfica, a sua "raiz". São portanto "morfemas lexicais" como essência da "palavra" (gr. *lexis*) em que se encontram. Noutra terminologia, são os "lexemas" (Martinet)[1], ou, noutra ainda, os "semantemas", porque encerram em cada vocábulo o elemento semântico básico (Vendryes).[2]
>
> O traço básico dos morfemas lexicais, ou lexemas, ou semantemas, é a sua condição de série aberta, sem relacionamento morfológico de uns com os outros. Os semantemas de *cantar* e *gritar*, em português, são formalmente desconexos entre si, apesar de terem, do ponto de vista significativo, um traço comum, que é o de se referirem a maneiras diferentes de utilização da voz.
>
> Quando, ao contrário desses exemplos, a relação significativa se transpõe para a estrutura linguística aparece um semantema constante em combinação com formas mínimas auxiliares, que assinalam uma particularização de significação ou de emprego em cada vocábulo. O morfema lexical, ou semantema, combina-se com outros – os "morfemas gramaticais" ou "morfemas" *stricto sensu.* Assim se desenvolve o léxico de uma língua, com intensa multiplicação de utilização dos semantemas existentes. Ao contrário, por exemplo, de *homem: mulher*, em que a indicação do sexo se faz por um semantema específico, passamos a ter *lobo: loba,* ou *menino: menina*, ou *leão: leoa*, ou *autor: autora*, em que o sexo feminino é assinalado pelo morfema *-a*, anexado para este fim a uma série indefinida de semantemas.

Na Atividade 5 deste nosso estudo, já fizemos menção ao fato de alguns estudiosos estabelecerem distinção entre radical e raiz, vinculando a designação de raiz à perspectiva diacrônica. Raiz seria o elemento historicamente original, primeiro, do qual teriam derivado as palavras da mesma família etimológica. Esse conceito, porém, foge ao interesse de nosso trabalho aqui, que é descritivo e sincrônico. Evitemos, então, a designação "raiz".

---

1 Elements de Linguistique générale (Paris, 1960), p.20.
2 Le langage, introduction linguistique à l'histoire (Paris, 1921), pp.86 e ss.

A reflexão a partir da comparação dos grupos A e B (página 108), também nos permite concluir que a significação é essencial no conceito de radical, pois as palavras podem se assemelhar na forma sem possuírem vínculo de significação (as palavras do grupo A não têm o mesmo radical das palavras do grupo B).

Porém, existe uma situação em que, ao contrário do que acabamos de afirmar, as palavras formam uma série de cognatos, sem qualquer relação mórfica. A associação é puramente semântica, formando uma série de sinônimos. Você pode constatar isso comparando as palavras do grupo C com as do grupo D:

C {*casa, morada ...*} **D** {*vivenda ...*}

E, para finalizar nossa reflexão sobre o radical, é importante destacar que o radical pode sofrer alteração mórfica sem que se altere seu sentido básico. Trata-se de um caso de alomorfia no radical. Observe: ***pedr-*** é o radical encontrado nos cognatos *pedra, pedreiro, pedrada, apedrejar*. Todavia, em *petrificar* notamos que a forma mudou para ***petr-***, conservando o mesmo significado. Com isso você pode observar que ***petr-*** é uma variação mórfica, um alomorfe do radical ***pedr-***. Agora pense e tente responder à seguinte pergunta (antes de ler a resposta que damos logo a seguir): por que o radical é ***pedr-*** e não ***petr-***? A resposta correta é: o alomorfe se distingue da *norma*, ele constitui um desvio e, assim sendo, aparece com menos frequência. Nos cognatos de *pedra*, a forma ***pedr-*** é sem dúvida a norma e a variação, o alomorfe que ocorre poucas vezes é ***petr-***.

Vogal temática

A vogal temática (VT) é um segmento fônico que se acrescenta ao radical para agrupar vocábulos (nomes e verbos) em categorias.

A vogal temática agrupa os verbos em três categorias, correspondendo às três conjugações verbais:

- verbos de vogal temática *-a*: primeira conjugação;
- verbos de vogal temática *-e*: segunda conjugação;
- verbos de vogal temática *-i*: terceira conjugação.

Os nomes também formam três categorias, conforme a vogal temática que têm:
-a: cama, poeta, cadeira;
-e: pente, monte alegre, ou escritas em *–i*, como *taxi, júri*;
-o: muro, alto, sério, ou escritas em *–u: céu, europeu*.

Assim, *-o* e *-e* átonos finais, nos nomes, são vogais temáticas desses nomes. Mas, considerando que *-a* também pode ser desinência de gênero, convém explicitar a diferença.

> O *-a* átono final será vogal temática, se não representar flexão de gênero: o *-a* de *artist-a, telefonem-a, borrach-a* é vogal temática. Mas o *-a* de *mestr-a, bel-a, nov-a* é desinência de gênero feminino (o masculino é forma não marcada, sem desinência

> de gênero). O *-a* átono final será, então, desinência de feminino, quando se opuser a um masculino sem esse *-a*. Do contrário, será vogal temática (Zanotto, 2006, p. 42).

Com a vogal temática, o radical passa a ser conhecido como **tema,** que serve de base para o acréscimo das desinências. Os temas se classificam em *nominais* e *verbais*. Os *temas nominais* findam por qualquer vogal átona, ao contrário dos *temas verbais*, cujas vogais temáticas podem ser tônicas.

Todavia, constatamos que nem todos os nomes terminam por vogal, deixando por isso de apresentar um tema concreto. Esses nomes que não possuem vogal temática e, portanto, nem tema, são chamados *atemáticos*. São atemáticos os oxítonos terminados por vogal: *ô, ó, ê, é, á, ã, í, u*, como em *tarô, cipó, dendê, fé, guará, irmã, bisturi, mandacaru*. No singular, os nomes terminados em *l, r* e *s* não apresentam vogal temática, que reaparece no plural: *mal, males; mar, mares; vez, vezes*. A este respeito, vamos saber o que diz Monteiro (1991, p. 42):

> Num estudo mais detido, admite-se que as palavras terminadas por /l/, /s/, /z/ ou /r/ são temas teóricos em **-e**. Esta vogal temática na maioria dos casos aparece no plural. Assim, os vocábulos **mar, cônsul, vez** e **japonês** devem ser entendidos teoricamente como ***maré, *cônsule, *veze** e ***japonese.** Não raro esta mesma vogal temática é grafada com a letra **i**, se o nome finda por /l/ no singular. Ao formar-se o plural, pode ocorrer a síncope do /l/, conforme se observa em **final, fácil** ou **projétil.** Comprove: ***finale → finales → finaes (finais).**

SÍNCOPE
Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001, p. 2577), é o desaparecimento de fonema(s) no interior do vocábulo (p. ex.: mor, que vem de maior; alma provém por síncope do /i/ de *álima, que vem do latim anima.

CEARENSE
Alguns estudiosos apelam para uma justificativa de ordem diacrônica para essa ocorrência: a hipótese de que o topônimo Ceará teria sido paroxítono, como Saara.

Se quisermos separar os morfemas de uma palavra como *tarôs*, diremos que só há dois elementos: *tarô, s.* "É incorreto destacar a vogal tônica, pois aí não se trata de vogal temática. Esta, insistimos, é átona e oral, sempre que o vocábulo for um nome" (Monteiro, 1991, p. 42).

A flexão e a derivação sujeitam a vogal temática a frequentes mudanças morfofonêmicas como:

a) *elisão* ou *sinalefa*: ocorre a supressão de uma vogal quando estas são distintas.
Ex.: *mês-a + inha = mesinha; cas-a + ebre = casebre; mestr-e + a = mestra*
Quando os nomes terminam por vogal tônica ou nasal, deixará de haver elisão: *cipó + al = cipoal; caju + ina = cajuína; Pará + ense = paraense.*
Só em casos excepcionais a vogal tônica desaparece. Ex.: *Ceará + ense = cearense.*

b) *crase:* ocorre quando as vogais são iguais.
Ex.: *pedr-a + ada = pedrada; laranj-a + al = laranjal; carinh-o + oso = carinhoso.*

c) *ditongação:* ocorre quando cai a consoante *l* do radical e a vogal temática *-e* transforma-se na semivogal *-i*.
Ex.: *azul* + *es* + *azuis*; *sal* + *es* = *sais*.

A vogal temática do verbo será estudada mais exaustivamente na unidade que trata da estrutura do verbo.

Para fixar melhor o que foi dito sobre a vogal temática, observe o quadro abaixo.

Vocábulo	R	VT	Tema	A/temático
sereno	seren-	-o	sereno	temático
grama	gram-	-a	grama	temático
frente	frent-	-e	frente	temático
fariseu	farise		fariseu	temático
notável	notável	i	notávei(s)	temático
cônsules	cônsul	e	cônsule-	temático
pavê	pavê	ø	-	atemático
jambu	jambu	ø	-	atemático
açaí	açaí	ø	-	atemático
útil	útil	ø	-	atemático

Afixos

Os afixos são segmentos fônicos acrescidos antes, no meio ou depois do radical, constituindo, respectivamente, prefixos, infixos ou sufixos. São, pois, morfemas aditivos, representados por formas presas.

O termo *afixo* pode englobar tanto morfemas derivacionais como flexionais. Os afixos flexionais, que em português são sufixais, correspondem às desinências.

a) **Prefixo** é um afixo anteposto ao radical. Podemos destacar as seguintes características dos prefixos:

- Normalmente, alteram com alguma profundidade as palavras às quais se agregam. *Imoral, desleal, contrapor*, por exemplo, têm significados antônimos a *moral, leal, por*. Outras vezes não chegam a ter força antonímica, mas, mesmo assim, introduzem alterações bastante intensas: *repor, retrovisor, anteprojeto.*

- Os prefixos agregam-se normalmente a verbos (*recontar*) e a adjetivos (*infeliz*). São raros os exemplos de prefixo preso a substantivos – geralmente isso se verifica com vocábulos deverbais (formados a partir de verbos), como em *desrespeito; retorno*.

- Não servem para indicar as funções gramaticais dos vocábulos. O gênero e o número, por exemplo, não são marcados em português por meio de prefixos.

- Em geral, não mudam a classe gramatical da palavra. Se acrescentarmos prefixos ao verbo *por,* os vocábulos produzidos (*repor, impor, dispor, depor, expor, opor, transpor* etc.) continuarão sendo verbos. A mudança de classe resultará principalmente do sufixo, que terá uma vogal temática para configurar o verbo.

- Grande parte dos prefixos em português é herança de preposições gregas e latinas, algumas com existência atual.

- Acrescente-se, ainda, que os verbos formados por prefixação podem vir seguidos de complemento encabeçado por preposição correspondente ao prefixo: *concorrer com...; depender de...; embeber em...*

Para finalizar as observações a respeito dos prefixos, atente para o que diz Monteiro (1991, p. 35):

> Convém relembrar a aplicação do princípio da sincronia. Palavras que outrora apresentaram prefixos hoje devem ser analisadas como simples, sobretudo quando for impossível perceber as relações significativas com uma forma primitiva. Tal o caso de **objeto**, em que não se pode separar o elemento /ob-/. Teria algum sentido o que sobraria da palavra? Em situação idêntica se encontram vocábulos como **derivar, biscoito, exausto, oferecer, sufocar, subterfúgio, eclipse** etc.

b) **Infixo** é um morfema aditivo que se intercala, ou seja, ocorre no meio do radical. Não existem infixos em português. Alguns autores citam como infixos as chamadas consoantes e vogais de ligação (*cafeZal, florZinha, chaLeira, cafeTeira, pauLada; dignIdade, facilIdade; gasÔmetro).* Zanotto (2006, p. 39-40) se contrapõe a essa posição, argumentando que não tem sentido considerar essas consoantes e vogais como infixos já que esses fonemas não interferem na significação do vocábulo, ficando, assim, descaracterizados como morfemas. Além disso, complementa Zanotto, são elementos introduzidos após o radical, e não no meio deste. Camara Jr (1970, p. 44-45) acha que esses fonemas devem agregar-se ao morfema seguinte, constituindo alomorfe:

> Por isso não tem sentido falar-se num "infixo" -z- em vocábulos como *florzinha* e *cafezal*. Nenhum valor gramatical se poderia atribuir a esse suposto elemento, que não altera a significação diminutiva do sufixo *-inho* ou a significação coletiva do sufixo *-al*. O contraste entre *florzinha* e *florinha* ou entre *cafezal* e *laranjal* só justifica estabelecer os pares de alomorfes *-zinho*:*-inho*, *-zal*: *al*. [...] Na descrição sincrônica, o corte tem de se fazer aquém ou além do chamado *interfixo*, que está sincronicamente integrado na unidade elementar precedente ou seguinte. Assim, sincronicamente, em *fumarada* não há um "interfixo" *-ar-*, mas simplesmente um sufixo *-arada* como alomorfe de *-ada*.

Sintetizando o que acabamos de estudar:

- as denominações *vogal de ligação* e *consoante de ligação* são de caráter fonológico;

- morficamente, esses fonemas não devem ser considerados infixos por não serem portadores de significação.

c) **Sufixo** é um morfema que, acrescido ao radical, forma nova palavra. Os sufixos podem ser nominais, quando contribuem para a formação de nomes (substantivos e adjetivos), e verbais. Como exemplo dos primeiros, temos em português os sufixos *–mento* e *-al* (*armamento, mortal*); e dos verbais, podemos citar os sufixos *-ejar, -ear, -izar, -e(s)cer, -itar* (*cocorejar, florear, climatizar, escurecer/florescer, saltitar*). Diferentemente do número considerável de sufixos verbais, em português temos apenas um sufixo adverbial, *-mente*, que se prende à forma feminina do adjetivo (*lindamente, firmemente*).

Características principais dos sufixos (Monteiro, 1991, p. 35-36):

- Não se destacam sempre com muita facilidade. Em alguns casos, pode haver dúvidas no destaque do sufixo. Por exemplo, que sufixo você destacaria na palavra *condutor?*Alguns responderiam que *-tor* seria o sufixo e outros poderiam destacar *-or*. Para responder com segurança à pergunta, seria necessário desenvolver uma cadeia de oposições entre formas aparentadas para se chegar à conclusão de que o sufixo é realmente *-or* por causa da existência de *conduto*.

- Não podem ser empregados como formas livres ou dependentes, aparecendo sempre agregados aos radicais que os reclamam no processo derivativo.

- Não alteram fundamentalmente a significação do radical.

- Muitos sufixos servem para mudar a classe ou a função da palavra. Assim, *-izar* transforma um nome (substantivo ou adjetivo) em verbo (*canal → canalizar, real → realizar*). O sufixo *-mente* produz advérbios, em geral a partir de adjetivos (*feliz → felizmente*).

- Diferentemente dos prefixos, podem indicar as categorias gramaticais dos vocábulos:

moç+*a* (categoria de gênero)
mãe + *s* (categoria de número)
so + *mos* (categoria de número e pessoa)
fo + *sse* (categoria de modo e tempo)

Todavia, a segmentação dos vocábulos para depreensão dos sufixos não é tão fácil quanto pode parecer. Atente para o que diz Monteiro (1991, p. 36):

> É preciso muito cuidado na segmentação dos sufixos. Quem não leva em conta o princípio da sincronia muitas vezes procede arbitrariamente, realizando cortes injustificáveis ou encontrando sufixos não mais vigentes em português. Assim, o sufixo /-ecer/, que ocorre em **anoitecer** e **empobrecer**, deixa de existir em **parecer** ou **perecer.**
>
> É importante que se perceba a significação do morfema, a fim de que ele possa ser depreendido de modo coerente. O sufixo /-dade/, por exemplo, tem a função de produzir substantivos abstratos, essencialmente a partir de adjetivos, conforme se vê em **claridade**. Antes do sufixo aparece a vogal de ligação /i/, diferente em **seriedade** ou ausente em **bondade**. Dessa forma, uma boa segmentação será √clar + /i + dad + e/.
>
> [...]

> Insistimos, pois, na necessidade de se verificar o conteúdo semântico do sufixo para uma perfeita segmentação. O significado frequentemente é mais gramatical do que lexical, tendo o sufixo a função de mudar a classe ou função da palavra que serve de base para a derivação. Tal o caso de /-al/ em **final,** que transforma o substantivo em adjetivo.

Quanto à função gramatical, há dois tipos de sufixo: os que formam novas palavras – *derivacionais* ou *lexicais* – e os que permitem que os vocábulos variem em gênero e número (quando nomes) ou em modo, tempo, número e pessoa (quando verbos) – *flexionais* ou *desinências.*

Vejamos o que diz Zanotto (2006, p. 41) a respeito dos sufixos:

> [Sufixo] é um morfema acrescido após o radical, para derivar nova palavra (derivação sufixal). Os sufixos flexionais são denominados desinências (D) [...]. Em ambos os casos são formas presas aditivas.
>
> A função dos sufixos derivacionais é acrescentar ao elemento básico uma ideia secundária (derivação) ou enquadrar a palavra em uma das classes gramaticais; às vezes, as duas coisas juntas. Acrescentando, por exemplo, à base *salt(o)* o sufixo *–it(ar)*, estaremos, de um lado, adicionando à significação básica contida no semantema uma idéia acessória, que é a ação de dar saltos de maneira, digamos, diminutiva e, de outro lado, estaremos enquadrando o vocábulo na classe gramatical dos verbos. É comum, também, não ocorrer a mudança de classe gramatical, ficando o sufixo somente com a primeira função: *casa: casinha, chuva: chuvarada, quebrar: quebrantar.*
>
> O prefixo e o sufixo podem ser acrescidos conjuntamente à base mórfica, resultando daí palavras derivadas por parassíntese. Os dois afixos, nessa derivação parassintética, são co-responsáveis pela nova acepção que se introduz. Seria o caso de considerá-los um morfema descontínuo, iniciando com o prefixo, interrompendo-se na base e culminando com o sufixo: *a-manh-ec(er), a-pedr-ej(ar), des-alm-ad(o).*

Sintetizando as características dos sufixos derivacionais, podemos dizer que eles

1. produzem novas palavras;
2. são assistemáticos, isto é, não se aplicam a todas as palavras indistintamente – por exemplo, o sufixo *–udo* se aplica à palavra primitiva *barriga* (*barriga* → *barrigudo*), porém não se aplica a *umbigo* (**umbigudo* é uma formação estranha);
3. são relações abertas – queremos dizer que os sufixos permitem a criação de neologismos por meio da derivação sufixal;
4. são facultativos, já que há outros recursos na língua para evitá-los.

Desinências

Desinências ou sufixos flexionais servem para indicar as flexões de gênero e número (desinências nominais), e de modo-tempo e número-pessoa (desinências verbais). Nas palavras de Camara Jr. (1970, p. 51), "os morfemas flexionais portugueses são 'sufixos', ou, em outros termos, pequenas formas presas, que ficam na parte final do vocábulo".

As desinências diferem dos sufixos derivacionais nos seguintes aspectos:

1. Não criam novas palavras. Por exemplo, *lindo, linda, lindos, lindas* são quatro formas do mesmo vocábulo. *Gostamos* e *gostarei* não constituem verbos distintos de *gostar*. Apenas as noções gramaticais de pessoa e tempo variaram.
2. São sistemáticas, isto é, aplicam-se a todas as palavras. O morfema *-s* de plural aplica-se a qualquer substantivo ou adjetivo, e a desinência modo-temporal *-va*, a qualquer verbo da 1ª conjugação. As exceções a este caráter sistemático das desinências são poucas e geralmente explicáveis pelo fenômeno da alomorfia.
3. São obrigatórias. Se um nome se flexiona em número, como a palavra *fruta/ frutas*, obrigatoriamente a desinência de número deve ser usada para indicar o plural. O mesmo ocorre com os verbos: não se pode indicar tempo-modo sem usar uma desinência que indique esse aspecto.
4. São relações fechadas. Isso quer dizer que não criamos novas desinências no paradigma nominal e verbal da língua.
5. Estabelecem vínculos de concordância entre as palavras da frase.

As características acima elencadas permitem-nos rever o problema do grau. Como você o consideraria, um caso de flexão ou de derivação? Vamos buscar a resposta em Camara Jr (1970, p. 49-50). Leia o que ele diz a esse respeito:

> Os adjetivos portugueses apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de um morfema adicional o alto grau da qualidade que expressam: *tristíssimo,* para *triste*; *facílimo*, para *fácil*, *nigérrimo*, para *negro*, e assim por diante. As nossas gramáticas costumam definir o processo como uma "flexão de grau". Faltam nele, entretanto, as condições acima estabelecidas.
>
> Em primeiro lugar, não há obrigatoriedade no emprego do adjetivo com esse morfema "superlativo" ou grau intenso. É a rigor uma questão de estilo ou de preferência pessoal. Ou, antes, trata-se de um uso muito espaçado e esporádico, em regra, e de tal sorte que certa frequência nele logo parece abuso e excentricidade. Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos ou pelo menos para uma classe formal bem definida, como sucede para a flexão de plural com os adjetivos portugueses em geral e para a flexão de feminino com os adjetivos terminados em *-o*. Nenhum jogo de concordância, por outro lado, como há para o número e o gênero entre substantivo e adjetivo.
>
> Na realidade o que se tem com os superlativos é uma derivação possível em muitos adjetivos, como para muitos substantivos há a possibilidade dos diminutivos e para alguns (não muitos) a dos aumentativos. Em outras palavras, a expressão do "grau" não é um processo gramatical em português, porque não é um mecanismo obrigatório e coerente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si.
>
> A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática.
>
> Em latim, o morfema *-issimus* pertencia a um complexo flexional ao lado de *-ior*, próprio dos adjetivos num tipo de frase em que se estabelece a compara-

> ção entre dois termos para se afirmar que aquele referente ao adjetivo que tem o morfema é superior ao outro. Com *-issimus* assinalava-se que o termo superior "sobreleva" (lat. *superferre,* supino *superlatum*, donde "superlativus") a todos da sua espécie: *felicíssima matrum* "a mais feliz das mães". Em português a situação é outra. Para um adjetivo latino como *upo/feliks/*"feliz", havia obrigatória e coerentemente as formas *felicior* e *felicissimus*, que se empregavam em condições bem determinadas e sistematicamente, com "exclusividade", em lugar de *upo* (cf.: *homo upo – homo felicior upo – homo felicissimus animalium).* Ora, em português só temos *feliz* modificado em cada caso por um mecanismo sintático fora da morfologia vocabular (*o homem é feliz – o homem é mais feliz que o lobo – o homem é o mais feliz dos animais*). O uso de *-issimus* em latim para expressar meramente a intensificação de uma qualidade era um subproduto do seu uso gramatical na estrutura da frase comparativa; não foi ele que levou a gramaticologia latina a considerar *-issimus* dentro da flexão nominal. Se só existisse esse uso, como sucede em português, Varrão teria dito com certeza que se tratava de *derivatio voluntaria.*

Voltando ao assunto das desinências, como já foi dito, elas são de duas naturezas: as *desinências nominais*, que servem para indicar as flexões de gênero e número nos nomes, e as *desinências verbais*, que indicam as flexões de modo-tempo e número-pessoa nos verbos. Como reservamos uma unidade para tratar dos nomes e dos verbos, vamos nos ocupar mais adiante da descrição de cada uma dessas desinências em português.

Agora, você vai demonstrar que entendeu o que acabamos de estudar, resolvendo o exercício abaixo e comentando suas respostas com o(a) tutor(a) no próximo sábado. Não se esqueça: caso tenha dúvidas sobre o conteúdo que aqui se encontra, use o fórum para os esclarecimentos com os tutores que ali estão a sua inteira disposição.

EXERCÍCIO

1. Reflita sobre as questões abaixo e responda o que se pede:

a) No estudo que acabamos de fazer verificamos que as palavras podem se assemelhar na forma sem possuírem vínculo de significação. O conjunto de palavras abaixo é um exemplo dessa afirmação? Justifique.

ferreiro, ferrugem, ferrolho, ferradura, ferroar, ferrovia

b) Nos verbos *desconstruir* e *amolecer,* é correto depreender os prefixos *des-* e *a-*. Podemos fazer o mesmo em *destruir* e *arrancar*? Justifique.

c) Os sufixos marcadores de grau são flexionais ou derivacionais? Justifique.

d) Em *bilheteria*, o /a/ final é vogal temática ou desinência de gênero? Justifique.

2. Destaque os radicais das palavras *regularização, cantarolar, tristonho, retrato, reviver, transpor, anoitecer, condutor, contrariedade, esbofetear.*

3. Marque as palavras em que os prefixos se destacam sincronicamente.

( ) engraçadinho	( ) aconchegar
( ) objeto	( ) condutor
( ) derivar	( ) ajustar
( ) subterfúgio	( ) eclipse
( ) desfalecer	( ) contrariedade

4. Identifique, nos constituintes em destaque abaixo, o radical (RD), a vogal temática (VT), a vogal de ligação (VL), o prefixo (PR), o sufixo derivacional (SD) e as desinências (DS):

( ) pedestr**e**	( ) facil**i**dade
( ) deposita**mos**	( ) **salt**itar
( ) mar**es**	( ) **galant**ear
( ) feroz**mente**	( ) monj**e**
( ) **en**velhecer	( ) garot**a**

5. Estabeleça a distinção entre vocábulos temáticos e vocábulos atemáticos.

RESUMO DA ATIVIDADE 7

Ao final do estudo da atividade 7, você deve ter aprendido que a estrutura do vocábulo mórfico é uma combinação de segmentos elementares, que são os constituintes: o radical, a vogal temática, os afixos derivacionais e as desinências. Assim, a significação de um dado vocábulo fica decomposta em significações mínimas, que se repetem em outros vocábulos. Dessa forma, obtém-se uma multiplicação de formas vocabulares por um jogo praticamente irrestrito de combinações entre as formas mínimas existentes, sujeitas a regras das mais variadas espécies. Essas combinações de segmentos elementares do vocábulo mórfico é um fator de economia nas formas da língua. Com o estudo, reconhecemos que o radical é o núcleo semântico da palavra, podendo receber elementos diversos e servir como ponto de partida para a produção de cognatos. O núcleo é irredutível, mas às vezes sofre variações na forma, aparecendo noutras palavras como alomorfe. A vogal temática é um morfema classificatório, dado o seu valor gramatical, isto é, marca classes de nomes e verbos. Essas vogais acrescentam-se, normalmente, ao radical para constituir uma base, à qual são anexadas as desinências. Ao lado delas, existem, em português, certos fonemas que aparecem no interior dos vocábulos sem qualquer valor mórfico: são as vogais ou consoantes de ligação. São também segmentos elementares dos vocábulos, os afixos, morfemas que se anexam ao radical para mudar-lhe os sentidos (morfemas derivacionais) ou para indicar flexões de gênero e número (desinências nominais) e de modo-tempo e número-pessoa (desinências verbais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. 3. ed. Acadêmica: Rio de Janeiro, 1970.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001.

MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. Trad. Jorge Morais-Barbosa. Lisboa, Sá da Costa, 1970.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.

COMPLEMENTAR

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 1993.

SILVA, M. Cecília P. de Souza; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS **VOCÁBULOS**

atividade 8

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- compreender como se estruturam as palavras;
- reconhecer a estrutura das palavras em português;
- entender por que formamos palavras;
- conhecer os processos de formação dos vocábulos em português.

Nesta atividade vamos estudar os processos de formação das palavras em português. Comecemos por compreender como se estruturam as palavras.

A palavra e sua estrutura

A palavra é uma unidade linguística básica, facilmente reconhecida por falantes nativos de uma língua. Durante muito tempo, as palavras foram consideradas como elementos indivisíveis, embora pudessem apresentar variações de formas. Mas, com a constatação de que é possível formar palavras a partir de outras palavras, reconheceu-se a complexidade dessas unidades, que podem ser constituídas por um ou mais de um elemento. Assim, existem palavras indivisíveis (*boi*) e palavras divisíveis (*cavalaria/guarda-chuva*). As palavras constituídas por mais de um elemento, além de serem divisíveis, são também estruturadas em camadas que podem atingir vários níveis. Para compreender melhor o que estamos dizendo, leia o que diz Basilio (1991, p. 14) a esse respeito:

> Mais especificamente, a palavra morfologicamente complexa, ou seja, a palavra que contém mais de um elemento é estruturada basicamente como a combinação de uma base com um afixo. Esta base pode, por sua vez, ser também complexa, isto é, também estruturada em termos de base e afixo. Assim, podemos ter vários níveis ou camadas na estrutura de uma palavra. Vejamos, por exemplo, as palavras *centro, central, centralizar, descentralizar, descentralização.* A primeira palavra (*centro*) é constituída apenas pela base, embora se possa considerar que esta apresenta uma vogal temática. A segunda palavra (*central*) é formada pelo acréscimo do sufixo *-al* à base; a terceira (*centralizar*), formada pelo acréscimo do sufixo verbalizador *-izar* à base, constituída pelo adjetivo *central*; a quarta (*descentralizar*) é formada pelo acréscimo do prefixo negativo *des-* à base verbal *centralizar* e, finalmente, a quinta (*descentralização*) é formada pelo acréscimo do sufixo substantivador *-ção* à base *descentralizar*. Vemos, pois, que, em todos os níveis, temos uma construção de base + afixo. A base, no entanto, pode ter vários graus de complexidade. Ou seja, a palavra não é formada de uma sequência de morfemas, mas constituída estruturalmente de uma base acrescida de afixo.
>
> Existem, no entanto, outras possibilidades de formação. Nos casos de composição, temos palavras formadas por duas bases, como no caso de *guarda-chuva;* no caso das chamadas formações parassintéticas, temos o acréscimo simultâneo de um sufixo e de um prefixo à base, como em *descascar*.

A composição e a formação parassintética, citadas por Basilio, serão estudadas mais adiante. Neste momento, queremos chamar sua atenção para a complexidade da palavra. Você constatou essa complexidade com a leitura do trecho anterior? Então podemos continuar.

Vamos, agora, determinar a estrutura dos vocábulos em português para em seguida determinar os processos de formação dos vocábulos em nossa língua.

Considerando que os vocábulos constituem-se de

- radical (semantema), que dá a significação básica,

- morfemas derivacionais (prefixos e sufixos), que formam novas palavras, e

- morfemas flexionais (desinências), que especificam gênero/número nos nomes e número/pessoa e tempo/modo nos verbos, podemos determinar a estrutura dos vocábulos em português:

1

Radical
sol

2

Radical	**sem VT**	**MF**
garot		*a(s)*
Radical	**com VT**	**MF**
árvor *lav*	*e* *á*	*s* *sse-mos*

3

Prefixo(s)	**Radical**	**com/sem VT**	**com/sem MF**
in	*feliz*		
des	*falec*	*e*	*m*
in	*apt*	*o*	*s*
des-en	*terr*	*a*	*r*
des-em	*palh*	*a*	*ra-m*
Radical	**Sufixo(s)**	**com/sem VT**	**com/sem MF**
mur	*alh*	*a*	*s*
levanta	*ment*	*o*	
menina	*zinh*	*a*	*s*

Nesse tipo de constituição, cabe ao sufixo marcar a classe gramatical e as flexões do vocábulo, como, por exemplo, em levantamento e meninazinhas, nos quais as vogais temáticas (a) das palavras primitivas (levantar e menina) perdem o valor de morfema ao sofrerem o acréscimo do sufixo.

4

Radical	com/sem VT	com/sem MF	radical	com/sem VT	com/sem MF
couv	*e*		*flor*		
guard	*a*		*chuv*	*a*	*s*
terç	*a*	*s*	*feir*	*a*	*s*

Depois de saber da possibilidade de formação de tais estruturas, vamos, conhecer os processos de formação das palavras em português. Antes, porém, precisamos entender por que formamos palavras. Para isso, leia o texto abaixo, de Margarida Basilio (1991, p. 5-10).

Por que formação de palavras?

As palavras são elementos de que dispomos permanentemente para formar enunciados.

Quase sempre fazemos uso automático das palavras sem parar muito para pensar nelas. E não nos damos conta de que muitas vezes estas unidades com que formamos enunciados não estavam disponíveis para uso e foram formadas por nós mesmos, exatamente na hora em que a necessidade apareceu.

Do mesmo modo, quando estamos lendo um artigo de jornal, um livro etc., em geral não percebemos que algumas palavras do texto não faziam parte do nosso vocabulário anteriormente à leitura.

Por exemplo, pensem nos advérbios formados pela adição do sufixo *–mente* a um adjetivo. Se encontrarmos em algum texto, digamos, a palavra *sinuosamente*, é provável que a interpretaremos sem a mínima dificuldade. No entanto, para muitos a palavra poderia estar sendo adquirida no momento e através do próprio ato de leitura.

No exemplo acima, temos um caso de interpretação automática de uma palavra que outra pessoa usou. Mas, da mesma maneira que autores de artigos e livros, nós também formamos palavras novas frequentemente no uso diário da língua, seja construindo termos como *verbalidade* ou *agilização*, característica do discurso formal, seja usando formas só permitidas em situações coloquiais, tais como *deduragem, caretice* e muitas outras, entre as quais se incluem dezenas de diminutivos e aumentativos.

O processo que entra em funcionamento é bastante simples e claro, pelo menos nos exemplos apontados. No primeiro caso, o sufixo *-mente* é adicionado à forma feminina do adjetivo *sinuoso* para formar um advérbio. No segundo, temos o acréscimo do sufixo *-idade* ao adjetivo *verbal* para a formação de um substantivo abstrato; no terceiro, acrescentamos *-ção* ao verbo *agilizar* com o objetivo de torná-lo um substantivo.

Nos exemplos da língua coloquial, o mecanismo é igualmente simples, consistindo no acréscimo de sufixos a formas coloquiais ou vulgares da língua falada.

O mistério das combinações

Estes processos tão simples e transparentes, de cujo funcionamento nem sempre nos conscientizamos, escondem mistérios às vezes resistentes a toda tentativa de explicação. Um dos problemas básicos com que se defronta a pesquisa no campo da formação de palavras é o da aceitação ou não de combinações de formas. Ou seja: por que certas palavras são tão naturais a ponto de nem percebermos que não as conhecíamos anteriormente, enquanto outras soam estranho ou são absolutamente inaceitáveis?

Por exemplo, por que aceitamos facilmente palavras como *convencional* e *religioso*, mas não **convencioso* ou **religional*? Poderíamos dizer que se trata apenas de uma questão de uso; ambas as palavras são bem conhecidas, e, simplesmente, sabemos que as palavras são *religioso* e *convencional*.

A explicação é válida: muitas vezes não consideramos certas construções como palavras viáveis pelo simples fato de que já existem outras, consagradas pelo uso.

Entretanto, esta explicação não é suficiente para dar conta do fato de que ao lado de *convenção*, temos centenas de outras formas em *-ção*, as quais não admitem uma formação adjetiva correspondente com o sufixo *-oso*. Alguns exemplos (o asterisco indica que a formação não pode existir): *vocação* / **vocacioso; intenção* / **intencioso; atração* / **atracioso; contemplação* / **contemplacioso*, e assim por diante. Parece, pois, que o sufixo *-oso* não se pode combinar facilmente com substantivos em *-ção*, apesar de encontrarmos algumas formações, tais como *atencioso*, de *atenção*, e *pretensioso*, de *pretensão*.

Muitos artigos e teses têm sido escritas ultimamente para tentar explicar esse fenômeno, ou seja, para determinar quais são as condições que permitem a combinação de certos formativos enquanto proíbem outras combinações.

Mudança de classe

O segundo mistério é o que dá título a este capítulo: Por que formamos palavras?

Alguns fragmentos de respostas para essa pergunta já apareceram nos parágrafos anteriores. Dissemos, por exemplo, que acrescentamos *-ção* ao verbo *agilizar* com o objetivo de torná-lo um substantivo. Este seria, portanto, um exemplo do tipo de necessidade que nos leva à formação de palavras: temos uma palavra de uma classe ou categoria lexical, como "verbo", e precisamos usá-la como "substantivo". Nesse caso, formamos uma palavra nova para poder utilizar o significado de uma palavra já existente num contexto que requer uma classe gramatical diferente.

Este é, sem dúvida, um dos usos mais frequentes na formação de palavras novas. É também o motivo mais privilegiado em toda a literatura sobre formação de palavras, desde as gramáticas tradicionais até teorias linguísticas mais recentes, como o estruturalismo e a teoria gerativa transformacional.

Na verdade, em todas as abordagens do fenômeno de formação de palavras, os processos que podemos utilizar para formas novas são sempre descritos através das classes gramaticais, o que implicitamente sugere que usamos afixos com a principal finalidade de formar uma palavra de uma classe a partir de uma palavra de outra classe.

Acréscimo semântico

Mas a mudança de classe não responde suficientemente à pergunta do porquê da formação de palavras, já que temos muitos processos de formação que não mudam a classe das palavras.

Vejam, por exemplo, o caso dos diminutivos. Podemos estabelecer claramente dois fatos. O primeiro é que o diminutivo é usado sobretudo para adicionar ao significado de uma palavra uma referência a uma dimensão pequena (*sapato/sapatinho*), para sinalizar uma linguagem afetiva (*sopa/sopinha*) ou para expressar pejoratividade (*argumento/argumentozinho*). O segundo é que o diminutivo sempre acompanha a classe da palavra básica à qual ele se aplica: *livro/livrinho, baixo/baixinho* – seja *baixo* adjetivo, como em *homem baixo/baixinho,* ou advérbio, como em *falar baixo/baixinho.*

Um outro exemplo seria o do sufixo *-eiro*. Em uma de suas várias acepções, o sufixo *-eiro* se adiciona a substantivos, geralmente concretos, para formar substantivos que indicam indivíduos que exercem alguma atividade sistemática em relação ao objeto concreto que serve de base para a formação da palavra. Por exemplo, a partir de *sapato, cesta, camisa, livro*, etc., temos, respectivamente, *sapateiro, cesteiro, camiseiro, livreiro*, e assim por diante. A palavra *doleiro*, de surgimento recente nos jornais, é formada dentro desse processo geral.

Um terceiro exemplo de palavras que formamos sem o objetivo de mudar a classe é o caso de todas as palavras formadas por prefixação: os prefixos nunca mudam a classe da palavra a que se adicionam. Assim, é claro que nosso objetivo ao formar uma palavra por prefixação deve ser outro. De fato, a prefixação é utilizada para a formação de palavras quando queremos, a partir do significado de uma palavra, formar outra semanticamente relacionada, que apresente uma diferença semântica específica em relação à palavra-base.

Existe toda uma série de relações possíveis e sempre de caráter geral. Temos, por exemplo, o prefixo *pré-*, que indica anterioridade: *pré-fabricado, pré-disseminação, pré-vestibular, pré-adolescência*, etc.; o prefixo *re-* que indica repetição: *refazer, reler, relembrar, retomar, recomeçar.* Em todos os casos, a palavra que se forma mantém uma relação semântica fixa com a palavra-base.

Aquisição do léxico

Vimos até agora dois bons motivos para formarmos palavras: a utilização da idéia de uma palavra em uma outra classe gramatical; e a necessidade de um acréscimo semântico numa significação lexical básica.

Mas, se observarmos o problema bem de perto, vamos descobrir que estas motivações são, digamos assim, de segunda mão, ou seja, de natureza secundária. Pois a pergunta que se coloca é: por que não temos uma palavra para uso em cada classe gramatical e por que não temos uma palavra para cada acréscimo semântico necessário?

Por exemplo, em vez de termos algo como *viável/viabilidade* ou *fazer/desfazer*, poderíamos ter palavras inteiramente diferentes para cada uma das noções, como acontece, por exemplo, com *querer/vontade, bonito/beleza, escrever/apagar*, etc.

Ou seja, para cada mudança de classe ou acréscimo semântico, poderíamos ter uma palavra inteiramente diferente. Mas isto significaria multiplicar muitas vezes o número de palavras que teríamos como vocabulário básico, e, portanto, tornaria a língua, como sistema de comunicação, muito menos eficiente.

> Assim, a razão básica de formarmos palavras e a de que seria muito difícil para nossa memória – além de pouco prático – captar e guardar formas diferentes para cada necessidade que nós temos de usar palavras em diferentes contextos e situações.
>
> Em última análise, a razão por que formamos palavras é a mesma razão por que formamos frases: o mecanismo da língua sempre procura atingir o máximo de eficiência, o que se traduz num máximo de flexibilidade em termos de expressão simultaneamente a um mínimo de elementos estocados na memória. É essa flexibilidade que nos permite contar com um número gigantesco de elementos básicos de comunicação sem termos que sobrecarregar a memória com esses mesmos elementos.

Formação de palavras

A formação de palavras consiste na combinação de morfemas (radicais e afixos), possibilitando, assim, que o número de palavras de uma língua seja maior que o acervo de elementos. É fácil constatar isso, basta consultar uma boa gramática para verificar que o grupo de prefixos e sufixos é bastante reduzido, comparando-os com o número de palavras em que eles aparecem repetidos. O mesmo se verifica com os radicais, que se repetem em cognatos. Essa possibilidade de manifestar diversas significações ou funções combinando elementos, e não criar um novo vocábulo a cada vez que se necessitar constitui-se, como já vimos, em fator de economia.

O fenômeno da formação de palavras tem sido abordado nas gramáticas normativas seguindo a tradição clássica. Veja o que diz Basilio (1991, p. 15-17) em relação ao tratamento dado à formação de palavras pelas gramáticas normativas:

> **As gramáticas normativas**
>
> Seguindo um modelo clássico, as gramáticas tradicionais não se ocupam muito da questão da formação de palavras, limitando-se, o mais das vezes, a enumerar processos e listar exemplos.
>
> A preocupação da exaustividade é frequente nas gramáticas tradicionais normativas; no que concerne à formação de palavras, essa preocupação se traduz na tentativa de dar conta do significado final de todas as palavras nas quais entre em jogo um dado afixo.
>
> Um outro aspecto da abordagem das gramáticas normativas no fenômeno de formação de palavras se refere ao entendimento do termo "formação".
>
> De fato, podemos observar que "formação" tem duas interpretações: uma interpretação ativa, em que o termo se refere ao processo de formar palavras; e uma interpretação mais passiva, em que o termo se refere à maneira como as palavras estão constituídas. As gramáticas normativas seguem, via de regra, a segunda interpretação; em consequência disso, procuram dar conta apenas das características das formas já construídas.
>
> Pode ser que esse posicionamento esteja ligado à função normativa, segundo a qual não caberiam formas novas na língua enquanto objeto de prescrição.

O aspecto diacrônico

Apesar da limitação apontada acima, as gramáticas normativas apresentam um trabalho descritivo que se constitui em contribuição de grande valor para o desenvolvimento do estudo de processos lexicais.

Entretanto, um aspecto que encontramos na abordagem da formação de palavras nas gramáticas requer um grande cuidado: trata-se da mescla de critérios que se pode verificar no que se refere a abordagem sincrônica *versus* abordagem diacrônica do fenômeno de formação de palavras.

As duas abordagens não devem ser confundidas, já que um elemento que historicamente constitui uma parte de uma palavra pode ter sua natureza sincronicamente modificada. Um bom exemplo para a diferença é o caso, apontado pelo Prof. Mattoso Câmara Jr., da palavra *comer*. A palavra, vinda do latim *comedere*, teria em *com* um prefixo acrescido à base *edere* (já incluída a marca do infinitivo). Na evolução do latim para o português, o *-d-* intervocálico cai e fundem-se os dois *-ee-* que se tornam contíguos. Com isso, desaparece a marca morfológica da raiz. Ora, como a função do prefixo é simplesmente adicionar um significado ao da raiz, o significado de *comedere* como um todo já existia, independente das modificações fonéticas que ocorreram posteriormente. Como consequência do desaparecimento da marca morfológica da raiz, o que antes era prefixo passou a ser considerado como raiz. Assim, sincronicamente, em *comer* temos *com-* como raiz. Vemos, portanto, neste caso, uma situação em que, do ponto de vista diacrônico, na mesma palavra, *com-* é prefixo; mas, sincronicamente, *com-* é raiz.

O fato de que um mesmo elemento em uma mesma palavra pode ser ou um afixo ou uma raiz é bastante eloquente para firmar a ideia de que é de extrema importância a distinção entre abordagem sincrônica e abordagem diacrônica ao fenômeno de formação de palavras.

Passemos, agora, a analisar, sincronicamente, os mecanismos utilizados na formação de palavras. Para isso, consideraremos a existência de palavras *simples* e *compostas*, conforme contenham um ou mais morfemas lexicais. As *simples* podem ser *primitivas* e *derivadas*. As *primitivas* são as que não se originam de outras e servem de base para a formação das *derivadas*.

São dois os principais processos de formação de palavras: a *derivação* e a *composição*.

Derivação

O processo de *derivação* se caracteriza pela junção de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base para a formação de uma palavra. Por exemplo, as palavras *refazer* (re + fazer), *amável* (ama + vel), *ferreiro* (ferro + eiro), *armação* (arma + ção), *correntista* (corrente + ista), *preconceber* (pré + conceber) são formas derivadas de uma base + afixo que se concretiza em base + sufixo (*ferreiro*) ou em prefixo + base (*refazer*). Porém, para a formação de palavras por derivação, algumas condições são exigidas. É o que dizem Souza e Silva e Koch (1991, p. 32):

> A *derivação* consiste na formação de palavras por meio de afixos agregados a um morfema lexical. Para que haja derivação, duas condições devem ser preenchidas. A primeira delas consiste na possibilidade de depreensão sincrônica dos morfemas componentes. Considerar derivadas palavras como *submissso, perceber, conduzir, admitir,* a partir de uma pseudo forma livre *-misso-, -ceber-, -duzir-, -mitir-,* com o acréscimo dos prefixos *sub-, per-, com-,* e *ad-* representa um critério diacrônico válido apenas no estudo histórico, já que no estágio atual da língua esses morfemas lexicais inexistem. Assim, tais vocábulos devem ser tratados como palavras primitivas.[1]
>
> A segunda condição implica a possibilidade de o afixo, como forma mínima, estar à disposição dos falantes nativos, no sistema, para a formação de novos derivados. Por sua vez, a maior ou menor produtividade[2] do afixo auxilia o falante não só a formar ou aceitar determinadas palavras, rejeitando outras, como também a interpretar determinados vocábulos como morfologicamente complexos ou simples[3].

Preenchidas as condições acima explicitadas, vamos conhecer, então, as modalidades de derivação.

a) **Prefixal** – caracteriza-se pelo acréscimo de prefixos ao radical: ***des****-leal,* ***bi****motor,* ***re****modelar,* ***sub****linhar,* ***com****por.*

b) **Sufixal** – caracteriza-se pelo acréscimo de sufixos ao radical: *gost****oso****, marmel****ada****, brinca****lhão****, querid****inha****, barb****udo****.*

c) **Prefixal e sufixal** – caracteriza-se pelo acréscimo tanto de prefixos como de sufixos ao radical: ***des****leal****dade****,* ***in****feliz****mente****.*

d) **Parassintética** – caracteriza-se pelo acréscimo simultâneo de um prefixo e um sufixo ao morfema lexical: ***a****mort****ec****er,* ***des****alm****ad****o.*

e) **Regressiva** – caracteriza-se pela subtração de morfemas. É a única que se forma pela subtração de morfemas: *caça* (de *caçar*), *descanso* (de *descansar*), *corte* (de *cortar*).

As quatro primeiras modalidades de derivação ocorrem com morfemas aditivos e a derivação regressiva, com a subtração de morfema.

Como você deve ter observado, tanto a derivação *prefixal e sufixal* quanto a derivação *parassintética* se caracterizam pelo acréscimo de prefixos e sufixos ao radical. Qual seria então a diferença entre elas? Como podemos saber se uma determinada construção envolvendo prefixo e sufixo é um caso de derivação *prefixal e sufixal* ou de derivação *parassintética*? Você saberia responder?

---

1 Rolim de Freitas (1979: 104) faz um levantamento dos verdadeiros prefixos existentes na língua portuguesa, delimitando-se a uma visão sincrônica e procurando reformular os critérios tradicionais das gramáticas que, em extensas relações de exemplos, incluem formas que se prefixaram no latim.

2 Os sufixos -mente, -ção, -inho, entre outros, são de grande produtividade, ao passo que -eo, (t)ura, etc., apresentam rendimento mais baixo.

3 Para um maior aprofundamento da questão, consulte-se Basilio (1982).

Vamos aos esclarecimentos: na derivação *prefixal e sufixal,* é possível se extrair um dos afixos da construção e ter como resultado uma palavra da língua, como, por exemplo, as palavras *insensatez* e *reconsideração,* formadas em dois diferentes níveis de derivação, um com prefixo e outro com sufixo. Em *insensatez,* podemos pensar na derivação com o acréscimo do prefixo *in-* ao substantivo *sensatez,* ou o acréscimo do sufixo *-ez* ao adjetivo *insensato.* Em *reconsideração*, temos o acréscimo do prefixo *re-* ao substantivo *consideração*, ou, de outro modo, o acréscimo do sufixo *-ção* ao verbo *reconsiderar.* Em ambos os casos a ordem inversa – primeiro o acréscimo de sufixos e depois o de prefixos – é aceitável.

Já o que caracteriza a derivação *parassintética* é a adição simultânea, isto é, o acréscimo a um só tempo de prefixo e sufixo ao radical. Nesse caso, se suprimirmos qualquer um dos afixos, o resultado é uma forma não existente na língua. Tomemos como exemplo a palavra *desalmado:* não podemos dizer que ela é derivada do acréscimo do prefixo *des-* à base já afixada *almado (forma inexistente); também é inadmissível afirmar que à base já afixada *desalma (forma também inexistente) acrescentou-se o sufixo *-ado.*

> A derivação parassintética é um processo complexo de formação, não só morfologicamente, mas também semanticamente, já que acopla a função semântica do prefixo com a função sintática e/ou semântica do sufixo. Essa complexidade é bastante nítida em casos como *desalmado*, onde a função de *-ado,* que caracteriza um ser como possuidor virtual do que é expresso na base, é contrariada pela função semântica do prefixo *des-,* resultando da combinação o sentido "sem alma" para o adjetivo (Basilio, 1991, p.45).

Convém ainda destacar que a *parassíntese* é, basicamente, um processo de formação de verbos, em especial daqueles que exprimem mudança de estado, tais como *enriquecer, rejuvenescer, amadurecer.*

As gramáticas normativas incluem a derivação imprópria entre as modalidades de derivação, embora esta fique fora do âmbito da estrutura mórfica, pois nela não ocorre a combinação de morfemas. É um processo que, por designar a troca de classe gramatical de uma palavra, envolve a Sintaxe e a Semântica. As palavras sim e não, normalmente advérbios, passam a substantivos na frase "Um sim é menos duro que um não", mas não sofrem alteração mórfica, apenas mudam a classe gramatical em função do contexto sintático.

Em relação à derivação regressiva e à derivação parassintética, sugerimos a leitura complementar do texto "Outros processos de formação", de Margarida Basilio (1991, p. 36-47), que examina mais detalhadamente esses processos de derivação.

Finalizando o estudo da derivação, resta-nos acrescentar um outro processo de derivação, a *imprópria* – processo de enriquecimento vocabular ocasionado pela mudança de classe de palavras. Por exemplo, substantivos passam a adjetivos (manga-*rosa*, colégio-*modelo*), de adjetivos derivam-se advérbios (ler *alto*, falar *baixo*, custar *caro*). Esses processos, como se pode observar, ocorrem no plano sintático-semântico, pois o contexto e o sentido entram em jogo, portanto, ficam fora do âmbito morfológico.

Composição

O processo de composição se caracteriza pela junção de uma base a outra dando origem a uma unidade cristalizada. Em outras palavras, na composição combinam-se dois morfemas lexicais, operando-se entre eles uma fusão semântica, que pode ser mais ou menos completa. Assim, por exemplo, em *sofá-cama*, o significado de cada elemento se mantém com certa nitidez; já em *caixa-alta*, esse significado praticamente desaparece para dar lugar a outro. "Com a utilização de estruturas sintáticas para fins lexicais, os processos de composição permitem a nomeação ou caracterização de seres pela junção de dois elementos semânticos, de existência independente no léxico, em apenas um elemento lexical" (Basílio, 1991, p. 30).

A composição realiza-se por *justaposição* ou por *aglutinação,* conforme a fusão mais ou menos íntima dos elementos componentes. Consideram-se *compostos por justaposição* os vocábulos que, ao serem colocados lado a lado, mantêm a sua autonomia fonética: *passatempo*, *girassol, pé-de-vento, amor-perfeito, vira-lata, Porto Alegre, Mato Grosso, Nossa Senhora* são exemplos de vocábulos cujos componentes mantiveram o acento e todos os fonemas que os constituem. Você observou que os exemplos são grafados ora unidos, ora separados, com ou sem hífen? Essa é uma característica dos compostos por justaposição.

Nos vocábulos compostos por aglutinação, ao contrário dos compostos por justaposição, ocorre a perda e/ou alteração de fonemas, sujeitando-se os elementos a um único acento: *planalto, aguardente, pernalta, pontiagudo* (alteração do fonema *a* de ponta para *i*) são bons exemplos do processo de aglutinação.

A principal diferença entre justaposição e aglutinação é a pauta acentual; enquanto nesta o vocábulo mórfico corresponde a um só vocábulo fonológico, naquela o vocábulo mórfico corresponde a dois fonológicos. É necessário observar que "justaposição e aglutinação não são duas formas diferentes de composição, mas dois estágios de um mesmo processo" (Carone, 1994, p. 37). O que se quer dizer com "duas formas de um mesmo processo"? Preste atenção:

> O que se observa é que a construção em que os elementos estão justapostos tende a tornar-se cada vez mais coesa, caminhando para a aglutinação dos componentes. O processo começa quando o primeiro componente perde a autonomia fonética, integrando-se num grupo de força sob o domínio da sílaba tônica do segundo; o conjunto passa, então, a constituir um só vocábulo fonológico. A partir desse momento podem ocorrer, mais rápida ou mais lentamente, desfigurações no corpo fonemático do composto, a tal ponto que, com o passar do tempo, ele se torne irreconhecível. Mencionar a palavra *fidalgo* como um composto (*filho-de-algo*) é interessante em seu aspecto histórico; mas, vista a língua em seu estado atual, essa é uma palavra simples, cujo radical é *fidalg-, s*obre o qual se forma o derivado *fidalguia* (Carone, 1991, p. 37-38).

Para finalizar o estudo dos processos de formação de palavras, resta-nos apontar a *reduplicação* e a *onomatopeia*, a *abreviação* e a *lexicalização de siglas*, todos com baixa produtividade.

A *reduplicação* (ou *duplicação silábica*) é um recurso para criar palavras, mas em área muito reduzida, marcada sempre pela expressividade: *papai, mamãe, vovô, titio, Cacá, Vivi, Nonô, Zezé, Juju,* etc. Quando a reduplicação é imitativa, isto é, procura reproduzir certos sons ou ruídos, tem-se as *onomatopeias*: *tique-taque, ziguezague, zunzum.*

A *abreviação* é um processo ocasionado por economia, em que se emprega uma parte da palavra pelo todo, até limites que não prejudiquem a compreensão. É um processo que abrevia vocábulos longos, formados de radicais gregos ou latinos, como se sucede com *auto* (por automóvel), *foto* (por fotografia), *moto* (por motocicleta), *cine* (por cinema): "a forma abreviada passa a constituir uma nova palavra e, nos dicionários, tem um tratamento à parte, quando sofre alteração de sentido ou adquire matiz especial em relação àquela de que procede" (Souza e Silva e Koch, 1991, p. 35).

As *siglas* são formadas, normalmente, pelas letras iniciais das palavras que as compõem, como *PT* (Partido dos Trabalhadores), *BO (Boletim de ocorrência*), *DETRAN* (Departamento de Trânsito), *PF* (Polícia Federal), etc. Uma vez criadas, passam a palavras primitivas na medida em que possibilitam a formação de novas palavras pelo processo de derivação: *petista, peemedebista*, etc.

Para encerrar as considerações feitas nesta atividade, queremos destacar que a melhor definição dos processos de formação de palavras depende, primordialmente, da possibilidade de se decomporem os vocábulos em menores unidades significativas operantes na língua em seu estágio atual.

EXERCÍCIOS

1. Considerando os estudos sobre a estrutura e a formação dos vocábulos que foram feitos nesta atividade 8, julgue os itens abaixo e assinale apenas os que estiverem corretos.

( ) As palavras *Porto Rico* e *Belo Horizonte* são formadas pelo processo de justaposição.

( ) *Porque, portanto, porquanto* são vocábulos formados por derivação prefixal.

( ) *Autódromo, sambódromo* e *camelódromo* são palavras formadas pelo processo de derivação sufixal.

( ) *Boquiaberto* e *cabisbaixo* são exemplos de compostos por aglutinação.

( ) Em *gol contra* identificamos um vocábulo composto.

2. Para explicar o processo de formação de uma palavra, adotar uma postura sincrônica ou diacrônica interfere no resultado? Explique.

3. A partir do texto "Por que formamos palavras" (Basilio, 1991, p. 05-10), aponte as razões levantadas pela autora para explicar o processo de formação de palavras.

LEITURA COMPLEMENTAR

O texto selecionado para leitura complementar da atividade 8 trata de outros processos de formação de palavras, cujo exame mais aprofundado será muito útil para a compreensão de questões morfológicas e semânticas que interferem na formação de novas palavras na língua. Aproveite bastante a leitura do texto de Basilio (1991, p. 36-47).

Outros processos de formação

Além dos processos de derivação e composição, focalizados no capítulo precedente, podemos também utilizar para a formação de palavras os processos que, na gramática normativa, são chamados de derivação imprópria, derivação ou formação parassintética e derivação regressiva.

Nas próximas seções, olharemos mais de perto os processos de derivação regressiva e derivação parassintética. O fenômeno de derivação imprópria será focalizado num capítulo posterior, já que não se trata propriamente de um processo de formação de palavras, mas de extensão de uso e propriedades gramaticais.

Derivação regressiva

O estudo do fenômeno de derivação regressiva apresenta uma série de pontos interessantes para a teoria lexical. Começaremos por explicar o fenômeno de uma maneira mais exata, para depois colocarmos a problemática da derivação regressiva como processo de nominalização em português.

O que caracteriza basicamente a derivação regressiva é o fato de que uma nova palavra é formada pela supressão de um elemento, ao invés de por acréscimo. Ou seja, a palavra derivante (a palavra da qual outra deriva) tem uma parte retirada, formando-se assim uma nova palavra.

Derivação regressiva e abreviação

É importante distinguir o conceito de derivação regressiva do conceito de redução ou abreviação, assim como observar a diferença entre o processo de derivação regressiva como processo formador de palavras e a mera retirada de sufixos de formas de derivação normal para chegarmos às formas básicas (derivantes).

Nos casos de redução ou abreviação, também temos uma palavra formada pela supressão de alguma parte da palavra derivante. Nesses casos, a parte a ser suprimida é, muitas vezes, imprevisível; e a palavra formada é sinônimo da derivante, apenas sendo usada, as mais das vezes, num estilo mais coloquial. Tal é o caso de formas como *boteco*, por *botequim*, *Sampa*, por *São Paulo*, *granfa*, por *grã-fino*, *delega*, por *delegado.*

Uma variação do mesmo tipo de fenômeno seria a redução que encontramos em formas compostas, onde uma das partes da composição passa a ser usada pelo todo, sem prejuízo ou mudança da significação global: *mini*, por *minissaia*, *micro*, por *microcomputador*, *vídeo*, por *vídeo-cassete*, *análise*, por *psicanálise*, etc. Neste último caso, a redução se faz pelos constituintes da composição, enquanto no primeiro caso ela é assistemática.

Nos casos de derivação regressiva propriamente dita, a supressão é sempre de uma sequência fônica tomada como afixo: e a palavra resultante não tem o mesmo significado ou uso da palavra derivante.

Assim, por exemplo, no caso de *sarampão*, interpretou-se *-ão* como sufixo aumentativo e então foi formado *sarampo*, pela supressão da sequência *-ão*, interpretada como sufixo. Assim, estabeleceu-se uma oposição de significado entre *sarampo* e *sarampão*: *sarampão* é um ataque forte de sarampo.

É importante notar que nos casos de derivação regressiva o que é suprimido não é um afixo, mas uma parte da palavra que é analisada como sendo um afixo. Essa diferença é fundamental, pois, se tivéssemos a supressão de um afixo, teríamos simplesmente a operação reversa num caso de derivação normal. Por exemplo, dado um par como *gato/gatão*, qualquer pessoa, a partir de *gatão*, pode chegar a *gato*, através da supressão do sufixo aumentativo. Isso, no entanto, não quer dizer que teríamos aí um caso de derivação regressiva, pois a palavra *gato* já existe e, portanto, temos simplesmente sua ocorrência com ou sem o aumentativo. Isto é, o conceito tradicional de derivação regressiva não é sinônimo de remoção de afixos.

Em suma, temos um caso de derivação regressiva quando uma palavra é interpretada como sendo uma construção base + afixo e então o afixo é retirado para se formar uma outra palavra constituída apenas da suposta base.

Derivações regressivas deverbais

As gramáticas normativas do português, ao abordarem o tema da derivação regressiva, preocupam-se sobretudo com o caso das formações regressivas deverbais, isto é, casos de derivação regressiva em que os produtos da derivação são substantivações das formas verbais correspondentes, tais como a que se observam nos pares abaixo:

(1) *jogar/ jogo; amparar/ amparo; aguardar/ aguardo; bambolear/ bamboleio; ensinar/ ensino; começar/ começo; iniciar/ início;*

(2) *lutar/ luta; demorar/ demora; esperar/ espera; brigar/ briga; buscar/ busca; entregar/ entrega; desovar/ desova;*

(3) *atacar/ ataque; enfocar/ enfoque; descartar/ descarte; encaixar/ encaixe; desmamar/ desmame; tocar/ toque; revidar/ revide.*

Formações desse tipo constituem, sem dúvida, o grupo mais importante das derivações regressivas em português, não apenas porque esse é o caso mais frequente de formações regressivas, mas também porque é um dos processos mais comuns na formação de substantivos a partir de verbos em português.

Assim é necessário examinarmos mais de perto a situação descritiva desse processo. Existem sobretudo dois problemas, a questão morfológica e a questão semântica.

A questão morfológica

A questão morfológica que se coloca nas formações deverbais é a de até que ponto deveríamos considerar tais formações como derivações regressivas.

Observem, por exemplo, os pares *apertar/aperto, ameaçar/ameaça* e *cortar/corte*. Nesses pares, vemos que a vogal pela qual termina o nome pode ser *-a, -e* ou *-o*. Assim, se considerarmos que esses casos são de derivação regressiva, pelo menos teremos que considerar que se trata de um caso misto, pois também ocorre o acréscimo das vogais.

A ideia da derivação regressiva nesses casos poderia se prender ao tema verbal, que incluiria a vogal: teríamos a supressão da marca de infinitivo, ficando o tema verbal. Mas isso não dá certo com o caso das formas terminadas em *-o*, que, aliás, constituem a maioria. Assim, esse tipo de explicação não é viável.

Um outro problema é que a supressão da marca de infinitivo não deveria ser considerada como derivação regressiva: em todos estes verbos (*aguardar, demorar, atrasar, amparar*, etc) temos uma sequência indivisível em que uma das partes é tomada como afixo. Ora, nesses casos trata-se de afixo mesmo, e afixo flexional; na realidade, estamos lidando com dois níveis de análise: o flexional, onde se situa o processo de formação do infinitivo; e o derivacional, cuja base é o tema verbal.

Se considerarmos como base o tema verbal, nas alegadas derivações regressivas teremos apenas o acréscimo de sufixos como *-e, -o* ou *-a* para a formação de substantivos a partir de verbos.

A questão semântica

A questão semântica se resume no fato de que é muito difícil determinar a direcionalidade do processo de formação em muitos desses casos. Isto é, nem sempre é possível dizer, de maneira cabal e convincente, se o nome deriva do verbo ou o verbo do nome; teríamos derivação regressiva apenas no caso de substantivos derivando de verbos – caso contrário, teríamos apenas o acréscimo de afixos verbais.

As gramáticas normativas apontam para uma distinção nítida, observando que, quando o significado é de "ação", como em *luta*, a formação é deverbal e, portanto, temos um caso de derivação regressiva; mas, quando o significado é um objeto concreto ou substância, o substantivo então é básico e não há derivação regressiva. Este seria o caso, por exemplo, de *água* e *perfume* em relação a *aguar* e *perfumar*.

O problema é que essa distinção não cobre a grande maioria de pares desse tipo, em que a forma de substantivo nem é uma ação nem é um objeto concreto, facilmente reconhecível como tal, ou uma substância. A pluralidade de significado das formas muitas vezes contribui para agravar o problema.

Por exemplo, considerem os casos de *atraso* e *demora*. Embora bastante afastadas de uma significação do tipo "objeto concreto" ou "substância", essas formas definitivamente não correspondem a ações. Já que apresentam um sentido mais vizinho ao do verbo, tenderíamos a classificá-las como derivações regressivas ou, pelo menos, formações deverbais. No entanto, nada impede que consideremos tais formas como substantivos básicos indicando situações de relação temporal entre eventos e expectativas; nada há na semântica dessas formas que nos indique claramente sua origem como verbal.

E esses são casos extremos. Outros casos são *grito, tosse, engasgo*, etc., que podem ser interpretados como "resultado do ato de *X*", onde *X* é o verbo, caso em

que seriam considerados como formações regressivas; ou podem ser considerados como palavras primitivas, de onde os verbos correspondentes se teriam originado.

Proposta de análise

Nesses e noutros casos – na verdade, na maioria deles – é impossível determinar com exatidão se temos uma formação regressiva ou se temos um substantivo básico de que o verbo se teria formado. Em casos de dúvida, no entanto, a análise de uma palavra como formação deverbal pode ser mais interessante, sempre que esta tiver um sentido mais abstrato.

Existem duas razões para isso. A primeira é que a formação de substantivos a partir de verbos é infinitamente mais produtiva do que a formação de verbos a partir de substantivos. A segunda é que uma relação sintático-semântica se estabelece entre verbo e forma nominalizada, a qual muitas vezes é independente da origem da forma substantiva ou da forma verbal.

É essa relação que vai importar na determinação de uma formação como deverbal ou não, independente de sua origem concreta. Podemos dizer que uma formação deve ser considerada como deverbal quando puder ser usada com sentido verbal.

Assim, por exemplo, como *A demora de Maria está aborrecendo Pedro* pode ser interpretada como *Pedro está ficando aborrecido porque Maria está demorando, demora* deve ser considerada como uma formação deverbal. Já em *O enfeite de Maria não durou muito* não podemos ter a interpretação *Maria não demorou muito se enfeitando* ou *Maria não demorou muito sendo enfeitada*; consequentemente, *enfeite* deve ser considerado como um substantivo.

Essa proposta se deve à própria função dos processos de substantivação de verbos. Em geral, formamos substantivos abstratos a partir de verbos para atender a exigências sintático-semânticas do discurso; daí a enorme produtividade dos processos de substantivação de verbos.

As características semânticas das formações consequentes aparecem como funções dos vários processos: uma das mais importantes funções é exatamente a de expressar o significado do verbo dentro de uma visão nominal; outra é dar ao significado do verbo uma forma sintática de substantivo para que possa figurar em certos tipos de estrutura, exigidos pelo discurso, em que um verbo não caberia sintaticamente.

Ora, se uma palavra não preenche as funções da substantivação de verbos, cremos ser razoável dizer, na falta de outras evidências, que essa palavra não é um substantivo deverbal. Do mesmo modo, devemos considerar como substantivo deverbal o substantivo que, sendo morfologicamente relacionado a um verbo, apresentar a relação verbo/nome prevista como função dos processos de substantivação de verbos.

Em resumo, podemos ver que o caso das chamadas derivações regressivas em português é bastante complexo. Por um lado, é questionável se as formações deverbais em pauta são mesmo formações regressivas ou não; por outro, é difícil distinguir formações deverbais de casos em que um verbo se formou a partir de um substantivo básico. Do ponto de vista estrutural e de formação, o critério a ser utilizado é o da relação sintático-semântica entre substantivo e verbo.

Derivação parassintética

Damos o nome de derivação parassintética ao processo de formação de palavras que consiste na adição simultânea de prefixo e sufixo a uma base para a formação de uma palavra.

Por exemplo, palavras como *enriquecer, desalmado, despetalar* e *engavetar* são de formação parassintética. No primeiro caso, temos o acréscimo simultâneo do prefixo *en-* e do sufixo *-ec(e(r))* – ou simplificadamente *-ecer* – ao adjetivo *rico*; no segundo, temos a adição simultânea do prefixo negativo *des-* e do sufixo formador de adjetivos *-ado* ao substantivo *alma*; no terceiro, novamente temos o prefixo negativo *des-*, desta vez em conjunto com o sufixo verbal *-a(r)* ou *-ar*, formando um verbo a partir do substantivo *pétala*; e, finalmente, temos a conjunção do prefixo *em-* e do sufixo *-ar* formando um verbo a partir do substantivo *gaveta*.

O que caracteriza a derivação parassintética não é a presença ou ocorrência simultânea de prefixo e sufixo junto à base, mas a estrutura de formação, que exige utilização simultânea de prefixo e sufixo no processo de formação. Assim, nem todas as palavras que apresentam prefixo e sufixo em sua formação devem ser consideradas como de formação parassintética.

Por exemplo, palavras como *insensatez* e *reconsideração* não são de derivação parassintética, mas formadas em dois diferentes níveis de derivação, um com sufixo e outro com prefixo.

Em *insensatez*, temos em um nível de estrutura o acréscimo do sufixo *-ez* ao adjetivo *insensato*; este, por sua vez, é formado pelo acréscimo do prefixo negativo *in-* ao adjetivo *sensato*. Em *reconsideração* temos o acréscimo de *-ção* ao verbo *reconsiderar*, o qual já é formado pelo acréscimo do prefixo *re-* ao verbo *considerar*.

Definição operacional

Como saber se uma determinada construção envolvendo prefixo e sufixo é um caso de derivação parassintética ou não?

Tradicionalmente, o reconhecimento se faz pela possibilidade ou não de se extrair um dos afixos da construção e ter como resultado uma palavra da língua. Havendo a possibilidade, a construção não seria considerada parassintética.

Mais especificamente, dada uma palavra que apresente prefixo e sufixo em sua construção, dizemos que esta palavra é um caso de derivação parassintética se, ao suprimirmos qualquer dos afixos, obtivermos uma forma não existente na língua.

A base do procedimento é clara: se ao suprimirmos qualquer dos afixos o resultado é uma forma não-existente, isso indica que a construção não pode ter sido feita pelo simples acréscimo de um afixo a uma base já afixada; afinal, ninguém forma palavra adicionando um afixo a uma forma que não existe.

Por exemplo, dizemos que *desalmado* é uma formação parassintética porque não temos em português **desalma* ou **almado*. Ora, se não temos **desalma*, é claro que não podemos dizer que *desalmado* é formado pelo acréscimo do sufixo *-ado* à base **desalma*. Do mesmo modo, se não temos **almado*, não podemos dizer que *desalmado* é formado pelo acréscimo do prefixo *des-* a **almado*. Mas podemos dizer que *desalmado* é formado pelo acréscimo simultâneo do prefixo *des-* e do sufixo *-ado* ao substantivo *alma*, ou seja, *desalmado* é um caso de derivação parassintética.

A derivação parassintética é um processo complexo de formação, não só morfologicamente, mas também semanticamente, já que acopla a função semântica do prefixo com a função sintática e/ou semântica do sufixo. Essa complexidade é bastante nítida em casos como *desalmado*, onde a função de *-ado*, que caracteriza um ser como possuidor virtual do que é expresso na base, é contrariada pela função semântica do prefixo *des-*, resultando da combinação o sentido "sem alma" para o adjetivo.

Outras possibilidades

O procedimento tradicional de reconhecimento de formações parassintéticas é insuficiente por tratar apenas de uma das facetas da questão, a da possibilidade de formação.

De fato, é correto dizer que temos uma formação com acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo quando vemos que é impossível ter esta formação com acréscimo de afixos em dois níveis, conforme verificamos no caso de *desalmado.*

No entanto, isso não justifica que limitemos a esses casos a derivação parassintética. Na verdade, a derivação parassintética não é necessariamente ligada à existência de formas prefixadas ou sufixadas, conforme veremos com mais detalhe na próxima seção.

Derivações parassintéticas em *-ado*

Considerem, ao lado de "desalmado", formas como *desdentado, descerebrado, desempregado, desabrigado*, etc.

O adjetivo *desdentado* significa "sem dente"; é, portanto, semanticamente paralelo a *desalmado*. Há uma diferença entre os dois casos, no entanto: existe o verbo *desdentar* em português. Assim, normalmente não se considera *desdentado* como derivação parassintética, mas como sendo o particípio passado do verbo *desdentar*.

Essa análise, porém, não é adequada, visto que o sentido de *desdentado* é, sobretudo, "sem dente" ou "falho de dentes", e não "paciente do ato de desdentar". A diferença fica patente nas frases abaixo:

(4) a. *João é desdentado.*

b. *O soco de Pedro deixou João desdentado.*

c. **João foi desdentado por Pedro*.

Em *a*, afirmamos que João não tem dentes; em *b*, que o soco de Pedro o deixou sem dentes. Só em *c* teríamos em *desdentado* uma relação com o ato de desdentar; e exatamente neste caso a frase é de aceitação duvidosa. Porém, mesmo admitindo que *c* pode ser uma frase aceitável para alguns, ainda assim temos que dar conta das duas possibilidades de interpretação, o que só será feito se admitirmos que *desdentado* tem duas formações: uma parassintética, em que temos a adição simultânea de *des-* e *-ado* ao substantivo *dente*, para expressar o sentido adjetivo "sem dente"; e uma em dois níveis, em que temos o acréscimo de *-do*, caracterizador de particípio passado, à base do verbo *desdentar*.

O mesmo tipo de raciocínio se aplica nos demais exemplos, como *desempregado, descerebrado,* etc., o que mostra que podemos ter derivações parassintéticas mesmo em casos em que a supressão de um afixo teria como resultado uma palavra da língua. Essa possibilidade, entretanto, não é contemplada em gramáticas normativas ou descrições morfológicas.

O fator semântico

Voltamos, pois, ao problema anterior, ou seja, o problema de como reconhecer uma derivação parassintética. Como vimos acima, a abordagem tradicional para o caso não daria conta do significado da formação. A conclusão disso é que temos de levar em conta na análise o fator semântico.

Isto é, quando a supressão de um afixo nos deixa como resultado uma palavra existente na língua, temos ainda que *verificar* se o significado da construção global corresponde à função semântica do afixo retirado com a base resultante. Se isso não ocorrer, a forma poderá ser considerada como derivação parassintética, como vimos em *desdentado* e nos outros exemplos dados acima.

RESUMO DA ATIVIDADE 8

Na atividade 8, estudamos a estrutura e a formação dos vocábulos. Começamos por compreender como se constituem as palavras (formas divisíveis e indivisíveis, simples e compostas), depois determinamos a estrutura dos vocábulos em português e, em seguida, com a leitura do texto de Basilio (1991), foi possível entender a razão por que formamos palavras. Por último, conhecemos os processos de formação de palavras em português.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BASILIO, Margarida. *Teoria Lexical.* 3.ed. São Paulo: Ática, 1991.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe.* 4.ed. São Paulo: Ática, 1994.

SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COMPLEMENTAR

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Problemas de lingüística descritiva*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

FREITAS, Horacio Rolim de. *Princípios de Morfologia.* Rio de Janeiro: presença, 1979.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa.* 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa.* 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.

NOMINAL E VERBAL DO PORTUGUÊS

ESTRUTURA

unidade 5

O **NOME**
E SUAS FLEXÕES

atividade 9

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá conhecer as características morfológicas da flexão nominal em português.

Vamos iniciar nosso estudo nesta atividade sobre a estrutura nominal em português retomando o que já foi dito em atividades anteriores a respeito dos sufixos.

Os sufixos podem ser de dois tipos: derivacionais (ou lexicais) e flexionais (ou desinências). A derivação foi estudada na Atividade 8, quando vimos os processos de formação de palavras. Nesta e na próxima atividade, interessa-nos o estudo dos sufixos flexionais nos nomes e nos verbos. Como ponto de partida, relembre o que já foi mencionado na atividade 7:

- As desinências servem para indicar as flexões de gênero e número (desinências nominais), e de modo-tempo e número-pessoa (desinências verbais).

- As desinências diferem dos sufixos derivacionais nos seguintes aspectos: não criam novas palavras; são sistemáticas, isto é, aplicam-se a todas as palavras; são obrigatórias; são relações fechadas já que não se criam novas desinências no sistema da língua; estabelecem vínculos de concordância entre as palavras da frase.

FUNÇÃO
Em sentido específico, é a relação de dependência que se estabelece entre duas unidades que se articulam. Em sentido geral, é papel que uma unidade exerce em relação a outra ou ao todo, dentro de uma construção (Carone, 1994, p. 104).

E então, relembrou o que é flexão e em que esta difere da derivação? Feito isso, continuemos nossas reflexões.

As gramáticas do português classificam as palavras em dez classes e as subdividem em *variáveis* e *invariáveis* (este assunto será tratado na unidade 6 deste programa). Camara Jr (1970, p. 53) define os nomes, os pronomes e os verbos como *variáveis* e acrescenta certas formas dependentes chamadas *vocábulos conectivos* (preposições e conjunções). Os nomes são vocábulos suscetíveis de gênero e número; os verbos, de tempo-modo e número-pessoa e os pronomes não têm flexões. Estes possuem "noções gramaticais" que não se realizam por flexão, mas lexicalmente, por vocábulos distintos. Para o estudo dos pronomes, disponibilizamos para leitura complementar desta atividade o texto *A flexão no léxico português*, de Camara Jr (1970, p. 53-58). O verbo será estudado em detalhes na próxima atividade e o nome é o que neste momento nos interessa.

Inicialmente, pensemos nos nomes portugueses do *ponto de vista funcional*. Muitos dos nomes podem ser, conforme o contexto, *substantivos* ou *adjetivos*, ou seja, funcio-

nam numa expressão como *termos determinados* ou *termos determinantes*, respectivamente. Assim, *um jogador paraense* é um jogador (substantivo) de naturalidade paraense (sua qualificação expressa por um adjetivo), diferentemente de *um paraense jogador* em que um paraense (substantivo) adotou a profissão de jogador (qualificação adjetiva).

Note-se que a posição regular do adjetivo determinante, em português, é depois do substantivo determinado. A anteposição do adjetivo enfraquece a função descritiva em proveito da reação afetiva. Em outras palavras, a posposição do adjetivo é essencialmente denotativa e a anteposição pode implicar uma conotação mais ou menos forte.

Há, entretanto, alguns nomes que são essencialmente adjetivos (*bonito, pequeno*, etc.) e outros que são essencialmente substantivos (*gato, homem*, etc.). Mesmo assim, a distinção funcional não é absoluta: um *homem gato* corresponde a *um homem bonito* e neste caso o substantivo *gato* passa a ser um adjetivo (2).

Também é muito pequena a diferença formal entre substantivos e adjetivos. Se, por um lado, ambos são marcados por vogais temáticas (comid*a*, parent*e*, fog*o;* acessóri*a,* redundant*e,* branc*o*) ou por formas atemáticas terminadas em vogais tônicas e consoantes (araç*á*, paj*é,* açaí, filó*,* Bujar*u*, ator; cr*u,* franc*ês*, falador), há uma ligeira diferença formal entre eles: enquanto os adjetivos estão quase exclusivamente distribuídos nos dois temas em *-e, -o* e em *consoantes*, aqueles se encontram distribuídos em todas as formas.

Note-se, porém, que ambos são suscetíveis de flexão de gênero e número, com pequenas diferenças. Considerando que a flexão de feminino em português é caracterizada pela forma marcada *-a*, em oposição ao morfema ø no masculino (garoto *atencioso*, garota *atenciosa*), os adjetivos de tema em *-e*, como *grande*, não apresentam flexão de feminino (homem *grande*, mulher *grande*). Já os nomes que são essencialmente substantivos podem às vezes possuir um feminino em *-a*, mesmo quando são de tema em *-e* (*mestre, mestra; parente, parenta*) ou atemáticos (*peru, perua; cônsul, consulesa*).

A flexão nominal em português é um mecanismo simples e praticamente uniforme. Consiste numa oposição entre forma masculina/forma feminina e forma singular/forma plural. Vamos conhecer, agora, a flexão nominal de gênero em português.

A flexão de gênero

A tradição gramatical vem tratando a questão do gênero com superficialidade e de forma confusa. Limita-se a classificar os nomes em uniformes, biformes, epicenos, comuns de dois gêneros e sobrecomuns; a listar femininos "difíceis"; a associar gênero a sexo; e a alinhar o grau no quadro das flexões (questão já tratada na Atividade 7, quando discutimos a diferença entre flexão e derivação e nos reportamos a uma citação de Camara Jr, 1970, p. 49-50).

Vamos buscar esclarecimentos em Camara Jr (1973, p. 78-79) sobre essa questão:

A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português.

Em primeiro lugar, em virtude de uma incompreensão semântica da sua natureza. Costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Ora, contra essa interpretação falam duas considerações fundamentais. Uma é que o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas "coisas", como *casa, ponte, andaiá,* femininos, ou *palácio, pente, sofá,* masculinos. Explicar todas essas ocorrências pela metáfora, à maneira de um pansexualismo freudiano como até certo ponto tentou Leo Spitzer, embora numa focalização diacrônica (Spitzer 1941, 339ss), não nos levaria muito longe. Depois, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes. Assim, *testemunha* é sempre feminino, quer se trate de homem ou mulher, e *cônjuge*, sempre masculino, aplica-se ao esposo ou à esposa. Para os animais, temos os chamados substantivos epicenos, como *cobra*, sempre feminino, e *tigre*, sempre masculino.

PANSEXUALISMO
Teoria segundo a qual todas as formas de comportamento se baseiam na sexualidade. ETIM pan + sexualismo; ver sex(i/o). (Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2118).

Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino – feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como *jarro – jarra, barco – barca*, etc. e para os animais e as pessoas a distinção de sexo, como em *urso – ursa, menino – menina.* Ora, as conjugações verbais não têm a menor implicação semântica, e nada em sua significação faz de *falar*, um verbo da 1ª conjugação, de *beber*, um verbo da 2ª, ou de *partir*, um verbo da 3ª.

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de "jarro", *barca* um tipo especial de "barco", como *ursa* é a fêmea do animal chamado *urso*, e *menina* uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de "menino").

A segunda incoerência e confusão na descrição do gênero em português está em não se ter feito a distinção imprescindível entre flexão de gênero e certos processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo.

É comum lermos nas nossas gramáticas que *mulher* é o feminino de *homem*. A descrição exata é dizer que o substantivo *mulher* é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente relacionado, é sempre do gênero masculino. Na descrição da flexão do gênero em português não há lugar para os chamados "nomes que variam em gênero por heteronímia". O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos. Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não-derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, *imperador* se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *-dor*,

> e *imperatriz*, analogamente, pelo sufixo derivacional *-triz*. Da mesma sorte *galinha* é um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie "galo", como *perdigão* é um aumentativo limitado aos machos da "perdiz". Dizer que *-triz, -inha ou -ão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação.
>
> Da mesma sorte, não cabe para os substantivos "epicenos", referentes a certos animais, falar numa distinção de gênero expressa pelas palavras *macho* e *fêmea*. Em primeiro lugar, o acréscimo não é imperativo e podemos falar (como usualmente fazemos) em *cobra* e *tigre* sem acrescentar obrigatoriamente aqueles termos. Em segundo lugar, o gênero não mudou com a indicação precisa do sexo. Continuamos a ter *a cobra macho*, no feminino, como assinala o artigo feminino *a*, e, com o artigo masculino *o* continuamos a ter masculino *o tigre fêmea*.[1]
>
> As divisões das nossas gramáticas a respeito do que chamam inadequadamente "flexão de gênero" são inteiramente descabidas e perturbadoras na exata descrição gramatical.
>
> A flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: o acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: *lob*(*o*) + *a* = *loba; autor* + *a* = *autora.*

Como você acabou de conferir nas palavras de Camara Jr, as gramáticas tradicionais costumam fazer uma grande confusão ao tratarem do gênero em português. Isso ocorre por duas razões: (a) a incompreensão semântica da natureza do gênero e (b) a ausência de distinção entre processo flexional, de um lado, e processos derivacionais, de outro.

Em relação à natureza, como bem disse Camara Jr (1973, p. 78), não se pode associar flexão de gênero com sexo dos seres por dois motivos principais. Primeiro porque o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animados, providos de sexo, quer designem apenas "coisas", como *gravata, corrente, tribo*, que são nomes femininos precedidos do artigo *a;* ou *sapato, canivete, garfo,* que são masculinos precedidos de *o.* Em segundo lugar, porque o conceito de sexo não está necessariamente ligado ao de gênero, como podemos constatar nos substantivos referentes a pessoas e animais, como *criança, zebra, onça,* sempre femininos, e *cônjuge, jacaré, tigre,* sempre masculinos, independentemente do sexo.

Em relação à ausência de distinção entre processo flexional e processo derivacional, as gramáticas do português costumam dizer que *homem* é o masculino de *mulher, carneiro*, o masculino de *ovelha,* etc. Ora, trata-se de heteronímia de radicais, isto é, vocábulos lexicalmente distintos que, tradicionalmente, têm sido utilizados para indicar a categoria de gênero. Esses nomes, denominados pelas gramáticas de "heterônimos", pertencem

---

1 Macho e fêmea funcionam como substantivos apostos, e por isso não concordam em gênero com o substantivo determinado.

à classe dos "substantivos biformes". Como você constatou na leitura do texto acima, Camara Jr. é bastante taxativo ao dizer que, nos casos de heteronímia dos radicais, não se trata de flexão, mas de derivação. Também são casos de heteronímia (e, portanto, derivação) as ocorrências com os sufixos derivacionais *-isa, -essa, -esa*, formadores de feminino, como nos exemplos *diaconisa, abadessa, baronesa.*

As observações que acabamos de fazer permitem-nos concluir que não procedem as designações *epiceno, sobrecomum* e *comum de dois*, usadas pela gramática tradicional.

> A importância do artigo na distinção do gênero é tão importante que só através dele, ou de outro determinante ou modificador[2], palavras como *artista, colega, estudante, cliente*, sem flexão, têm o gênero determinado: (o, a) artista, (o, a) colega, (o, a) estudante e (o, a) cliente[3] (Souza e Silva e Koch, 1991, p. 43).

Reforçando o que Camara Jr (1973, p. 78-79) destacou a respeito da flexão nos nomes, podemos dizer que, do ponto de vista flexional, a regra básica é uma só:

> A flexão de gênero processa-se basicamente por meio do morfema aditivo -a, em oposição às formas não marcadas (morfema zero) do masculino.

Atente para a seguinte observação: o *-a* átono final dos nomes só é marca de feminino quando se opõe à forma masculina correspondente sem essa marca (*gato-gata*); nos demais casos, equivale à vogal temática, da mesma forma que *-e* e *-o* átonos finais, como já se viu quando estudamos a vogal temática.

Ao lado da regra básica, existem os seguintes casos de alomorfia:

a) subtração da forma masculina: *réu- ré; mau-má; irmão-irmã* (morfema subtrativo);

b) alternância vocálica redundante e não redundante:
- *redundante:* concomitante à flexão, ocorre uma alternância interna submorfêmica /ô/ → /ó/; /ê/ → /é/: *sogro – sogra; ele – ela* (morfema aditivo e alternativo);
- *não redundante:* nos casos de *avô – avó* e seus derivados, a alternância vocálica é morfêmica (morfema alternativo), uma vez que este é o único traço distintivo entre as duas formas;

---

2 O adjetivo ora se aproxima do substantivo, quando assume as mesmas flexões; ora se afasta dele, nos casos em que não se flexiona e naqueles em que funciona como modificador, marcando ele próprio a flexão de gênero do substantivo (colega simpático, colega simpática).

3 O valor morfêmico do artigo amplia-se em vocábulos cuja oposição de gênero acarreta significação diferente, como o cabeça/a cabeça; o guarda/a guarda, conforme Rolim de Freitas (1979, p. 79).

c) distinção de gêneros diferentes sem flexão: *o, a intérprete*; *o, a mártir* (morfema latente);

d) as formas teóricas em /*on*/ no masculino perdem o travamento nasal ao acrescentar a desinência de feminino *-a*: *bom – boa;*

e) no feminino das palavras em *-ão*, ocorrem ora morfemas subtrativos, como em *órfão – órfã, irmão – irmã*, ora morfemas aditivos. Neste caso, existem sempre mudanças morfofonêmicas, que se caracterizam ou pela perda da vogal nasal, como em *leão – leoa,* ou por uma alteração no sufixo derivacional de aumentativo próprio da forma masculina, decorrente do acréscimo do morfema *–a*, como em *valentão – valentona;*

f) formação do feminino com morfemas derivacionais:

- a forma feminina é marcada pelo acréscimo de um morfema derivacional, como em *galo – galinha, poeta – poetisa*;
- as formas em *-eu* no masculino, como *europeu,* passam a *-eia* no feminino, como *europeia.* Neste caso, o acréscimo do morfema *-a* ao sufixo derivacional acarreta uma mudança morfofonêmica que se caracteriza pela supressão da vogal assilábica e ditongação: *europeu + a = europe(u)a = europea = europeia.*

Concluindo o que acabamos de expor, devemos dizer que concordamos com Souza e Silva e Koch (1991, p. 44) sobre o tratamento que as gramáticas deveriam dar ao ensino dos substantivos. Leia o que dizem as autoras:

> As gramáticas poderiam ensinar o gênero dos substantivos a partir da descrição proposta, baseando-se, em primeiro lugar, na forma masculina ou feminina do artigo e considerando, em segundo lugar, a seguinte divisão em três grupos:
>
> 1. nomes substantivos de dois gêneros com uma flexão redundante: (o) lobo – (a) loba; (o) mestre – (a) mestra; (o) pintor – (a) pintora;
> 2. nomes substantivos de dois gêneros sem flexão aparente: (o, a) camarada; (o,a) selvagem; (o,a) mártir;
> 3. nomes substantivos de gênero único:
>
> - (a) pessoa; (a) testemunha; (o) algoz; (a) mosca; (o) besouro; (a) mesa; (a) tábua; (o) disco; (o) livro;
> - (o) homem; (a) mulher; (o) bode; (a) cabra; (o) príncipe; (a) princesa; (o) sacerdote; (a) sacerdotisa.

À classificação proposta pelas autoras, acrescentaríamos um quarto grupo composto por nomes substantivos de dois gêneros com flexão não-redundante: avô, avó e seus derivados.

E, para finalizar, é importante destacar que, na descrição do gênero, é indispensável delimitar o plano gramatical e o lexical. Segundo Camara Jr (1973, p. 81), a descrição gramatical deve ser completada com as informações de um dicionário, ou léxico, ao qual caberia registrar as ocorrências de gênero não explicáveis pelos padrões gerais da gramática.

A flexão de número

O número em português é um conceito significativo muito mais simples e coerente. A princípio, evidentemente, o singular referencia um único ser, e o plural, mais de um.

Existem, porém, vários outros fatos linguísticos que não se enquadram nessa realidade tão simples quanto parece. São fatos peculiares da língua

a) a situação especial dos coletivos, em que a forma singular envolve uma significação de plural, e
b) certos nomes em que a forma de plural refere-se a um conceito linguisticamente indecomponível.

O grupo dos substantivos coletivos, embora seja constituído de elementos morfologicamente singulares, traz sempre a ideia de existência de mais de um indivíduo. Tanto é real essa ideia de pluralidade que extravasa, muitas vezes, para concordâncias populares, como *a quadrilha assaltaram um banco,* constituindo a chamada concordância ideológica : *quadrilha* pressupõe o indivíduo *bandido; cardume* designa um grupo de *peixes,* e assim por diante. Para designar mais de um desses grupos, flexionam-se os nomes: *quadrilhas, cardumes.*

A segunda peculiaridade refere-se a uma situação inversa da anterior. A forma plural do nome se reporta a um conceito linguisticamente indecomponível, embora esses vocábulos possam ser entendidos, no mundo extra-linguístico, como uma série de partes componentes: *exéquias, óculos, algemas.* Estes não apresentam singular mórfico correspondente.

A regra básica da flexão de número é a seguinte:

> O número dos nomes variáveis (substantivos, adjetivos, pronomes, artigos, numerais) é determinado basicamente por uma oposição privativa. O plural marca-se pela presença do morfema de plural -s. O singular caracteriza-se pela ausência dessa marca, ou morfema zero.

Essa regra, porém, não se aplica a duas situações especiais:

a) no caso de uns poucos paroxítonos e monossílabos terminados pelo fonema /s/, escrito *s* ou *x*: *o pires – os pires; o lápis – os lápis; o tórax – os tórax; o ônix – os ônix.* Sobre esse plural, é interessante a observação de Zanotto (2006, p. 78-79), transcrita a seguir.

> O /s/ desses substantivos (o adjetivo *simples* também assim se comporta) não constitui morfema; faz parte inseparável do radical. O plural desses nomes é determinado por recursos sintáticos, por determinantes com marca de número, em obediência ao preceito da concordância. Em *os lápis pretos* existem dois determinan-

> tes, *os* e *pretos*, com desinência de plural e que só estão no plural pela obrigação de concordar com o substantivo determinado *lápis*, configurando-se, daí, três plurais. No caso do adjetivo *simples* ocorre o inverso. O substantivo determinado é que manifesta o número gramatical do determinante. Em *pessoas simples* o morfema *-s* de plural está só no substantivo determinado, mas é suficiente indicação de que o adjetivo determinante, que deve concordar em número, também está no plural.

b) em certas estruturas vocabulares onde ocorrem mudanças morfofonêmicas, que ocasionam diferentes alomorfes. Vejamos quais são essas estruturas:

- Nomes terminados no singular em *-s* (precedidos de vogal tônica), *-r, -z* e *-n* formam o plural com o acréscimo do alomorfe *-es*: *país – países; mar – mares; luz – luzes; cânon – cânones*. A presença da vogal átona ***e*** resulta de uma mudança morfofonêmica fonologicamente condicionada, decorrente da impossibilidade, em nossa língua, de grupos finais cuja combinação seja *-ss. -rs* e *-rz*.
- Em nomes terminados no singular em *l*, precedidos de vogal diferente de *i,* dá-se a supressão do *l* e a ditongação da vogal temática *i*. Por exemplo, *animal – animais (animal→anima(l)es →animais); papel – papéis (papel →pape(l)es →papéis)*.
- Em nomes terminados no singular em *l*, precedidos da vogal *i,*além da queda do *l*, ocorrem outras mudanças morfofonêmicas dependendo da tonicidade da vogal. Se ela for tônica, há crase e se for átona, há dissimulação regressiva (i > e) e ditongação, conforme os exemplos: *fuzil – fuzis (fuzil + is (-l) → fuziis →fuzis); fóssil – fósseis (fóssil + is (-l) → fossiis* (i > e) → fósseis.
- Nomes em que a vogal média posterior tônica é *o* fechado mudam, no plural, o /ô/ fechado para /ó/ aberto, além do acréscimo do morfema *-s,* como em *corpo – corpos; povo – povos*. Trata-se de morfemas alternativos; no caso, redundantes, porque o plural já é indicado pelo morfema aditivo.

Além desses casos de alomorfia, convém destacar o do plural dos nomes com os sufixos *-zinho* ou *-zito,* derivados de substantivos primitivos com marca de plural, assim: *fogões + zinho = (fogõe(s) + zinhos) fogõezinhos; cães + zito = (cãe(s) + zitos) cãezitos.*

Para finalizar a descrição da flexão de número do português, vamos a uma última observação feita por Camara Jr (1973, p. 86):

> Essa simplicidade estrutural só é até certo ponto perturbada pela possibilidade de variação livre de duas ou três estruturas teóricas para vários nomes. Assim, para *aldeão,* temos os 3 plurais *aldeões* (praticamente o normal), *aldeãos* e *aldeães*. Tanto equivale a dizer que há, para a palavra, como variantes livres, as estruturas teóricas **aldeõe, aldeão* e **aldeãe*. Essa variação livre não é tão frequente quanto as longas listas das nossas gramáticas vêm a sugerir. É que muitas das formas que aí se apresentam não existem na realidade na língua viva. São formas "fantasmas", lançadas pelo gramático, por motivo diacrônico, na base das terminações latinas em *-anum* (2ª e 4ª declinação), *-ānem* (3ª declinação parissilábica do tipo *panis-panis*) e *-ōnem* (3ª declinação latina imparissilábica, do tipo *leo-leonis*). Ora, não há paralelismo

> necessário entre essas estruturas latinas e as nossas, apesar da verdade diacrônica de que a origem das nossas está nas latinas em princípio, quando as nossas são de origem latina, o que nem sempre acontece (cf. port. *alazão,* de origem árabe, teoricamente na nossa sincronia **alazão,* e *gavião*, de forma teórica análoga, provavelmente de origem gótica) (Nascentes 1966, 24. 353).

Finalizamos, então, a descrição resumida da flexão dos nomes em português. Para maior aprofundamento, sugerimos a leitura completa dos textos que aqui foram citados.

Agora, com o objetivo de fixar o que foi aprendido nesta atividade, resolva os exercícios propostos a seguir. Não se esqueça: os comentários sobre suas respostas devem ser discutidos com seu(a) tutor(a) no próximo encontro presencial.

EXERCÍCIOS

1. Distribua os nomes abaixo em três grupos: (I) os de gênero único; (II) os de dois gêneros sem flexão; (III) os de dois gêneros com uma flexão redundante.
pavão – vitrine – indivíduo – charmoso – aprendiz – baleia – colega – juiz – pulga – tataravô – cônjuge – patroa – chinelo – dentista – ferrugem – personagem – abelha – saco – marquesa – heroína.

2. Explique por que não podemos considerar palavras como *barraca, copa, ponta, porta*, "femininas", das palavras *barraco, copo, ponto, porto.* Aponte mais cinco exemplos de pares de palavras nessa mesma situação.

3. Indique a diferença semântica entre os femininos
a) *senadora* e *senatriz;*
b) *trabalhadora* e *trabalhadeira;*
c) *embaixadora* e *embaixatriz;*
d) *imperadora* e *imperatriz.*

4. Responda:
a) Por que não devemos associar o gênero das palavras ao sexo dos seres?
b) Explique o que você entendeu por alternância vocálica redundante. Aponte exemplos para ilustrar sua resposta.

5. Critique a descrição da flexão dos nomes feita pelas gramáticas tradicionais.

6. Indique e explique os plurais dos seguintes nomes: *café; açúcar; ônibus; pastel; anzol; réptil; amorzinho; lilás; anãozinho; raiz.*

7. Separe os pares de palavras abaixo em dois grupos: o grupo daquelas que se submetem à regra geral de formação do gênero e do número; e o grupo daquelas em que a flexão de gênero ou de número sofre variações em função de mudanças morfofonêmicas, explicando estes casos de alomorfia.

elefante – elefanta; poeta – poetisa; novo – nova; perdigão – perdiz; pigmeu – pigméia; sacerdote – sacerdotisa; patrão – patroa; francês – francesa; solteirão – solteirona; frade – freira; dólar – dólares; gato – gatos; corrimão – corrimãos; a/as fênix; sacristão – sacristães; álbum – álbuns; sol – sois; o/os ônibus; funil – funis; sótão – sótãos.

LEITURA COMPLEMENTAR 1

Com o intuito de complementar o estudo que acabamos de fazer e compreender por que a flexão dos pronomes não é incluída na flexão dos nomes, sugerimos a leitura do texto abaixo, *A flexão no léxico português*, de Camara Jr (1970, p. 53-58). Aponte no fórum os principais aspectos a respeito da flexão dos pronomes tratados no texto.

A Flexão no Léxico Português

A classificação dos vocábulos mórficos, em português, define os nomes, os pronomes e os verbos como "variáveis", isto é, suscetíveis de flexão. A tripartição assim estabelecida é válida, como procurei demonstrar noutras oportunidades[4]. Prende-se – é verdade – à velha teoria das "partes do discurso", apenas reformulada de maneira precisa e coerente. Mas a teoria das partes do discurso, como já observou John Lyons, "merece ser considerada com mais simpatia do que a que tem recebido da maioria dos linguistas nestes últimos anos"[5].

Ora, esta divisão dos vocábulos mórficos em três classes de "variáveis", semanticamente orientada embora, tem uma contraparte formal na natureza das flexões que aparecem em cada classe.

Os nomes são vocábulos suscetíveis de gênero e número.

O gênero, que condiciona uma oposição entre forma masculina e forma feminina, tem como mecanismo flexional básico um morfema sufixal *-a* (/a/ átono final) para a marca do feminino. A flexão de número, que cria o contraste entre forma singular e forma plural, decorre da presença no plural de um sufixo /z/, escrito *-s*, com que a última sílaba do nome passa a terminar. Assim, o masculino e o singular se caracterizam pela ausência das marcas de feminino e plural, respectivamente: *peru*, fem. pl. Em outros termos, pode-se dizer que ambos são assinalados por um morfema zero (0).

Muitos pronomes têm essas mesmas flexões. Basta citar: *ele – eles – ela – elas, algum – alguns – alguma – algumas.*

4 Princípios de Linguística Geral, Rio de Janeiro 1967, pp.149ss. – "Sobre a classificação das palavras", Boletim de Filologia, ed. Dois Mundos, Rio de Janeiro 1954. – Dicionário de Filologia e Gramática, Rio de Janeiro 1969, 3ª ed. P.180.

5 John Lyions, "Towards a 'notional' theory of the parts of speech", Journal of Linguistics, 11-2, p.209, Cambridge 1966.

O que distingue, porém, os pronomes, de maneira geral, são três noções gramaticais, que neles se encontram e nos nomes não aparecem.

Uma é a noção de "pessoa gramatical". Assim se situa a referência do pronome no âmbito do falante (1ª pessoa), no do ouvinte (2ª pessoa), ou fora da alçada dos dois interlocutores (3ª pessoa). O número, sem morfema privativo seu, se integra nessa noção de pessoa gramatical. Em português o falante pode assinalar que está associando a si outra ou outras pessoas, ou que está se dirigindo a mais de um ouvinte, ou que a referência de 3ª pessoa compreende uma pluralidade.

É esta noção de pessoa gramatical que essencialmente caracteriza os pronomes ditos por isso mesmo "pessoais", quer no seu emprego substantivo (pronomes pessoais *stricto sensu*), quer na função adjetiva, quando costumam receber a denominação de "possessivos". A mesma noção é também fundamental nos três pronomes "demonstrativos" (este, esse, aquele), que indicam, respectivamente, posição junto ao falante, ou junto ao ouvinte, ou à parte dos interlocutores.

A noção de pessoa gramatical não se realiza, entretanto, por meio de flexão, senão lexicalmente por vocábulos distintos. Comparem-se, por exemplo, *eu: tu, este: esse,* e assim por diante.

A segunda noção gramatical própria dos pronomes é a existência em vários deles de um gênero "neutro" em função substantiva, quando a referência é a coisas inanimadas. É o que assinala a série demonstrativa *isto : isso : aquilo.* Em certos indefinidos, por outro lado, há formas substantivas específicas para seres humanos, como *alguém, ninguém* e *outrem*. Também aí, apesar de uma terminação comum *–em* (tônica nos dois primeiros e átona no terceiro) –, se trata a rigor de vocábulos diversos das formas gerais respectivas *algum, nenhum* e *outro.*

Há, finalmente, como terceira noção gramatical privativa dos pronomes em português, o que podemos chamar uma categoria de "casos", se bem que muito diversa, formal, funcional e semanticamente, dos casos nominais em latim. Os pronomes pessoais, de emprego substantivo, distinguem uma forma "reta", para sujeito, e uma ou duas formas "oblíquas", servindo algumas como complemento aglutinado ao verbo (*falou-me, viu-o, disse-lhe*) e outras como complemento regido de preposição (*falou de mim*). Também cada uma dessas formas, retas e oblíquas, para a mesma pessoa gramatical, é um vocábulo de per si.

Assim, as três noções gramaticais características dos pronomes não entram no sistema flexional da língua portuguesa. São expressas lexicalmente por mudança de vocábulo. Embora haja às vezes certa semelhança fonológica, não há como supor, para as formas das diversas pessoas gramaticais, para os casos diversos e para a diversificação especial do gênero "neutro" e do gênero "animado" (ou antes "humano"), variações flexionais de uma forma pronominal única. Mesmo quanto às oposições *este : isto, esse : isso, aquele : aquilo* há uma mudança do tema em *-e* para o tema em *-o*, o que induz a ver em cada termo da oposição um vocábulo distinto.

Desta sorte, em relação aos nomes e pronomes, as noções gramaticais que se expressam por flexão são apenas as de gênero masculino e feminino e de número singular e plural como já foram aqui, de início, citadas: *0 - /z/,* para o número, *0 - /a/* átono para o gênero.

LEITURA COMPLEMENTAR 2

A próxima leitura complementar desta atividade é uma matéria de Aldo Bizzocchi, publicada na Revista Língua Portuguesa (nº32, p. 56-58), sobre a confusão entre gênero gramatical e sexo e como esta influencia nosso imaginário e as representações culturais que fazemos no dia-a-dia. Leia o artigo, você vai gostar, com certeza!

O gênero da natureza

O gênero é, ao lado do número, uma das categorias gramaticais mais próximas da universalidade. Tanto que a maioria das línguas a tem. Mas se o número pode, de algum modo, expressar propriedade física objetiva (a quantidade), o gênero só faria sentido se estivesse relacionado apenas a seres sexuados. Daí a associação, muitas vezes errônea, que se faz entre gênero gramatical e sexo.

Afinal, seres animados do sexo masculino, em especial humanos, costumam ser designados por substantivos masculinos, e seres animados do sexo feminino, por substantivos femininos. Há contra-exemplos que conturbam essa aparente lógica: em alemão, a palavra *Mädchen*, "moça, menina", é do gênero neutro.

Cabe perguntar então: por que a maior parte das línguas tem gêneros? É verdade que há línguas, como o húngaro, o finlandês, o japonês e o malgaxe, que não têm, e isso aparentemente não lhes faz falta. Então, qual a utilidade prática da classificação dos seres em categorias como masculino, feminino e neutro?

A origem dos gêneros gramaticais remonta a tempos imemoriais e a línguas pré-históricas das quais não temos registro. Talvez as primeiras línguas, logo que o *Homo sapiens* começou a falar de modo articulado, já apresentassem tal categorização. Só o que sabemos é que as línguas atuais com gêneros herdaram-nos de suas ancestrais. Não dá para saber se línguas modernas sem gêneros derivam de outras que também não os tinham ou se essa distinção se perdeu em algum momento de sua evolução.

Estamos tão acostumados a associar gênero e sexo que até os termos gramaticais "masculino" e "feminino" remetem aos conceitos de macho e fêmea (*mas* e *femina* em latim). Mas há uma diferença crucial entre o gênero gramatical e o natural ou semântico, este ligado à sexualidade do objeto. Pode-se comprovar o fato observando que diferentes línguas comportam diferentes sistemas de gêneros, das que não têm, passando pelas que têm dois (português) ou três (inglês), até quatro gêneros, como o sueco.

Cinco gêneros

Em português, temos os gêneros masculino e feminino. Portanto, os substantivos de nossa língua pertencem a um ou outro desses gêneros e são substituídos pelos pronomes pessoais "ele" ou "ela" (o uso do pronome "isso" em alguns casos revela reminiscências de um antigo gênero neutro, mas "isso" não é pronome pessoal) e, principalmente, precedidos dos artigos definidos "o" ou "a". Como resultado, seres inanimados como "lápis" e "caneta" são tratados linguisticamente como se tivessem sexo, e seres animados como "águia" e "testemunha", como se não tivessem. O gênero natural está ligado a dicotomias semânticas, como anima-

do/inanimado, sexuado/assexuado, macho/fêmea e espécime/espécie. Trata-se de classificação fundada nos aspectos físico e biológicos dos seres. Desse ponto de vista, os gêneros naturais são cinco:

Masculino (seres animados do sexo masculino) – Pai, menino, Joãozinho (*O meu cachorro se chama Toby);*

Feminino (seres animados do sexo feminino - Mãe, menina, Mariazinha (*A minha cadela se chama Viki);*

Neutro (nem masculino nem feminino, para seres inanimados e abstratos) – Caderno, felicidade *(A ração dos cachorros acabou);*

Sobrecomum (masculino ou feminino, para seres animados cujo sexo não está determinado – Criança, testemunha, vítima (*O animal que vi estava ferido);*

Complexo (masculino e feminino, para coletivo de seres animados de ambos os sexos) – Ser, ser humano, humanidade (*O cão é um animal mamífero).*

Algumas línguas adotam um sistema de gêneros dito "natural", fazendo corresponder ao masculino e feminino gramaticais, e atribuindo aos demais gêneros semânticos o neutro gramatical. Todavia, mesmo essas línguas têm exceções. Em inglês, são neutros todos os substantivos relativos a seres inanimados, com exceção dos navios, automóveis, aviões e máquinas em geral, que são femininos. Essas exceções têm a ver, em muitos casos, com uma visão de mundo particular da sociedade.

Visão de mundo

Se, em princípio, seres sexuados conduzem a uma coincidência entre o gênero gramatical e o natural, a coisa se complica em línguas de povos que classificam as coisas do mundo segundo uma visão mítico-religiosa ou metafísica.

Em latim, as árvores tinham nomes femininos por serem associadas à figura materna que gera a vida (isto é, dá frutos). Em muitas línguas, predomina uma visão animista do Universo, segundo a qual todas as coisas têm vida e alma, daí terem um gênero animado por vezes sexuado. Entre certos povos, a palavra para "moça" é neutra, tornando-se feminina no momento em que a jovem concebe. Nessa visão de mundo, a mulher só é vista como tal quando cumpre seu papel procriador.

A atribuição do gênero gramatical às palavras é arbitrária porque não parte, em geral, da análise semântica (gênero natural), mas de herança histórica, por vezes transtornada por mutações aleatórias ao longo da evolução. Assim, o latim *calor* era masculino; em português, seu descendente "calor" manteve o gênero, mas em francês *chaleur* é feminino. Há exemplos semelhantes: português "costume" (masc.) x espanhol *costumbre* (fem.); português "flor" (f.) x italiano *fiore* (m.). "Vinho" é masculino em português, francês (*vin*), alemão (*Wein*) e grego (*oînos*), e é neutro em latim (*vinum*), inglês (*wine*), sueco *(vin*) e russo (*vino*).

Em alemão, as palavras diminutivas com sufixos *–chen* e *–lein* são neutras, não importando o gênero da palavra primitiva. Em inglês, quando se sabe o sexo do animal, é normal referir-se a ele por *be* ou *she*; quando não, usa-se o neutro *it*. A arbitrariedade do gênero gramatical já suscitou até críticas como a de Protágoras, para quem o grego era língua enganosa, em que palavras "viris" como "capacete", "coroa" e "cólera" eram femininas.

O fato é que o gênero gramatical das palavras influencia o imaginário de tal forma que as representações culturais que fazemos refletem a confusão entre

gênero e sexo. Nas histórias infantis, o Sol é homem e a Lua é mulher em línguas como o português e o espanhol, em que as palavras para Sol e Lua pertencem a esses gêneros. No imaginário alemão, o Sol é mulher e a Lua, homem, porque a palavra para Sol, *Sonne*, é feminina, enquanto a para Lua, *Mond*, é masculina. Em inglês, a figura da Morte é homem; já em português é mulher. O inglês usa expressões como *mother nature* (mãe natureza) e *mother language* (língua-mãe) por pura imitação das línguas românicas, notadamente o francês, pois em inglês *nature* e *language* são neutras.

Arbitrário

Há outros aspectos sobre o gênero. Em primeiro lugar, há uma relação entre animado e agente, bem como entre agente e sujeito. Por isso, nas línguas indo-européias, substantivos animados, que podem exercer a função de sujeito da oração, costumam ter formas distintas no caso reto e no oblíquo, enquanto os inanimados têm uma só forma em ambos os casos.

Em latim, *dominus* (senhor) é sujeito e *dominum*, objeto direto; já *templum* pode ser sujeito e objeto. No inglês, os pronomes pessoais masculinos e femininos têm formas para sujeito e objeto (*he / him, she / her*), mas o neutro tem uma só, *it*.

Em segundo lugar, muitas línguas associam o feminino ao coletivo. Em árabe, o plural de "juiz" significa igualmente "magistratura". Em grego, o neutro plural faz concordância no singular, como se fosse coletivo: *to grámma estìn*, "a letra é"; *ta grámmata estìn*, "as letras são" (literalmente, "as letras é"). Parece que em grego *ta grámmata* é entendido tanto como "as letras" quanto "o alfabeto". Não por acaso, muito coletivos em português são femininos (mulherada, bicharada). Em italiano, algumas palavras masculinas fazem plural feminino: *ginocchio / ginocchia,* "joelho(s)", *uovo / uova* "ovo(s)", e assim em diante.

Ao menos no indo-europeu, a distinção de gênero mais importante era entre "animado" e "não-animado"; a oposição masculino/feminino seria detalhamento da classe "animado". Daí surgirem os três gêneros da maioria das línguas indo-européias: masculino, feminino e neutro. Este, por sinal, tem seu nome derivado do latim *ne uter*, "nem um nem outro".

Militantes contra o preconceito de sexo – erroneamente chamado de "de gênero" – acusam as línguas de ter pronomes "sexistas" e exigem mudança até no texto da *Bíblia* (frases como "nem só de pão vive o homem" seriam machistas). Tudo porque a evolução fonética fortuita tornou masculinas palavras neutras. E porque a confusão entre gênero gramatical, natural e sexo biológico, estimulada pela adoção de termos gramaticais inadequados, está enraizada em nossas crenças sobre a natureza da linguagem.

RESUMO DA ATIVIDADE 9

Nesta atividade, você relembrou o que já havia sido mencionado na atividade 7 sobre os aspectos que diferenciam derivação de flexão. Em relação à flexão, você aprendeu que os nomes são vocábulos suscetíveis de gênero e número; os verbos, de tempo-modo e número-pessoa e os pronomes não têm flexões. Estes possuem "noções

gramaticais" que não se realizam por flexão, mas lexicalmente, por vocábulos distintos. O estudo permitiu também compreender que a flexão nominal de gênero e número em português é um mecanismo simples e praticamente uniforme, com alguns casos de alomorfia, determinada pelo contexto morfofonêmico. Aqui também você pode compreender a simplicidade estrutural que caracteriza a flexão dos nomes em português, diferentemente da descrição apresentada nas gramáticas tradicionais, que costumam tratar essa flexão de maneira confusa e incoerente.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BIZZOCCHI, Aldo. *O gênero da natureza.* Revista Língua Portuguesa, nº32. São Paulo: Editora Segmento, p. 56-58.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

_____ *Estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe.* 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COMPLEMENTAR

FREITAS, Horacio Rolim de. *Princípios de Morfologia.* Rio de Janeiro: Presença, 1979.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa.* 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa.* 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.

O **VERBO**
E SUAS FLEXÕES

atividade 10

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá conhecer as características morfológicas da flexão verbal em português.

Complementando o estudo desta unidade, vamos agora nos aprofundar no estudo do verbo.

O verbo é uma classe de palavras muito rica – a mais rica em possibilidades flexivas. São *seis desinências número-pessoais* (três de singular e três de plural), *treze desinências modo-temporais* (seis tempos do modo indicativo, três tempos do modo subjuntivo, um tempo do modo imperativo) e *três formas nominais*. Cada um desses números, pessoas, modos e tempos é marcado por morfemas específicos. E acresça-se a vogal temática, que caracteriza cada uma das *três conjugações*, além, é claro, do *radical*, base semântica, ao qual se anexam a vogal temática e as desinências.

Apesar dessa aparente complexidade, a estrutura do verbo pode ser simbolizada por uma fórmula relativamente simples:

R + VT + DMT + DNP

R: *radical* – é uma parte invariável responsável pela significação lexical, presente em toda a conjugação, sendo o único dos quatro elementos que não podem faltar;

VT: *vogal temática* – morfema categórico que distribui os verbos em três conjugações, é sempre anexada ao radical, constitui o tema e pode sofrer transformações ou estar ausente;

DMT: *desinência modo-temporal* – expressa cumulativamente o modo e o tempo;

DNP: *desinência número-pessoal* – representa, também de forma cumulativa, o número e a pessoa do verbo.

Considerando-se a alomorfia de cada uma das desinências e a possibilidade de morfema zero para uma delas ou ambas, tem-se a seguinte fórmula geral da constituição morfológica do verbo português:

T (R + VT) + D (DMT + DNP

Essa "fórmula" dever ser lida da seguinte maneira: o verbo é composto por um tema, formado de radical somado a vogal temática, mais as desinências, que compreendem a desinência modo-temporal e a desinência número-pessoal.

Qualquer dos constituintes, exceto evidentemente o radical, que dá a significação léxica, pode faltar em determinadas formas verbais.

É bom destacar que, assim como ocorre na descrição da flexão nominal, a análise dos verbos é feita, muitas vezes, de maneira incoerente pelas gramáticas tradicionais.

A significação geral das noções gramaticais do verbo

O estudo semântico do verbo é extremamente complexo e onde melhor se evidencia a incapacidade da gramática tradicional de fazer uma interpretação adequada do sistema verbal português. O que tem sido feito nessa direção é um trabalho clássico de fixar cada emprego concretamente, sem se cogitar a depreensão, em cada forma, de uma significação geral, que, quando muito, é admitida como uma abstração.

A complexidade na interpretação do sistema verbal em português começa na *cumulação* que nesse sistema há das noções de tempo e modo, além da noção suplementar de aspecto, que, às vezes, ocorre.

Consideremos agora as duas noções muito diferentes que se completam para flexionar o vocábulo verbal. Uma para designar o *tempo* e o *modo* da ocorrência do que o verbo refere, isto é, o momento em que ocorre o processo verbal e a atitude do sujeito (de certeza, impossibilidade, solicitação, etc.) em relação ao fato que enuncia. A outra indica a pessoa gramatical do sujeito, entendido como o termo sobre o qual recai a predicação. Essa segunda noção, não propriamente verbal, implica também a indicação do número, singular ou plural, desse sujeito.

Uma categoria que coexiste paralelamente ao *tempo* e ao *modo* é a de *aspecto*, entendida como a propriedade que tem uma forma verbal de indicar a duração do processo. "Em nossa língua, como nas demais línguas românicas, a base do agrupamento das formas verbais faz-se, primariamente, em função do *tempo*, mas, no pretérito, manteve-se a oposição, existente em latim, entre *imperfeito,* aspecto inconcluso, e *perfeito*, aspecto concluso" (Souza e Silva e Koch, 1991, p. 51).

Vamos nos debruçar, então, na apreciação semântica do *modo* e do *tempo*.

1. O modo

O modo **indicativo** (Id) exprime uma atitude de certeza relativa do sujeito perante o processo que enuncia. O **subjuntivo** (Sb) expressa atitude de *incerteza, possibilidade* ou *dúvida* e o **imperativo** (Ip) exprime atitude de *ordem, solicitação* ou *súplica.* As formas nominais – **infinitivo** (If), **gerúndio** (Gr) e **particípio** (Pa) – têm em comum o fato de

não poderem exprimir, por si só, nem o tempo nem o modo. Entre elas estabelece-se uma oposição aspectual. O **infinitivo** é a forma mais indefinida do verbo e é "aspectualmente" neutro por se referir apenas à situação em si. Apresenta o processo verbal em potencial, exprime a *ideia de ação*. O **gerúndio** marca o *aspecto inacabado*, o processo verbal em curso, e o *particípio* marca o *aspecto concluído*, *acabado*. O **infinitivo** equivale a um substantivo, e o gerúndio e o particípio, a adjetivos e advérbios.

Para entender melhor o que estamos tratando, leia o trecho abaixo, de Camara Jr (1973, p. 89):

> O subjuntivo, incluindo o imperativo, assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado. No indicativo não há essa "assinalização", mas não se afirma a sua inexistência. Por outro lado, o subjuntivo tem a característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio *talvez*, preposto, seja um verbo de oração principal. O imperativo tem a assinalização subjetiva, mas não a subordinação sintática. Já o indicativo não tem nenhuma dessas duas "assinalizações", embora possa possuir, pelo critério de Jakobson, um caráter subjetivo e uma subordinação sintática. Note-se um e outra no exemplo – "Suponho que é verdade", e a assinalização de um e outra em – "suponho que seja verdade". Já as chamadas formas nominais (infinitivo, gerúndio, particípio) são sintaticamente subordinadas, mas a subordinação se faz por uma "transformação", no sentido de Chomsky, da forma verbal em si, em vez de se fazer como no indicativo e no subjuntivo por uma transformação da oração, em que o verbo se acha, a qual adquire então um conectivo subordinativo oracional, ou seja, uma conjunção subordinativa.

2. O tempo

Iniciemos pelos tempos do **modo indicativo**.

a) O **presente** do modo indicativo (Id Pr) exprime um processo simultâneo ao ato de fala ou um fato costumeiro, habitual. É usado frequentemente com valor de passado, entendido tradicionalmente como presente narrativo ou histórico, isto é, formas não-marcadas para o pretérito, funcionando como tal. Por exemplo: Em determinado momento, ela *chega* e todos se *calam*. Também pode expressar futuro (Amanhã, *preparo* o seu almoço) ou tempo indefinido (*Acordo* sempre muito cedo).

b) O **pretérito** do modo indicativo (Id Pt) exprime um processo anterior ao ato de fala e manifesta-se por meio do **imperfeito** (id Pt_1), do **perfeito** (Id Pt_2) e do **mais-que perfeito** (Id Pt_3).

O **imperfeito** exprime um processo passado com duração no tempo, indicando:

- concomitância ou habitualidade:
  Ex.: Eu já *dormia* quando você telefonou / Eu *saía* sempre de casa às horas.

- fatos passados, concebidos como contínuos ou permanentes:
  Ex.: Na minha infância eu *gostava* de chocolate, hoje não gosto mais.

- modalmente irrealidade, quando é empregado metaforicamente:
  Ex.: Se eu pudesse realizar sonhos, não deixaria nenhuma criança sem educação. *Ficava*, assim, como a guardiã do conhecimento.

O **perfeito** exprime um processo passado totalmente concluído, sem duração no tempo. Por exemplo: Hoje não haverá espetáculo porque o ator principal *adoeceu*.

Tanto o **perfeito** como o **imperfeito** exprimem um processo passado; portanto, a oposição entre eles não é propriamente de tempo, mas de aspecto (passado com duração no tempo, passado concluído, respectivamente).

O **mais-que-perfeito** exprime um processo anterior a um processo passado. A forma simples é de rendimento mínimo na linguagem *coloquial*. Nesta usa-se frequentemente a forma composta (verbo *ter* no *imperfeito* seguido do particípio passado). Exemplos: Quando percebi, o cão já *desaparecera* na multidão / Quando percebi, o cão já *tinha desaparecido* na multidão. Pode ocorrer com valor de *imperfeito do subjuntivo*, como a forma verbal "fora" no exemplo a seguir, que corresponde a "fosse": Mais servira, se não *fora*. Para tão longo amor tão curta vida (Camões).

c) O **futuro** (Id Ft) pode ser expresso pelo **futuro do presente** (Id Ft_1) e pelo **futuro do pretérito** (Id Ft_2).

O **futuro do presente** exprime um processo posterior ao momento em que se fala. Por exemplo: *Voltaremos* todos para casa depois do cinema. Pode ocorrer ainda com valor de *imperativo* ou de *presente,* exprimindo dúvida ou probabilidade. Por exemplo: *Serei* eu o único culpado? / Se tudo der certo, *partirei* amanhã às 11 horas.

O **futuro do pretérito** exprime um processo posterior a um processo passado, indicando também hipótese, probabilidade, incerteza, não comprometimento do falante. Pode, ainda, ocorrer com valor de presente, exprimindo modéstia ou cerimônia. Exemplos: Você me *faria* um favor? / Eu *gostaria* de lhe convidar para uma festa / Senhores e senhoras, vocês *poderiam* fazer silêncio, por favor?

A diferença entre **indicativo** e **subjuntivo** é mais de *modalidade* do que de *tempo*. O **indicativo**, em seus vários tempos, exprime um grau elevado de certeza do falante perante o processo que enuncia.

Passemos, agora, às considerações sobre os tempos do modo **subjuntivo**: o **presente (**Sb Pr), o **pretérito** (Sb Pt) e o **futuro** (Sb Ft)**.**

O modo **subjuntivo** expressa atitude de incerteza, possibilidade ou dúvida, isto é, maior subjetividade do falante perante o processo. Na verdade, os tempos do subjuntivo não apresentam noção de época tão definida como os do indicativo o fazem.

Outra particularidade do **subjuntivo** está na sua estreita correlação com o verbo da oração principal. Se o verbo da oração principal estiver no presente, o subjuntivo da oração substantiva também virá no presente, como em "*É* importante que você *faça* os exercícios". De outro modo, se o verbo da oração principal estiver no passado, o subjuntivo da oração substantiva também deverá vir flexionado no passado, como em "*Foi* importante que você *fizesse* os exercícios". Nas adverbiais condicionais, o futuro do subjuntivo acompanha o futuro do presente (Se não *chover* amanhã, *viajaremos bem cedinho.*) e o imperfeito do subjuntivo acompanha o futuro do pretérito (Se não *chovesse,* não *teríamos* nos atrasado.). Essa regra sofre variações conforme o grau de formalidade do enunciado e a situação comunicativa (*Viajamos* amanhã *se não* chover*).*

Quanto ao aspecto, este atualiza-se com menor clareza no modo subjuntivo, devido ao seu valor hipotético e subjetivo, ao contrário do que ocorre no indicativo, que apresenta as situações como certas ou reais.

Finalmente, o **imperativo** (Ip) marca essencialmente a *modalidade.* No que diz respeito ao tempo, embora seja sempre enunciado no presente, o imperativo tem valor de futuro porque a ação que exprime está para se realizar. Por marcar a modalidade e ter valor de futuro, o imperativo não possui aspecto. É preciso lembrar ainda que a afirmação de grande parte de nossas gramáticas de que certas formas do imperativo constituem manifestações do subjuntivo só tem sentido se se considerar o subjuntivo e o imperativo do ponto de vista morfológico.

As formas nominais do verbo, o **infinitivo,** o **gerúndio** e o **particípio,** têm em comum o fato de não poderem exprimir, por si, nem o tempo nem o modo. A oposição entre elas é de natureza aspectual e não temporal.

O **infinitivo** é a forma mais indefinida do verbo. Costuma ser citado como o nome do verbo e é aspectualmente neutro por se referir apenas à situação em si, isto é, resume a sua significação, sem implicações das noções gramaticais de tempo, aspecto ou modo. O **gerúndio** marca o aspecto inacabado, inconcluso, e o **particípio** marca o aspecto concluído, acabado.

O infinitivo equivale a um substantivo, e o gerúndio e o particípio, a adjetivos e advérbios.

A respeito do particípio e do gerúndio Camara Jr (1973, p. 93) assim se manifesta:

> O particípio foge, até certo ponto, do ponto de vista mórfico, da natureza verbal. É no fundo um adjetivo com as marcas nominais de feminino e de número plural em /S/. Ou em outros termos: é um nome adjetivo, que semanticamente expressa, em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa. O estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado, porque morfologicamente ele pertence aos adjetivos, embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintático.

O gerúndio, ao contrário, é morfologicamente uma forma verbal. Mesmo como determinante de um substantivo (para indicar um processo que nele se passa) não concorda com ele nem em número nem em gênero.

Para complementar seu entendimento sobre o emprego do gerúndio na língua coloquial, assista a uma reportagem sobre o gerundismo no youtube: http://www.youtube.com/watch?v=0DTp0pnI4-I

Finalizamos, aqui, as observações principais a respeito da significação geral das noções gramaticais do verbo. Discuta com tutores e colegas as questões tratadas, comparando-as, principalmente, com as orientações das gramáticas tradicionais e em grande parte das aulas de português sobre o verbo.

Passemos agora ao estudo do padrão geral dos verbos em português.

O padrão geral

O verbo em português é um vocábulo flexional por excelência, dada a complexidade e a multiplicidade das suas flexões. As categorias de modo-tempo e número-pessoa que a forma verbal indica correspondem a duas *desinências flexionais* (DF): desinências *modo-temporais* (DMT) e desinências *número-pessoais* (DNP). Essas desinências se aglutinam ao *tema* (T) constituído pelo *radical* (R) seguido da *vogal temática* (VT) da conjugação correspondente.

Tem-se, assim, a fórmula geral da estrutura do vocábulo verbal português. Relembre, então, essa fórmula, já apontada no início desta atividade:

T (R + VT) + D (DMT + DNP

Para a descrição dos quatro constituintes indicados na fórmula, vamos nos valer da seguinte descrição, apresentada por Souza e Silva e Koch (1991, p. 54-55):

> Qualquer dos constituintes indicados na fórmula, exceto o radical, pode faltar ou sofrer variações formais. As variações são indicadas por diferentes alomorfes, entre eles a ausência do constituinte.
>
> A cumulação em um único morfema das noções de modo e tempo determina a existência de treze desinências modo-temporais, sendo seis delas no modo *indicativo*: um presente (Id Pr); três *pretéritos: imperfeito, perfeito, mais-que-perfeito* (Id Pt_1, Id Pt_2, Id Pt_3) e dois *futuros*: o do *presente* e o do *pretérito* (Id Ft_1 e Id Ft_2). No *subjuntivo,* há um *presente*, um *pretérito* e um *futuro* (Sb Pr, Sb Pt e Sb Ft). A esses morfemas deve-se acrescentar o do *imperativo* (Ip) e os indicadores das formas nominais do verbo: *gerúndio* (Gr), *infinitivo* (If) e *particípio* (Pa). O infinitivo apresenta duas formas: uma não flexionada (If_2), outra flexionada (If_2) (suas desinências número-pessoais são homônimas às do futuro do subjuntivo), enquanto o gerúndio é invariável e o particípio não se flexiona em pessoa.

Do mesmo modo, a cumulação das desinências número-pessoais determina a existência de seis morfemas gramaticais, resultantes da oposição entre emissor e receptor, e entre eles e uma terceira pessoa. Tais morfemas serão indicados por P_1, P_2, P_3 (as três pessoas do singular) e P_4, P_5, P_6 (as três pessoas do plural)[1].

Tanto as desinências número-pessoais quanto as modo-temporais que constituem as desinências flexionais, prendem-se a um tema verbal, ou seja, a um radical ampliado por uma das vogais temáticas *-a, -e, -i*. A vogal temática no verbo é mais nítida e de aparecimento mais sistemático que no nome, daí a praxe tradicional de classificar morficamente os verbos portugueses em três conjugações (CI, CII, CIII) caracterizadas, respectivamente, por uma das vogais temáticas.

1. Radical

Em princípio, o radical dos verbos é invariável, cabendo apenas às desinências flexionais, modo-temporais e número-pessoais, a identificação das formas verbais portuguesas. Esses verbos denominam-se *regulares*. Em contraste com eles, há uma pequena porção de verbos *irregulares* que sofrem variações de radical ou anomalias nas desinências flexionais. São variações muito complexas, cuja descrição será feita mais adiante.

Nos verbos regulares, em circunstâncias bem determinadas, o radical apresenta uma alternância da vogal que o constitui, quando tônica. Essa alternância, no entanto, manifesta-se em condições previsíveis e é considerada regular. Vejamos essa alternância.

Em CII, distinguem-se *b**e**bo; c**o**rro* (Id Pr_1) e *b**e**ba; c**o**rra* (Sb Pr), etc. de *b**e**bes, b**e**be, b**e**bem; c**o**rres, c**o**rre, c**o**rrem* (Id $Pr_{2,3,6}$). Da mesma sorte em CIII, temos *f**i**ro, f**i**ra*, etc. em face de *f**e**res, f**e**re, f**e**rem* ou *d**u**rmo, d**u**rma*, etc. em face de *d**o**rmes, d**o**rme, d**o**rmem*.

Após as observações a respeito da vogal do radical, passemos às considerações sobre a vogal temática.

2. Vogal temática

Costuma-se identificar a conjugação do verbo pelo seu infinitivo, em que à vogal temática tônica se acrescenta, sem qualquer modificação morfofonêmica, o *-r* do infinitivo. A rigor, porém, poderia ser escolhida outra forma nas mesmas condições, como as de Id Pt_3 e Sb Pt (*fal**a**ra, com**e**ra, divid**i**ra; fal**a**sse, com**e**sse, divid**i**sse*).

Dessa forma, como regra geral, as três conjugações são marcadas cada uma com sua respectiva VT, ou seja:

A – para CI

E – para CII

I – para CIII

---

1 P5 tem rendimento mínimo em português, pois está circunscrita a registros especiais da linguagem escrita e a situações específicas altamente formais da linguagem oral (oratória, por ex.).

Apenas em alguns tempos e pessoas a vogal temática perde a tonicidade: a) no Id Ft_1 e Id Ft_2, em que ela é pretônica (*fal**a**rei, com**e**ria* etc.), e b) no Id Pr $P_{2,3,6}$ e Ip P_2, em que ela é átona final (*fal**a**s, fal**a**, fal**a**m; fal**a**)*. No Id Pr $P_{2,3,6}$, em CII e CIII, neutraliza-se a oposição entre /*e*/ e /*i*/, conforme os exemplos: *corr**e**s, corr**e**, corr**e**m* e *part**e**s, part**e**, part**e**m*.

Além de ser átona em algumas circunstâncias, a vogal temática também pode ser marcada por um alomorfe 0; isso ocorre em Id Pr P_1 e em todas as pessoas do Sb Pr. O alomorfe resulta, nos dois casos, da regra morfofonêmica segundo a qual o acréscimo de um novo constituinte vocálico (a desinência número-pessoal *-o* em Id Pr P_1 e a desinência modo-temporal *-e* no Sb Pr) leva ao apagamento da vogal átona final, conforme os exemplos, respectivamente: canta + o = canto; teme + o = temo; parte + o = parto; canta + e, es, e, emos, eis, em + cante, cantes, cante, cantemos, canteis, cantem; teme + a, as, a, amos, ais, am = tema, temas, tema, temamos, temais, temam; parte + a, as, a, amos, ais, am = parta, partas, parta, partamos, partais, partam.

A vogal temática apresenta alomorfes na primeira conjugação no Id Pt_2 em P_1 e P_3: cant*e*i, cant*o*u (esta última em oposição a tem*e*u, part*i*u), e encontra-se neutralizada, por sua vez, na segunda e terceira conjugações no Id Pt_2 P_1 (bebi – parti) e no Id Pt_1 (bebia, bebias, etc. e partia, partias, etc.). Justifica-se o alomorfe *-o* em vez de *-a* marcando nesse caso a primeira conjugação, porque nos verbos portugueses não há vogal temática *-o*; justifica-se, também, o alomorfe *-e* porque, justamente nessa forma, Id Pt_2 P_1, a vogal *-e* deixa de marcar a segunda conjugação, que conflui com a terceira, assumindo a forma *i*.

Vamos resumir as supressões, transformações e confluências nos quadros a seguir:

Na **CI** ocorre:
-a como marca geral
-e em Id Pt_2 P_1 (alomorfe)
-o em Id Pt_2 P_3 (alomorfe)
Ø em Id Pr P_1 e em Sb Pr

Na **CII** ocorre:
-e como marca geral
Ø em Id Pr P_1, Id Pt_1, Id Pt_2 P_1 e em Sb Pr

Na **CIII**, ocorre:
-i como VT geral
-e em Id Pr $P_{2,3,6}$ e Ip Af P_2
Ø em Id Pr $P_{1,5}$, em Id Pt_2 P_1 e em Sb Pr

EXERCÍCIO

Vamos ver, agora, se você entendeu a descrição da vogal temática dos verbos regulares em CI, CII e CIII. Como exercício, preencha as colunas referentes às vogais temáticas nos quadros abaixo, considerando os alomorfes e os casos de neutralização

VERBO AMAR

	VT		VT		VT
Id Pr		**Id Pt_1**		**Id Pt_2**	
amo		amava		amei	
amas		amava		amaste	
ama		amava		amou	
amamos		amávamos		amamos	
amais		amáveis		amastes	
amam		amavam		amaram	
I					
Id Pt_3		**Id Ft_1**		**Id Ft_2**	
amara		amarei		amaria	
amaras		amarás		amarias	
amara		amará		amaria	
amáramos		amaremos		amaríamos	
amáreis		amareis		amaríeis	
amaram		amarão		amariam	
Sb Pr		**Sb Pt**		**Sb Ft**	
ame		amasse		amar	
ames		amasses		amares	
ame		amasse		amar	
amemos		amássemos		amarmos	
ameis		amásseis		amardes	
amem		amassem		amarem	

VERBO COMER

	VT		VT		VT
Id Pr		**Id Pt_1**		**Id Pt_2**	
como		comia		comi	
comes		comias		comeste	
come		comia		comeu	
comemos		comíamos		comemos	
comeis		comíeis		comestes	
comem		comiam		comeram	
Id Pt_3		**Id Ft_1**		**Id Ft_2**	
comera		comerei		comeria	
comeras		comerás		comerias	
comera		comerá		comeria	
comêramos		comeremos		comeríamos	

comêreis		comereis		comeríeis	
comeram		comerão		comeriam	
Sb Pr		**Sb Pt**		**Sb Ft**	
coma		comesse		comer	
comas		comesses		comeres	
coma		comesse		comer	
comamos		comêssemos		comermos	
comais		comêsseis		comerdes	
comam		comessem		comerem	

VERBO PARTIR

	VT		**VT**		**VT**
Id Pr		**Id Pt_1**		**Id Pt_2**	
parto		partia		parti	
partes		partias		partiste	
parte		partia		partiu	
partimos		partíamos		partimos	
partis		partíeis		partistes	
partem		partiam		partiram	
Id Pt_3		**Id Ft_1**		**Id Ft_2**	
partira		partirei		partiria	
partiras		partirás		partirias	
partira		partirá		partiria	
partíramos		partiremos		partiríamos	
partíreis		partireis		partiríeis	
partiram		partirão		partiriam	
Sb Pr		**Sb Pt**		**Sb Ft**	
parta		partisse		partir	
partas		partisses		partires	
parta		partisse		partir	
partamos		partíssemos		partirmos	
partais		partísseis		partirdes	
partam		partissem		partirem	

Feita a descrição da vogal temática nos verbos regulares de CI, CII e CIII, passemos agora à análise das desinências modo-temporais.

3. Desinências modo-temporais

Partindo das desinências modo-temporais do Id Pt_3 (*-ra* e alomorfe *–re* em P_5) e utilizando-se o método da comutação, tem-se condições de depreender as demais desinências, a saber, *-re* para o Id Ft_1 (canta*re*i, teme*re*i, dormi*re*i), *-ria* para o Id Ft_2 (canta*ria*, etc.), *-sse* para o Sb Pt (canta*sse*, etc.), ø para o Id Pr (canto, etc.) e Ip P_2 (canta, etc.), *-r* para o Sb Ft e If (canta*r,* etc.) e *-ndo* e *-do* para o gerúndio (canta*ndo*, etc.) e particípio (canta*do*, etc.), respectivamente. Essas formas são comuns para as três conjugações. Apenas em duas circunstâncias as desinências modo-temporais de CI são diferentes daquelas de CII e CIII: a) no Sb Pr, em que o morfema **-e** marca os verbos de CI (cant**e**, etc.) e o morfema **-a** marca os verbos de CII (tem**a**, etc.) e CIII (durm**a**, etc.); e b) no Id Pt_1, em que o morfema *-va* marca os verbos em CI (canta*va*, etc.) e *-ia* em CII (tem*ia*, etc.) e CIII (dorm*ia*, etc.). A forma *-ia* funde-se com a vogal temática, também *-i* neutralizada, nas duas conjugações (tem + ia, dorm + i + ia).

Os casos de alomorfia estão indicados nos pares a seguir, nos quais o primeiro elemento indica morfema que marca a desinência modo-temporal e o segundo, o alomorfe correspondente:

a) Id Pt_1 *-va* ~ *-ve* em CI e *-ia* ~ *-ie* em CII e CIII;

b) Id Pt_2 ø ~ *-ra;*

c) Id Pt_3 *-ra* ~ *-re;*

d) Id Ft_1 *-re* ~ *-ra -rã;*

e) Id Ft_2 *-ria* ~ *-rie;*

f) Sb Ft *-r* ~ *-re.*

Podem-se resumir as ocorrências das desinências modo-temporais no seguinte quadro:

Modo-tempo	DMT	Pessoas	Conjugação
Id Pr	ø	todas	CI, CII, CIII
Id Pt_1	-va	$P_{1, 2, 3, 4, 6}$	CI
	-ve	P_5	CI
	-ia	$P_{1, 2, 3, 4, 6}$	CII, CIII
	-ie	P_5	CII, CIII
Id Pt_2	Ø	$P_{1, 2, 3, 4, 5}$	CI, CII, CIII
	-ra	P_6	
Id Pt_3	-ra	$P_{1, 2, 3, 4, 6}$	CI, CII, CIII
	-re	P_5	
Id Ft_1	-re	$P_{1, 4, 5}$	CI, CII, CIII
	-ra	$P_{2, 3, 6}$	

Id Ft_2	-ria -rie	$P_{1, 2, 3, 4, 6}$ P_5	CI, CII, CIII
Sb Pr	-e -a	todas todas	CI CII, CIII
Sb Pt	-sse	todas	CI, CII, CIII
Sb Ft	-r -re	$P_{1, 3, 4, 5}$ $P_{2, 6}$	CI, CII, CIII
Formas verbo-nominais			
If	-r		CI, CII, CIII
Gr	-ndo		CI, CII, CIII
Pa	-do		CI, CII, CIII

Finalizamos, então, a descrição das desinências modo-temporais dos verbos regulares do português. Será que você aprendeu essas desinências apesar dos inúmeros casos de alomorfia que elas apresentam? Vamos exercitar.

EXERCÍCIOS

Preencha as colunas referentes às desinências modo-temporais dos verbos dos quadros abaixo. Como você já preencheu o espaço das vogais temáticas, reescreva-as também no quadro abaixo de forma a completar os espaços.

VERBO AMAR

	VT	**DMT**		**VT**	**DMT**		**VT**	**DMT**
Id Pr			**Id Pt_1**			**Id Pt_2**		
amo			amava			amei		
amas			amava			amaste		
ama			amava			amou		
amamos			amávamos			amamos		
amais			amáveis			amastes		
amam			amavam			amaram		
I								
Id Pt_3			**Id Ft_1**			**Id Ft_2**		
amara			amarei			amaria		
amaras			amarás			amarias		
amara			amará			amaria		
amáramos			amaremos			amaríamos		
amáreis			amareis			amaríeis		
amaram			amarão			amariam		

Sb Pr			**Sb Pt**			**Sb Ft**		
ame			amasse			amar		
ames			amasses			amares		
ame			amasse			amar		
amemos			amássemos			amarmos		
ameis			amásseis			amardes		
amem			amassem			amarem		

VERBO COMER

	VT	**DMT**		**VT**	**DMT**		**VT**	**DMT**
Id Pr			**Id Pt_1**			**Id Pt_2**		
como			comia			comi		
comes			comias			comeste		
come			comia			comeu		
comemos			comíamos			comemos		
comeis			comíeis			comestes		
comem			comiam			comeram		
Id Pt_3			**Id Ft_1**			**Id Ft_2**		
comera			comerei			comeria		
comeras			comerás			comerias		
comera			comerá			comeria		
comêramos			comeremos			comeríamos		
comêreis			comereis			comeríeis		
comeram			comerão			comeriam		
Sb Pr			**Sb Pt**			**Sb Ft**		
coma			comesse			comer		
comas			comesses			comeres		
coma			comesse			comer		
comamos			comêssemos			comermos		
comais			comêsseis			comerdes		
comam			comessem			comerem		

VERBO PARTIR

	VT	**DMT**		**VT**	**DMT**		**VT**	**DMT**
Id Pr			**Id Pt_1**			**Id Pt_2**		
parto			partia			parti		
partes			partias			partiste		

parte			partia			partiu		
partimos			partíamos			partimos		
partis			partíeis			partistes		
partem			partiam			partiram		
Id Pt_3			**Id Ft_1**			**Id Ft_2**		
partira			partirei			partiria		
partiras			partirás			partirias		
partira			partirá			partiria		
partíramos			partiremos			partiríamos		
partíreis			partireis			partiríeis		
partiram			partirão			partiriam		
Sb Pr			**Sb Pt**			**Sb Ft**		
parta			partisse			partir		
partas			partisses			partires		
parta			partisse			partir		
partamos			partíssemos			partirmos		
partais			partísseis			partirdes		
partam			partissem			partirem		

Após os comentários a respeito das desinências modo-temporais, passemos às desinências número-pessoais.

4. Desinências número-pessoais

As desinências número-pessoais básicas são, para cada uma das seis pessoas, respectivamente,

Ø	andasse *ø;*
-s	andasse-*s;*
Ø	andasse *ø;*
-mos	andasse-*mos;*
-is	andasse-*is;*
-m	andasse-*m*.

Os casos de variação são poucos e previsíveis:

a) a DNP de P_1 é Ø e os alomorfes são *-o* átono final do Id Pr (cant*o*, durm*o*) e *-i* semi-vocálico no Id Pt_2 e Is Ft_1 (cante*i*, tem*i*, durm*i*; cantare*i*, temere*i*, dormire*i*);

b) a DNP de P_2 é *-s* e os alomorfes são Ø no Ip (canta, teme dorme) e *-ste* no Id Pt_2 (canta*ste,* teme*ste*, dormi*ste*);

c) a DNP de P_3 é Ø, com um único alomorfe – *-u* assilábico no Id Pt_2 (canto*u*, teme*u*, dormi*u*);

d) a DNP de P_4 é sempre *-mos;*

e) a DNP de P_5 é *-is* e os alomorfes são *-stes* no Id Pt_2 (canta*stes*, teme*stes*, dormi*stes*), *-des* no Sb Ft (cantar*des*, temer*des*, dormir*des*) e *-i* assilábico no Ip (canta*i*, teme*i*, dorm*i*);

f) a DNP de P_6 é *-m* com um único alomorfe – o *-o* semi-vocálico em Id Ft_1 (cantarã*o*, temerã*o*, dormirã*o*). É preciso acrescentar que o *-i* assilábico no Id Pt_2 P_1 em CII e CIII (tem + i + i, dorm + i + i) funde-se com a vogal temática, também *i*, nas duas conjugações, em decorrência da regra morfofonêmica segundo a qual duas vogais iguais fundem-se em uma só.

Feitas as descrições, veja o quadro das desinências número-pessoais dos verbos regulares do português:

Pessoa	DNP	Tempo
P_1	-o	Id Pr
	-i	Id Pt_2
	-i	Id Ft_1
	ø	Nos demais
P_2	-ste	Id Pt_2
	Ø	Ip Af
	-s	Nos demais
P_3	-u	Id Pt_2
	ø	Nos demais
P_4	-mos	Geral
P_5	-stes	Id Pt_2
	-des	Sb Ft
	-i	Ip Af
	-is	Nos demais
P_6	-o	Id Ft_1 (final tônico)
	-m	Nos demais (final átono)

EXERCÍCIO

Para finalizar o estudo sobre os verbos regulares, complete o quadro abaixo com as desinências número-pessoais que acabamos de ver e reescreva a vogal temática e as desinências modo-temporais que já haviam sido indicadas nos dois outros quadros.

VERBO AMAR

	VT	DMT	DNP		VT	DMT	DNP		VT	DMT	DNP
Id Pr				**Id Pt_1**				**Id Pt_2**			
amo				amava				amei			
amas				amava				amaste			
ama				amava				amou			
amamos				amávamos				amamos			
amais				amáveis				amastes			
amam				amavam				amaram			
I											
Id Pt_3				**Id Ft_1**				**Id Ft_2**			
amara				amarei				amaria			
amaras				amarás				amarias			
amara				amará				amaria			
amáramos				amaremos				amaríamos			
amáreis				amareis				amaríeis			
amaram				amarão				amariam			
Sb Pr				**Sb Pt**				**Sb Ft**			
ame				amasse				amar			
ames				amasses				amares			
ame				amasse				amar			
amemos				amássemos				amarmos			
ameis				amásseis				amardes			
amem				amassem				amarem			

VERBO COMER

	VT	DMT	DNP		VT	DMT	DNP		VT	DMT	DNP
Id Pr				**Id Pt_1**				**Id Pt_2**			
como				comia				comi			
comes				comias				comeste			
come				comia				comeu			
comemos				comíamos				comemos			
comeis				comíeis				comestes			
comem				comiam				comeram			
Id Pt_3				**Id Ft_1**				**Id Ft_2**			
comera				comerei				comeria			
comeras				comerás				comerias			
comera				comerá				comeria			

comêramos				comeremos				comeríamos			
comêreis				comereis				comeríeis			
comeram				comerão				comeriam			
Sb Pr				**Sb Pt**				**Sb Ft**			
coma				comesse				comer			
comas				comesses				comeres			
coma				comesse				comer			
comamos				comêssemos				comermos			
comais				comêsseis				comerdes			
comam				comessem				comerem			

VERBO PARTIR

	VT	**DMT**	**DNP**		**VT**	**DMT**	**DNP**		**VT**	**DMT**	**DNP**
Id Pr				**Id Pt_1**				**Id Pt_2**			
parto				partia				parti			
partes				partias				partiste			
parte				partia				partiu			
partimos				partíamos				partimos			
partis				partíeis				partistes			
partem				partiam				partiram			
Id Pt_3				**Id Ft_1**				**Id Ft_2**			
partira				partirei				partiria			
partiras				partirás				partirias			
partira				partirá				partiria			
partíramos				partiremos				partiríamos			
partíreis				partireis				partiríeis			
partiram				partirão				partiriam			
Sb Pr				**Sb Pt**				**Sb Ft**			
parta				partisse				partir			
partas				partisses				partires			
parta				partisse				partir			
partamos				partíssemos				partirmos			
partais				partísseis				partirdes			
partam				partissem				partirem			

O padrão especial

Ao lado dos chamados verbos *regulares*, que seguem o padrão geral, existem os verbos *irregulares,* que apresentam um desvio do padrão morfológico geral. Porém esses desvios dos padrões regulares podem ser, de certa forma, padronizados, de modo a chegar-se a pequenos grupos de verbos que apresentam padrões comuns, perfeitamente explicitáveis.

A irregularidade verbal pode dar-se tanto no radical ou no tema como nas desinências, e vai desde uma simples alternância vocálica até a ocorrência de radicais supletivos para o mesmo verbo, nos chamados anômalos.

Os verbos irregulares serão agrupados em conjuntos, que, de certa forma, passam a apresentar um tipo de regularidade interna. Pelas limitações deste estudo, daremos destaque às particularidades de maior repercussão, como é o caso das formas primitivas, que, se irregulares, estendem a exceção às formas derivadas.

1. Irregularidades no radical

Das irregularidades do radical, destacamos as de Id Pr P_1 e Id Pt_2 P_2. Dessas duas pessoas, originam-se vários tempos, os quais, por lógica, apresentam a mesma estrutura das formas que lhes deram origem.

1.1. **Irregularidades em Id Pr P_1**

Esse radical especial pode apresentar várias particularidades, como
- ditongação pelo acréscimo de uma semivogal – *caibo;*
- acréscimo de consoante – *vejo*;
- troca da consoante do radical – *digo;*
- troca da vogal do radical – *durmo;*
- travamento nasal do radical – *ponho.*

Em todos esses casos, a irregularidade constatada em Id Pr P_1 estende-se aos tempos e às pessoas dela derivados, ou seja, ao Sb Pr, ao Ip Neg e à Ip Af $P_{3, 4, 6}$.

Vejamos um exemplo por extenso:

Id Pr	Sb Pr	Ip Neg	Ip Af
DURM-ø-ø-o	DURM-ø-a-ø		
dorm-e-ø-s	DURM-ø-a-s	não DURM-ø-a-s	dorm-e-ø-ø
dorm-e-ø-ø	DURM-ø-a-ø	não DURM-ø-a-ø	DURM-ø-a-ø
dorm-i-ø-mos	DURM-ø-a-mos	não DURM-ø-a-mos	DURM-ø-a-mos
dorm-(i)-ø-is	DURM-ø-a-is	não DURM-ø-a-is	dorm-(i)-ø-i
dorm-e-ø-m	DURM-ø-a-m	não DURM-ø-a-m	DURM-ø-a-m

É bastante numeroso o grupo de verbos que têm radical alomórfico em Id Pr P_1. Eis alguns:

Caibo, requeiro, vejo, digo, faço, posso, trago, adiro, compito, confiro, consigo, minto, prefiro, reflito, sigo, sirvo, visto, cubro, durmo, tusso, acudo, ponho, tenho, venho, etc.

Há uns poucos verbos que no Sb Pr não seguem a regra de Id Pr P_1:

sei	*saiba*	*sou*	*seja*	*dou*	*dê*
hei	*haja*	*vou*	*vá*	*quero*	*queira*
estou	*esteja*				

Em alguns verbos, o R especial de Id Pr P_1 repete-se na $P_{2, 3, 6}$:

agrido, agrides, agride, agridem
cirzo, cirzes, cirze, cirzem
denigro, denigres, denigre, denigrem
previno, prevines,previne, previnem
progrido, progrides, progride, progridem, etc.

VERBOS DEFECTIVOS
São aqueles em que falta alguma forma flexional que existe para outros vocábulos da mesma classe, como, por exemplo, banir, colorir, demolir, em que faltam a 1ª pessoa do presente do indicativo, todo o presente do subjuntivo e o imperativo negativo, além da 3ª pessoa do singular, da 1ª e da 3ª do plural do imperativo afirmativo.

Relevante é o fato de alguns verbos, os defectivos, não possuírem a Id Pr P_1, faltando-lhes, em consequência, os tempos derivados.

Exemplo:

Id Pr	Sb Pr	Ip Neg	Ip Af
.....	.....	.....	.....
haures	.....	.....	*haure*
haurimos	.....	.....	.....
hauris	.....	.....	*hauri*
haurem	.....	.....	.....

Outros defectivos, como *precaver-se* e *reaver*, só têm Id Pr $P_{4, 5}$ e Id Af $P_{5.}$

1.2. Irregularidades em Id Pt_2 P_2

Essa irregularidade também assume relevância, já que vai repetir-se nos tempos derivados dessa pessoa, isto é, no Id Pt_3, Sb Pt e Sb Ft.

Id Pt_2 P_2	**Id Pt_3**	**Sb Pt**	**Sb Ft**
DISS-E-ste	DISS-E-ra	DISS-E-sse	DISS-E-r
	DISS-E-ra-s	DISS-E-sse-s	DISS-E-re-s
	DISS-E-ra	DISS-E-sse	DISS-E-r
	DISS-É-ra-mos	DISS-E-sse-mos	DISS-E-r-mos
	DISS-E-re-is	DISS-E-sse-is	DISS-E-r-des
	DISS-E-ra-m	DISS-E-sse-m	DISS-E-re-m

Estão nesse caso também as formas verbais *coubeste, estiveste, fizeste, foste, houveste, pudeste, quiseste, soubeste, tiveste, trouxeste, vieste, viste.*

1.3. Alternância vocálica morfêmica no radical

Embora menos extensa e sem maiores repercussões em outras formas verbais, ocorre em vários verbos uma particularidade digna de nota. É uma troca de vogais do radical de Id Pt_2 $P_{1, 3}$, sendo essa a única marca que distingue as duas pessoas, por isso se diz alternância morfêmica.

P1	*P3*
fiz	*fez*
tive	*teve*
estive	*esteve*
pude	*pôde*
pus	*pôs*
fui	*foi*

1.4. Heteronímia do radical (radicais supletivos)

Há dois verbos com irregularidades mais profundas no radical e que possuem radicais *supletivos*. São os verbos *ser* e *ir*, chamados *anômalos*. O radical de perfeito – *fo/ fu* –, embora idêntico para ambos (e para as formas derivadas de Id Pt_2), corresponde, assim, a dois verbos mórfica e semanticamente diferentes. Tal diferença, porém, só se explicita nos demais radicais.

No verbo ser, um radical básico *e-* (aberto) alterna-se com outro, *se-*. O primeiro aparece nas formas atemáticas de Id Pr P_2 e P_3 (és, é), com uma variante *er-* em Id Pt_1 (era, eras, etc.); o segundo é encontrado em If, Id Ft_1, Id Ft_2 (*ser, serei, seria*), com uma variante *sej-*, em Sb Pr, outra *so-*, atemática (*somos, sois*), e outra *sa-*, atemática (*são*).

No verbo *ir*, um radical básico *i-* alterna-se com *va-*: o primeiro, em If, Id Ft_1, Id Ft_2, Gr, Id Pr (P_5) e Id Pt_1 (*ir, irei, iria, indo, ides, ia(s),* etc.); o segundo, em Id Pr ($P_{2, 3, 4, 6}$), Sb Pr, Ip (*vais, vai, vamos, vão; vá(s),* etc.); *vai*, com a variante *vo-* em P_1 de Id Pr (*vou*).

2. Irregularidades no tema

Irregularidades no tema são observadas na troca e na crase de vogal temática.

Troca de VT:
deste: com VT *-e*, da CII (*d + e + ø + ste*)
viste: com VT *-i*, da CIII (*v + i + ø +ste*)

Crase da VT:
rir: ri + (i) + r + ø
ler: le + (e) + r + ø
ir: i + (i) + r + ø
crer: crê + (e) + r + ø

Essas crases repetem-se em várias pessoas, no decorrer da flexão completa desses verbos.

3. Irregularidades na desinência

Alguns verbos, de radicais monossilábicos, da CII e CIII, apresentam a DNP da P_5 especial. Em lugar da regular *-is* aparece *-des*.

crê-des	*ri-des*
i-des	*ten-des*
le-des	*ve-des*
pon-des	*vin-des*

Outras irregularidades desinenciais são aleatórias, esquivas a agrupamentos. O mesmo vale dizer para inúmeras particularidades que diferentes verbos apresentam, se perscrutados em toda a sua gama de possibilidades flexivas.

É importante atentar, quando se fala em irregularidades, para não se considerar desvios do padrão geral os casos de alografia, isto é, uma mesma forma grafada diferentemente, como ocorre, por exemplo, com os verbos *ficar* e *brincar*. O verbo *ficar*, embora possua o radical grafado diferentemente – ***fic****o*/***fiq****uei* – é perfeitamente enquadrado no padrão geral. Em *brinquei*, o radical *brinqu-* não é alomorfe de *brinc-* (de *brincar*); é uma simples alografia.

Finalizamos, aqui, o estudo sobre a flexão verbal do português. Não era nosso propósito esgotar todas as possibilidades de descrição do padrão morfológico do verbo, tanto em suas formas regulares quanto nas irregulares. Para complementar o que acabou de ser exposto, sugerimos a leitura dos trabalhos cuja referência consta da bibliografia desta atividade.

É importante ressaltar que ao trabalho em sala de aula com o verbo pode-se dar um tratamento descritivo, fugindo da memorização pura e simples, diferentemente do que as gramáticas tradicionais e as aulas de português tradicionais costumam fazer. Dessa forma, a aprendizagem, além de ser muito mais proveitosa, irá tornar-se muito mais agradável para o aluno.

EXERCÍCIO

1. Preencha os espaços com os verbos indicados entre parênteses:

a) Caso ele ..... o compromisso que assumiu durante o interrogatório, talvez não ..... punição tão dura. (*manter, sofrer*)

b) Tenho certeza de que você ..... os seus pertences que foram roubados. (*reaver*)

c) Se o juiz ..... a prisão do governador, a Polícia Federal .... desmoralizada. (*suster, ficar*)

d) Como não ..... alternativa, os policiais ..... os torcedores. (*haver, conter*)

e)..... inacreditável: os deputados ..... anistia a todos os corruptos daquela casa. (*ser, propor*)

f) Se todos se ..... a colaborar, logo ..... liberados. (*dispor, ser*)

g) Por favor, não ..... tempo com tanta bobagem. (*perder*)

h) Meu único desejo ..... que eles não se ..... (*ser, odiar*)

i) Diante das revelações feitas, precisamos nos unir para que ..... coragem de tomar uma decisão. (*ter*)

j) Propomos que não ..... tempo com discussões tão insignificantes. *(perder*).

k) Quando você ..... as roupas em seu devido lugar, me avise. (*repor*)

l) Espero que eles se ..... de votar na assembléia de amanhã. (*abster*)

m) Se alguém, se ..... durante o interrogatório, todos .... presos. (*contradizer, ser*)

n) ..... devagarinho e não ..... nenhum barulho, do contrário seus pais acordarão e você ..... uma grande bronca. (*entrar, fazer, levar*)

o) Não se ..... muito nessas questões menores, elas .... muito mal para o espírito. (*deter, fazer*)

p) Quando eles ..... o trabalho, ... a sua correção. (*rever, fazer*)

RESUMO DA ATIVIDADE 9

Na atividade que ora finalizamos, você conheceu as características morfológicas da flexão verbal em português. Viu que, ao lado de padrões gerais, existem padrões especiais que possuem uma organização imanente, possível de ser depreendida. Nesta atividade estudamos, também, a significação geral das noções gramaticais do verbo, onde melhor se evidencia a incapacidade da gramática tradicional de fazer uma interpretação adequada do sistema verbal português. Vimos que o que caracteriza o padrão geral, es-

sencialmente, é o radical imutável, diferentemente dos padrões especiais. Vimos também que os verbos irregulares, por sua vez, não são inteiramente caprichosos e arbitrários. Há neles uma organização imanente, que se pode depreender.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COMPLEMENTAR

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.

VOCABULAR EM PORTUGUÊS

A CLASSIFICAÇÃO

unidade 6

CRITÉRIOS
PARA A CLASSIFICAÇÃO VOCABULAR

atividade 11

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- conhecer os critérios básicos para a classificação vocabular do português,
- conhecer o problema da classificação vocabular.

Vamos iniciar o estudo desta atividade 11 relembrando o objeto de investigação da Morfologia, assunto que foi aprofundado na Atividade 4 desta disciplina: a Morfologia trata da estrutura e dos processos de flexão e derivação das palavras. Cabe-lhe ainda a tarefa de classificar os vocábulos, problema que merece especial atenção em face de nunca se terem obtido soluções satisfatórias. Nesta atividade e na próxima, o estudo das classes de palavras do português será o nosso objetivo. Antes de tudo, porém, julgamos conveniente assentar alguns conceitos básicos para a caracterização das classes de vocábulos. Passaremos a considerar a questão dos critérios de definição de classes de palavras fundamentais para a caracterização desta ou daquela classe.

Critérios de classificação

A classificação de palavras requer a adoção de critérios. O ideal é que esses critérios sejam uniformes, sob pena de o resultado da classificação não ser satisfatório.

As palavras existentes em qualquer língua distribuem-se em várias classes, conforme as *formas* que assumem, as *funções* que desempenham ou o *sentido* que expressam. Vamos, então, conhecer cada um desses critérios, começando pelo formal, que é, na opinião de Macambira (1993, p. 17), o critério primário para a classificação das palavras:

> A classificação das palavras deve basear-se primariamente na forma, isto é, nas oposições formais ou mórficas que a palavra pode assumir para exprimir certas categorias gramaticais – o que se chama *flexão*, ou para criação de novas formas – o que se chama *derivação*.

Vamos, então, conhecer cada um desses critérios:

a) O *critério morfológico*, *mórfico* ou *formal* baseia-se na forma, isto é, nas oposições formais ou mórficas que a palavra pode assumir para exprimir certas categorias gramaticais – a flexão – ou para a criação de novas formas – a derivação. Veja o que dizem Duarte e Lima (2000, p. 45) a respeito desse critério:

> O *critério mórfico ou formal* se baseia na flexão e derivação. Assim, uma classificação que divide os vocábulos em variáveis e invariáveis, por exemplo, está usando um critério formal, porque se fundamenta na possibilidade ou não de *flexão*. Do mesmo modo, quando se diz que "os adjetivos aceitam sufixo *–íssimo*" também está-se usando o critério formal, uma vez que se faz referência à *derivação*.

Em português, são abundantes os paradigmas formais. Vocábulos como *ferro*, por exemplo, possuem diversas formas derivadas: *ferrinho, ferreiro, ferradura, ferramenta, ferraria, ferrugem, ferrenho,* etc., além das flexões de gênero e número que essas formas podem apresentar. Ao lado, porém, de *ferro*, há substantivos pobres como *lápis* e *pires*, com talvez uma única forma derivada, *lapisinho e piresinho*, e seu respectivo plural*, lapisinhos e piresinhos.*

Você saberia dizer qual a classe de palavras que em português apresenta abundância de formas? Se você respondeu que é o verbo, acertou. O verbo português é muito rico sob o aspecto formal: *louvar*, por exemplo, ostenta luxuosamente cinquenta formas diversas. Como o paradigma formal dos verbos é muito rico, a sua distinção é feita com muita facilidade.

Segundo Macambira (1993, p. 18), quando não for possível classificar as palavras sob o aspecto mórfico, deve-se apelar para o critério sintático, que não é tão seguro quanto o mórfico, já que o emprego sintático das palavras é vasto e variado, tornando-se muito difícil determinar as ocorrências mais significantes em que se basear.

b) O *critério sintático* caracteriza-se por ser um critério grupal, isto é, a palavra é estudada não em suas partes, ou em seus elementos mórficos, mas em grupo, em sociedade, levando-se em conta o seu contato com outras formas linguísticas. "Mas se todo sintático é grupal, nem todo grupal é sintático" (Macambira, 1993, p. 18). Com esta afirmação, entende-se que, para que um grupo de palavras seja considerado sintático, os elementos agrupados devem combinar-se entre si. Nesse entendimento, a construção

ser as preservadas devem árvores

é grupal, mas não é sintática, já que os elementos constituintes não são interdependentes significativamente, isto é, não estão funcionalmente associados.

Já a construção

As árvores devem ser preservadas

é grupal e é sintática porque os cinco componentes constituem um todo interdependente.

Segundo Duarte e Lima (2000, p. 45),

> O *critério funcional ou sintático* toma como base a função da palavra num sintagma. Se os outros dois critérios podem ser aplicados ao vocábulo isolado, este toma o vocábulo em sua relação com os outros. É o critério sintático que se emprega, por exemplo, quando se diz que o "adjetivo determina o substantivo", porque se está falando da relação do adjetivo com o substantivo, está-se observando como o adjetivo se comporta em relação a outro vocábulo num sintagma, no caso, o sintagma nominal.

Pelo critério sintático, caracterizam-se as palavras tendo em vista as posições estruturais em que podem ocorrer e as funções que podem exercer na estrutura sintática. Por exemplo, o substantivo pode exercer a função sintática de núcleo do sujeito, objeto e agente da passiva. Também podemos caracterizar o substantivo frente a determinantes, como artigos, demonstrativos e possessivos, ou modificadores, como adjetivos e sintagmas preposicionados. Assim, dizemos que *sol* é substantivo porque podemos dizer *o sol, aquele sol, sol vermelho, sol de verão.* Já não se pode dizer o mesmo a respeito de *vermelho,* que não é um substantivo, e, portanto, não aceita as construções *o vermelho, aquele vermelho, vermelho vermelho, vermelho de verão.*

c) O *critério semântico* se baseia no sentido e é o que norteia a descrição. As definições tradicionais são amplamente baseadas em considerações filosóficas do sentido, o que é criticado pela ciência linguística moderna. Camara Jr (1973, p. 67) assegura que a melhor solução é associar o critério semântico e o mórfico, considerando que o vocábulo formal é uma unidade de forma e sentido. Nas palavras do autor, esse critério morfo-semântico, que conjuga forma e sentido, deve ser o fundamento primário da classificação.

Atente para o que dizem Duarte e Lima (2000, p. 44) a respeito do critério semântico:

> O *critério semântico* se baseia no significado extralinguístico do vocábulo. Está-se usando o critério semântico, quando se define, por exemplo, "substantivo é a palavra que designa os seres em geral". Apelou-se para o extralinguístico "designar ser", que seria uma propriedade comum a todos os substantivos.

É importante destacar que a combinação de forma e sentido é sem dúvida importante na descrição linguística, porém, como ressalta Macambira (1993, p. 21),

> (...) a significação deve ser usada como simples ponto de referência, somente para fazer a oposição *igual/ diferente*, e não para conceituar esta ou aquela palavra, mas para mostrar por exemplo que o *dia* é diferente da *noite*, que o sufixo *inho* de *livrinho* é semanticamente diferente do sufixo *inho* de *bonitinho*; só excepcionalmente e com muita cautela, é que ousamos socorrer-nos do critério semântico como elemento classificatório.

Para fixar melhor o assunto que estamos tratando, veja a discussão que Basilio (1991, p. 49-55) faz a respeito dos critérios para classificação das palavras:

Classes de palavras

> Já é quase uma tradição em estudos da linguagem dizer-se que as classes de palavras (também conhecidas como partes do discurso ou categorias lexicais) podem ser definidas por critérios semânticos, sintáticos e morfológicos.
>
> As gramáticas normativas privilegiam o critério semântico na classificação das palavras, embora utilizem todos os critérios. No estruturalismo, critica-se a gramática tradicional pela mistura de critérios e privilegiam-se os critérios morfológico e funcional. Na teoria gerativa transformacional, as classes de palavras são definidas apenas em termos de propriedades sintáticas.

A questão da definição de classes de palavras é bastante complexa, quer em relação aos critérios, quer em relação ao fato de que a adequação de definições de classes varia de língua para língua. Aqui vamos colocar a questão a partir das necessidades de uma abordagem adequada aos processos de formação de palavras em português.

Os três critérios

Passaremos a considerar a questão dos critérios de definição de classes de palavras a partir das motivações internas à formação de palavras. Para isso, vamos inicialmente caracterizar cada critério e posteriormente estudar sua relevância. Dado que apenas substantivos, adjetivos, verbos e advérbios estão envolvidos em processos de formação de palavras, vamos nos deter aqui apenas nessas classes.

O critério semântico

Dizemos que as classes de palavras são definidas pelo critério semântico quando estabelecemos tipos de significado como base para atribuição de palavras e classes.

A maior parte das definições de substantivo que encontramos nas gramáticas é de base semântica. Em geral, o substantivo é definido como a palavra com que designamos os seres. Pela sua própria natureza, o substantivo é definido com relativa facilidade pelo critério semântico.

O adjetivo, no entanto, é de definição bem mais difícil a partir de um critério semântico puro, dada a sua vocação sintática, por assim dizer. De fato, o adjetivo não pode ser definido por si só, sem a pressuposição do substantivo, já que sua razão de ser é a especificação do substantivo.

No entanto, a função semântica do adjetivo é de importância crucial na estrutura linguística: de certa maneira, o adjetivo tem a mesma razão de ser que os afixos, no sentido de permitir a expressão ilimitada de conceitos sem a exigência de uma sobrecarga da memória com rótulos particulares. Para esclarecer esse ponto, considerem o exemplo abaixo:

(3) criança
a. *bonita, feia, simpática*
b. *magra, gorda, alta, baixa*
c. *sadia, doente, subnutrida*
d. *bem-educada, malcriada*
e. *feliz, infeliz*
f. *neurótica, autista*
g. *brasileira, estrangeira*
e assim por diante.

Como vemos, uma série de conceitos diferentes podem ser expressos pela especificação de um adjetivo ao substantivo; é esta a função do adjetivo: uma função nitidamente semântica, a de especificar o substantivo, assim permitindo a expressão de um teor praticamente ilimitado de especificações com o uso de elementos fixos; mas uma função dependente do substantivo por sua própria natureza e razão de ser.

Quanto ao verbo, é normal defini-lo semanticamente como a palavra que exprime ações, estados ou fenômenos. Essa definição pura e simples em termos semânticos não é suficiente, no entanto, já que ações, estados e fenômenos podem

ser expressos por substantivos. Assim, há que se acrescer à definição semântica do verbo ou uma dimensão morfológica, em virtude da gama de variações flexionais que lhe são características, ou uma dimensão discursiva, relacionada à questão do momento do enunciado, por exemplo.

No caso do advérbio, teríamos algo análogo ao caso do adjetivo, já que advérbios permitem especificação da ação, estado ou fenômeno descrito pelo verbo.

Em suma, o critério semântico é fundamental para a definição das classes vocabulares produtivas no léxico. Mas não é um critério suficiente, pelo menos nos termos até agora encontrados em definições, já que noções igualmente rotuladas podem ser expressas por mais de uma das classes estabelecidas. Por exemplo, ações podem ser expressas por nomes e verbos, qualidades são designadas por substantivos e adjetivos, e assim por diante.

O critério morfológico

Entendemos por critério morfológico a atribuição de palavras a diferentes classes, a partir das categorias gramaticais que apresentem, assim como das características de variação de forma que se mostrem em conjunção com tais categorias.

De acordo com o critério morfológico, o substantivo é definido como uma palavra que apresenta as categorias de gênero e número, com as flexões correspondentes.

Embora demonstre alto teor de eficiência em relação a classes como verbo e advérbio, a definição morfológica do substantivo não distingue adequadamente esta classe da dos adjetivos, já que estes possuem as mesmas categorias. A diferença entre substantivos e adjetivos, neste particular, pode ser abarcada, no entanto, pela distinção imanente/dependente, já que o gênero e o número dos adjetivos dependem do gênero e do número dos substantivos a que se refiram, enquanto no caso dos substantivos o gênero e o número são imanentes.

A classe dos verbos é talvez a mais privilegiada no que respeita a uma definição pelo critério morfológico, dada a riqueza e particularidade da flexão verbal. Assim, o verbo às vezes é definido exclusivamente em termos de sua caracterização morfológica.

Quanto ao advérbio, este pode ser definido em oposição às demais classes observadas pela simples propriedade de ser morfologicamente invariável.

O critério sintático

As classes de palavras podem também ser definidas por um critério sintático. Nesse caso, atribuímos palavras a classes a partir de propriedades distribucionais (em que posições estruturais das palavras podem ocorrer) e/ou funcionais (que funções podem exercer na estrutura sintática).

Por exemplo, afirma-se que o substantivo é a palavra que pode exercer a função de núcleo do sujeito, objeto e agente da passiva. Outra possibilidade de caracterização é a posição de núcleo frente a determinantes, como artigos, demonstrativos e possessivos, ou modificadores, como adjetivos e sintagmas preposicionados. Assim, por exemplo, dizemos que *sapato* é um substantivo porque podemos dizer *o sapato, meu sapato, este sapato, sapato bonito, sapato de Pedro.* Já *bonito* não é um substantivo, pois não podemos dizer *o bonito, meu bonito, este bonito, bonito bonito* ou *bonito de Pedro.*

A definição do adjetivo em termos funcionais é bastante fácil, dada a função natural do adjetivo em relação ao substantivo. Assim, muitas vezes o adjetivo é definido como palavra que acompanha, modifica ou caracteriza o substantivo. É interessante notar, no entanto, que a definição puramente sintática do adjetivo não é suficiente, dado que não distingue adjetivos de determinantes: estes últimos também acompanham o substantivo. A diferença é que determinantes apontam e estabelecem relações enquanto adjetivos caracterizam ou especificam. Mas essa diferença é mais de natureza semântica e discursiva do que sintática.

A classe dos verbos é bastante difícil de definir em termos sintáticos, dado que o predicado pode não ser verbal.

Já no caso do advérbio, a definição sintática é fácil, pois o advérbio exerce junto ao verbo função de modificador, análoga à função exercida pelo adjetivo junto ao nome. Essa colocação não cobre todos os casos, naturalmente, já que as palavras que consideramos como advérbios podem se referir à frase como um todo, entre outras possibilidades que necessitam de um estudo detalhado.

A conjunção dos critérios

Uma questão que às vezes se coloca em relação às classes de palavras é a questão da multiplicidade de critérios de classificação. Vimos, por exemplo, que há teorias que classificam palavras em termos puramente sintáticos; existem propostas de classificação exclusivamente morfológica; e a gramática tradicional privilegia, embora sem exclusividade, a noção semântica.

Essa questão se prende diretamente à questão da hierarquia de critérios, dentro do problema da generalidade da descrição.

Em princípio, um item lexical é um complexo de propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas. Assim, sua pertinência a classes deve ser estabelecida em termos morfológicos, semânticos e sintáticos.

Ora, poderíamos teoricamente imaginar propriedades sintáticas, semânticas e morfológicas independentes umas das outras, de tal modo que uma palavra designando seres poderia ser modificadora de outra e apresentar um esquema de variações flexionais de tempo, modo, aspecto, etc.

Entretanto, as coisas não são assim; o que observamos é que, para cada classe, as propriedades semânticas são diretamente ligadas às propriedades sintáticas e morfológicas: só temos gênero e número nas palavras que designam ou caracterizam seres; palavras que apresentam flexão de tempo, modo, aspecto, etc. não podem ocorrer como núcleo do sujeito; só palavras invariáveis modificam verbos; e assim por diante.

Ora, na medida em que há uma relação óbvia (embora não totalmente uniforme) entre propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas, uma questão geral de descrição se coloca: seriam certas propriedades derivadas de outras propriedades? Se esse fosse o caso, a definição mais adequada seria aquela em que teríamos refletida essa hierarquia.

Já é quase uma tradição em estudos da linguagem dizer-se que as classes de palavras (também conhecidas como partes do discurso ou categorias lexicais) podem ser definidas por critérios semânticos, sintáticos e morfológicos.

As gramáticas normativas privilegiam o critério semântico na classificação das palavras, embora utilizem todos os critérios. No estruturalismo, critica-se a

> gramática tradicional pela mistura de critérios e privilegiam-se os critérios morfológico e funcional. Na teoria gerativa transformacional, as classes de palavras são definidas apenas em termos de propriedades sintáticas.
>
> A questão da definição de classes de palavras é bastante complexa, quer em relação aos critérios, quer em relação ao fato de que a adequação de definições de classes varia de língua para língua. Aqui vamos colocar a questão a partir das necessidades de uma abordagem adequada aos processos de formação de palavras em português.

Do estudo que acabamos de fazer, depreende-se que as classes de palavras podem ser definidas por critérios morfológicos, semânticos e sintáticos. Porém, essa definição é bastante complexa e tem sido bastante discutida no cenário dos estudos lingüísticos. Vários autores, por exemplo, observaram falhas na classificação dos vocábulos feita pela Nomenclatura Gramatical Brasileira. Para você ter uma ideia do que comumente se critica nessa classificação, leia um trecho de Monteiro (1991, p. 203-204):

> A morfologia trata da estrutura e dos processos de flexão e formação das palavras. Cabe-lhe ainda, segundo as gramáticas, a tarefa de classificar os vocábulos, problema que merece uma completa revisão em face de nunca haver obtido soluções satisfatórias. Antes de tudo, exige-se a preocupação de respeitar a coerência estrutural que o próprio sistema linguístico apresenta. Dessa maneira, toda classificação deve obedecer a critérios estabelecidos e testados dentro do sistema. De nada adianta forçar deduções com base nos mecanismos, se estes não possibilitam oposições ou se os vocábulos se organizam mediante outros critérios.
>
> A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), ao propor a uniformização do ensino da língua portuguesa, ofereceu uma classificação que não resiste à menor crítica. Apesar disso, adquirindo força de lei, a portaria que instituiu a NGB, se teve seus méritos, impediu de certa forma que outras orientações fossem mais divulgadas e discutidas.
>
> Sendo assim, todos os compêndios escolares dividem os vocábulos em dez classes, com a seguinte distribuição:

Variáveis	Substantivo
	Adjetivo
	Pronome
	Artigo
	Numeral
	Verbo
Invariáveis	Advérbio
	Preposição
	Conjunção
	Interjeição

> Sem pretender analisar detidamente essa proposta, julgamos que a NGB foi incoerente nos seguintes itens:
>
> 1. Usou a expressão "classificação das palavras" quando apropriadamente deveria ter dito "classificação dos vocábulos", já que aí inseriu o artigo e os conectivos.

2. Criou uma classe para um só morfema (o artigo) e deixou inclassificáveis inúmeros vocábulos e expressões sob o rótulo de "palavras denotativas", a exemplo de **eis, também, somente, inclusive** etc.
3. Considerou as interjeições como palavras, quando a rigor são frases de situação: **Socorro! Valha-me Deus!**
4. Misturou critérios heterogêneos. Assim estabeleceu duas classes distintas para substantivos e adjetivos, opostas à dos pronomes, que, como sabemos, podem ser também substantivos e adjetivos.
5. Criou a classe dos numerais, como se fossem distintos dos substantivos e adjetivos.
6. Interpretou o grau como "flexão", o que teria sido suficiente para enquadrar os advérbios entre as palavras variáveis.

Não obstante, se há pontos falhos na proposta da NGB, é difícil formular outra que a substitua. O principal problema é que a tarefa de classificação não é do âmbito restrito da morfologia. Se o vocábulo apresenta forma, função e sentido, é evidente que os critérios mórfico, sintático e semântico se conflitam em qualquer tentativa de classificação.

A conclusão que se tira da leitura de Monteiro é que o problema da classificação dos vocábulos permanece na NGB e nas gramáticas que a ela, de algum modo, se filiam. Isso se deve ora à adoção de critérios semânticos vagos, ora à mistura de critérios, ora à inadequação da definição.

Na próxima atividade, trataremos das classes de palavras listadas pela NGB e, dentro do possível, analisaremos as incoerências das definições ali apresentadas.

EXERCÍCIOS

1. Em gramáticas do português, examine as definições apresentadas sobre cada uma das classes de palavras. Em seguida, identifique os critérios a partir dos quais elas foram formuladas.

2. Reflita sobre as críticas apontadas acima por Monteiro e discuta sobre elas no fórum da atividade 11.

LEITURA COMPLEMENTAR

Agora, com o propósito de complementar o estudo inicial sobre as classes de palavras, leia um texto clássico do grande mestre dos estudiosos da Língua Portuguesa, Camara Jr (1973, p.67-70):

A Classificação dos Vocábulos Formais

Uma vez explicado o que se entende por vocábulos formais (formas livres ou formas dependentes), temos na gramática descritiva portuguesa a tarefa de os distribuir em classes fundamentais.

Isto foi feito para o grego antigo pelo gramático alexandrino Dionísio da Trácia. A sua classificação foi adotada com pequenas modificações em latim e afinal passou para as línguas europeias modernas. É a chamada teoria das "partes do discurso", que, como observou recentemente John Lyons, "merece ser considerada com mais simpatia do que a que tem recebido da maioria dos linguistas nestes últimos anos" (Lyons, 1966, 209). A crítica séria, que se lhe pode fazer, é ser heterogênea em seus critérios e alinhar num quadro único o que na realidade corresponde a uma divisão de hierarquias e sub-hierarquias.

Há, em princípio, 3 critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua. Um é o de que eles de maneira geral significam do ponto de vista do universo bio-social que se incorpora na língua; é o critério semântico. Outro, de natureza formal ou mórfica, se baseia em propriedades de forma gramatical que podem apresentar. Um terceiro critério, que teve muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada pela linguística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença.

O critério semântico e o mórfico estão intimamente associados. "Um signo linguístico, e consequentemente também a palavra" (ou, em outros termos, o vocábulo formal) "é, em virtude de sua essência e definição, uma unidade de forma e sentido. O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo sentido só pode ser definido com o auxílio do conceito forma" (Groot 1948, 439).

Em referência ao português, esse critério compósito, que podemos chamar morfo-semântico, parece dever ser o fundamento primário da classificação.

Por meio dele temos uma divisão dos vocábulos formais em nomes, verbos e pronomes. Semanticamente, os nomes representam "coisas", ou seres, e os verbos "processos", segundo a fórmula de Meillet (Meillet 1921, 175). A definição tem sido rejeitada pelo argumento filosófico (não um argumento linguístico) de que não é possível separar no universo bio-social os seres e os processos. Alegou-se até que nomes, como em português, *viagem, julgamento ou consolação,* são processos ou até, mais estritamente, atividades. A resposta é que esses vocábulos são tratados na língua como nomes associados a coisas. A interpretação filosófica profunda não vem ao caso. Trata-se, como se assimilou logo de início neste livro, daquela lógica, ou compreensão, intuitiva que permeia toda vivência humana e se reflete nas línguas. Deste ponto de vista, podemos dizer com Herculano de Carvalho, que no nome "a realidade em si... pode ser ou não constituída por um objeto físico: será objeto físico, quando o significante for, por exemplo, a palavra *cadeira,* ou *flor* ou *homem*; mas já assim não sucede quando ele é, suponhamos, *humanidade* ou *beleza*" (Carvalho 1967, 162).

Por outro lado, a oposição de forma separa nitidamente, em português (como já sucedia em latim) o nome e o verbo. Aquele se pode objetivar por meio da partícula, ou forma dependente, que é o "artigo", e é passível de um plural em /S/ (além da distinção de gênero). Este apresenta as noções gramaticais, e mor-

femas gramaticais correspondentes, de tempo e modo, referentes a si mesmo, e de pessoa referentes ao seu sujeito, ou ser a que ele é associado como ponto de partida do processo que designa. Enquanto /S/ no nome *cantos* significa plural, o morfema homônimo /S/ em *cantas* indica 2ª pessoa do singular.

Quanto ao pronome, o que o caracteriza semanticamente é que, ao contrário do nome, ele nada sugere sobre as propriedades por nós sentidas como intrínsecas nos ser *cadeira* "um tipo especial de móvel para a gente se sentar", ou *flor* "um determinado produto das plantas", ou *homem* "um animal racional possuidor de uma 'cultura' por ele produzida (em vez de uma mera manifestação da natureza com propriedade de locomoção etc.)". O pronome limita-se a mostrar o ser no espaço, visto esse espaço em português em função do falante: *eu, mim, me* "o falante qualquer que ele seja", *este, isto* "o que está perto do falante", e assim por diante. Também, morficamente, inconfundivelmente se distingue do nome, como apreciaremos mais de perto no capítulo referente a ele.

Em face dessa divisão morfo-semântica, a classificação funcional subdivide nomes e pronomes pela sua função na comunicação linguística. Há a função de substantivo, que é a do nome ou pronome tratado como centro de uma expressão, ou 'termo determinado', na terminologia de Bally (Bally 1950, 102). E há a função de adjetivo, em que o nome ou pronome é o 'termo determinante' (sempre na terminologia de Bally) e modifica um nome substantivo ou tratado como determinado. Em português, o adjetivo se caracteriza por uma concordância em gênero e número com o seu determinado: *flor branca, homem bondoso, cadeiras pretas.* Um terceiro conceito tradicional, de natureza funcional também, é o advérbio. Trata-se de um nome, ou pronome, que serve de determinante a um verbo: *fala eloquentemente, fala aqui.*[1]

Chegamos assim ao seguinte quadro, jogando com os critérios morfo-semântico e funcional.

Nome – Substantivo (termo determinado)
Adjetivo (termo determinante de outro nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

Verbo
Pronome – Substantivo (termo determinado)
Adjetivo (termo determinante de um nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

Restam certos vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes. Estabelecem entre dois ou mais termos uma conexão e podem-se chamar, portanto, os vocábulos conectivos.

1 Alguns advérbios têm a função complementar, na língua, de acrescentar uma qualificação a mais a um adjetivo: muito feliz, efusivamente feliz. Mas tal função não é geral a todos e não deve, ao contrário do que fazem as gramáticas escolares nossas, entrar na definição. Esta deve ser tirada da função essencial de advérbio, que é ser determinante de um verbo.

A conexão pode fazer de um termo o determinante do outro, à maneira de um adjetivo, quando entre dois substantivos, mas sem o fenômeno da concordância: *flor do campo, cadeira de espaldar, homem de educação.* É o papel dos conectivos subordinativos. Ou pode apenas adicionar um termo a outro no processo da coordenação; são os conectivos coordenativos, o essencial dos quais é a partícula copulativa *e*; ex.: *flores e cadeiras, eu e tu, falei e expliquei.*

Em português, os conectivos subordinativos se dividem em preposições e conjunções. As preposições subordinam um vocábulo a outro: *flor do campo, falei de flores.* As conjunções subordinam sentenças. Em outros termos: entre duas sentenças "transformam" uma determinante da outra.

Os vocábulos coordenativos são os mesmos em qualquer dos casos, como vimos acima nos exemplos com a partícula *e*. Outro exemplo: *pobre mas feliz – zangou-se mas não tinha razão.*

Os conectivos são em princípio morfemas gramaticais. Pertencem ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo bio-social.

Entretanto, há conectivos subordinativos oracionais, ou conjunções subordinativas, que se reportam a um nome ou pronome, cujo lugar substituem na enunciação. Como tais, desempenham na oração em que se acham um papel que caberia a um nome ou pronome. A gramática tradicional os denominou "pronomes relativos" ("pronome" por causa desse papel que desempenham na oração; 'relativo' porque estabelecem uma 'relação' entre as duas orações, como conjunção subordinativa); ex.: *aqui está o livro que comprei* (*que* = *livro* e ao mesmo tempo subordinando a ideia da compra à apresentação do livro no momento).

Naturalmente, esses e outros detalhes serão melhor tratados no capítulo referente à classe dos pronomes.

De qualquer maneira, temos para os conectivos em português o seguinte quadro geral:

Conectivos
- Coordenativos
- Subordinativos
  - De vocábulos (preposições)
  - De sentenças (conjunções)

RESUMO DA ATIVIDADE 11

A NGB lista dez classes de palavras a serem tratadas no domínio da morfologia: seis variáveis – substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral e verbo. E quatro invariáveis – advérbio, preposição, conjunção, interjeição. No estudo que acabamos de fazer, verificou-se que a questão da definição de classes de palavras é bastante complexa e, portanto, requer a adoção de critérios – morfológicos, sintáticos e semânticos – estabelecidos e testados dentro do sistema. Com o estudo, foi possível observar que há pontos falhos na proposta de classificação da NGB, cujo estudo será aprofundado na próxima atividade.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BASILIO, Margarida. *Teoria Lexical.* 3.ed. São Paulo: Ática, 1991.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa.* 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

DUARTE, Paulo Mosânio, LIMA, Maria Claudete (colaboradora). *Classes e Categorias em Português*. Fortaleza: EUFC, 2000.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do Português.* 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1993.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa.* 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

COMPLEMENTAR

Gramáticas da Língua Portuguesa.

CLASSIFICAÇÃO
DOS VOCÁBULOS

atividade 12

OBJETIVOS

Ao final desta atividade, você deverá ser capaz de

- conhecer os conceitos de sistema aberto e sistema fechado, nos quais se distribuem as palavras;
- conhecer as diferentes abordagens da classificação das palavras;
- conhecer a classificação vocabular do português e a sua complexidade.

Estabelecidos os critérios básicos para a classificação vocabular do português, passemos, agora, à tarefa da classificação vocabular. Nesta última atividade da disciplina Morfologia, trataremos em separado as classes de palavras em língua portuguesa. Iniciamos por apresentar os conceitos de sistema aberto e sistema fechado, nos quais se distribuem as classes de palavras. Em seguida, apresentaremos algumas abordagens que julgamos representativas, a fim de mostrarmos que a complexidade do assunto persiste mesmo no âmbito linguístico. Por último, abriremos espaço para questões referentes a problemas de classificação. Vamos começar, então?

1. Sistema aberto e sistema fechado

O vocabulário de que se compõe um idioma distribui-se em duas partes: o sistema aberto e o sistema fechado. Para compreender esses dois sistemas, tente listar todos os nomes e todos os artigos do português. Provavelmente você conseguirá listar todos os artigos, porém será impossível listar todos os substantivos. Acertei? Sem sombra de dúvida, a lista dos artigos será mínima e não há chance de se adicionar um novo artigo ao português. Já a lista dos substantivos é imensa e a todo momento poderemos acrescentar-lhe novos itens.

Ao sistema aberto pertencem as classes de palavras que apresentam significado lexical, às quais, em princípio, podem ser acrescentadas novas criações. Desse modo, o número de elementos que compõem tais classes é ilimitado e tende a crescer no decorrer do tempo. São elas as classes dos *substantivos*, dos *adjetivos,* dos *verbos* e dos *advérbios nominais.*

Ao sistema fechado pertencem as classes de palavras que apresentam significado gramatical, e o número de palavras que compõem cada uma dessas classes é limitado. As classes que pertencem ao sistema fechado são a dos *artigos,* a dos *numerais,* a dos *pronomes,* a dos *advérbios pronominais,* a das *preposições,* a das *conjunções* e a das *interjeições.* É difícil adicionar novos elementos ao sistema fechado. Imagine-se, por exemplo, novo artigo em português! E novo numeral! Por ser limitado, o sistema fechado pode ser

assimilado com relativa facilidade, diferentemente do aberto, que nunca o será totalmente. Imagine conhecer todos os substantivos, adjetivos e verbos pertencentes ao nosso idioma! Impossível, não é? Porém é muito fácil aprender as listas dos pronomes, das preposições ou das conjunções. Quantos de vocês não as têm decoradas na ponta da língua? Embora numericamente inferior, o sistema fechado ocorre, porém, com maior frequência do que o sistema aberto.

2. A classificação vocabular: a abordagem linguística

A classificação vocabular tem sido objeto de preocupação de linguistas há algum tempo, como Macambira (1987) e Camara Jr. (1982). Um dos textos de Camara Jr. sobre o assunto foi proposto como leitura complementar da atividade 11, você está lembrado(a)? A respeito desse texto, Duarte e Lima (2000, p. 54-57) tecem alguns comentários muito interessantes para a compreensão da problemática classificação vocabular. Sugerimos que você retome o texto de Camara Jr. antes de ler o de Duarte e Lima, transcrito a seguir:

> Camara Jr. (...) parte do pressuposto da indissociabilidade entre o critério semântico e o critério mórfico. É com base nesse critério compósito que o autor postula a divisão dos vocábulos formais em nomes, verbos e pronomes. "Semanticamente, os nomes representam coisas ou seres e os verbos processos, segundo a forma de Meillet" (1982, p. 78)
>
> Alega, inclusive, que nomes como *viagem, julgamento, consolação* devem ser tratados como nomes e associados a coisas. A objeção de Camara não procede. Se há nomes prototípicos correspondentes a coisas, como *pedra, flor, livro,* há outros correspondentes a ação (tiroteio), a estado (morte) e a fenômenos (chuva) (Cf. Macambira, 1987, p. 34, 40). O campo biossocial do substantivo é mais amplo do que faz supor o lexema *ser*.
>
> É tratando da oposição de forma entre nome e verbo que Camara consegue ser mais convincente. O nome apresenta desinências de gênero e número, enquanto o verbo apresenta desinências modo-temporais e número-pessoais.
>
> O pronome, ao contrário do nome, "nada sugere sobre as propriedades por nós sentidas como intrínsecas no ser *cadeira* <<um tipo de móvel para a gente se sentar >>, ou *flor* <<um determinado produto das plantas>>..." (1982, p.78). Em termos positivos, o pronome limita-se a mostrar o ser no espaço.
>
> Camara Jr. parece limitar-se, pela definição acima, apenas a alguns tipos de pronomes, entre os quais os pessoais (retos e oblíquos) e os demonstrativos. É preciso consultar outra obra do autor, *Os princípios de linguística geral*, para que constatemos que Mattoso Camara inclui os indefinidos, como *alguém/algo, ninguém/nada,* caracterizados pela dêixis zero, um expediente muito cômodo e pouco convincente.
>
> O autor procederia melhor se opusesse nome a pronome em termos semânticos da presença ou ausência de função representativa ou campo simbólico ou de representação semântica específica, à qual alude o autor ao tratar, em outra obra (Camara Jr., 1976), das classes sob o ponto de vista diacrônico. Entre os pronomes, haveria aqueles responsáveis pela dêixis (pronomes pessoais, por exemplo) ou anáfora (pronome relativo). Também haveria os caracterizados pela ausência de dêixis, a exemplo dos pronomes indefinidos.

Reconhecemos que a saída oferecida por nós é sujeita a objeções, pois os indefinidos apresentam singularidades, a saber: a) diferença entre forma afirmativa e forma negativa (algo/nada; algum/nenhum); b) diferença entre forma personativa e forma não-personativa (alguém/algo); c) diferença peculiar entre forma adjetiva e forma substantiva (cada/cada um).

Feitas as considerações acima, fica estabelecido que Camara Jr. reconhece três classes: nome, verbo e pronome. Os dois primeiros, do ponto de vista semântico, dizem respeito ao campo simbólico. Diferenciam-se por aspectos mórficos, pois o nome apresenta desinências próprias de gênero e número, enquanto o verbo apresenta desinências modo-temporais e número-pessoais.

Os pronomes não pertencem ao campo simbólico. Englobam sub-classes distintas, uma marcada pela presença da dêixis, outra pela ausência desta. Alguns se caracterizam pela marca de pessoa e de caso e pela presença de gênero neutro.

Além das classes supra-estabelecidas, existem as funções, que dizem respeito ao substantivo, ao adjetivo e ao advérbio. Como são funções, o terreno em que se consolidam se encontra na sintaxe. Exemplificamos a seguir:

a) O rapaz está abatido (rapaz = nome substantivo; abatido = nome adjetivo);
b) O orador fala eloquentemente (orador – nome substantivo; eloquentemenete – nome adverbial)
c) Aquele livro se encontra aqui (aquele – pronome adjetivo; aqui – pronome adverbial);
d) Isto não me agrada (isto – pronome substantivo; me – pronome substantivo);
e) Lá é um bom lugar (lá – pronome adverbial).

Quanto aos conectivos subordinativos, são divididos por Camara Jr. em preposições e conjunções. As preposições subordinam um vocábulo a outro: *flor do campo; falei de flores.* As conjunções subordinam sentenças. Em outros termos: entre duas sentenças <<transformam>> uma em determinante da outra.

Além da conjunção e da preposição, Camara Jr. se refere a uma categoria híbrida, os pronomes relativos, pois estes constituem marca de subordinação e também, como pronomes, têm caráter anafórico e função sintática.

Os vocábulos coordenativos, por sua vez, aproximam funções idênticas: *pobre, mas feliz; zangou-se, mas não tinha razão.*

Eis, em suma, o esquema da proposta de Camara Jr.:

Coordenativos

Conectivos

De vocábulos (preposições)

Subordinativos

De sentenças (conjunções)

Só um problema na caracterização de Camara, no que tange à descrição estrutural dos conectivos: limitar as preposições à subordinação de vocábulos impede que reconheçamos conectivo preposicional numa frase como *João não veio por estar doente*, caso em que a preposição se distribui antes da oração subordinada reduzida. Ademais, não apenas pronomes relativos podem ser categorias híbridas, mas também os pronomes interrogativos, em caráter eventual, como em *indaguei* quem *havia chegado.*

> Além da proposta de Camara Jr., poderíamos citar um sem-número de outras propostas, entre as quais a de Duarte (1983, p. 243), que considera, baseada na sintaxe, estas categorias lexicais:
> a) N(ome);
> b) V(erbo);
> c) ADJ(ectivo);
> d) ADV(érbio);
> e) PREP(osição).
>
> Estas classes são escolhidas pela possibilidade que apresentam de engendrar sintagmas como SN, SV, SADV, SPREP. Mas a proposta deixa lacunas, por exemplo: como tratar os indefinidos, como *tudo* e *nada,* cuja expansão existe, embora não se assemelhe à dos nomes, como em *tudo de bom, nada de bom*?
>
> Como vemos, nenhum sistema de classes é cem por cento perfeito. Ainda está por surgir um sistema que, embora pautado por um critério e por coerência interna, dê conta do complexo tema das classes vocabulares. Por esta razão, provisoriamente adotamos a proposta de Camara Jr., porque essa apresenta maior difusão entre nós. Cabe destacar que as reservas feitas a ela permanecem.

Com a leitura do fragmento acima, pode-se constatar que as propostas de classificação vocabular não deram conta do complexo tema da classificação vocabular. A proposta da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) também apresenta falhas, em função da mistura de critérios na tentativa de classificação das palavras. Como bem disse Monteiro (1991, p. 204), "o principal problema é que a tarefa de classificação não é do âmbito restrito da morfologia. Se o vocábulo apresenta forma, função e sentido, é evidente que os critérios mórfico, sintático e semântico se conflitam em qualquer tentativa de classificação".

Por isso a necessidade de não se confundir classe com função. O nome, o pronome e o verbo são classes; o substantivo, o adjetivo e o advérbio são funções. As classes são estudadas dentro da morfologia, as funções pertencem ao domínio da sintaxe. Observemos, agora, alguns problemas que a classificação tradicional apresenta.

3. Classificação vocabular: a abordagem tradicional

A NGB divide os vocábulos em *variáveis* e *invariáveis*. No grupo dos variáveis estão o *substantivo*, o *adjetivo*, o *pronome*, o *artigo*, o *numeral* e o *verbo*. São invariáveis o *advérbio*, a *preposição*, a *conjunção* e a *interjeição*. Nessa classificação mesclam-se critérios, o que acarreta problemas na tarefa de classificação. Optamos, neste estudo, por apresentar, resumidamente, a classificação das palavras com base nos estudos de Macambira e Monteiro, que analisam os principais problemas da classificação dos vocábulos considerada tradicional.

3.1 ***Substantivo*** é a palavra que designa os seres em geral. Nessa definição, comumente encontrada nas gramáticas tradicionais, o substantivo está sendo definido pelo critério semântico. Por ela, para se considerar uma palavra como substantivo, é preciso antes

identificar o ser a que ela se refere. Ora, essa é uma questão filosófica de identificação do que é um ser. Atente para o que diz Bloomfield (a*pud* Macambira, 1993, p. 35) a esse respeito:

> A gramática escolar nos ensina que substantivo é a palavra que serve para dar nome a pessoa, lugar ou cousa. Esta definição pressupõe mais saber filosófico e científico do que a raça humana pode assimilar, e, além disto, que as classes existentes em uma língua concordam com as classificações que seriam feitas por um filósofo ou um cientista. *Fogo*, por exemplo, é uma cousa? Por cerca de um século, os físicos acreditaram que fosse uma ação ou um processo, e não, propriamente, uma cousa. Nossa língua emprega o adjetivo *hot* (quente), o substantivo *heat* (calor) e o verbo *to heat* (aquecer) para designar o que os físicos acreditam ser o movimento de moléculas em um corpo (1933, p. 266).

Além de ser filosófica a questão do conhecimento do ser, outros problemas envolvem a definição tradicional: muitos nomes não designam seres (trabalho, crença, trovão, saída, ideia, etc.) e, por outro, qualquer vocábulo ou expressão assume com facilidade a função de substantivo (o sim, o amar, o ontem, o aqui e agora, etc.). John Lyons (*apud* Monteiro, 1991, p. 201-2015) disse, com certa ironia: "A única razão que temos para dizer que **verdade, beleza** e **eletricidade** são 'coisas' é que as palavras que as exprimem são substantivos" (1979, p. 34).

Para Macambira (1993, p.31), sob o aspecto mórfico, pode-se classificar o substantivo com base no paradigma derivacional, lançando mão de oposições formais:

Pertence à classe do substantivo toda palavra variável que admite os sufixos –*inho* ou -*zinho*, -*ão* ou -*zão*, correspondentes a *pequeno* e *grande,* respectivamente:
a) *livro*: donde livr*inho* = livro *pequeno;*
b) *pé*: donde pe*zinho* = pé *pequeno;*
c) *canto*: donde cant*inho* = canto *pequeno;*
d) *homem*: donde hom*ão* = homem *grande;*
e) *cavalo*: donde *cavalão* = cavalo *grande;*
f) *nó*: donde no*zão* = nó *grande.*

Continuando a classificação dos substantivos sob o aspecto mórfico, Macambira (1993, p. 33) completa:

Pertencem à classe do substantivo todas as palavras terminadas em -*se, -ez, -eza, -ância* ou *anca, -ência* ou *ença*, bem como em -*ura* e noutros sufixos, que formem parelha, isto é, que gerem oposições formais com os adjetivos correspondentes:
a) êxtase – extático; prótese – protático;
b) síntese – sintético; hipótese – hipotético;
c) análise – analítico; eclipse – eclíptico;
d) neurose – neurótico; narcose – narcótico;
e) urdir – urdidura; sacudir – sacudidura;
f) escasso – escassez; tímido – timidez;

g) fraco – fraqueza; puro – pureza;
h) constante – constância; tolerante – tolerância;
i) lembrar – lembrança; cobrar – cobrança;
j) clemente – clemência; obediente – obediência;
k) doente – doença; presente – presença;
l) gordo – gordura; farto – fartura.

O processo de oposições formais pode estender-se a muitos outros casos, produzir muitas outras regras, como os substantivos terminados em *-ção* e *-dura*, correspondentes a infinitivos em *-ar, -er, -ir,* da primeira, segunda e terceira conjugações:
a) cassar – cassação; cessar – cessação;
b) render – rendição; perder – perdição;
c) punir – punição; medir – medição;
d) assar – assadura; ligar – ligadura;
e) urdir – urdidura; sacudir – sacudidura.

Macambira (1993, p. 34) adverte para não se abstrair jamais a significação da palavra como referência para constatar que tal forma é igual ou diferente de tal outra e não para se adentrar profundamente, pois esta é a missão da lexicografia e da semântica.

Complementando as definições do substantivo, agora sob o ponto de vista sintático, Macambira (1993, p. 34) finaliza sua explanação dizendo que "pertence à classe do substantivo toda palavra que se deixar preceder por artigo ou pronome adjetivo, especialmente possessivo, demonstrativo ou indefinido".

3.2 ***Adjetivo*** é a palavra que expressa qualidade. Essa definição baseada no critério semântico não resiste à menor crítica, pois nem todos os adjetivos expressam qualidade, como é o caso de *feio, morto, burro, ignorante*, etc. Além disso, *bondade* exprime qualidade e não é um adjetivo. A maioria dos advérbios terminados em *-mente* (*belamente*, *francamente*) e outros, como *bem* ou *mal*, expressam também qualidade e não são adjetivos.

> É inútil acrescentar essas noções, porque o adjetivo não se caracteriza pelo sentido, sendo na realidade uma função. Não interessa muito o significado que a palavra tem para o caso. Ela pode indicar qualidade e funcionar como substantivo (**beleza**, o **belo**) ou então como adjetivo (**belo** quadro). Inversamente, às vezes não expressa qualidade e tem a função de adjetivo (Monteiro, 1991, p. 205).

Em Macambira (1993, p.38) encontramos a seguinte definição morfo-sintático-semântica: "Adjetivo é a palavra variável que serve para modificar o substantivo". Entende-se como uma definição mórfica porque apela para o "variável", isto é, para a flexão numérico-genérica do adjetivo: ***belo(s)*** *quadro(s),* ***bela(s)*** *mulher(es).* É sintática porque supõe o grupo formado por adjetivo e substantivo: *resposta* ***interessante***/ ***interessante*** *resposta.* É semântica porque usa o verbo "modificar": no grupo *resposta* ***interessante,*** o adjetivo modifica o substantivo.

Apelando para o critério mórfico, Macambira (1993, p. 36-37) diz que

> Pertence à classe do adjetivo toda palavra que produz oposições formais, correspondentes ao grau positivo e ao grau superlativo, sufixado por *-íssimo, -érrimo, -limo;* noutros termos, toda palavra que admitir os sufixos supracitados:
> a) gostoso – gostosíssimo; bom – boníssimo;
> b) célebre – celebérrimo; magro – magérrimo;
> c) fácil – facílimo; frágil – fragílimo.
> (...)
>
> Pertence à classe do adjetivo toda palavra que admita o sufixo adverbial *-mente*, do que resultam oposições formais entre adjetivos e advérbios:
> a) calmo – calmamente; alegre – alegremente;
> b) doce – docemente; sábio – sabiamente;
> c) carinhoso – carinhosamente; fraternal – fraternalmente.
>
> Encontram-se poucas exceções a esta regra, entre os quais os numerais ordinais e multiplicativos, pertencentes a classe recentemente criada:
> a) primeiro – primeiramente; segundo – segundamente;
> b) duplo – duplamente; tríplice – triplicimente.

E, finalizando as definições do adjetivo, Macambira (1993, p. 37) diz que, sob o aspecto sintático, "pertence à classe do adjetivo toda palavra variável que se deixar preceder pelos advérbios correlativos *tão* ou *quão*, de preferência o primeiro, pertencente ao dialeto coloquial.

3.3 ***Pronome*** é a palavra variável em gênero, número e pessoa que representa ou acompanha o substantivo, indicando-o como pessoa do discurso. Essa é uma definição morfo-sintático-semântica limitada apenas a alguns tipos de pronomes. O que define mesmo os pronomes é o sentido dêitico ou anafórico (Monteiro, 1991, p. 206).

Os pronomes não pertencem ao campo simbólico. Englobam subclasses distintas, uma marcada pela presença da dêixis, outra pela ausência desta. Alguns se caracterizam pela marca de pessoa e de caso e pela presença do gênero neutro (Duarte e Lima, 2000, p. 55):

> Os pronomes fixam o campo mostrativo da linguagem e valem como sinais. Se ao sintagma "casa amarela" antepusermos o vocábulo "esta", percebemos de imediato que "esta" nada simboliza, servindo para situar o objeto nas coordenadas de espaço e tempo em relação ao falante. No sintagma, "esta" é termo dependente de "casa", o que lhe confere o caráter de adjetivo. Se figurarmos um eixo paradimático, qualquer termo que seja usado na posição de "amarela" ou de "esta" será adjetivo:

alguma		de botão
minha		de alvenaria
a		nova
esta	casa	amarela
qualquer		que ruiu
uma		de José
velha		que comprei

> Nem sempre os dêiticos são termos determinantes. Conforme as relações sintagmáticas, eles pode ser adjetivos ou substantivos. Comparemos a estrutura abaixo:
>
> Isto (é) meu.
>
> O possessivo "meu" é determinante (adjetivo) de "isto" (substantivo), mas ambos os termos são pronomes, em face do caráter indicativo que possuem. O primeiro, contudo, traz a possibilidade de expandir-se num sintagma implípicito: isto = este lápis (ou qualquer outro nome).
>
> Toda palavra será, por conseguinte, um **nome** (se a representação for estática, sem variações temporais), um **verbo** (se sofrer variações temporais, isto é, se expressar uma representação dinâmica ou processual da realidade), ou um **pronome** (se apenas situar uma representação no espaço/tempo) (Monteiro, 1991, p. 206-207).

Na visão de Macambira (1993, p. 53), o pronome se comporta morficamente da mesma forma que o artigo e o numeral, isto é, rejeita os sufixos aumentativos *-ão, -zão* e diminutivos *-inho, -zinho*, particulares ao substantivo, bem como os superlativos *-íssimo, -érrimo, -limo* e o adverbial *-mente*, particular ao adjetivo. Para o linguista, uma definição mórfica adequada para o pronome é: "Pronome é um tipo de nome que admite a oposição de pessoas gramaticais" (Macambira, 1993, p. 54). Sob o aspecto sintático, o pronome divide-se em duas classes: o pronome substantivo, que não se articula com o substantivo, e o pronome adjetivo, que se articula com o substantivo, à semelhança do adjetivo. Sob o aspecto semântico, dividem-se os pronomes em *pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, numerais* e *interrogativos,* e subdividem-se em *definidos* e *indefinidos*, conforme denotem a ideia de *pessoa, posse, dêixis, referência, número* ou *interrogação* de maneira *precisa* ou de maneira *vaga.*

3.4 ***Artigo*** é a palavra acessória que particulariza ou generaliza o substantivo. "Essa e outras definições não podem ser sustentadas, porquanto há outras palavras que particularizam e generalizam, e nem por isto vão ser artigos, como, por exemplo, *meu, qualquer,* e muitas outras" (Macambira, 1993, p. 49). Logo, a definição semântica da NGB não se sustenta. Macambira (1993) levanta algumas questões sobre o artigo, que merecem registro:

a) se quisermos dar uma explicação sob o aspecto mórfico, diremos que o artigo não tem forma especial; assume as flexões de gênero e número que não são classificatórias, pois são comuns ao substantivo, ao adjetivo, ao pronome e ao numeral. É muito fácil identificar o artigo por contar somente com oito formas, que se resumem a duas, isto é, *o* e *um* com os femininos e plurais correspondentes: *o, a, os, as, um, uma, uns, umas.*

b) sob o aspecto sintático, os artigos são formas presas, que, mediata ou imediatamente, precedem o substantivo. A precedência é imediata quando não figura outra palavra entre o artigo e o substantivo (*o* garoto); é mediata quando outra palavra se intercala entre o artigo e o substantivo (*o* meu garoto).

c) o substantivo pode haver sido mencionado antes, e neste caso ser omitido e dado como subentendido: *A* comida está gostosa, mas *a* de ontem estava maravilhosa. Observe que o segundo artigo em destaque modifica o substantivo "comida", que está elíptico.

d) algumas vezes, pronomes demonstrativos se confundem com artigos. Observe as seguintes construções:

- Teu gabinete é moderno, mas *o* de Cláudio é mais arejado;

- A vida que levo é *a* que posso levar.

É fácil determinar se os elementos em destaque são artigos ou pronomes demonstrativos? Com certeza, não. Na concepção tradicional, eles são pronomes demonstrativos nas duas ocorrências, em virtude de serem seguidos por *de* e *que,* respectivamente, "sem que se possam exibir as razões que o justifiquem" (Macambira, 1993, p. 47).

As questões acima elencadas são argumentos fortes para Macambira (1993, p. 49) ponderar que a classe do artigo deveria ser eliminada e incluída na do pronome:

> O artigo (...) deve ser estudado na classe do pronome, como o fez ARISTÓTELES, que o denominou *árthron,* e não ilhado em minúscula classe, composta de só duas palavras, contraditórias entre si – uma que particulariza e outra que generaliza o substantivo.

Camara Jr. (1976) diz ser o artigo um emprego adjetivo de um demonstrativo vago e, por isso, deve ser incluído na classe dos pronomes. Monteiro (1991, p. 211) argumenta em favor de incluir o artigo na classe dos pronomes por entender que o artigo mantém a força demonstrativa ou significado dêitico dos pronomes:

> No caso do artigo definido, a função dêitica é sentida por qualquer usuário da língua e se torna bem precisa no ato da fala. Como exemplifica Mattoso Camara Jr. (1972: 157), "**o livro** em português é – muito mais do que um livro que se acha em lugar conhecido dos interlocutores – um livro que os interlocutores **sabem qual é**."
>
> (...)
>
> Invocamos também o fato de o artigo ser considerado pronome demonstrativo, pelas nossas gramáticas, quando antecede à preposição **de** ou o relativo **que**. É verdadeiramente uma falta de critério das duas classes à mesma forma, simplesmente com base na presença ou omissão de um substantivo. Verifiquemos os exemplos abaixo, tomados de Augusto Magne (1950: 47):
> a) A constância é a virtude do homem e a paciência **a** do cristão. (Almeida Garrett)
> b) A fronte do sacerdote se verga para o cálice consagrado; **a** do lavrador, para a terra; **a** que espalha o grão da verdade, para o sulco soaberto nas consciências novas. (Rui Barbosa)
>
> No primeiro exemplo, o **a** grifado deixou de ser artigo pelo único fato de o substantivo **virtude** não estar repetido. As gramáticas o consideram pronome. No outro exemplo ocorre o mesmo: se a palavra **fronte** fosse reiterada depois do **a**, este seria artigo; como está omissa, é um demonstrativo. Assim, temos, de acordo com as descrições gramaticais:

Artigo	**Pronome**
A virtude do cristão	**A** do cristão
A fronte do lavrador	**A** do lavrador
A fronte que espalaha o grão	**A** que espalha o grão

Muito mais lógico seria classificar como pronome o artigo em qualquer situação. Além de simplificar o estudo da língua, esta medida eliminaria incoerências como as examinadas acima, possibilitando uma visão mais científica dos fatos linguísticos

Comentários análogos valem para o artigo indefinido. Todo estudante do português sente dificuldade em reconhecer, de acordo com os ditames da gramática, quando a forma **um** é pronome, numeral ou artigo. O que ocorre, realmente, é que a distinção entre pronome e artigo não existe, como podemos comprovar por alguns argumentos.

Inicialmente, basta refletirmos que o plural **uns, umas** é sempre um pronome (Macambira, 1970: 428). Se tomarmos uma frase em que o **um** seja classificado como artigo, tão logo o pluralizemos, ele passa a ser pronome. Ora, se a forma do plural é pronome em qualquer contexto, por que no singular não haverá de ser?

Afirmamos ainda que, sob uma perspectiva semântica, o vocábulo **um** equivale a um indefinido, sendo substituível por **algum, qualquer** etc. A frase: "Um homem sempre é capaz de amar" pode ter a forma **um** mudada para **qualquer**, sem muito prejuízo de distorção semântica. No plural, caberia perfeitamente a substituição por **alguns.**

Essas razões, aliadas à certeza de uma descrição mais coerente e simplificada, nos levam a admitir que o artigo indefinido é uma forma paralela e quase sinônima do pronome **algum.**

Referência Bibliográfica
MAGNE, Augusto. *Dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro, MEC-INL, 1950, v.1.
MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português.* Fortaleza, Imprensa Universitária, 1970.

3.5 ***Numeral*** é a palavra que indica número ou ordem de sucessão. Na opinião de Macambira (1993, p. 51), "não basta indicar número para pertencer à classe do numeral; é preciso combinar-se *imediatamente* com o substantivo, à imitação do artigo, do pronome e do adjetivo".

Em Linguística, o problema é considerar o numeral uma classe à parte ou incluí-lo em outras classes, como o pronome.

Macambira (1993) considera que o numeral é um tipo de pronome e usa argumentos de ordem formal e sintática para justificar essa inclusão. Formalmente, o numeral (como o artigo) rejeita o sufixo aumentativo e diminutivo que caracteriza o substantivo e o sufixo superlativo, que caracteriza o adjetivo. Sintaticamente, o numeral (e também o artigo, o pronome e o adjetivo) pode combinar-se *imediatamente* com o substantivo.

No contexto: ..... *peça de teatro foi boa,* poderia figurar no espaço vazio um artigo, um numeral ou um pronome.

Camara Jr. (1968) inclui o numeral entre os nomes. Para ele, o numeral é uma espécie de nome que indica números dos seres. Monteiro (1991, p. 210) é da mesma opinião:

> Quanto aos numerais, parece simples concluir que na realidade pertencem à classe dos nomes e, desse modo, exercem as funções de substantivo ou de adjetivo. Em "três é ímpar", o nome que traduz a ideia de número é substantivo. Em "três ímpares", já se torna o adjetivo.
>
> A NGB dividiu os numerais em **cardinais** (um, dois, três...), **ordinais** (primeiro, segundo, terceiro...), **multiplicativos** (dobro, triplo...) e **fracionários** (meio, um terço, um quinto...). Trata-se de uma divisão que só tem causado perturbações. Os ordinais se confundem com os adjetivos, os fracionários com os substantivos. Alunos e professores discutem se "milhão", "dezena", "dúzia" etc. são numerais ou substantivos coletivos. Se traduzem ideia de número...
>
> Assim o critério de classificação baseado na significação do vocábulo quase sempre se torna incoerente. Se há uma classe para os nomes que se referem a números, deveria haver outras para os designativos de cor, de sentimento, de nacionalidade, de forma geométrica etc.

Azeredo (1990, *apud* Duarte e Lima, 2000, p. 60) acrescenta que parte dos numerais é suscetível de variação de gênero, que é própria do nome, e comporta-se morfolexicalmente de forma semelhante aos nomes ao formar paralelos como *quinze/quinzena/quinzenal*, que é semelhante ao paralelo *mês/mensal* e *decímetro,* assemelhado a *quilômetro.*

Em Macambira (1993, p. 50), encontramos a seguinte definição do numeral: "Pertence à classe do numeral propriamente dito toda palavra supletiva cujo singular seja *um* ou *uma".* Para o autor, o ordinal e o multiplicativo são numerais impropriamente ditos. Já sintaticamente, Macambira considera que não basta indicar número para pertencer à classe do numeral: "é preciso combinar-se *imediatamente* com o substantivo, à imitação do artigo, do pronome e do adjetivo" (1993, p. 50). Segundo esse linguista, por não se combinarem imediatamente com o substantivo é que *dúzia, cento, milheiro, milhão* e alguns outros não se incorporam à classe do numeral, pois neste caso a preposição *de* torna mediata à combinação sintática (uma *dúzia* de cadernos).

3.6 ***Verbo*** é a palavra que exprime ação, fenômeno ou estado. Essa definição tradicional, amparada no critério semântico, só tem valor se for encarada na perspectiva do tempo. Mesmo assim é passível de contestação, quais sejam:

a) além de ação, fenômeno ou estado, o verbo pode exprimir *qualidade*, como, por exemplo, o verbo "vermelhar" nos seguintes trechos da música "Vermelho", do Boi Garantido de Parintins, que fez muito sucesso há alguns anos: "Tudo é garantido após o sol *vermelhecer* / *Vermelhou* no curral / A ideologia do folclore *vermelhou* / *Vermelhou* a paixão / O fogo de artifício da vitória *vermelhou*". Para relembrar, transcrevemos a seguir a música na

íntegra. Assista ao vídeo completo em *http://letras.terra.com.br/fafa-de-belem/45894/*, com a apresentação de Fafá de Belém, no Teatro da Paz, em Belém do Pará (07/05/2007):

A cor do meu batuque
Tem o toque e tem
O som da minha voz
Vermelho, vermelhaço
Vermelhusco, vermelhante
Vermelhão
O velho comunista se aliançou
Ao rubro do rubor do meu amor
o brilho do meu canto tem o tom
E a expressão da minha cor
"Vermelho"
Meu coração é vermelho
Hei, hei
De vermelho vive o coração
Ê, ô, ê, ô
Tudo é Garantido após
A rosa avermelhar
Tudo é Garantido
Após o sol vermelhecer
Vermelhou no curral
A ideologia do folclore
Vermelhou
Vermelhou a paixão
o fogo-de-artifício
Da vitória
Vermelhou

*http://letras.terra.com.br/fafa-de-belem/45894/(*Acesso em 13/05/2010)

b) não é só o verbo que exprime ação, fenômeno ou estado. *Inundação* e *tiroteio*; *chuva* e *trovão; sono* e *morte* são substantivos que indicam, respectivamente, ação, fenômeno e estado.

Macambira (1993, p. 41) encerra a questão dizendo:

> Em lugar de ação, fenômeno, estado, qualidade ou qualquer outra cousa, modernamente adotou-se o termo *processo*, do latim *processus – aquilo que se passa*, "para designar a noção geral em que se resolvem as diferentes noções expressas pelo verbo" (MAROUZEAU, 53): verbo, então, é a palavra que indica *processo*, isto é, aquilo que se passa, naturalmente aquilo que se passa no tempo.
>
> Encerremos o assunto com Antoine MEILLET: "O verbo indica os processos, quer se trate de ações, estados ou passagens dum estado para o outro" (58, p. 175).

Referência Bibliográfica
MAROUZEAU, J., *Lexique de la Terminologie Linguistique*. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1951, p. 187.
MEILLET, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris, 1958.

3.7 ***Advérbio*** é a palavra que indica circunstância. Essa definição não é precisa, pois nem sempre as circunstâncias são traduzidas pelos advérbios; aos substantivos e adjetivos também compete exprimir qualidades, como podemos constatar nos exemplos

a) eu falo com *tranqüilidade,*
b) eu falo *tranqüila*,
c) eu falo *tranquilamente,*

em que substantivo, adjetivo e advérbio exprimem qualidade e são, portanto, semanticamente iguais, só linguisticamente é que diferem. A conclusão é que o advérbio é indefinível sob o aspecto semântico. Para uma definição mais precisa sobre o advérbio, é necessário acrescentar o elemento mórfico e o elemento sintático, assim: "advérbio é a palavra invariável que modifica o verbo, o adjetivo, o pronome, o numeral e o próprio advérbio". Para Macambira (1993, p. 44-45), esse conceito ainda pode ser ampliado:

> Concordamos com NESFIELD (62) em que o advérbio modifica a preposição e a conjunção, mas preferimos considerá-lo como elemento ampliativo das preposições e conjunções, bem como das locuções correspondentes, assunto de que nos ocupamos na estrutura das preposições e conjunções. Não fora isto, admitiríamos que o advérbio modifica toda classe gramatical, excetuando-se o artigo e a interjeição.
>
> Parece que a questão está encerrada com tantas classes atingidas pelos tentáculos adverbiais; entretanto, não é verdade, porque o advérbio pode modificar toda a oração, e não apenas esta ou aquela palavra:
>
> a) Felizmente ele não morreu; ele não morreu felizmente.
> b) Lamentavelmente não pude comparecer.
> c) Naturalmente você não concorda.
> d) Evidentemente você tem razão.
>
> Quando modifica toda a oração, o advérbio pode resolver-se em oração nominal: a) É uma felicidade que ele não tenha morrido; b) É pena que eu não tenha podido comparecer; c) É natural que você não concorde; d) É evidente que você tem razão.
>
> Referência Bibliográfica
> NESFIELD, J. C. *English Grammar*. Londres, Macmillan, 1939, p. 88.
>
> Macambira (1993, p. 42) explica que, sob o aspecto mórfico, pertence à classe do advérbio toda palavra que termina por meio do sufuixo *-mente*, donde resultam oposições formais com o adjetivo que lhe corresponde:
>
> a) doce – docemente; santo – santamente;
> b) nobre – nobremente; sábio – sabiamente;
> c) regular – regularmente; caridoso – caridosamente.

> Os outros advérbios não podem ser formalmente determinados, aqueles que pertencem ao sistema fechado, e respondem às perguntas *onde?, quando?*, cujas respostas são, por exemplo, *aqui, ali, hoje* e *nunca.* A gramática enumera cuidadosamente a relação destes advérbios.

Já em relação ao aspecto sintático, Macambira (1993, p. 42-43) diz que advérbios são palavras invariáveis que se articulam com os advérbios *tão, quão* ou *bem* (*tão* depressa, *quão* depressa, *bem* depressa); ou ainda, são formas invariáveis e livres que funcionam como terceiro elemento dentro da seguinte forma composta de pronome subjetivo e verbo intransitivo, como nos exemplos do autor:

a) Eu trabalho *sempre*; eu demorei *muito*; eu *pouco* demorei;
b) Tu *sempre* concordas; eu *já* dormi; tu *quase* ficavas;
c) Eu *nunca* voltarei; *aqui* nós pernoitamos; ele mora *lá*;
d) Vós sorrireis *então*; *talvez* eles concordem; eu falo *devagar*.

3.8 ***Preposição*** é palavra conectiva. Esta é uma definição sintática, pois supõe grupo. Como a preposição não tem flexões em português, não pode ser classificada sob o aspecto mórfico. Ela só pode ser classificada pelos critérios sintático e semântico (Macambira, 1993, p. 62).

Sintaticamente, dividem-se as preposições em duas subclasses: *essenciais* e *acidentais* (Macambira, 1993, p. 63). São essenciais as preposições que ocuparem os espaços antes de *mim, ti* e *si,* como em

a, de, para, por, em, contra.....*mim*
sobre, sem, sob, ante, entre, após.....*ti*
perante, desde, até, trás.....*si*

Já as acidentais não se combinam com *mim, ti* e *si*. Entretanto, segundo Macambira (Macambira, 1993, p. 64), podemos identificá-las se estas puderem ocupar o espaço vazio no seguinte esquema: *Aqui tudo muda ..... o inverno:*

Aqui tudo muda *durante* o inverno;
Aqui tudo muda *exceto* o inverno;
Aqui tudo muda *fora* o inverno;
Aqui tudo muda *salvo* o inverno;
Aqui tudo muda *menos* o inverno, etc.

Sob o aspecto semântico, preposição é palavra conectiva. Os termos entreligados chamam-se *antecedente* e *consequente.* O *antecedente* deve ser verbo, substantivo, adjetivo ou pronome; já o *consequente* é sempre um substantivo ou coisa equivalente: pronome (Terra de *ninguém*), infinitivo (O direito de *nascer*), advérbio (A gente de *lá*), adjetivo (Não há nada de *novo* sob o sol).

Preposições e conjunções são **conectivos.** Enquanto aquelas subordinam uma palavra a outra (*flor* ***do*** *campo; falei* ***de*** *flores*), estas subordinam uma oração a outra (*Quero* ***que*** *você me esqueça; Vá* ***e*** *volte rapidamente).*

3.9 ***Conjunção*** é palavra conectiva. Esta é uma definição semântica idêntica à definição da preposição, pois, como já dissemos, preposições e conjunções são conectivos que diferem em relação aos elementos linguísticos que elas subordinam.

Como a conjunção é palavra invariável, não pode ser identificada pelo critério mórfico (Macambira, 1993, p. 67). Porém, é possível identificá-la pela forma do verbo.

> Se pela forma da conjunção não é possível identificá-la, é fácil determinar, pela forma do verbo, se a conjunção é coordenativa ou subordinatva. É o que se pode chamar de critério *verbo-mórfico:*
>
> *Conjunção subordinativa é a que figura em oração cujo verbo esteja, ou possa estar, no modo subjuntivo.* Exemplo:
>
> *Eu irei, se puder.*
>
> em que o *se* é subordinativo, porque *puder* se acha no futuro do subjuntivo
>
> Outros exemplos ilustrativos:
> a) Deves esquecê-la, *embora* seja difícil;
> b) Farei *conforme* quiseres;
> c) Estou aqui *para que* voltes;
> d) Eu desejaria *tanto que* voltasses;
> e) Cantarei tudo *quando* vieres para casa;
> f) Não sou tão bobo *que* vá cair nessa;
> g) Falarei tão alto *quanto* me for possível;
>
> em que as conjunções subordinativas têm o verbo no modo subjuntivo.

Apesar de não ser possível classificar as conjunções sob o aspecto mórfico, é possível classificá-las pelo critério sintático; assim, elas se dividem em conjunções subordinativas e conjunções coordenativas. A coordenação e a subordinação são categorias gramaticais que apresentam duas ideias como independentes ou uma na dependência da outra.

Segundo Macambira (1993, p. 69),

> Chama-se conjunção subordinativa aquela que introduz, ou pode introduzir, oração inversível, isto é, que no período composto por duas orações ocupa, ou pode ocupar, a primeira ou a segunda posição.

Veja exemplos de construções com conjunções subordinativas:

a) Iremos ao teatro, se pudermos sair cedo do trabalho / Se pudermos sair cedo do trabalho, iremos ao teatro;

b) Vou embora, porque você não me dá atenção / Porque você não me dá atenção, vou embora;

c) Farei a atividade conforme o comando / Conforme o comando, farei a atividade.

As únicas conjunções subordinativas que resistem à inversão da ordem são as consecutivas e a comparativa *como.*

Quanto às conjunções coordenativas, elas se comportam inversamente às subordinativas, já que é impossível inverter a ordem em que aparecem: não é possível inverter a ordem de construções como *Acalme-se e explique o que aconteceu (*E explique o que aconteceu, acalme-se) / Estou exausto, mas não paro de trabalhar (*Mas não paro de trabalhar, estou exausto).*

3.10 ***Interjeição*** é a palavra invariável por meio da qual exprimimos nossas emoções. Nesta definição, a NGB considerou a interjeição uma classe de vocábulos que "exprime emoções, sentimentos". Mas, para a linguística moderna, a interjeição é uma frase. Vejamos o que dizem os linguistas, nas palavras de Duarte e Lima (2000, p.58):

> Macambira (1987), que trabalha com uma hierarquia de critérios na sua classificação (privilegia o mórfico, depois o sintático e, por último, apenas para estabelecer diferença, usa o semântico), faz considerações a respeito da interjeição que lhe negam o caráter de palavra. São estas:
>
> Sob o *aspecto mórfico* a interjeição contraria o sistema fonológico da língua: *pitsiu, ah.*
> Sob o *aspecto semântico,* exprime emoções súbitas e forma sentido completo por si:
>
> Oh! = "estou admirado"
> Ai! = "sinto uma dor"
> Hui! = "tomei um susto"
>
> Camara Jr (1968, *s. v.*) define interjeição como uma "palavra frase, palavra especial de três tipos:
> a) certos sons vocálicos: ah! Oh!
> b) verdadeiros vocábulos: arre! Olá!
> c) locução interjeitiva: ora bolas! Valha-me Deus!"
>
> Para Monteiro (1986) como vimos, as interjeições são simplesmente frases de situação: Socorro! Valha-me Deus!
>
> Quem melhor resume esta discussão é Carone (1991), que afirma, com base em Tesniére, que as interjeições não são vocábulos porque
> a) não se constituindo de morfemas, desconhecem a 1ª articulação;
> b) apresentam apenas a 2ª articulação (fonológica) e ainda assim em configurações estranhas à língua.
>
> É, na verdade, um tipo rudimentar de frase:
> a) sem estrutura mórfica ou sintática;
> b) com entonação que determina as diversas modalidades:
> • interrogativa: *hem?*
> • exclamativa: *epa!*
> • imperativa: *pst!*
> • negativa: *hum-hum*
> • optativa: *oxalá.*

Referência Bibliográfica
CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática.* 3.ed. São Paulo: J.Ozon, 1968.
MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa.* Fortaleza: Edições UFC/(PROED, 1986).
CARONE, F. de. B. *Morfossintaxe.* São Paulo: Ática, 1991.

E aqui finalizamos a exposição que nos propusemos fazer sobre a classificação vocabular do português e os principais problemas que as definições da NGB apresentam.

Para resumir o que foi até aqui exposto, apelamos para a síntese de Monteiro (1991, p. 212-213), a seguir transcrita:

> Eis, finalmente, a síntese das ideias sobre o problema de classificação dos vocábulos:
>
> a) Sob o ângulo estritamente morfológico, é impossível explicar as classes gramaticais propostas pela NGB.
>
> b) Há duas classes fundamentais, a dos nomes e a dos verbos, opostas pelos paradigmas flexionais. Semanticamente, os nomes correspondem a uma visão estática da realidade enquanto os verbos traduzem representações dinâmicas.
>
> c) Os pronomes se distinguem dos nomes porque adotam um significado dêitico ou anafórico.
>
> d) Substantivos, adjetivos e advérbios não são classes gramaticais. São, na verdade, funções que os nomes ou pronomes exercem em contextos frasais.
>
> e) Os numerais fazem parte da classe dos nomes e assim podem ser substantivos ou adjetivos.
>
> f) Os artigos são pronomes, sempre em função adjetiva.
>
> g) As interjeições não são palavras, porém frases de situação.
>
> h) Os conectivos subordinam palavras (preposições) ou orações (conjunções). Podem também relacionar elementos da mesma função.

EXERCÍCIOS

1. Marque a(s) alternativa(s) correta(s) e justifique a(s) que você considerou incorreta(s).

( ) Vocábulos que fazem parte do sistema fechado da língua são os mais recorrentes.

( ) Para a Morfologia, os vocábulos se distribuem em classes: nome, pronome e verbo.

() O substantivo, o adjetivo e o advérbio são funções e, portanto, cabe à sintaxe estudá-los.

( ) O principal problema da classificação vocabular da NGB é a mescla de critérios.

( ) É apropriada e completa a definição de que o substantivo é a palavra que designa os seres em geral.

( ) Adjetivo é a única palavra que expressa qualidade.

( ) Os pronomes caracterizam-se pelo sentido dêitico ou anafórico que eles encerram no enunciado.

() Para Macambira, artigo, numeral e pronome deveriam fazer parte de uma única classe, a dos pronomes.

( ) A definição da NGB sobre o verbo – "palavra que exprime ação, estado ou fenômeno da natureza" – é completa, isto é, abrange semanticamente a noção geral de verbo.

( ) Não cabe só ao advérbio indicar circunstância.

( ) Preposições e conjunções podem ser classificadas sob o aspecto mórfico.

( ) As conjunções subordinam palavras.

( ) A interjeição é uma classe de palavra, e não uma frase.

2. Responda :

a) Você julga que só o artigo tem efeito substantivador? Comente.

b) Que argumentos Macambira levanta para incluir o artigo na classe dos pronomes?

c) O advérbio é palavra indefinível sob o aspecto mórfico?

d) O sentido falha como critério classificatório da preposição? Explique.

3. Escolha um dos conceitos de classe de palavras tradicionalmente apresentados pela NGB e aponte seu(s) ponto(s) criticável(is).

RESUMO DA ATIVIDADE 12

Na atividade que acabamos de finalizar, abordamos os conceitos de sistema aberto e sistema fechado, nos quais são distribuídos os vocábulos. Em seguida, expusemos a preocupação de linguistas com a classificação vocabular do português. Por último, apresentamos, de maneira geral, as definições das classes de palavras na visão da NGB e os problemas acarretados pela mescla de critérios nessas definições. Para esse estudo, baseamo-nos nas obras de Macambira (1993) e Monteiro (1991) que analisam com muito rigor os principais problemas da classificação vocabular em português.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

AZEREDO, J. C. de. *Iniciação à sintaxe do português.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language.* Nova York, H. Holt, 1933.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática.* 3. ed. São Paulo: J.Ozon, 1968.

DUARTE, Paulo Mosânio, LIMA, Maria Claudete (colaboradora). *Classes e Categorias em Português*. Fortaleza: EUFC, 2000.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica.* São Paulo, Ed. Nacional; EDUSP, 1979.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do Português.* 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1993.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia Portuguesa.* 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

COMPLEMENTAR

AZEREDO, J. C. de. *Iniciação à sintaxe do português.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CARONE, F. de. B. *Morfossintaxe.* São Paulo: Ática, 1991.

Gramáticas da Língua Portuguesa.

Impresso na Gráfica Universitária - UFPA
Fontes Garamond 11,5/16 e Trebuchet MS.
Papel AP 75 g/m² para o miolo. Papel Triplex
230 g/m² para a capa.